

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

Marcela de Oliveira Pessoa

**CAMINHOS DO JEQUITINHONHA:
Análise do Projeto de Combate a Pobreza Rural
como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do
Vale do Jequitinhonha-MG**

**Campos dos Goytacazes/RJ
Março - 2012**

CAMINHOS DO JEQUITINHONHA:
Análise do Projeto de Combate a Pobreza Rural
como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do
Vale do Jequitinhonha-MG

Marcela de Oliveira Pessôa

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Gomes Ney

Coorientador: Prof. Dr. Javier Walter Ghibaуди

Campos dos Goytacazes/RJ

Março – 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

022/2012

Pessôa, Marcela de Oliveira

Caminhos do Jequitinhonha : análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha - MG / Marcela de Oliveira Pessôa -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

220 f. : il

Orientador: Marlon Gomes Ney

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012

Bibliografia: f. 180 - 188

1. Política Social. 2. Vale do Jequitinhonha (MG). 3. Desenvolvimento Socioeconômico. 4. Projeto de Combate à Pobreza Rural. 5. Instituto do Desenvolvimento dos Vales Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. I.

CAMINHOS DO JEQUITINHONHA:
Análise do Projeto de Combate a Pobreza Rural
como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do
Vale do Jequitinhonha-MG

Marcela de Oliveira Pessoa

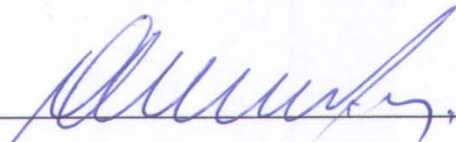
Dissertação apresentada ao Centro de Ciências
do Homem, da Universidade Estadual do Norte
Fluminense, como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 16 de Março de 2012.

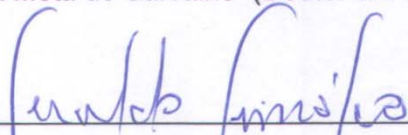
Comissão examinadora:



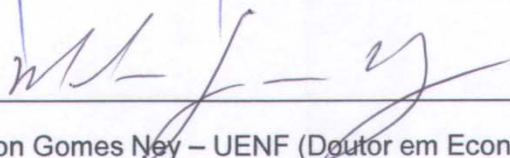
Prof. Drª Vanuza da Silva Pereira Ney – UFF (Doutora em Produção Vegetal)



Prof. Dr. Ailton Mota de Carvalho (Doutor em Sociologia)

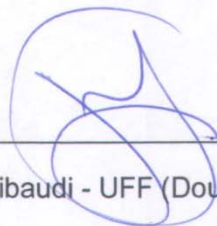


Prof. Dr. Geraldo Marcio Timóteo – UENF (Doutor em Sociologia)



Prof. Dr. Marlon Gomes Ney – UENF (Doutor em Economia Aplicada)

Orientador



Prof. Dr. Javier Walter Ghibaуди - UFF (Doutor em Planejamento Urbano e Regional)

Coorientador

Ao povo das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, que arrancam desta terra alimentos e esperanças.

À minha mãe e meu pai, que me presentearam com esta gente, esta cultura, esta raiz jequitinhonhesa.

Agradecimentos

Agradeço por toda a receptividade, atenção e confiança que em mim depositaram todos os que estiveram envolvidos direta e indiretamente neste projeto: as pessoas das comunidades rurais, os agentes do IDENE e EMATER. Especialmente a gente boa destas comunidades, que me ofereceu seu teto, sua água, sua comida, sua coberta, seu mundo.

Agradeço às centenas de pessoas – caminhoneiros, funcionários públicos, comerciantes, pedristas etc. – que financiaram a minha pesquisa por meio das caronas que peguei nas BR's 367 e 116. Pessoas que, provavelmente, nunca mais verei, mas que tenho a obrigação de mencionar, pois sem elas não conseguiria sequer ter iniciado este projeto.

Agradeço ao povo brasileiro que financia minha capacitação desde sempre, através das verbas da educação pública nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em especial, agradeço pela oportunidade da realização deste trabalho por meio da bolsa que me foi concedida pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Agradeço ao professor Marlon pela loucura de aceitar me orientar. Ao professor Javier por ter me dado ânimo, entrando no segundo tempo do jogo. Agradeço a Ana Paula Caputo por ser sempre um coringa nesta pós-graduação!

Agradeço em absoluto à minha mãe e meu pai por terem feito de tudo por mim. Por terem me nutrido com sonhos e me ensinado a lutar dentro de nossa realidade.

Às tias Marly, Nelita e Marta e ao meu tio Bida por terem me amparado e incentivado nas tantas vezes em que precisei. Agradeço à Viviane, porque se não agradecesse ela me bateria (este eterno amor fraternal).

Agradeço ao Lucas por todo o amor, paciência, carinho, compreensão, retórica, música e cumplicidade. Agradeço aos Balmer por todo o esmero com a minha pessoa e todo o carinho que lhes sinto.

Aos meus amigos mineiros e fluminenses por todo o prazer em sentir saudade de sua companhia. Em especial à Kênia e a Luana por me darem os chacoalhões necessários e o apoio perene; e à Daiana, Bárbara e Elisa por serem sempre as minhas meninas lindas, de prosa e riso. Agradeço ao Karl, por ter me dado pouso em dezenas de ocasiões, e ao Rafael (e família), que além de mim, acolheu meus desconhecidos! À Gleica por me apresentar Diamantina e Isadora! Ao Paixão por estar (quase) sempre presente e ao Najane pelas risadas desconcertantes.

Agradeço à Debbie, Estrela e Neguinha por sempre aguardarem, e à Carlinha e ao Ninico pelas doces lembranças.

Ao meu Deus, por me lembrar sempre da finitude humana.

E à resistência do meu jardim verde em meio ao seco. Um dia eu volto.

Resumo:

O presente trabalho visa fazer uma análise cuidadosa do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha-MG. Para tanto, foi feito longo estudo bibliográfico que compreendeu a consolidação das políticas sociais no contexto nacional, denotando o seu surgimento, o modelo de desenvolvimento a que esteve relacionado e as mudanças que começaram a ser introduzidas a partir do final do século XX. Posteriormente foi colocada a situação vivida no Vale do Jequitinhonha, relevando os principais aspectos de sua história, as principais instituições e políticas que lhe foram influentes e os traços que delineiam a região através de um perfil contraditório. Situando o Vale no contexto nacional, foi apresentada a conjuntura em que surgiu o Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (IDENE) e a proposta do PCPR. Para a realização da pesquisa optou-se por metodologia qualitativa, que se apoiou em entrevistas e observação não participante para realizar o levantamento dos dados requeridos. Os resultados obtidos revelam pontos positivos e negativos presentes na política analisada, pois ao mesmo tempo em que o IDENE tenta superar alguns dos problemas típicos do modelo institucional brasileiro, e sua relação com a sociedade civil, outros fatores que influenciam diretamente no sucesso do PCPR têm sido ignorados.

Palavras chave: políticas públicas, Vale do Jequitinhonha, desenvolvimento socioeconômico, tecnocracia, capital social, PCPR, IDENE.

Abstract:

The present work aims to do a careful analysis about the Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) as a public policy to Jequitinhonha's Vale social and economic development. With this interest, it was produced a deep bibliographic study in order to understand the consolidation of social politics under national context, to give basis about its rising, about the development pattern that had influence in this process and the changes which began in the late 20th century. After, it was shown the Vale do Jequitinhonha reality, presenting the main aspects of its history, the principal institutions and politics that had sway over it, and the aspects that trace the contradictory profile of the region. Placing the region in the national context it was shown the conjuncture in which was born the Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (IDENE) and the PCPR. The research data was gathered through a qualitative methodology, which uses interview and observation. The results exposes good and bad aspects of this policy, cause in the same time that IDENE try to overcome some usual problems of the Brazilian institutions and its relationship with the civil society, other aspects that have sway over the PCPR's success have been ignored.

Key words: public politics, Jequitinhonha's Vale, social and economical development, technocracy, social capital, PCPR, IDENE.

Nós somos o Vale. Nós valemos. Mais pelo que
somos, menos pelo que temos.

Gonzaga Medeiros

O processo de desenvolvimento resulta de mudanças
muito mais profundas do que a simples melhoria da
produção e da produtividade. Ele implica mudar ideias,
atitudes e, sobretudo, condutas.

LISTA DE SIGLAS

ATRAG – Associação dos Trabalhadores Rurais do Alfredo Graça

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

COPANOR – COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FECAJE – Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha

FESTIVALE – Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDENE – Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural

PLANOMESO – Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

SEDVAN – Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDENOR – Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS¹

FIGURA 1: MINAS GERAIS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO – 2010	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 2: MINAS GERAIS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO – 1996	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 4: MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA SUBDIVIDIDO EM CINCO MICRORREGIÕES	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 5: MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA DIVIDIDO EM TRÊS MICRORREGIÕES	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 6: MINAS GERAIS POR ZONEAMENTO AGROCLIMÁTICO - 1996.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 7: PERCENTUAL DE PESSOAS RESIDENTE EM DOMICÍLIOS COM RENDA PER CAPITA INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO POR MICRORREGIÕES DE MG.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 8: MESORREGIÕES DE ABRANGÊNCIA DA SEDVAN/ IDENE.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 9: CENTRO DA COMUNIDADE DO ALFREDO GRAÇA.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 10: VISTA DE PLANTIOS FAMILIARES DENTRO DA ÁREA COMPRADA SOB O “PROJETO PARA TERRA”.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 11: BANHEIRO DE COMPOSTO DE CERRAGEM. PROJETO DO CPCD.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 12: SISTEMA DE COLETA DE ÁGUAS PLUVIAIS. PROJETO DO CPCD.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 13: CONGLOMERADO URBANO NA COMUNIDADE DE PIAUÍ PEREIRA.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 14: VISTA DA BR 367 E RIO JEQUITINHONHA, ITINGA-MG.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 15: PONTE SOBRE O RIO PIAUÍ, JUNHO DE 2011.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 16: VISTA SOBRE PONTE DO RIO PIAUÍ, JUNHO DE 2011.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 17: ASSOREAMENTO DO RIO PIAUÍ, JUNHO DE 2011.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 18: NEVOEIRO NA COMUNIDADE DE PEDRA ALTA. MANHÃ DE JUNHO DE 2011.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 19: GROTA ENTRE EUCALIPTAIS NAS PROXIMIDADES DA COMUNIDADE DE PEDRA ALTA. ..	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 20: PROCESSO DE SECAGEM DE CAFÉ. COMUNIDADE VIZINHA À PEDRA ALTA.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 21: ENTRADA DA CIDADE DE ITAOBIM.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 22: VISTA DA COMUNIDADE DE QUEIMADÃO.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 23: MINA DE ÁGUA SALOBRA NA COMUNIDADE DE QUEIMADÃO, I. ...	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 24: MINA DE ÁGUA SALOBRA NA COMUNIDADE DE QUEIMADÃO, II. ...	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 25: HORTALIÇAS CULTIVADAS NA CONTINUIDADE DE POÇO DE ÁGUA SALOBRA NA COMUNIDADE DE QUEIMADÃO.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 26: ROLO DE FUMO SENDO PREPARADO PARA VENDA. COMUNIDADE DE QUEIMADÃO.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 27: CERCADOS E PORTEIRAS NA COMUNIDADE DE QUEIMADÃO. ...	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 28: VISTA DE ALGUMAS DAS CASAS DA COMUNIDADE DE PAREDÃO.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 29: IGREJA DA COMUNIDADE DE PAREDÃO.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.
FIGURA 30: FABRIQUETA DE RAPADURA DA COMUNIDADE DO ALFREDO GRAÇA.	¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.

¹ Todas as figuras cujas fontes não tenham sido mencionadas correspondem a arquivo próprio.

- FIGURA 31: TACHOS NO FORNO DE RAPADURA NA COMUNIDADE DE ALFREDO GRAÇA. **¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 32: MÁQUINA DE MOER CANA NA COMUNIDADE DE ALFREDO GRAÇA..... **¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 33: FABRIQUETA DE RAPADURA DA COMUNIDADE DE PAREDÃO. ...**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 34: PARTE INTERNA DA FABRIQUETA DE RAPADURA DE PAREDÃO APÓS REFORMA. **¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 35: ABELHAS NA FABRIQUETA DA COMUNIDADE DE PAREDÃO.**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 36: PRODUÇÃO DE FARINHA EM PROCESSO COMPLETAMENTE MANUAL. **¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 37: TIRANDO A ÁGUA DA FARINHA EM PROCESSO MANUAL.....**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 38: FABRIQUETA DE FARINHA DA COMUNIDADE DE PIAUÍ PEREIRA. **¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 39: INTERIOR DA FABRIQUETA DA COMUNIDADE DE PIAUÍ PEREIRA. **¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 40: MÁQUINA DE TRITURAR MANDIOCA**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 41: DEPÓSITO DE LAVAGEM DA MASSA DE MANDIOCA.**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 42: PRENSA PARA TIRAR ÁGUA DA MASSA DE MANDIOCA.**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 43: FORNALHA DE TORRAR A FARINHA.....**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 44: FORNALHA DE SE FAZER BEIJU.....**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 45: ESTRUTURA DE DECANTAÇÃO DA ÁGUA UTILIZADA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE FARINHA.**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 46: FORNO DE TORRAR FARINHA EM ANEXO DA FARINHEIRA EM PEDRA ALTA. **¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**
- FIGURA 47: FABRIQUETA DE FARINHA DA COMUNIDADE DE QUEIMADÃO. ...**¡ERROR! MARCADOR NO DEFINIDO.**

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	iii
LISTA DE FIGURAS.....	2
Introdução.....	8
I. Idiossincrasias	¡Error! Marcador no definido.
1.1 – Notação introdutória: As políticas sociais públicas.....	¡Error! Marcador no definido.
1.2 – A trama nacional	¡Error! Marcador no definido.
1.2.1 – Parênteses sobre o desenvolvimento	¡Error! Marcador no definido.
1.2.2 – Os últimos 20 anos	¡Error! Marcador no definido.
II. As onhas do jequi	¡Error! Marcador no definido.
2.1 – Espaço e história.....	¡Error! Marcador no definido.
2.2 – Atores e políticas no Vale	¡Error! Marcador no definido.
2.3 – Identidade em contraste	¡Error! Marcador no definido.
2.4 – Nexos.....	¡Error! Marcador no definido.
2.5 – O SEDVAN/IDENE e o PCPR	¡Error! Marcador no definido.
III. Esmiuçando o campo	¡Error! Marcador no definido.
3.1 – Aspectos metodológicos	¡Error! Marcador no definido.
3.2 – O quadro.....	¡Error! Marcador no definido.
3.2.1 – A Comunidade do Alfredo Graça.....	¡Error! Marcador no definido.
3.2.2 – A comunidade de Piauí Pereira.	¡Error! Marcador no definido.
3.2.3 – A Comunidade de Pedra Alta.	¡Error! Marcador no definido.
3.2.4 – A Comunidade de Queimadão.	¡Error! Marcador no definido.
3.2.5 – A Comunidade de Paredão.....	¡Error! Marcador no definido.
3.3 – Notas sobre os subprojetos produtivos	¡Error! Marcador no definido.
3.3.1 – Fabriquetas de rapadura	¡Error! Marcador no definido.
3.3.2 – Fabriquetas de farinha	¡Error! Marcador no definido.
3.4 – Dos aspectos comuns.....	¡Error! Marcador no definido.
IV. Análise institucional do PCPR.....	¡Error! Marcador no definido.
4.1 – Da análise comunitária.....	¡Error! Marcador no definido.
4.2 – Da análise sociológica.....	¡Error! Marcador no definido.
4.2.1 – A crítica do capital social	¡Error! Marcador no definido.
4.2.2 – O capital social e os percalços do PCPR	¡Error! Marcador no definido.

4.2.3 – Notações sobre contrastes.....	!Error! Marcador no definido.
4.3 – Procedimentos para reflexão	!Error! Marcador no definido.
4.3.1 – O amigo do pescador	!Error! Marcador no definido.
4.3.2 – A qualidade da vara.....	!Error! Marcador no definido.
4.3.3 – O caminho para o lago	!Error! Marcador no definido.
4.3.4 – Últimas considerações.....	!Error! Marcador no definido.
V. Considerações finais	!Error! Marcador no definido.
Bibliografia:	!Error! Marcador no definido.
Sítios:	!Error! Marcador no definido.
Anexo	!Error! Marcador no definido.
I. Lista indicativa/sugestiva de subprojetos para o PCPR do IDENE.....	!Error! Marcador no definido.
II. Modelo de subprojeto.....	!Error! Marcador no definido.
III. Modelo de checagem ambiental.....	!Error! Marcador no definido.
IV. Roteiro de Entrevista	!Error! Marcador no definido.
V. Lista de projetos inelegíveis	!Error! Marcador no definido.
VI. Documento Para Discussão.....	!Error! Marcador no definido.
VII. Relação entre cidades, comunidades e subprojetos aprovados e liberados na fase PCPR I no Médio Vale do Jequitinhonha.	!Error! Marcador no definido.

Nós somos o Vale. Nós valemos. Mais pelo que
somos, menos pelo que temos.

Gonzaga Medeiros

O processo de desenvolvimento resulta de mudanças
muito mais profundas do que a simples melhoria da
produção e da produtividade. Ele implica mudar ideias,
atitudes e, sobretudo, condutas.

José Pastore



Introdução

Ao longo da experiência acadêmica alguns fatores tornam-se determinantes na escolha do campo profissional a se dedicar. Na sociologia, um dos aspectos mais relevantes parte da própria formação do pesquisador ainda como sujeito social, pois, como aponta a crítica weberiana (BARBOSA e QUINTANEIRO, 2003), o ofício sociológico deve saber-se não totalmente neutro uma vez que o sociólogo é, ele mesmo, parte de seu objeto. Isto quer dizer que as inspirações do cientista provem dos seus valores e ideias próprios e por isso ele “deve estar capacitado a estabelecer uma distinção entre reconhecer e julgar, [...] os próprios valores [...] devem ser obrigatoriamente expostos e jamais disfarçados de ‘ciência social’ ou ‘da ordem racional dos fatos’” (BARBOSA e QUINTANEIRO, 2003, p.98). Posto desta forma, deve-se conceber que o interesse por um campo tem em si vestígios do reconhecimento do sociólogo para com o mesmo, de onde surge o questionamento que move o seu fazer científico. Assim, o ofício sociológico implica no próprio questionamento da relação pesquisador-objeto, dadas as motivações e interesses de um para com o outro.

Por outro lado, diferentemente de Weber (1979), que considera possível a separação entre ciência e política, Florestan Fernandes (2004) levanta que o trabalho sociológico carrega consigo um aspecto político que de forma alguma deve ser negligenciado. Na sua concepção:

É deveras importante que o cientista se proponha os alvos ideais que persegue, em termos do padrão de integração da civilização baseada na ciência e na tecnologia, porque de outro modo ele fica desarmado perante as iniciativas dos grupos que manipulem o poder e orientem o uso que venham a fazer dos dados ou das descobertas científicas (FERNANDES, 2004).

Vistas estas peculiaridades, é lúcido dizer que as motivações, interesses e perspectivas científicas de um pesquisador nascem a partir de um todo social e deve ter a finalidade de servir à sociedade. O sociólogo é parte do que estuda e reconhecer isto deve ser o primeiro passo para a construção crítica da ciência e da sociedade.

Convém, portanto que se situe a pesquisa aqui desenvolvida a partir de seu berço: ela é o desencadeamento da monografia intitulada “Relações inter-regionais: o trabalho sazonal de migrantes do Vale do Jequitinhonha-MG para o corte de cana em

Campos dos Goytacazes-RJ” (PESSÔA, 2008), que foi desenvolvida a partir da íntima inquietação de conhecer as dificuldades socioeconômicas da região e descobrir o constante traslado de conterrâneos para o trabalho nos canaviais campistas. Naquela se verificou as condições subhumanas a que os trabalhadores jequitinhonheses se submetem como alternativa de geração de renda para a manutenção de si e sua família nas regiões de origem; servindo de mão de obra barateada e sobre-explorada nas localidades para as quais se dirigem. Foi considerando que o fator que leva estas pessoas a migrarem e se submeterem a estes tipos de atividades parte das problemáticas intrarregionais é que surgiu o questionamento sobre quais as respostas possíveis para trazer a melhoria da qualidade de vida desta gente em sua localidade de origem.

Devida à condição de pobreza material da região, a busca por soluções passou, primeiramente, pelo crivo da ação do Estado no campo das políticas públicas, o que exigiu cuidadoso estudo sobre a própria ação do Estado até traduzi-la na realidade jequitinhonhesa. Entre algumas das iniciativas a que se teve conhecimento no Vale do Jequitinhonha, ganham notoriedade o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) aqui analisado e a ação da instituição responsável, o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). Conhecer o IDENE levou ao questionamento sobre como se tem processado, a partir do Estado, a implementação de alternativas para as problemáticas regionais; e foi percebido que instituição e projeto estão inseridos no desdobramento de mudanças sociopolíticas do contexto nacional, de modo que acabam por refletir os anseios e conflitos presentes em tais processos.

Seguindo esta corrente de raciocínio a pesquisa aqui desenvolvida é articulada sobre três partes principais: concepção do desencadeamento dos fatos históricos nacionais e sua repercussão na região trabalhada, reconhecimento do espaço e do projeto analisados e, por fim, uma cuidadosa articulação e análise dos dados levantados. Tais partes são divididas em quatro capítulos, sendo que a primeira parte é dividida entre o contexto nacional e a realidade jequitinhonhesa.

O primeiro capítulo é essencialmente teórico e busca promover uma reflexão sobre a realidade nacional. Para tanto, pontua como se deu a concepção das políticas sociais no sistema capitalista, uma vez que o PCPR se circunscreve como uma política social voltada para os grupos menos abastados do Vale do Jequitinhonha. Na elucidação do contexto de gestão das políticas públicas nacionais, dá-se especial notoriedade ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado no século passado,

bem como aos benefícios e ônus que foram produzidos a partir dele. Além disto, ganha importância a reflexão sobre as formas de participação da sociedade civil neste desenvolvimento, primeiro no âmbito de uma “cidadania regulada” (SANTOS, 1979) e, posteriormente, com a proposta de se alcançar uma maior participação desta mesma sociedade na gerência do Estado.

O segundo capítulo apresenta o Vale do Jequitinhonha a partir da caracterização do seu espaço e história. Faz o levantamento sumário das principais instituições e políticas que foram empreendidas na região visando seu desenvolvimento e traceja os contrastes presentes a elas. O capítulo também esboça a identidade peculiar do jequitinhonhês e seu modo de vida, particularizando sua realidade rural. Por fim, insere o IDENE e o PCPR como derivados da realidade jequitinhonhesa em relação ao marco sociopolítico do contexto nacional.

O terceiro capítulo concerne no esmiuçamento da pesquisa de campo realizada, delineando os aspectos metodológicos que foram adotados. Por tratar-se de pesquisa exploratória, o capítulo busca traduzir a realidade encontrada a partir da caracterização do espaço em que foi feito o levantamento de dados e da apresentação da estrutura física oferecida pelo projeto em análise. Além disto, define a concepção de “comunidade” utilizada no Vale do Jequitinhonha a partir da perspectiva dos entrevistados em consonância à conceituação de Durston (2001), expressando o sentimento de pertença identitária e cultural típico da região. Ao final, são delineados os aspectos comuns às diferentes localidades e estruturas que compuseram o campo de pesquisa.

No quarto capítulo faz-se a análise pormenorizada dos dados coletados, buscando promover uma reflexão complexa que conecte a realidade local ao contexto nacional e supranacional para entender e explicar as vicissitudes encontradas no PCPR. Para tanto a crítica é construída, primeiramente, pelo olhar das pessoas das comunidades que compuseram o campo de pesquisa e, posteriormente, com aprofundamento sociológico. Ao fim do capítulo são feitas propostas circunstanciais, visando contribuir no aperfeiçoamento da ação institucional nas lacunas encontradas nesta tentativa de alcançar os benefícios a que instituição e projeto se propõem. O último capítulo detém-se em apresentar as principais conclusões obtidas na pesquisa.

Reconhecendo que a formação desta autora, além de base sociológica, é de identidade jequitinhonhesa, pontuo que esta pesquisa foi movida pela ambição em tentar compreender a realidade e contribuir para que as políticas públicas voltadas

para o Vale do Jequitinhonha consigam atingir, mais que uma proposta formal, a mudança efetiva em direção à melhoria da qualidade de vida de sua população.



I. Idiossincrasias

A compreensão da realidade socioeconômica de uma região exige uma análise complexa de todos os possíveis fatores influentes ou, pelo menos, daqueles que se podem lucidamente apontar. Embora os modelos metodológicos indutivos¹ e dedutivos² sejam os mais comumente utilizados cientificamente (MARCONI e LAKATOS, 2003), a circularidade entre eles, do todo para o particular e de volta para o todo, possibilita uma análise com mais recursos e, portanto, na expectativa de melhor alcançar a complexidade que se deseja. Este olhar complexo surgiria na medida em que se compreendesse o mundo a partir de sua interação recíproca, do todo com as partes e vice-versa, conforme enuncia Edgard Morin (2000)³. Acreditando nisso, a proposta do presente capítulo é explorar o delineamento das políticas sociais no contexto nacional, a lógica desenvolvimentista a elas atreladas e a participação social neste processo, contextualizando os fatos que desencadearão a emergência do projeto analisado nesta dissertação.

1.1 – Notação introdutória: As políticas públicas sociais

Na longa discussão acerca do papel das políticas sociais e sua situação perante as políticas públicas, este trabalho se apoia na categorização de Carvalho (1999), para quem toda política social é uma política pública. Embora o surgimento das políticas sociais esteja atrelado à previdência social, assistência social, medicina social e a recursos de habitação (MARSHALL, 1967); seu elemento base teria sido o intuito de atender sujeitos desamparados e à margem da comunidade (MARSHALL, 1967; CASTEL, 1998), a partir daí se estendendo para a população em

¹ Indução é o processo metodológico por meio do qual a partir de dados particulares infere-se uma realidade geral. O objetivo é levar a conclusões mais amplas do que as premissas originais, isto é, do particular para o todo (MARCONI e LAKATOS, 2003).

² Ao inverso do processo de indução, o processo dedutivo parte de generalizações já aceitas, de leis abrangentes para casos concretos, logo, do todo para o particular (MARCONI e LAKATOS, 2003)

³ Morin (2000) acredita que um grande problema na ciência está na sua compartimentação que impede de ver o global, por estar fragmentado em parcelas, e o essencial, que está diluído. Para ele, existe complexidade "quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo, inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes (MORIN, 2000, p.14).

geral. E embora a expressão “política social” não tenha significado preciso (MARSHALL, 1967), teria investida em si os princípios da justiça, equidade e igualdade, pelas quais todas as demais políticas podem ser reordenadas (CARVALHO, 2007). Como Marshall (1967), deve-se considerar a política social como uma política dos Governos que diz respeito à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda. Logo, as políticas sociais são de caráter público, mas com particularidades para aqueles cuja situação social requer anteparo devido às circunstâncias de discrepância socioeconômica presentes numa sociedade plural.

As políticas sociais, tal como conhecemos, é uma construção ocidental e sua origem parte da realidade europeia. Mas é no contexto do século XX em que será solidificada a estrutura das políticas sociais, enveredada pelas quatro áreas de abrangência já apontadas: previdência, assistência, saúde e habitação. Do socorro à indigência a um seguro social para os trabalhadores assalariados cujas rendas eram inferiores ao nível de subsistência, as políticas sociais na Europa foram sendo aperfeiçoadas e utilizadas – porque não – como um mecanismo de redistribuição de renda entre grupos mais e menos abastados economicamente⁴. Nos Estados Unidos, durante o entre guerras, o delineamento destas políticas se expandiu, abrangendo mães de crianças de tenra idade, os idosos, cegos, inválidos. Enfim, incorporando outras necessidades de atendimento (MARSHALL, 1967). Mas foi na Inglaterra que se ovulou o *bem estar social*, há muito tomado como efetiva consolidação das políticas sociais. De acordo com Marshall (1967), foi no Relatório Beveridge⁵ que surgiu a proposta de se organizar as políticas sociais como atendimento amplo a diferentes áreas, articulando saúde, educação e moradia, além de um plano compulsório de atendimento da previdência social a toda a população, mesmo que, posteriormente, voltasse a vigorar a estrutura liberalista de atendimento social.

Segundo Sping-Andersen (1991, p.91), uma abordagem da discussão em torno das diferenças e similaridades entre as nações considera que:

[...]a industrialização torna a política social tanto necessária quanto possível – necessária, porque modos de produção pré-industriais como a família, a igreja, a *noblesse oblige* e a solidariedade corporativa são destruídos pelas forças ligadas à

⁴ Aí, segundo Marshall (1967), a seguridade social passa a se transformar num índice de classe social.

⁵ De acordo com Marshall (1967, p.96) o Relatório consistia “numa análise técnica dos problemas e métodos da previdência social, com algumas recomendações drásticas, e muitas vezes bastante engenhosas, no sentido da unificação do sistema inteiro e de torná-lo mais simples e mais eficiente”.

modernização, como a mobilidade social, a urbanização, o individualismo e a dependência do mercado[...] [que] abastece apenas os que conseguem atuar dentro dele. Por isso a ‘função de bem-estar social’ é apropriada ao Estado-nação.

A política social, que Sping-Andersen (1991) não diferencia do *welfare-state*⁶, seria possibilitada também pelo surgimento da burocracia moderna em sua forma de organização racional, universalista; a partir de onde se passou a administrar bens coletivos desde um centro de poder. A visão do novo estruturalismo marxista também considera a proposição segundo a qual o *welfare-state* é um produto inevitável do modo de produção capitalista, posto que as contradições do sistema forçariam a reforma social; e neste ínterim, o Estado se posicionaria de maneira que as necessidades coletivas do capital fossem satisfeitas (SPING-ANDERSEN, 1991). Na análise institucionalista haveria no *welfare-state* uma “tendência maior a administrar os conflitos de distribuição entre as classes por meio do governo e do acordo de interesses quando tanto as empresas quanto os trabalhadores estão à mercê de forças que estão fora do controle doméstico” (SPING-ANDERSEN, 1991). Para Sping-Andersen (1991) o *welfare-state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias, mas também se deve considerar como as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social.

Ainda de acordo com Sping-Andersen (1991), existem três grupos de estado de bem estar: o *welfare-state liberal*, em que predomina a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de política social; os *welfare-states conservadores e corporativistas*, onde a obsessão com a mercadorização e eficiência do mercado não são marcantes, predominando a diferenciação de status; e o *welfare-state social democrata*, de menor grupo de países onde os princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estenderam-se às classes médias, em que se busca promover igualdade com padrões de qualidade e não apenas com o atendimento de necessidades mínimas. Independentemente dos contornos que se dão aos *welfare-states* de cada nação, o mais importante de se recobrar é que, como postula Sping-Andersen (1991), o bem estar social nada mais é que um modelo ideal; um modelo em relação ao qual diversos países buscaram se orientar, ajustando-o a fim de atingir determinado padrão de *modus vivendi*.

⁶ Estado de bem estar.

Em consonância a este desdobramento e aos acontecimentos mundiais, o Brasil também formulou suas políticas sociais. Adotou um modelo de *bem estar social* que permitisse o “desenvolvimento” do país; de modo a este alavancar-se de suas características essencialmente rurais para ser introduzido a uma ordem nova, em que a industrialização e a urbanização eram os elementos chave. A partir de então, as iniciativas em prol desta melhoria da qualidade de vida tem sido reconfiguradas, acompanhando o movimento histórico do país. Inicialmente se tratou de uma iniciativa pública segmentada e elitista, mas, nos últimos anos, tem-se tentado aperfeiçoar as políticas sociais públicas para que contemplem de forma ponderada a diversidade nacional e as discrepâncias socioeconômicas a que se remetem.

1.2 – A trama nacional

Ao longo do século XX, o Brasil conheceu um novo tipo de articulação política. As políticas que se efetivaram até então, durante os períodos coloniais e na República Velha, foram elaboradas no intento de dirigir os negócios do país conforme os setores dominantes; em primeiro lugar Portugal e seus remanescentes brasileiros e, posteriormente, os coronéis da República do Café com Leite. Segundo o trabalho de Medeiros (2001), até 1930 os conflitos entre capital e trabalho eram regulados por uma legislação esparsa e tratados pelo aparato policial; enquanto que questões de saúde pública eram tratadas pelas autoridades locais, exceto em casos como epidemias em centros urbanos; a educação competia a uma rede escolar reduzida de caráter elitista e acadêmico; e a previdência era predominantemente privada, organizada por empresas e categorias habitacionais.

Com a “Revolução de 1930” e a tomada do poder por Getúlio Vargas as políticas brasileiras começaram a adquirir contornos do bem estar social (DRAIBE, 1991). Com Vargas se delinearam mecanismos de garantia de substituição de renda, a construção de uma rede integrada de ensino básico e secundário, política de atenção à saúde e habitacional (DRAIBE, 1991). Mas as políticas sociais implementadas foram de profundo caráter conservador, amparadas numa visão positivista de harmonia social “em que os antagonismos entre classes eram encarados como nocivos ao bem comum representado pelo Estado” (MEDEIROS, 2001, p.9). No que tange às relações de trabalho, segundo Medeiros (2001, p.11):

Sob o governo Vargas, a década de 1930 é caracterizada pela estratégia deliberada de aumentar o papel do Estado na regulação da economia e da política nacionais como estratégia de desenvolvimento. Do ponto de vista das relações de trabalho, o regime populista do período perseguiu três objetivos básicos: (i) evitar que os movimentos de trabalhadores se tornassem base de apoio para grupos de oposição que reivindicavam mudanças mais profundas na organização da sociedade; (ii) despolitizar as relações de trabalho, impedindo que as organizações de trabalhadores se legitimassem como instrumento de reivindicação; e (iii) fazer dos trabalhadores um ponto de apoio, ainda que passivo, do regime. Tais objetivos foram alcançados por meio de uma combinação de repressão à oposição e concessão aos movimentos de trabalhadores que apoiavam o regime. Em vez de mobilizar, o regime populista buscou cooptar seletivamente segmentos de trabalhadores em um processo de “inclusão controlada”.

De acordo com Marini (2000), neste período, a força do movimento de massas foi estimulada pela burguesia que nela se apoiava para quebrar a resistência das antigas classes oligárquicas, e esta aliança se fez possível porque o amplo programa de expansão econômica da burguesia abria perspectivas de emprego e elevação do nível de vida para o operariado e a classe média. Mas tanto trabalhadores rurais quanto trabalhadores urbanos não organizados foram ignorados durante este processo (MEDEIROS, 2001). Ou melhor, os trabalhadores rurais tiveram um papel preciso:

No momento em que os trabalhadores urbanos, em especial os industriais, são plenamente trazidos para o cenário da organização econômica [...] e política [...], os camponeses são vistos como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do Estado sem ocuparem a cena política como protagonistas (LINHARES e SILVA, 1998, p.111)

Os camponeses não poderiam ser objeto das garantias e exigência da CLT⁷, sob o risco de inviabilizar o próprio projeto em curso; em suma, o apoio à classe trabalhadora urbana e sua proteção previam a intensificação da produção rural, aumentando as possibilidades de exploração (LINHARES e SILVA, 1998, p.112).

Segundo Linhares e Silva (1998), quando da deposição de Vargas em 1945, o governo trabalhava para implementar um sistema nacional de seguridade social para o campo (Decreto nº 18.809, de 1945), e ao mesmo tempo avançava em direção à proposta de distribuição de terras (Decreto nº 7.916, de 1945). Ao final do Estado Novo multiplicavam-se “os projetos para o mundo agrário, deixando claro que o

⁷ Consolidação das Leis do Trabalho, instituído por Vargas em 1943 através do Decreto-lei nº5452.

desenvolvimento industrial-urbano por si só não seria capaz de superar os entraves existentes” (LINHARES e SILVA, 1998, p.130); mas alguns “dos projetos agrários do Estado Novo [...] faliram sozinhos, levando consigo milhares de homens comuns que acreditavam em uma vida melhor” (LINHARES e SILVA, 1998, p.130).

Entre 1945 e 1964 houve uma expansão do sistema de proteção social, mas abrangendo ainda o trabalhador urbano formalmente vinculado ao mercado de trabalho e as classes médias, havendo aí um sistema de direitos fragmentado e associado a sistemas de forças, barganhas e privilégios com baixo grau de redistributividade (DRAIBE, 1991). No campo, segundo Marini (2000), qualquer mudança tecnológica em vez de melhorar a renda do trabalhador acarretava em fonte de desemprego e, desta forma, a questão agrária influenciava, notoriamente, o movimento de massas na cidade; uma vez que as pessoas do campo supriam os excedentes do mercado de trabalho urbano. Com isto ocorre a estagnação do nível de salários, enquanto na zona urbana o aumento dos preços dos produtos agrícolas forçava a alta do custo de vida afetando também a classe média (MARINI, 2000). De acordo com Marini (2000, p.27), *a elevação do custo de vida coincide com a aceleração do grau de organização sindical da classe operária*. Enquanto isto, em 1958, surgiam as Ligas Camponesas no Nordeste advogando por direitos para os camponeses e cujo ‘ruído’ a seu respeito contribuiu para “conscientizar a massa secularmente adormecida” trazendo a seu favor a Igreja católica e o Partido Comunista (FURTADO, 1989, p.134). Para Furtado (1989, p.135):

[...] sem lugar a dúvida, foi essa agitação política na zona açucareira do Nordeste que levou o Congresso Nacional, em março de 1963, a aprovar o Estatuto da Terra, o qual especificava os direitos e benefícios de que passavam a ser titulares os trabalhadores rurais e formalizava os direitos e responsabilidades dos sindicatos do campo.

Diante das transformações acontecimentos no país e a movimentação das forças populares, fica claro o quanto as forças conservadoras se sentiram acossadas (FURTADO, 1989). Com o programa governamental formulado por Furtado para a gestão de Goulart – que exigia reforma agrária, reforma fiscal, reforma administrativa, reforma universitária, reforma eleitoral, disciplinização do capital estrangeiro e reforma bancária⁸ – e os interesses diretamente afrontados, desencadeou-se a instauração da

⁸ De forma sumária, alguns dos pontos notórios deste programa, segundo a obra do autor (FURTADO, 1989) são os seguintes: a reforma agrária dava amplas garantias para o trabalhador agrícola além de assegurar preços mínimos reais para os produtos alimentares; a reforma fiscal asseguraria uma distribuição mais equitativa dos recursos auferidos pelo Estado;

ditadura militar em 1964. Aquelas eram, para Furtado, as medidas necessárias para a propalação de um desenvolvimento nacional equânime. Um desenvolvimento econômico que angariaria consigo maior qualidade de vida para a população brasileira, mas cujo desenho crivado não era conveniente para poderosos grupos nacionais.

Segundo Medeiros (2001), durante os governos militares houve a consolidação do sistema de políticas sociais acompanhada por profundas alterações na estrutura institucional e financeira. Neste período se implementaram políticas de massa de cobertura relativamente amplas com a organização de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados (MEDEIROS, 2001) e cujo movimento de fundo foi também o processo de industrialização e urbanização.

A ditadura trouxe consigo a centralização do processo decisório com ausência do controle social, debilitamento dos mecanismos democráticos de representação e cerceamento dos direitos civis e políticos (FAGNANI, 1997). Seu modelo de políticas sociais era de caráter compensatório, a partir do qual se constituíram políticas assistencialistas para minorar os efeitos das desigualdades que se aprofundavam, e, por ter como fim o crescimento econômico, era de caráter exclusivamente produtivista. Justamente por isto que houve a expansão do acesso aos cursos técnicos durante o período militar, pois as políticas de educação aí implementadas buscavam atender à demanda por trabalhadores qualificados e semi-qualificados (MEDEIROS, 2001). Assim, ocorreu uma relativa expansão da cobertura e oferta de bens e serviços, mas sua base foi eminentemente quantitativa, a qualidade desta oferta ficara em segundo plano, conforme denotará Fagnani (1997).

Durante todo o período até agora levantado, fica explícita a penetração dos interesses privados na orientação das políticas nacionais. No que tange ao aspecto social destas políticas, há algo peculiar, pois os ganhos obtidos pela sociedade eram distendidos até onde convinha a alimentação daqueles interesses, sendo, portanto, de horizonte delimitado. De acordo com Fagnani (1997), a privatização do espaço público por interesses empresariais e clientelistas se aprofundou durante o período ditatorial, pois fora facilitado pela fragilização dos mecanismos democráticos. Acabou também

a reforma administrativa delineava uma maior eficiência das atividades de planejamento e implementação de projetos voltados para o desenvolvimento; a reforma universitária promoveria uma democratização do ensino e qualificação profissional; a reforma eleitoral assegurava o direito de voto aos analfabetos e controlaria o dispendio de recurso durante as eleições; o estatuto de disciplina ao capital estrangeiro estabeleceria uma margem de lucro e de setores de intervenção deste capital, e a reforma bancária disciplinaria as condições de oferta de recursos e evitaria a concentração do poder econômico em benefício de grupos reduzidos.

desconfigurando o caráter redistributivo das políticas sociais, posto que parcela do gasto social foi capturado para ser reorientado à atenção dos interesses particulares (FAGNANI, 1997). Esta redução do seu caráter redistributivo se deve, na visão de Fagnani (1997) ao fato de que: a) na previdência os valores dos benefícios eram baixos e limitados pela condição de que só poderia acessar o benefício aquele que era seu contribuinte; b) os trabalhadores rurais tinham uma cobertura limitada em relação ao trabalhador urbano; c) no sistema de saúde a concentração de serviços estava nas regiões tidas como desenvolvidas, e houve um aumento relativo de óbitos relacionados ao que se chama de “doenças da miséria”; d) no setor habitacional, menos de 5% das aplicações do Sistema de Financiamento Habitacional foram para famílias com renda inferior a três salários mínimos e e) como já foi apontado, a expansão da educação foi quantitativa e desqualificada.

Como se constituído por contrariedades, embora o período de 1968 a 1973 tenha sido de consolidação de um padrão regressivo de financiamento do gasto social e de intensificação dos interesses particulares, também foi nesta fase que se incorporam à previdência categorias profissionais excluídas como os trabalhadores rurais, através do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL) e, posteriormente, os trabalhadores autônomos (FAGNANI, 1997). Mas, de acordo com Fagnani (1997), tal relação só foi empreendida porque se buscava alguma legitimação política para o durante o duro regime que se vivia. Como coloca Carvalho (1995), durante o regime os próprios sindicatos rurais foram utilizados como organismos assistencialistas que vinham a contribuir para esta legitimação, embora ainda ocorressem violentos conflitos relacionados a terra. Assim se justifica que no período ditatorial, demarcado pela suspensão dos direitos civis e políticos, os direitos sociais tenham se expandido em aspecto quantitativo. Foi no período que se estendeu de 1974 a 1980 que teria se processado uma mudança no discurso oficial enfatizando a necessidade de ampliar os impactos redistributivos dos programas, graças aos indícios que se delineavam de uma crise do “Milagre Econômico” que se vivera até então (FAGNANI, 1997).

De acordo com Fagnani (1997), a revisão da estratégia conservadora contemplou aí a criação de instância interministerial de coordenação e controle setorial, com a incorporação do transporte público e da alimentação na agenda governamental e com medidas para a racionalização e revisão das políticas setoriais institucionalizadas. O fim do regime autoritário ocorreu concomitante à crise financeira internacional, e não sem sofrer com seus efeitos. Para Fagnani (1997), com a aceleração da abertura do sistema político, em razão da organização da sociedade

civil, se ampliaram os canais de vocalização e pressão das camadas subalternas por medidas redistributivas; inclusive, mediante o agravamento do quadro econômico que ampliou as carências sociais e restringiu a capacidade do governo em respondê-las.

Sendo assim, pode-se crer que, na história da conformação das políticas sociais no Brasil, o Estado foi árbitro principalmente das relações de pressão entre os interesses oligárquicos e urbano-industriais, de modo que a constituição e expansão das políticas sociais foram sendo colocadas como políticas de massa, e justificadas de forma populista como de interesse nacional (DRAIBE, 1991).

O Brasil, segundo Draibe (1991), construiu seu Estado Nacional em concomitância com sua área social, de modo que as políticas sociais foram elemento contundente para sua formação. Enquanto que n'outros países a cidadania foi auferida por meio de políticas estatais que respondiam a demandas por mais igualdade, no caso brasileiro a industrialização, aprofundando a heterogeneidade do sistema econômico, aumentou a fragmentação da estrutura social, dificultando a formação de identidades coletivas e acentuando a divergência de interesses no interior dos segmentos sociais (DRAIBE, 1991). As políticas sociais brasileiras acabaram sendo concebidas de forma aristocrática, reproduzindo uma sociedade hierarquizada e desigual (DRAIBE, 1991; FAGNANI, 1997). Para Teixeira (2002), o Estado de Bem Estar Social no formato brasileiro acabou por contribuir para a redução do civismo; pois permitiu que a cidadania fosse pauta de consumo, fazendo com que o cidadão ativo praticamente se transformasse em consumidor passivo (TEIXEIRA, 2002), uma vez que as conquistas obtidas no seio social eram arbitradas pelos interesses dominantes sob a tutela do Estado.

Ao se considerar cidadania como as atribuições de direitos civis, políticos e sociais perante o Estado⁹, com o reconhecimento da responsabilidade deste em governar para aquele; se pode apreender da discussão até aqui colocada que a cidadania no Brasil foi construída dentro de um projeto de pertença ao processo produtivo, a que Santos (1979) vai denominar "cidadania regulada". Isto é, os ditames da cidadania surgem, principalmente, não por via de uma demanda política da população, mas graças ao sistema de estratificação ocupacional organizada pelo governo, que teria "concedido" os direitos trabalhistas a determinadas categorias; a partir das quais estes direitos foram expandidos ao corpo da sociedade (SANTOS,

⁹ E aqui, concorda-se com Ruas (s.d), para quem a cidadania se trata da efetiva possibilidade do indivíduo tomar parte das decisões coletivas que afetam a sua vida e o seu destino.

1979). Logo são cidadãos os membros da comunidade que se encontram entre as ocupações reconhecidas e definidas em lei (SANTOS, 1979).

A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei. (SANTOS, 1979, p.75).

Assim, a cidadania no Brasil, na perspectiva de Santos (1979), esteve mais relacionada ao reconhecimento de uma categoria profissional dentro dos artifícios do Estado e mediante a ampliação do escopo de direitos associados a estas profissões, que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. E ainda, se “se falou em cidadania regulada, no período pré-64, poder-se-ia, agora [na ditadura], considerar a perspectiva vigente como a de patamares de cidadania aquém dos quais o debate sobre justiça seria ocioso” (SANTOS, 1979, p.104).

Pode-se, de forma resumida, qualificar que as políticas sociais impetradas no Brasil surgiram em consonância à disseminação do *welfare state*, e que acabaram contribuindo na conformação do nosso Estado Nacional. Entremeios, as políticas sociais, que teriam entre seus princípios atender os desamparados mediante oferta de justiça, equidade e igualdade necessários à suprir os efeitos perversos produzidos pelo processo de modernização, no caso brasileiro serviram para administrar os conflitos aí surgidos. Mas, em conformidade ao desenvolvimento nacional projetado pelos interesses de alguns setores dominantes da sociedade. Interesses que limitaram o acesso aos benefícios sociais por intermédio do sistema organizacional trabalhista que fora edificado, excluíram amplos setores sociais de sumária importância, reproduziram e aprofundaram a estrutura da desigualdade forjada no país. Embora tenha sido nos anos ditatoriais que parcela significativa da população foi incorporada no processo, não deixou de ser medida arbitrada pelo caráter autoritário-produtivista-privatista do período. E no galgar destes acontecimentos se configurou a cidadania brasileira, cuja ação fora fragmentada e regulada pelos interesses privados que tentaram conduzir a roda da história.

1.2.1 – Parênteses sobre o desenvolvimento

Mesmo que seja enganoso dizer que toda política pública é uma política social, deve-se relevar que toda política empreendida por um governo tem consequências para o pleito social. Embora nem todas carreguem consigo aspectos essencialmente “públicos” e nem sempre seus fins busquem ações positivas para a maioria da população. Considerando-se a análise anterior, que teve o interesse de demonstrar como as políticas sociais no Brasil foram geridas a partir do embate de forças entre as necessidades das massas e as conveniências aos interesses privados, convém considerar também mais um aspecto ligado a gestão pública no Brasil: a concepção de desenvolvimento que se primou ao longo da modernização do Estado brasileiro durante o século passado.

O complexo conceito de *desenvolvimento* foi e é largamente utilizado no sentido de alcançar a estruturação produtiva do país. Este conceito, de certa forma, absorveu o sentido evolutivo de progresso “representado pela incorporação dos modos de produção, padrão de consumo e estilo de vida dos países centrais do capitalismo” (ORTEGA, 2008, p.23). Na realidade brasileira o crescimento econômico passou a ser expressão reflexa ao conceito de desenvolvimento, e cujo princípio se assentou na superação dos entraves econômicos vividos no Brasil. Até “o início dos anos de 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização” (VEIGA, 2008, p.18). “Até o final do século XX, os manuais que servem para transmitir às novas gerações o paradigma da ciência econômica convencional [...] tratavam despidoradamente desenvolvimento e crescimento econômico como simples sinônimos” (VEIGA, 2008, p. 19). Por assim ser, é compreensível que as políticas implementadas no território nacional foram direcionadas aos interesses da expansão produtiva, visto que outrora esta era a posição tomada pelo modelo tecnocrático como resposta à superação das desigualdades nacionais.

Faz-se questão, aqui, de mencionar o termo tecnocrático porque o mesmo pressupõe um modelo de implementação de políticas do tipo *top down*. Isto é, de cima para baixo, de modo que as políticas públicas são elaboradas e implementadas a partir de uma racionalidade hierárquica, cujas decisões não são debatidas, mas impostas à sociedade (FGV, 2010). Tal formato se ajustou bem à estrutura das políticas sociais nacionais pois sua forma e expansão consideravam menos os anseios dos movimentos populares do que os interesses privados que poderiam lucrar e usufruir desta mesma expansão. A lógica governista se desenhava sobre este formato, e se amparou no fomento aos grandes projetos econômicos nacionais na crença de

que o desenvolvimento social seria decorrência natural do desenvolvimento econômico.

Todavia foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação. Foi assim que surgiu o intenso debate internacional sobre o sentido do vocábulo desenvolvimento. Uma controvérsia que ainda não terminou, mas que sofreu um óbvio abalo esclarecedor desde que a ONU¹⁰ passou a divulgar anualmente um índice de desenvolvimento que não se resume à renda *per capita* ou à renda por trabalhador (VEIGA, 2008 p.19).

Com a criação e paulatina afirmação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que incorpora como variáveis outros indicadores sociais como educação, saúde e longevidade – tornou-se mais contundente o questionamento sobre a qualidade social das políticas de crescimento econômico. Tratava-se exatamente do ponto em que o milagre econômico teria sua falha esgarçada. Até então, a teoria do desenvolvimento ficou circunscrita à lógica dos meios, tendendo a se confundir com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial (VEIGA, 2008). “No entanto, o desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade ‘não só em relação aos meios, mas também aos fins’” (VEIGA, 2008, p.31).

O modelo tecnocrático gestor do Estado nacional, que carregou a bandeira do desenvolvimento utilizado nas políticas públicas brasileiras, acabou mantendo as estruturas da desigualdade presentes no país ainda que tivesse o intuito de servir a maioria. A corrosão das políticas pelos interesses particulares, como já fora enunciado, não se deixou passar. Em sua “Fantasia Desfeita”, Furtado (1989) explicita a dificuldade de lidar com tais interesses durante a saga de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em uma de suas estórias coloca:

Em plena seca, eu tivera a oportunidade de visitar as áreas em que se ensaiavam projetos de irrigação com recursos do governo federal. Era total a promiscuidade entre patrimônios público e privado,

¹⁰ Organização das Nações Unidas.

em benefício de alguns fazendeiros. Fornecia-se água praticamente de graça, e os canais, financiados a fundo perdido, eram mantidos pelo governo. Plantava-se de preferência banana, que pouca mão-de-obra exige e em nada contribuía para a oferta local de alimentos. E também se plantava arroz, cultura muito exigente em água. [...] As terras irrigadas estavam em mãos de um pequeno número de proprietários, e os trabalhadores empregados não viviam em melhores condições do que os seus vizinhos dos latifúndios tradicionais. Os privilegiados da irrigação financiada pelo governo federal eram conhecidos em certas cidades sertanejas pelas luxuosas residências que ostentavam [...] (FURTADO, 1989, p.63)

Mas mesmo sujeitos como Furtado, crítico e visionário, circunscreveram a visão tecnocrática do desenvolvimento ao sobrevalorizar o progresso técnico dos processos produtivos que aumentariam “a eficiência na utilização de recursos escassos e/ou a introdução de novos produtos capazes de ser incorporados à cesta de bens e serviços de consumo [...]” (FURTADO, s.d., p.98). Mas se tratava de serem sujeitos de seu tempo. Ao fim, a própria SUDENE, que batia de frente com os interesses latifundistas, acabou sendo surrupiada pelo particularismo, posto que após o regime militar suas ações acabaram sendo direcionadas para a valorização do grande capital (RODRIGUES, 2000).

Como já fora mencionado, o domínio do crescimento econômico como modelo de desenvolvimento começou a ser reavaliado diante dos resultados do IDH. Além disto, a perspectiva ecodesenvolvimentista surgida a partir de fins da década de 1980 tem proporcionado um novo debate acerca do desenvolvimento, considerando-o a partir da necessidade da população presente ponderar sobre o uso dos recursos naturais para assegurar a qualidade de acesso da gente futura (CMSMAD, 1991). E, paulatinamente, esta concepção de desenvolvimento a partir do uso sustentável dos recursos naturais tem sido adotada no Brasil e tem aberto espaço para uma análise que pressupõe a interação entre o local-global¹¹ como estratégia do desenvolvimento. A perspectiva, de certa forma, traria a possibilidade de arrefecer o predomínio do grande capital sobre as políticas públicas no país e, quiçá considerar a superação do

¹¹ Tal interação está amparada pelas propostas da Agenda 21, plano de ação internacional que se esperava ser passo para um novo padrão de desenvolvimento. A expectativa é que se proporia uma análise mais complexa da relação entre o homem e o planeta, concebendo o lema “pensar global, agir local”. Isto implicaria que, a partir da ciência sobre os acontecimentos globais são desencadeados a partir da ação local, a mudança de atitude no espaço local repercutiria no global de forma menos agressora do que como se deu o modelo desenvolvimentista de até então. Cada país tem a liberdade de propor sua própria Agenda 21 assentada sobre o plano internacional.

“estágio” tecnocrático de gestão pública. Mas este fenômeno talvez não fosse possível se não intermediado por todo o processo de descentralização e instauração de um novo projeto político participativo que vem sendo engrenado desde o fim do século XX.

1.2.2 – Os últimos 20 anos

O final do regime militar foi marco de reformulação do sistema político nacional, despedindo-se de um período administrativo de extrema centralidade de poder e revertendo a situação para um quadro político-administrativo cuja gestão se pressupõe descentralizada, voltada para uma posteridade mais democrática e participativa no campo das políticas públicas. Como pontua Silva *et al.* (s.d) a Constituição de 1988, elaborada após o regime ditatorial, institucionalizou um novo jogo de políticas sociais no Brasil, em que se passou a expressar os interesses e a representar novas demandas e atores junto ao Estado. Novas formas de atuação dos movimentos sociais e participação popular foram desencadeadas com a Constituição de 1988, e ela passou a se tornar elemento importante na avaliação das medidas de administração pública.

Não se deve negar que a engenharia do modelo administrativo *top down* angariou benefícios para a sociedade brasileira, mas estiveram limitados pela estrutura que favorecia as classes historicamente empoderadas, dando prioridade aos interesses dos grupos de grandes propriedades territoriais e da burguesia industrial nacional articulada à internacional (MARINI, 1969; FAGNANI, 1997). Os interesses diretos da massa, composta por setores populares de origem rural e urbana, passam a ter mais relevo no pleito gestor a partir das iniciativas voltadas para a participação social na administração pública. Logo, a extensão da cidadania para além da estrutura organizacional trabalhista só começa a ser explorada mediante este novo episódio da gestão das políticas públicas nacionais.

A proposta de uma gestão compartilhada com a sociedade teria passado a ser valorizada com o reconhecimento de que “nenhum ator detém sozinho conhecimento e capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente” (STOKER *apud* FREY, 2007, p.138), lógica na qual está imbuída a demanda por uma gestão interativa entre múltiplos atores. De acordo com Frey (2007), o discurso sobre esta mobilização interativa em prol da melhoria da administração e democratização dos processos decisórios só veio a ser ampliada devido à retração do Estado, promovida pelas políticas neoliberais que passaram a ser estabelecidas no fim do século XX, e a

incapacidade das instituições em lidar com os problemas urbanos. Mas ainda sim deve-se dar a devida notoriedade, pois mesmo a contrarreforma conservadora que tentou solapar os ganhos da Constituinte de 1988, conforme denuncia Fagnani¹² (1997), não deixou desvalida a crença emergente na eficiência da participação social como meio de se promover a transparência nas deliberações e ações públicas. A Constituição de 1988 abriu espaço para a democratização do sistema decisório, permitindo maior expressão e visibilidade das demandas sociais; o que contribuiria para uma maior promoção de igualdade e equidade em políticas públicas (SILVA *et al*: s.d) e, por suposto, o devido encontro com a cidadania há tanto tutelada. Vê-se aí o germe de um novo modelo político-administrativo que tem sido considerado como *botton up*: de baixo para cima. Ele pressupõe que deve-se partir do problema para configurar a política pública, e que o processo de implementação deve abranger todos os atores públicos e privados envolvidos, enfatizando a participação do público alvo do programa (FGV, 2010).

O estilo *botton up* se associa ao que a literatura na área vem chamando como governança participativa ou boa governança. Modelo que também vem sendo estimulado pelo pleito internacional, incluindo mesmo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e que pressupõe a “necessidade de aumentar o grau de interação entre os diversos atores sociais” (FREY, 2004, p.122). Ao fundo, o interesse estaria em:

[...] criar novas estruturas interativas, não apenas com o intuito de tranquilizar ou reprimir o protesto social, mas, antes de tudo, com o objetivo de reinventar as formas de gestão no sentido de transformar os atores da sociedade em aliados na busca de melhores resultados, tanto referentes ao desempenho administrativo quanto em relação ao aumento da legitimidade democrática. Busca-se com isso canalizar e

¹² Segundo Fagnani (1997), entre 1985 a 1988 o Brasil viveu uma experiência reformista, com a coalizão de diferentes forças políticas que conduziram à transição democrática. Com a abertura política controlada, a vitória dos setores oposicionistas nas eleições para os governos municipais e estaduais e o reconhecimento da “dívida social” do Estado ocorreram iniciativas significativas: a) principiou-se uma estratégia de reformas que visavam objetivos de curto prazo quanto a fome, desemprego e pobreza; b) reformas que abordavam questões de ordem estrutural visando um crescimento econômico sustentado com distribuição da renda e a inclusão na agenda governamental da reforma agrária, do seguro-desemprego; c) revisão da legislação trabalhista e sindical; d) revisão da estratégia autoritária das políticas sociais em prol descentralização, ampliação dos canais participativos e de controle social, entre outros aspectos (FAGNANI, 1997). Mas entre 1987-1992 a mesma transição democrática foi selada por um pacto conservador interelites que se verifica no governo Sarney (FAGNANI, 1997). O caso mais paradigmático teria sido a supressão da reforma agrária e reforma urbana (FAGNANI, 1997) amplamente votados para serem realizados, e que na própria Constituição de 1988 ficou marginalizada. Outra rica abordagem sobre o fracasso das propostas reformistas em voga durante a década de 1980 no seu artigo “Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na nova república” (MELO, 1993).

direcionar as forças sociais para auxiliar na gestão pública (FREY, 2004, p.123).

Para Frey (2004), este novo tipo de gestão estaria de acordo com uma adaptação dos sistemas político-administrativos à diversidade, complexidade e dinâmica da sociedade contemporânea. Rompendo, portanto, com a estrutura tecnocrática que encerrou durante longo tempo o modo de se implementar políticas no Brasil. Frey (2004) dá ainda exemplos de atividades bem sucedidas em que a governança foi elemento crucial, tais como em Santos, Curitiba e o exemplo do Orçamento Participativo de Porto Alegre que, implementado desde 1989, tem se tornado referência internacional de administração e cuja participação da sociedade civil tem trazido respostas positivas para a coletividade.

Para Ciconello (2008, p.1), o Brasil vem sendo “um celeiro de iniciativas e de ideias no que diz respeito a ampliação da participação de cidadãos e cidadãs nas decisões públicas”, tendo sido construídos diversos espaços formais de participação de âmbito federal, estadual e municipal ao longo dos últimos vinte anos. Assim, até a publicação do seu trabalho, o autor estima que existissem cerca de 40 mil Conselhos de Políticas Públicas no Brasil, sendo que cerca de 20 mil se destinavam apenas para os temas assistência social, saúde, criança e adolescente, desenvolvimento rural, habitação e meio ambiente (MELO, 2008). Vem-se, assim, angariando algumas conquistas como o acesso gratuito e expandido aos serviços de saúde, programas e ações voltados para combater a situação de pobreza, o acesso a aposentadoria mínima aos trabalhadores rurais mesmo não tendo sido contribuintes, programas e recursos voltados para a agricultura familiar, inclusão na agenda política de temas transversais entre outros (MELO, 2008).

Mas não se pretende, neste trabalho, fazer vista grossa às problemáticas inerentes ao próprio processo de participação social, pois os vinte anos de experiência de gestão participativa das políticas públicas tem também apresentado percalços. Alguns são enumeráveis da seguinte forma:

- 1- O excesso de atenção sobre o **modo** de se conceber a participação pode acarretar no “tecnocratismo de esquerda”, pontuado por Souza (2006); dando-lhe mais valor que a própria participação, e esquecendo-se que instrumentos, técnicas e rotinas não tem responsabilidade de instaurar justiça social ou qualidade de vida;

- 2- Em algumas situações pode surgir um tipo de *neoclientelismo* nas estruturas participativas, baseado em favoritismos e conchavismos que simbolizam as reminiscências da cultura política patrimonialista que fora herdada. (SOUZA, 2006; SEMENSATO, 2010);
- 3- A romantização do poder local pode acabar infantilizando a participação, de modo que os programas e agentes podem, por fim, tutelar as comunidades, ou omitir outros processos de exclusão (SOUZA, 2006), reproduzindo as desigualdades.
- 4- Além disto, em alguns casos, os mecanismos participativos nem sempre são devidamente divulgados, justificados e com horários acessíveis para estimular o seu próprio princípio participativo (SOUZA, 2006)

Por conseguinte, embora este novo formato seja mais condizente com a possibilidade da sociedade se fazer ouvida e compreendida por seus gestores, e suas demandas se tornarem pauta de conduta e realizações quanto às políticas a serem empreendidas, deve-se atentar para **como** o viés participativo vem sendo empreendido.

Segundo o estudo de Kliksberg (1999), a participação dá resultados superiores aos de outros modelos organizacionais de corte tradicional como os burocráticos e paternalistas (KLIKSBERG, 1999), mas:

Os melhores resultados dos modelos participativos no campo dos programas sociais não são mágicos. Derivam de bases muito concretas. No geral, os programas desta matéria, independentemente de suas metas específicas como baixar desertão no primário, melhorar as vacinações, fornecer água, oferecer crédito a famílias pobres, etc., tem o que se poderia chamar de “suprametas” que são comuns e que abarcam as metas específicas. Deseja-se que os programas sejam eficientes, ou seja, façam um uso ótimo de recursos usualmente escassos, que contribuam para melhorar a equidade, ponto crucial na América Latina, [...] e que proporcionem sustentabilidade, favoreçam a conformação de capacidades que fortaleçam a possibilidade de que a comunidade possa seguir adiante por si mesma ao longo do tempo. (KLIKSBERG, 1999, p.12-13).¹³

¹³ Do original “Los mejores resultados de los modelos participativos en el campo de los programas sociales, no son mágicos. Derivan de bases muy concretas. En general, los programas en esta materia, independentemente de sus metas específicas como bajar desertión em primaria, mejorar inmunizaciones, suministrar agua, prestar crédito a familias pobres, etc., tienen lo que se podría denominar “suprametas” que les son comunes y que enmarcan a las metas específicas. Se desea que los programas sean eficientes, es decir,

Neste sentido, o autor considera que a comunidade pode ser a fonte mais relevante para detectar necessidades na elaboração de programas sociais, por ter mais ciência das suas deficiências e urgências; além de poder contribuir para um desenho mais bem sucedido visto que as dificuldades partem do plano cultural e, portanto, as oportunidades devem derivar do mesmo (KLIKSBURG, 1999). Além disto, os juízes mais indicados para avaliar os efeitos reais dos programas devem ser seus destinatários, apontando os resultados efetivos, as deficiências, os efeitos inesperados favoráveis e desfavoráveis (KLIKSBURG, 1999). Entretanto, Kliksberg (1999) também denuncia as fortes resistências e interesses que a participação tem de enfrentar:

No “discurso” a participação triunfou na América Latina. Se escutam permanentemente a partir dos mais altos níveis governamentais, e de grupos de grande peso na sociedade, referências a necessidade de incrementar a participação, seu anseio por uma sociedade democrática, a sua tradição histórica em cada sociedade. A diferença de décadas recentes, quase não se escutam vozes que explicitamente se oponham a participação. No entanto, a realidade não passa apenas pelo discurso. De fato, os avanços em participação comunitária mostram uma grande brecha para com as declarações a seu respeito. As investigações que tem se penetrado na prática da participação tem apontado, com frequência, chamados a participar que não se coadunam com uma abertura efetiva de portas, experiências iniciadas com amplas promessas mas que se limitam ao “título” inicial, frustrações pronunciadas de numerosas comunidades. (KLIKSBURG, 1999, p.20).¹⁴

A participação pressupõe profundas mudanças sociais e, pelo mesmo, é de se pressupor que gere resistências, pois ao tocar interesses já estabelecidos estes não

hagan un uso optimizante de recursos usualmente escasos, que contribuyan a mejorar la equidad, punto crucial em América Latina, [...]y que generen sostenibilidad, favorezcan la conformación de capacidades que fortalezcan la posibilidad de que la comunidad pueda seguir adelante con ellos em el tiempo.”

¹⁴ Do original “En el ‘discurso’ la participación ha triunfado en América Latina. Se escuchan permanentemente desde los más altos niveles gubernamentales, y de grupos de gran peso en la sociedad, referencias a la necesidad de incrementar la participación, a su deseabilidad para una sociedad democrática, a su tradición histórica em cada sociedad. A diferencia de décadas cercanas, casi no se escuchan voces que explicitamente se opongan a la participación. Sin embargo, la realidad no pasa solamente por el discurso. En los hechos, los avances en participación comunitaria muestran una gran brecha con el declaracionismo al respecto. Las investigaciones que se han internado en la práctica de la participación han encontrado con frecuencia, llamados a participar que no se plasman en apertura efectiva de puertas, experiencias iniciadas con amplias promesas pero que se queda en el “título” inicial, frustraciones pronunciadas de numerosas comunidades”.

de desenvolver obstáculos (KLIKSBERG, 1999). Algumas das resistências apontadas por Kliksberg (1999) se tratam de:

- a) Questionamentos conquanto aos custos e tempo necessário para os resultados esperados, sendo que os processos que almejam benefícios a curtos prazos tem se mostrado desvantajosos;
- b) Análises que se faz do desenho e execução de programas sociais a partir de categorias puramente econômicas, onde a importância se apoia nas relações de custo/benefício medido nos termos econômicos;
- c) Dificuldade de enfrentamento da visão formalista (aqui considerada como tecnocrática), onde ordem, hierarquia, mando, processos formalmente regulados, percepção verticalista e autoritária da organização são tomadas como chaves em eficiência; mas que tendem a tornar-se um fim em si;
- d) Subestimação da capacidade das comunidades pobres;
- e) Da negação sobre informações e controle da comunidade sobre os procedimentos e detalhes da implementação, que a incentivariam a orientar o trabalho;
- f) Da tendência a manipular as comunidades segundo o discurso sobre participação, ao qual as comunidades tendem a dar seu apoio temporário, mas cuja realidade não engaja participação efetiva.

Embora o estímulo à participação cidadã seja produtivo no sistema *bottom up*, se comparado ao formato *top down*, ele ainda requer muitos aperfeiçoamentos para atingir os fins que se espera quando se trata de um processo democrático-participativo, de acesso e usufruto estendido da cidadania.

Mas a participação, se efetiva, favoreceria o controle social. E passando à condição de agente da mudança, os sujeitos e a comunidade poderiam vir a se tornar protagonistas da gestão social. Afinal, como refletem Hermany e Costa (2008), a partir do local surgiriam possibilidades para o diálogo entre a sociedade e os gestores públicos para a participação dos excluídos, os que são incapazes de fazer frente aos complexos espaços nacionais e transnacionais. É neste sentido que vem-se discutindo, a partir do processo de descentralização, sobre a maior “autonomia” do espaço local para a superação das adversidades nele encontradas, e que são diferenciadas conforme a extensão do território brasileiro – mesmo que não completamente.

Muls (2008) acredita que a teoria do desenvolvimento econômico local surge da falência do modelo de desenvolvimento que tinha o Estado como principal agente, e cujas respostas estavam na sua articulação direta com o mercado. E com isto, no século XXI, viria ganhando força a perspectiva de que é necessária a gestão interativa para o desenvolvimento do território a partir de suas localidades; a interação e o compartilhamento de responsabilidades entre governo, sociedade e, mesmo, o mercado.

Ainda segundo Muls (2008), os modelos de ação que se amparam nos espaços infranacionais têm aspectos que questionam as teorias tradicionais de desenvolvimento; de modo que a capacidade de adaptação e outras (novas) formas de desenvolvimento aparecem como fatores explicativos alternativos ao que se concebia nas teorias anteriores. No esteio da proposta surgiriam novos olhares para compreender e alternativas para gerir os territórios historicamente considerados como pobres, desqualificados conquanto aos seus modos de produção e de vida.

A valorização das especificidades, diversidades e capacidades sociais e ambientais de um país nem um pouco pasteurizado, como o é o Brasil, desponta como um momento histórico decisivo para romper com o ciclo de desigualdades há tanto reproduzido. Suas consequências podem angariar feições positivas e duradouras para uma totalidade que durante muito tempo colheu as migalhas da cidadania e do desenvolvimento que se lhes estendia. Mas, em princípio, cabe analisar de forma cuidadosa as experiências de programas em políticas públicas que carregam esta bandeira democrático-participativa como pressuposto do desenvolvimento socioeconômico dos espaços diferenciados.

A partir disto se poderá compreender em que medida as transformações na tez institucional vem, de fato, contribuindo para modificar a realidade destes territórios: se elas realmente oferecem uma mudança que assegura uma cidadania expandida e melhoria na qualidade de vida para populações que abrange, rompendo com o sistema tecnocrático exclusivista que vigorou e reproduziu a desigualdade no nosso país. Amparando-se na análise de uma instituição renomada de um território historicamente marginalizado, esta é a proposta dos próximos capítulos desta pesquisa.



II. As onhas do jequi

*Este Vale fedeu biba no tempo dos coronéis
Era uma vez “vai tourando”, fortalezas e quartéis
Os dedos caíram todos, mas inda vivem os anéis [...]
No jequi tem, no jequi tem... No jequi tem onha.
No meio das onhas do jequi, tem muita vergonha [...]
(Gonzaga Medeiros)*

No capítulo anterior foi apresentada a contextualização das políticas sociais no âmbito nacional, tracejando como elas transitaram de um modelo tecnocrático *top down*, em que o desenvolvimento alijou parcelas significativas da população, para um novo modelo que, supostamente, visa se referenciar numa gestão de múltiplos atores a partir da participação democrática e cidadã. Nesse novo marco das políticas públicas, que propõe contemplar o desenvolvimento a partir do local e sob aquelas bases democrático-participativas, várias são as institucionalidades que tem buscado se atualizar para com os novos pressupostos, em busca da melhoria da qualidade de vida das populações a que servem.

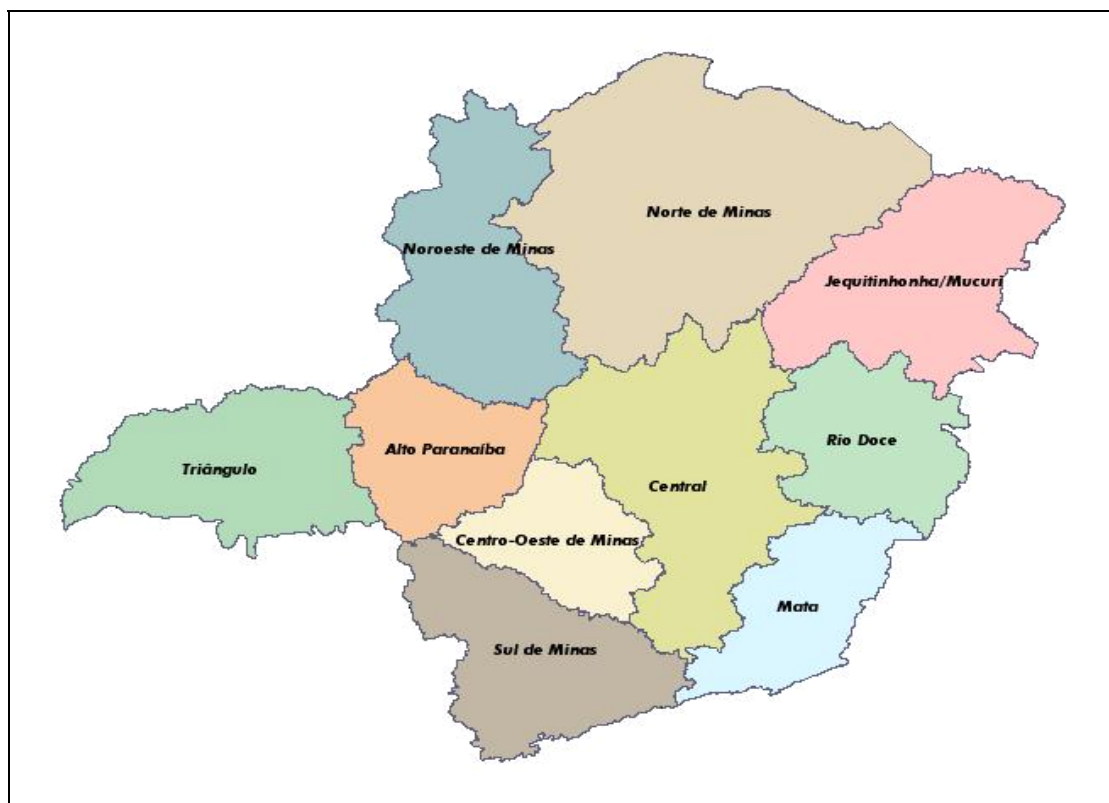
Traduzindo do âmbito nacional para o local, o presente capítulo virá discorrer sobre a particular realidade do Vale do Jequitinhonha, região ao mesmo tempo rica e marginalizada que reproduz a ordem sociopolítica até aqui esboçada. O capítulo visa situar a experiência da região no marco transitório anteriormente apontado e apresentar o IDENE e o PCPR, instituição e projeto que se julgam críticos ao modelo de desenvolvimento passado e projetores de uma nova experiência político-administrativa. Com interesse de proporcionar uma sequência didática, primeiro será categorizada a realidade jequitinhonhesa para, então, situar a instituição no seu devido momento histórico.

2.1 – Espaço e história

A região do Vale do Jequitinhonha acompanha a bacia hidrográfica do rio que lhe empresta o nome, e que nascendo nos arredores da Serra do Espinhaço se

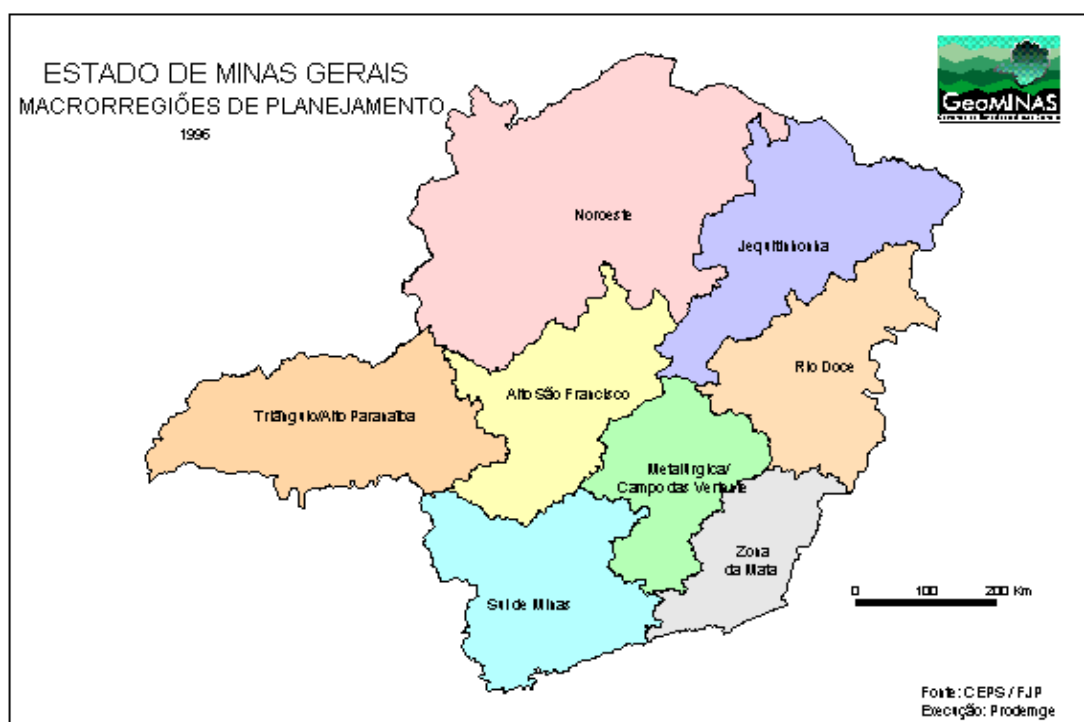
estende até a desembocadura no território baiano. A porção mineira, aqui em relevo, situa-se à nordeste e devido à grande extensão do Estado, é considerada uma entre suas várias mesorregiões geopolíticas (também chamadas macrorregiões). Dependendo do agrupamento de dados estatísticos, de interesses de planejamento político ou aspectos culturais, os mapas que traçam as delimitações do Vale do Jequitinhonha são mais ou menos diferenciados, por perder ou incorporar alguns municípios das mesorregiões do Vale do Mucuri, Norte de Minas, ou Central, tal como se pode observar nas figuras 1 e 2. Neste trabalho, se considera como traçados limítrofes o apresentado na Figura 3, que tende a ser a representação regional mais comumente reconhecida.

Figura 1: Minas Gerais por regiões de planejamento – 2010



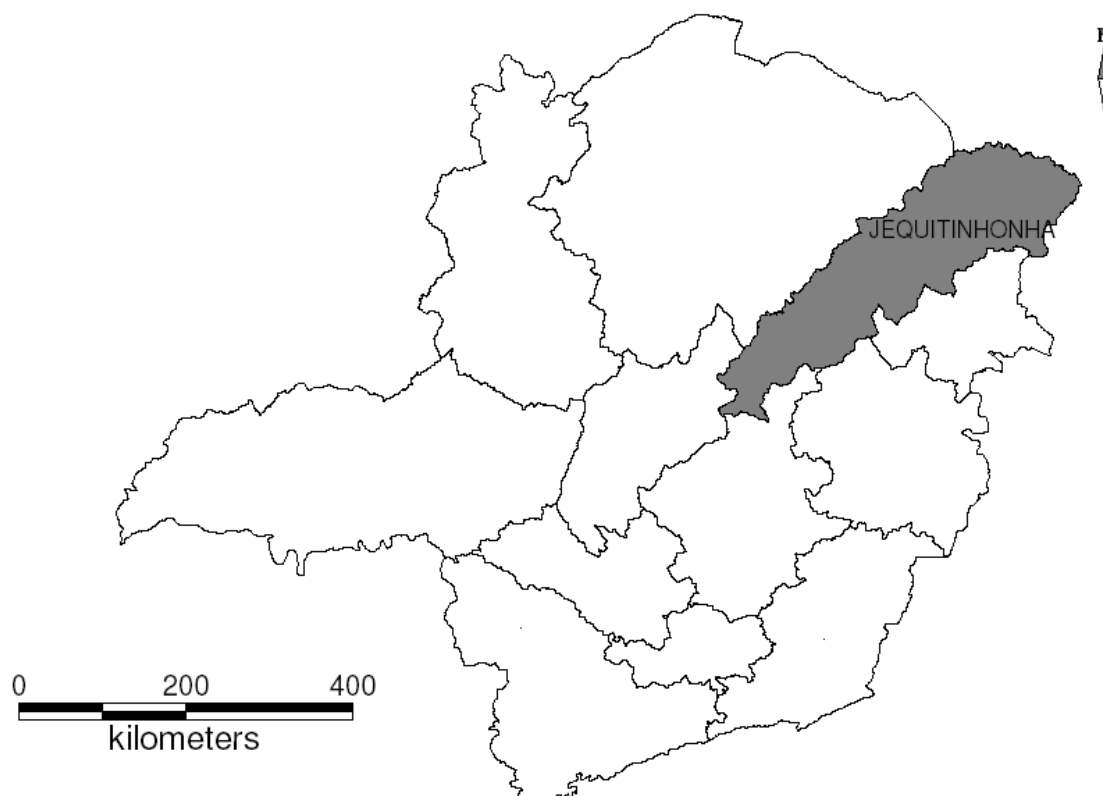
Fonte: sítio do Instituto de Geociências Aplicadas, 2010.

Figura 2: Minas Gerais por regiões de planejamento – 1996



Fonte: sítio do Geominas, 1996.

Figura 3: Localização da mesorregião do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais



Fonte: Arquivo GESTA *apud* TEIXEIRA, 2008.

A área de abrangência do Vale do Jequitinhonha é maior que seis dos Estados brasileiros (Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro) (SANTOS, 1971), e é subdividida em territórios menores, considerados microrregiões. As microrregiões também têm traçados volúveis, pois a aglomeração de municípios depende das circunstâncias de interesse. Os agregados microrregionais mais comuns estão indicados nas figuras 4 e 5 :

Figura 4: Mesorregião do Vale do Jequitinhonha subdividido em cinco microrregiões



Fonte: Sítio Minas Gerais.net.

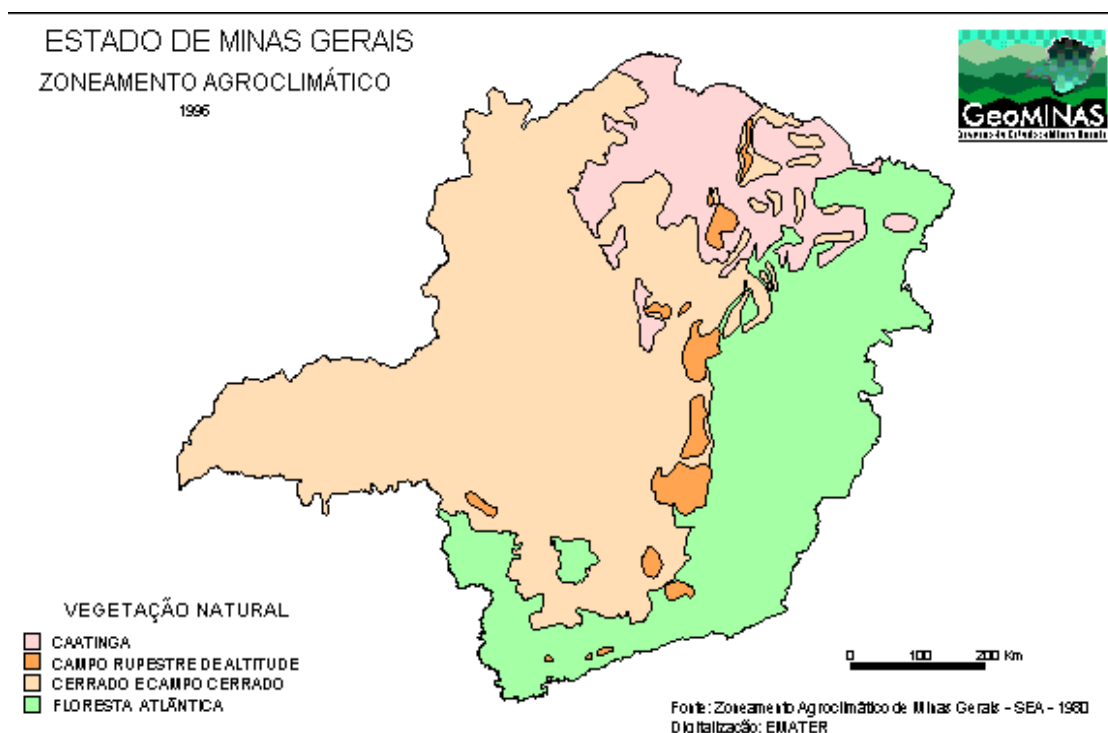
Figura 5: Mesorregião do Vale do Jequitinhonha dividido em três microrregiões



Fonte: GOMES *et al*, 2009.

Dos aspectos que caracterizam o Vale, até a altura do curso médio do rio Jequitinhonha a região foi coberta originalmente por Mata Atlântica e, de acordo com Ribeiro *et al* (2004), e sua fertilidade é uniforme ainda que formada por vales e serras. São vales “abertos cobertos por florestas, chapadas extensas e férteis, grandes áreas planas de largos horizontes, mata seca na transição para o *sertão* baiano” (RIBEIRO *et al* 2004). Enquanto que o Alto Jequitinhonha é coberto por cerrado de diferentes gradações que recebem denominações como campos, carrascos, catingas e capões; sendo sua paisagem marcada por chapadas de grande altitude entrecortadas por depressões chamadas *grotas* (RIBEIRO *et al* 2004). As características de vegetação no Vale podem ser observadas na figura 6:

Figura 6: Minas Gerais por zoneamento agroclimático - 1996.



Fonte: sítio do Geominas, 1996.

Em relação ao Vale do Jequitinhonha, o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - PLANOMESO (2005, p.32)¹ considera que:

Por ser uma região bastante extensa e situar-se em região de relevo muito variado o clima varia das temperaturas amenas das regiões de altitude elevada do Alto Jequitinhonha (1.400m) a temperatura bastante elevadas à medida que se aproxima do nível do mar. A ocorrência de chuvas é bastante variada. À medida que se distancia do litoral, o regime pluviométrico caracteriza-se por ser mais escasso e irregular, formando duas estações bem definidas: a das secas e a das águas. (LESSA e SOUZA, 2005, p.32).

O adensamento populacional no Vale do Jequitinhonha também deve sua história ao rio, visto que os braços d'água foram as vias naturais de circulação e os meios mais práticos para se alcançar o sertão, como lembra Jardim (1998). Embora os primeiros habitantes do Vale tenham sido os povos originais do território brasileiro, o

¹ Plano solicitado pelo Ministério da Integração Nacional.

pouco que se pode afirmar é que, deles, ainda são encontrados os Aranã (família Borun), Pataxó-Pankararu, Pakararu, Tupinambá e Pataxó (todos da família Maxakali) (LESSA e SOUZA, 2005). Da ocupação que deixou sua história registrada no modelo formal de relações colônia - metrópole, sabe-se que enquanto a foz do Jequitinhonha teve uma ocupação que remonta às origens da história do Brasil, a área acima do médio Jequitinhonha tem menos de três séculos de ocupação (RIBEIRO, 1997; JARDIM, 1998; LESSA e SOUZA, 2005).

A ocupação portuguesa teria se iniciado a partir da foz do Jequitinhonha na porção baiana, donde diversas expedições se iniciaram com o intento de conhecer as riquezas da terra brasileira (JARDIM, 1998; ANTUNES, 2004; LESSA e SOUZA, 2005). Tem-se como marcação a expedição do padre jesuíta João Aspilcueta Navarro em 1553, guiada por Francisco Espinosa de Porto Seguro rumo ao norte, onde topou com a foz a que denominaria Rio Grande (ANTUNES, 2004; LESSA e SOUZA, 2005; BRANDÃO e WILDHAGEN, 2009). De acordo com Jardim (1998), n'outro momento, ao subir o rio, Martim de Carvalho teria dado com as areias auríferas de Minas Novas por volta de 1567 e encontrado "esmeraldas", que posteriormente descobriria se tratar de turmalinas.

Foram as riquezas minerais a razão para a povoação dos sertões mineiros, tendo sido as bandeiras paulistas grandes contribuidoras. "No rastro do ouro, os colonizadores foram descendo o Jequitinhonha e seus afluentes, vencendo as resistências indígenas e ocupando o Vale" (ANTUNES, 2004, p.10). Foi procurando o ouro, no início do século XVIII, que se topou com os diamantes no Tijuco, que hoje se conhece por Diamantina, e com isso se inicia a febre demográfica no Vale do Jequitinhonha (LESSA e SOUZA, 2005). De acordo com Antunes (2004), aquele enclave diamantífero foi o primeiro descoberto no Ocidente, e suas pedras foram tidas como de qualidade superior às do Oriente. A partir daí o Distrito Diamantino passou a ser subordinado diretamente à Portugal e, mesmo com o rígido controle da Coroa, novas descobertas fizeram expandir a povoação no território (ANTUNES, 2004; LESSA e SOUZA, 2005).

Concomitante a este processo, também a pecuária foi se desenvolvendo na região. Subindo o rio São Francisco em direção ao Norte de Minas, a atividade foi se expandindo ao longo do século XVIII, abrangendo o nordeste mineiro (LESSA e SOUZA, 2005). De acordo com o Planomeso (2005, p. 34):

[...] Não só a atividade mineradora atraía trabalhadores e aventureiros de toda espécie, todos eles movidos pelo sonho de

riqueza, como a criação de gado passou a ser atividade fundamental para o abastecimento alimentar e fornecimento de animais de transporte e matéria-prima para a fabricação de utensílios diversos na área das minas. Toda essa região transformou-se então, em espaço de dinâmica atividade econômica, centralizada no Distrito Diamantino.

Este tipo de concatenação entre a empresa mineradora e pecuária era um processo comum às regiões de extração mineral no Brasil, e de acordo com Furtado (1979,p. 76):

Sendo a lucratividade maior na etapa inicial da mineração, em cada região, a excessiva concentração de recursos nos trabalhos mineratórios conduzia sempre a grandes dificuldades de abastecimento. A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração.

E conforme analisa Prado Júnior (2004, p. 171):

A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. E é esta a causa principal por que, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu, drenada aliás toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores, e que ainda hoje fere a vista do observador [...].

No Vale, a atividade mineradora fez instituir divisões militares para proteção dos interesses da coroa. Estas fortalezas que tinham como finalidade a “civilização” dos índios, a proteção dos colonos e guarnecer o rio Jequitinhonha contra o contrabando (LESSA e SOUZA, 2005) também foram vias de povoamento. A declaração de guerra da Coroa aos índios Botocudos (assim considerados todos os índios de nações hostis aos colonizadores) fez também potencializar a ocupação militar a partir da qual nasceram núcleos urbanos como os que hoje são Salto da Divisa, Almenara e Jequitinhonha (ANTUNES, 2004).

Com a diminuição da atividade mineradora, o cultivo agrícola veio a se tornar a principal ocupação da população, e a atividade veio a consolidar uma agricultura de tipo familiar que, segundo o Planomesio (2005, p. 35) foi:

[...] explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos. Isso constituiu um processo de lenta ocupação de grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra. Essas chapadas ficaram como reserva natural, lugar do qual se lançava mão para a coleta de furtos silvestres e para a criação do gado vacum. Eram terras de ninguém, mas de todos ao mesmo tempo, e esse tipo de exploração coletiva durou até o terceiro quartel do século XX [...].

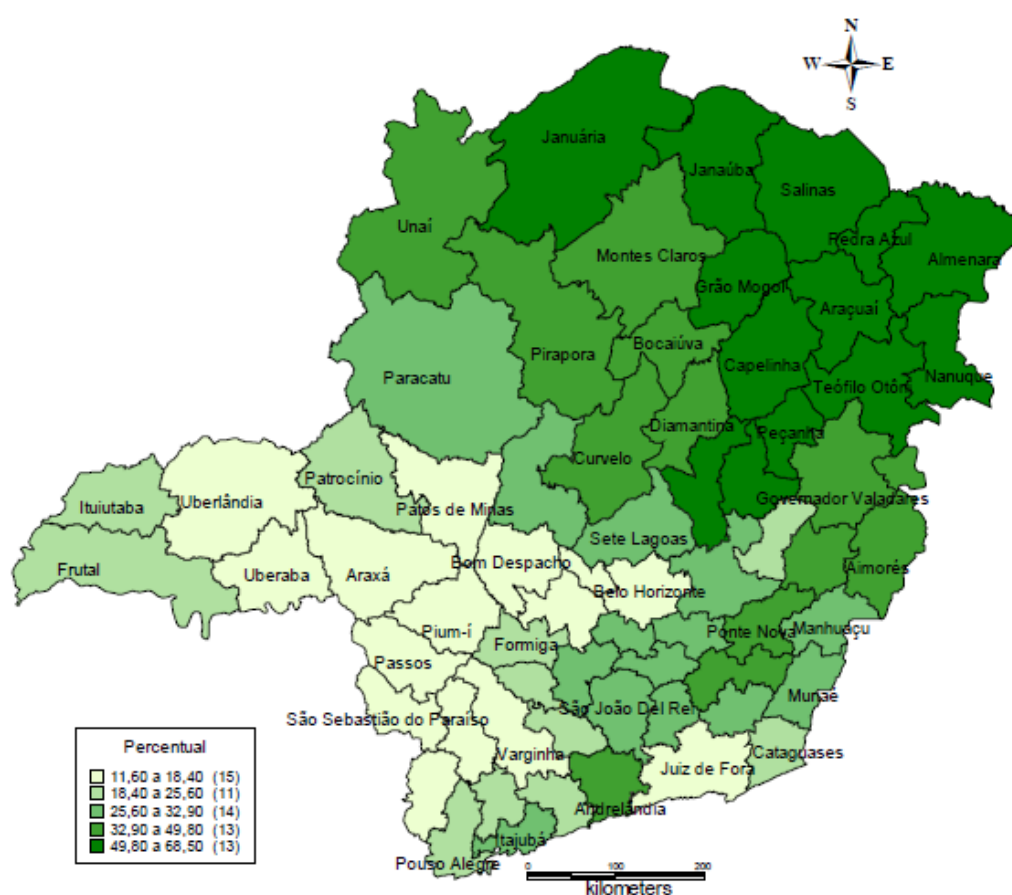
Para Ribeiro (1997, p.13), depois do declínio minerador e do período algodoeiro, “o Jequitinhonha desapareceu, perdeu lugar na história, para emergir mais de um século depois, nos anos 1970, como o ‘Vale da Miséria’, zona famosa pela enorme exportação sazonal de trabalhadores não qualificados para o Sudeste do Brasil”. Isto porque os historiadores teriam dado atenção apenas para o mínimo e o máximo presentes na região, não registrando uma série de outros momentos, como de mudança da população, guerra civil entre os colonos e os índios etc. Momentos que “mereceram poucas anotações e fizeram com que se mantivesse esse vazio historiográfico, portanto: não histórico” (RIBEIRO, 1997, p.13).

Na contemporaneidade, o Vale do Jequitinhonha apresenta alguns dados que são profundamente reflexivos:

- ✓ Possui médias de urbanização bem abaixo da média do Estado, sendo que nenhuma de suas cidades possui população superior a 50mil habitantes (TOMÁS *et al*, 2007);
- ✓ O crescimento populacional vem se mantendo em torno de zero, e chegou a ser negativo no período 1991-1996 (QUIROGA e REZENDE, 2002);
- ✓ Em 2000, havia apenas 11 tribunais ou juizados de pequenas causas em toda a mesorregião, e nenhum núcleo ou delegacia de mulheres (CENSO 2000 *apud* PESSÔA, 2008);
- ✓ Em 2000 também só havia 32 unidades hospitalares (CENSO 2000 *apud* PESSÔA, 2008), sendo que ainda hoje vítimas com nível maior de gravidade se amparam nos hospitais de outras mesorregiões, como na cidade de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri.
- ✓ Em 1991 o IDH era de 0,556, mas alcançou 0,650 no ano 2000 (PESSÔA, 2008);

- ✓ O percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres foi de 3,83% no ano de 1991 e 1,98% no ano 2000 (PESSÔA, 2008);
- ✓ O percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos foi de 43,3% no ano de 1991 e 46,4% no ano 2000 (PESSÔA, 2008);
- ✓ E em 2000, a grande maioria da população apresentava renda per capita inferior a meio salário mínimo, conforme se pode observar na figura 7 (TOMÁS *et al*, 2007).

Figura 7: Percentual de pessoas residente em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo por microrregiões de MG.



Fonte: Censo demográfico 2000 *apud* Tomás *et al* (2007).

Estes são apenas alguns aspectos que retratam o quadro socioeconômico do Vale do Jequitinhonha. Existem outros números de interesse como a taxa de alfabetização (70,3 no ano 2000), índice de mortalidade infantil (0,24 no ano 2000), porcentagem de renda proveniente dos rendimentos do trabalho (83,5% no ano de 1991 e 54,9% no ano 2000), porcentagem da renda proveniente de transferências

governamentais (10,8% no ano de 1991 e 22,3% no ano 2000). Mas se tratam de números² os quais se espera que tenham sofrido modificações nos últimos dez anos devido às políticas de transferência de renda, que tem trazido fortes repercussões na região.³

Importa lembrar que estes números conjecturam uma das partes de um grande mosaico que representa a realidade. Em relação a eles vive toda uma gente que constrói cotidianamente a história. E deve-se relevar que parte dos efeitos perversos a que os dados remontam foi condicionada pelo modo com o qual o Estado geriu este território. Ou ainda, como o ignorou.

2.2 – Atores e políticas no Vale

Da gestão do Estado brasileiro para com o Vale do Jequitinhonha, além do controle estabelecido pelo poder real sobre o território diamantífero e a guerra declarada aos Botocudos, somente com a incorporação da mesorregião à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a partir de 1960, é que voltará a ser alvo de interesse. A SUDENE foi das primeiras instituições a atuar em prol do desenvolvimento da região, que, na concepção do período, correspondia ao estímulo ao crescimento da atividade industrial com seus efeitos multiplicadores. Além disto, se encarregaria de resolver problemas agrícolas agravados pela ocorrência das secas (BRANDÃO e WILDHAGEN, 2009)

Em realidade, a iniciativa da SUDENE situou-se em Montes Claros, município da mesorregião Norte de Minas Gerais, que era destaque como eixo econômico do norte mineiro em relação a outras regiões do país (OLIVEIRA, 2000). Cabia ao fluxo econômico proporcionado pela atividade industrial de Montes Claros a responsabilidade de cobrir toda a área mineira do Polígono das Secas, que abrange o Norte e o Vale do Jequitinhonha. Contudo, este modelo de polo estimulador do desenvolvimento esteve fadado ao fracasso, pois o polo industrial montesclareense não

² Os dados apontados entre parênteses estão presentes na análise feita em Pessoa, 2008.

³ Até o final deste trabalho não tinham sido publicados os resultados agregados do CENSO 2010 sobre o qual se poderia fazer uma análise acuidada. O argumento sobre as fortes mudanças se baseia em experiências obtidas no Vale do Jequitinhonha durante os últimos dez anos.

daria conta de açambarcar e resolver todos os entraves econômicos da Área Mineira da SUDENE⁴.

Em 1964 é criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE, que se tratava de uma autarquia com autonomia administrativa, econômica e financeira, subordinada diretamente ao governador do Estado. Sua finalidade seria a de contribuir para a formação de uma mentalidade empresarial na sua área de abrangência, promovendo lideranças econômicas (SANTOS, 1971). Esperava-se que a CODEVALE realizasse a aplicação de recursos financeiros sob a forma de projeto de todas as esferas de atividade da população (SANTOS, 1971). Diante de sua criação, a perspectiva analítica sobre a região era de que por estar:

Inserida essa região em processos produtivos seculares, com exígua participação efetiva dos poderes públicos, a preocupação pelo seu desenvolvimento limitava-se, simplesmente, à cristalização dos métodos de trabalho individualizados e substanciados pela tradição. Daí, o intenso esforço que a CODEVALE deverá desenvolver para eliminar êsses traços de cultura não integrados no processo de desenvolvimento de várias regiões mineiras (SANTOS, 1971, p.22).

Para Santos (1971), sob toda a retórica do período, a CODEVALE deveria reorientar as atividades econômicas, políticas e sociais de sua área de abrangência, e caso não alterasse a trilogia pecuária – lavoura de subsistência – mineração, que sustentavam (e ainda sustentam) a região, estaria apenas contribuindo para a “perpetuação do atraso e do caráter retrógrado regionais”⁵ (SANTOS, 1971, p.24). A visão de Santos (1971) era da necessidade de expansão da economia com a criação de um novo aparelho produtivo que, de fato, *rejeitava* ou *abandonava* as potencialidades já existentes nas atividades do território, embora reclamasse a real urgência em sanar aspectos como falta acesso à energia elétrica, à rede rodoviária e comunicações, à educação, saúde e saneamento básico.

Não distante desta concepção, na década de 1980, a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo do Estado de Minas – SEPLAN redigiu um

⁴ O trabalho de Pereira (2007, p.29) aponta a impotência da iniciativa, visto que “ao encerrar-se o sonho desenvolvimentista baseado na industrialização regional, via SUDENE, a região encontrou-se imersa num contexto de dificuldades, com graves implicações sociais”.

⁵ Grifo do autor.

relatório de “Ação integrada para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha” em que considerava a região como a “mais subdesenvolvida do Centro-Sul do país” e julgava imprescindível um plano para romper com o círculo vicioso da pobreza da região. Segundo o relatório, a partir de 1971 a SEPLAN contava com a ajuda financeira do Governo Federal para a empreitada, dando atendimento prioritário à educação, saúde e saneamento. Caberia à CODEVALE, sob a coordenação e supervisão da SEPLAN, a execução do programa: encaminhar providências para a liberação e/ou repasse de recursos; elaborar e/ou contratar a elaboração de projetos; negociar e celebrar convênios ou contratos com organismos e empresas selecionadas para execução de projetos ou tarefas; executar atividades que não deveriam ser delegadas a terceiros; acompanhar, fiscalizar, direta ou indiretamente, controlar e coordenar a atuação dos órgãos executores de projetos e tarefas encaminhando à SEPLAN relatórios; reunir e fornecer a SEPLAN elementos informativos sobre o acompanhamento do programa (SEPLAN, sd). E em alguns aspectos, a CODEVALE contaria com a parceria da SUDENE para a implementação de suas atividades, como no setor de educação. Mas o próprio relatório também sugere uma série de inviabilidades nos esforços da SEPLAN e CODEVALE conquanto ao sucesso do programa, devido ao escasso volume de recursos dispensados para modificar substancialmente a realidade.

Em linhas gerais, apreende-se quanto às atividades institucionais que, embora visassem um desenvolvimento pleno da região jequitinhonhesa, estiveram alicerçados no paradigma tecnocrático dominante, e conforme acusam Brandão e Wildhagen (2009), a concepção de desenvolvimento da CODEVALE entrou em crise porque seus fundamentos negavam os princípios da sustentabilidade. Não contemplavam os modos de vida tradicionais como passíveis de serem foco de um desenvolvimento emancipatório por si mesmos. A racionalidade aplicada considerava que a região estagnada só prospera com novos investimentos e que, com a incapacidade dos pobres em tomar iniciativas, deve-se resolver os problemas estimulando investimentos que venham de fora (RIBEIRO, 2007). Negligencia-se o fato de que estes investimentos geram a corrosão da estrutura tradicional, empobrece os sistemas ecológicos e reproduz o processo de desigualdade.

Mais claro torna-se este aspecto quando se analisa o processo de introdução da cultura do eucalipto na região mediante projetos do governo federal ainda na década de 1970. A proposta concernia a promover o “reflorestamento” da região, substituindo o Cerrado pelo cultivo que abasteceria as indústrias de papel e celulose (GUERRERO, 2009). A CODEVALE teria sido uma das institucionalidades que mais

apoiara a entrada das entidades de reflorestamento na região (RAMALHO e DOULA, 2009), e a atividade ao tomar conta das áreas comuns, isto é, as chapadas donde as populações campestres extraíam matérias primas (SILVA, 2008), se tornou motivo para a migração de boa parte das populações das comunidades locais (RAMALHO e DOULA, 2009; SILVA, 2008), fosse como êxodo rural ou sazonalidade. Às escusas da longa citação, será apresentado um caso representativo do processo narrado por Bühler (2005, p.169-170):

Então um dia chegaram os homens da Companhia, fizeram as picadas, foram cortando os caminhos e ninguém sabia nada. Era perto de 1970 *seu* Emídio estava em casa, o homem chegou e disse que era o chefe que comandava tudo. Este homem falou: “O senhor vai precisar mudar”. Agora veja: Emídio foi criado na lavoura, desde pequeno, pequeno mesmo, porque não havia estudo naquela ocasião. E veio este homem estudado (que o estudo deveria servir pra outra coisa) mandando ele sair. Seu Emídio também *não pôde estudar nenhum dos filhos*, que trabalharam a vida toda na roça com ele. Então, quando o homem chegou, todo mundo vivia daquela terra. *Mas veja, como é que nós vamos viver sem a roça se nós não pudemos estudar que nem o senhor?* E daí pra frente, foi nesta medida. A estrada cortou a chapada no meio. Os gerais, que eram um infinito de pequizeiros, viraram um sem-fim de eucalipto. Então, como *seu* Emídio, muita gente está se vendo sem jeito.

Antes a chapada era *do governo*, ou *não era de ninguém*, ou era *de todo mundo*, mas com certeza *ninguém declarava*, uma terra *devoluta*, que na realidade, se você for pensar bem, era do *povo dos buracos*, era a *liberdade deste povo*. Era comum você encontrar todo tipo de bicho: veado, onça, lobo-guará, paca, tatu, cotia, caititu, catingueiro. E tinha também muita planta, muita madeira de fazer casa e cerca, muito remédio e milhões de pés de frutas: pé de jaca araticum, gabioba, sapota, pequi. Tudo hoje se acabou. A companhia veio, trouxe máquina, trator, quebraram tudo. Bateram dias rolando o que tinha pela frente, passando um correntão que derrubava a vida e fazia o barulho engrossado da voz do Diabo. Joaquim e todo mundo presenciou a *devassa* ou a *devasta*: a chapada foi *invadida, derrubada, tomaram conta*.

O pensamento de Joaquim:

aquilo foi para os bichos um mundão acabado. Quando quebrou tudo, quando arregaçou com tudo, foi uma guerra. Guerra, morte e desunião. Os bichos se revoltaram uns contra os outros porque não cabiam todos no mesmo lugar. Antes, como nós, os bichos tinham cada qual sua residência. Na falta da área, se aglomeraram todos. Como hoje se aglomera o povo nas comunidades e nas favelas. Então a confusão é o povo aglomerado, a água faltou para os bichos beberem e, se é

verdade que o mundo acaba, aqui ele acabou a metade. Tem uma parte pouca. Você entendeu?

Passados alguns anos da *devasta* veio *falta d'água*, antes corria água por todo canto, nas cabeceiras todas. [...] O lugar que Dona Rosa morava, por exemplo, era molhado, hoje virou sequidão, rosa lembra com tristeza do dia em que, com os filhos, largou a roça, morada da vida, para *amontoar* na comunidade. Não se faz tanto tempo, uns dez anos talvez. Hoje ela, como tantos outros, vive na comunidade, mas *é a força*.

Emídio conta que a tendência foi cessar com a lavoura. A sequidão: a pessoa tem que o lugar de morar mas não tem a terra para trabalhar. Os homens que têm saúde, explodem *pra* qualquer canto, caçando meio de ganhar dinheiro para pôr comida dentro de casa. Os homens explodem *pra* cidade, onde vão trabalhar na construção civil, ou para o sertão, onde vão catar lenha a troco de miséria, ou para as fazendas de café, durante a colheita, ou para a usina, no corte de cana.⁶

Nestas circunstâncias se inicia o processo de emigração na região do Vale do Jequitinhonha que a faz ser reconhecida nacionalmente como exportadora de braços. Assim como coloca Guerrero (2009, p.85):

[...] a partir de discursos de “progresso” e de “modernização”, o Vale do Jequitinhonha foi sendo alvo de políticas de desenvolvimento cujo interesse principal era, estritamente, financeiro e de benefício transitório. Certamente, um grande contingente de pessoas foi mobilizado para trabalhar no plantio de eucalipto e na lavoura de café, permanecendo, dessa forma, em sua terra, sem a necessidade de migrar para o trabalho sazonal em lavouras no interior do estado de São Paulo. No entanto, uma série de problemas sócio-ambientais foram desencadeados e agravados a partir da implantação desses “programas de desenvolvimento”.

Circunstâncias que serviram para piorar as problemáticas já existentes de infraestrutura, entre outros, servindo a dar combustível para o processo em curso. E quanto às outras políticas de fomento que se aplicavam ao Vale do Jequitinhonha desde 1970 visando o desenvolvimento rural, tanto as gerais quanto setoriais sempre foram elitistas, posto que, segundo Ribeiro *et al* (2004), os requisitos mínimos exigidos para se beneficiar delas não estavam acessíveis à grande maioria da população. Na realidade exigiam que:

⁶ *Sic.*

[...] para participar, o produtor beneficiário apresentasse níveis de renda elevados em termos de Jequitinhonha. Isto representou, concretamente, barreiras à inclusão da maioria das unidades rurais do alto Jequitinhonha, que nunca pode participar delas ou gozar de seus benefícios. Essas políticas foram pensadas para outros tipos de produtores, regiões ou interesses e por isso em vez de eliminar desigualdades, serviram para tornar os problemas de renda da região ainda maiores (RIBEIRO *et al.*, 2004, p. 11).

Parte do problema das políticas públicas criadas pelos representantes do Estado estaria no fato de que não abrangiam as carências das comunidades com base nas experiências das mesmas. Dos projetos da CODEVALE que foram representativos por contemplar a cultura local, esteve o estímulo ao artesanato como forma de melhorar a qualidade de vida dos seus artistas. A instituição incentivava a comercialização da produção local como produto popular genuíno, promovendo oficinas ministradas pelas artesãs, realizando feiras e propagandas e chegando a abrir uma loja em Belo Horizonte para este fim (BÜHLER, 2005). Aí, as fazedeiras de vasilhas se reinventaram, as peças foram se modificando e as bonecas, que não eram tão comuns, emergiram no cenário principal e as vasilhas se tornaram enfeites (BÜHLER, 2005). Mas de acordo com Bühler (2005, p.172):

[...] Foi na época em que a Codevale descobriu o artesanato, que o Jequitinhonha se *descobriu* miserável.

O povo da roça se sentiu, em relação à Codevale, inscrito num emaranhado de relações calcadas na caridade, compreendendo assim a ação desta agência como um ato de benevolência. Ao fazê-lo, galgou para si próprio a imagem do *atrasado*, do *miserável*, do *fraco* sobre ele projetada. (*sic*)

As ceramistas acreditavam que a CODEVALE tratava todos como iguais, comprando as peças sem diferenciação para ajudar o povo; mas com o tempo, a ação da instituição passou a se tornar esparsa, o órgão esvaziado e os efeitos sentidos pelas pessoas que dependiam da venda do artesanato levava a crer que a lavoura apenas não bastava para viver (BÜHLER, 2005). Com o tempo a CODEVALE perdeu prestígio junto à população, chegando a ser considerada como “*uma espécie de Sudene subdesenvolvida, que mantém 70% do seu pessoal em Belo Horizonte, a uma confortável distância dos desconfortáveis problemas da região*” (GERAES, 1978 *apud* RAMALHO e DOULA, 2009, p.9).

Outras políticas públicas de efeito sobre o Vale do Jequitinhonha concernem às ramificações dos programas nacionais; tratam-se em especial dos programas de aposentadorias e pensões que vem repercutir na região. Atualmente, uma das políticas que exercem grande influência no Vale concerne ao Programa Bolsa Família. De acordo com Amaral e Silveira (s.d p. 2), políticas como a do Programa de Bolsa Escola e Renda Mínima tem o diferencial de conceder o benefício em dinheiro, que denota a ideia implícita de que *“as famílias são capazes de gerir suas necessidades e recursos de forma mais adequada que os programas assistenciais de tipo tradicional”*. Ainda na perspectiva dos autores, políticas públicas deste tipo ultrapassam o condicionamento político-partidário de outrora e a cultura do apadrinhamento sobre os programas sociais; melhora o consumo familiar (em alimentação, vestuário e moradia) e tem efeitos dinamizadores da renda (AMARAL e SILVEIRA, s.d). Embora haja ainda reservas em relação a este tipo de política, seu modelo aponta para uma flexibilização em relação aos interesses a serem atendidos, pois o fim dos recursos oferecidos são condicionados pelos próprios beneficiários. A principal crítica a se fazer diz respeito à falta de ações complementares ou conexas para se desenvolver uma economia sustentável (AMARAL e SILVEIRA, s.d).

As fontes de renda provenientes do governo acabam por configurar parte crucial na dinâmica econômica do Vale do Jequitinhonha⁷. Segundo Ribeiro *et al* (2004, p.14) , mesmo que modestas, apresentam fortes efeitos sobre a renda e produção “em grande parte, porque elas deixaram um pouco mais líquida uma população que tem terra para plantar e quase nenhum dinheiro para investir”. Logo, os recursos acabam oferecendo maiores possibilidades para as comunidades locais porque ao ter alguma estabilidade de renda, aposentados, pensionistas e os familiares que usufruem das bolsas tem maiores condições de se estabelecer na terra e se manter em atividades produtivas locais, em alternativa à migração temporária, por exemplo. Além disto, a renda recebida pelas famílias mais que fortalecer seu poder de compra, proporciona a circulação local desta mesma renda.

Devido aos efeitos fragmentados e insuficientes que o antigo modelo de políticas públicas obteve em relação à promoção do desenvolvimento da região, e diante das peculiaridades do território e o modo de vida adaptado que sua população

⁷ Como já foi apontado, a porcentagem da renda proveniente de rendimentos do trabalho diminuiu entre 1991 e 2000; enquanto que a porcentagem da renda proveniente de transferências governamentais fez o movimento inverso no mesmo período. Não há ainda dados do Censo 2010 para fazermos comparação, mas espera-se que o percentual de transferência de renda tenha aumentado devido à expansão do acesso ao benefício com os últimos governos petistas.

desenvolveu, torna-se imprescindível que as novas ações, que visem a melhoria da qualidade de vida desta gente, contemplem-na como sujeitos aptos a serem os promovedores do próprio desenvolvimento. Não se trata de deixá-los à custa de si, sob o discurso do *self made man* liberal, mas sim de reconhecer seus saberes práticos e superar o descrédito que a tecnocracia tem para eles. Neste sentido, o auxílio dado pelas transferências governamentais tem sua eficiência por contribuir a manter o fluxo de produção e comércio nas feiras municipais que *“constituem um belo exemplo de dinamização das economias locais, pois faz com que o dinheiro permaneça nos municípios, pois são locais os consumidores e os produtores dos produtos agrícolas comercializados”* (SILVESTRE *et al*, 2005 p.4).

Outra política de abrangência nacional que tem alcance significativo concerne ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (RIBEIRO, 2007), que foi instituído mediante o Decreto nº1.946 de 1996 e aperfeiçoado nos anos 2000. O programa teria a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores, aumentar a sua capacidade produtiva, gerar empregos e melhorar sua renda, e tem utilizado três linhas principais de financiamento: capacitação, infraestrutura e serviços e crédito (ORTEGA, 2008). Mas a grande maioria dos beneficiários no Vale do Jequitinhonha só o conhece como crédito bancário, ignorando a cadeia de fomento que o programa propõe, como assistência técnica, apoio às organizações e estímulo na busca de mercados (JESUS, 2007). Além disto, de acordo com Jesus (2007), há grande necessidade de reelaborar tanto os discursos do PRONAF quanto as ações dos agentes financeiros.

De uma forma ou de outra, programas voltados para o rural a partir do pequeno produtor são mais coerentes para o Vale do que os que valorizam a grande escala. Os programas de produção de grande escala acuam a população em nichos espaciais e culturais, enquanto que os de pequena escala vitalizam as condições tradicionais de reprodução (RIBEIRO, 2007). Este sistema de posições binárias se assenta sobre a perspectiva que toma o tradicional como símbolo do atraso. Perspectiva que tem a urgência de ser superada:

Comunidades rurais são locais de pertencimento e cultura; mas não são reconhecidas pelas agências de mediação inovadora – com exceção das igrejas – como unidades estáveis de organização social. As técnicas produtivas foram criadas pelo acúmulo de conhecimentos de gerações seguidas que usaram essas terras e recursos para formar um patrimônio coeso de saber adaptado ao meio. Mas elas costumam ser consideradas evidências do atraso e da baixa produtividade, que precisam ser banidas com urgência das lavouras porque incorporam

pouco ou nada do pacote tecnológico que a revolução verde trouxe para a agricultura. [...] A representação política desses lavradores é reivindicada por deputados – quase sempre de fora da região –, prefeitos e vereadores que os representam quase sempre como clientes. A invisibilidade social, técnica, econômica e política vem daí, baseadas nesta prática de reconhecê-los como pessoas e negar sua existência como sociedade, projeto e cultura. São vistos, mas ignorados. (RIBEIRO, 2007, p.38).

Foi a partir desta invisibilidade social e da negação das pequenas comunidades rurais como projeto de cultura de adaptação ao espaço (em vez de ruptura e dominação do mesmo, tal como o projeto hegemônico) que acabou se cunhando a imagem de pobreza do vale. Imagem que produziu três resultados imediatos: convenceu os brasileiros que o lavrador do Vale vegeta na ignorância e sobrevive graças ao Estado, fortalece os clientelismos por fornecer argumentos novos aos mediadores que exploram a imagem da pobreza e justifica a condução de grandes projetos empresariais num ciclo vicioso (RIBEIRO, 2007). Mas o Vale do Jequitinhonha é mais complexo que esse estigma. Sua realidade se desenha sob diferentes matizes de contrastes identitários.

2.3 – Identidade em contraste

Ainda na contemporaneidade são a extração mineral, a pecuária e a agricultura os principais meios econômicos da região. Existem aí mineradoras de grande porte – cuja atividade de dragagem e desvio dos rios geram grandes impactos ambientais –, garimpos mecanizados e também clandestinos (FERREIRA, 2004); atividade pecuária e agrícola, seja no âmbito da extensão latifundiária ou de pequenos produtores agrícolas. Desta forma, o Vale do Jequitinhonha é predominantemente caracterizado pelo rural e sua ocupação resultou numa “intensa diversidade cultural e social”, conforme pontuam Brandão e Wildhagen (2009). Neste território, bem como no Norte de Minas:

[...] se encontram comunidades de acampados e assentados de reforma agrária, assalariados rurais, produtores familiares (parceiros, meeiros, posseiros e arrendatários), proprietários rurais minifundistas e de grandes propriedades, populações tradicionais (ribeirinhas, pescadores artesanais, quilombolas), garimpeiros, povos indígenas, gerazeiros, atingidos por

barragens, comunidades extrativistas, entre outros [...] (BRANDÃO e WILDHAGEN, 2009, p.37).

E embora os índices de pobreza coloquem a mesorregião jequitinhonha como uma das mais carentes do país é, também, uma das regiões culturalmente mais expressivas do estado de Minas Gerais, abrigando rico patrimônio, que se manifesta tanto em edificações e monumentos quanto nas formas de expressão cultural ditas imateriais (SANTOS, 2004 p.2).

No Vale, a miséria foi e ainda é explorada como elemento de beneficiamento político, principalmente por tentar utilizar a população como massa de manobra política vinculada ao assistencialismo. Afinal, a situação de abandono da região em relação ao Estado fomentou uma espécie de apadrinhamento impulsionado pelos coronéis/políticos, que traziam algum tipo de atendimento à população, tal como ocorrera em outras regiões do país. A mesma condição de “miséria” trouxe consigo a estigmatização da população local como sujeitos atrasados. O próprio jornal “Geraes” (1978-1985), um dos jornais regionais de muita atividade durante sua circulação, em sua primeira fase concebeu o Vale como carente de recursos materiais e consciência política, considerando a imagem de abandono por parte dos governantes e concebendo a população como passiva e sem postura crítica (RAMALHO E DOULA, 2009).

Por outro lado, o jequitinhonhês também se vê dotado de uma identidade tradicional baseada numa cultura local, e que se expressa, especialmente, quando se vê obrigado a sair de suas terras para “ganhar a vida” em outros espaços que não lhe são próprios, como ocorre com seus migrantes sazonais. Como aponta Silva (2008), aquele que sai, só o faz como estratégia de manutenção de suas terras enquanto lugar de morada e sobrevivência. Neste caso, tempo “e espaço constituem uma simbiose, onde presente, passado e futuro se amalgamam. A terra é vista como uma espécie de espaço protetor, de reenraizamento, de porto seguro, de paraíso perdido” (SILVA, 2008, p.1). Esta identidade positiva também é explorada pelo jornal “Geraes” na sua segunda fase, quando passou a denotar a originalidade da cultura local do Vale do Jequitinhonha, que trata da representação de uma mentalidade de resistência e preservação do passado (RAMALHO e DOULA, 2009).

De sujeito passivo, marcado pela ausência de recursos econômicos, o homem do Jequitinhonha é representado como cidadão organizado e politizado, além de ser culturalmente resistente por manter-se atrelado

aos valores tradicionais. O orgulho sertanejo passa a ser valorizado, baseado na idéia de uma vida simples, mas direcionada por valores essenciais como a honra, o trabalho e a honestidade. (RAMALHO e DOULA, 2009 p.11)

Como descrevem Ramalho e Doula (2009), a cultura popular passou a ser considerada como potencial econômico a ser explorado para possibilitar o desenvolvimento da região. E mesmo a CODEVALE teria tido papel entusiástico para este tipo de iniciativa, posto que, como já referido anteriormente, colaborou para disseminar o artesanato local.

Outros pontos devem ser valorizados conquanto ao modo de vida do jequitinhonhês. De acordo com Ribeiro *et al.* (2004, p.6), o Vale do Jequitinhonha é singular, pois ao mesmo tempo em que há uso intensivo do solo agrícola, é lá que situa a “maior cobertura natural revegetada e manejada pela população rural de todo o estado de Minas Gerais”⁸. E muito embora sua população seja afligida pelas secas e outras dificuldades oriundas das especificidades naturais da região (solos áridos e ácidos, ausência de perenidade nas várzeas e córregos etc.), a população desenvolveu um modo de subsistência sustentável articulada ao que o meio oferece. Como descrevem Ribeiro e Galizoni (2006), enquanto que no Alto Jequitinhonha há predominância do Cerrado, com unidades familiares na agricultura e posse pulverizada da terra, as microrregiões do Médio e Baixo Jequitinhonha são conformadas, respectivamente, por áreas de mata seca (savana e caatinga) e atlântica, utilizadas pela cultura pecuária e com comunidades de redutos de camponeses e agregados (os últimos, trabalhadores autônomos dentro das fazendas). À exemplo de uma atividade de produção sustentável e adaptada Ribeiro *et al.* (2004, p.21), mostram o caso do Alto Jequitinhonha, em que se disseminam diferentes tipos de cuidado com a terra e que aqui reproduzo novamente às escusas pela longa citação:

A população rural do alto Jequitinhonha organizou sistemas produtivos muito adaptados ao meio e às suas condições materiais. As bases desses regimes agrários são assentadas em três pilares fundamentais.

- Primeiro: são baseados no trabalho familiar [...] Essas forças de trabalho articulam-se em torno de [...] reproduzir-se e conservar o domínio e o uso da unidade de produção familiar.

⁸ Cabe salientar que cobertura revegetada *não se trata* da atividade dita de “reflorestamento”, mas sim à atividade de pousio da terra, com tempo suficiente para seu restabelecimento.

Atuando planejada e estrategicamente, a família geralmente alcança os objetivos mesmo que tenha contra si as eventuais secas, dificuldades de comercializar e barreiras de acesso aos benefícios das políticas públicas.

- Segundo: são baseadas num profundo conhecimento da natureza, que permite decidir o que coletar, onde plantar, como utilizar os recursos naturais que estão disponíveis [...].

- Terceiro: são baseados no uso comunal, conservacionista e extrativista de recursos naturais, que fundamenta-se no conhecimento local, na espacialidade comum e em acordos ajustados entre famílias e meio. [...]

Assim, essas famílias e comunidades criaram regimes agrários muito ligados ao ambiente e, ao mesmo tempo, com possibilidades mínimas de repetir aquelas técnicas em outros locais ou regiões: técnicas produtivas chegam a variar de uma comunidade para outra vizinha; recursos naturais conhecidos e explorados numa localidade às vezes são completamente desconhecidos noutro. Esses sistemas e conhecimentos permitem àquela população viver e produzir, às vezes tendo contra si o tamanho das áreas de terras férteis, as dificuldades de entrar em mercados e de elevar as rendas. Estas limitações não são suficientes para abalar a solidez da organização produtiva da agricultura familiar na região. Pesquisas têm mostrado que, mesmo nas secas muito fortes – como no inverno de 2003 –, a população atravessa as intempéries sem maiores abalos porque sua estratégia de reprodução é baseada na produção autônoma do básico alimentar, resultante duma combinação inteligente entre:

- 1) produção de alimentos resistentes à seca (feijão, andu, milho, mandioca);
- 2) coleta regular de produtos nas áreas de terras comuns (frutos, essências, óleos)
- 3) comercialização em pequena escala (trocas comunitárias, feiras e mercados locais)
- 4) indústria doméstica rural⁹, principalmente derivados da cana, milho e mandioca;
- 5) rendas monetárias originadas de bolsas, aposentadorias e migrações sazonais.

⁹ Termo de uso específico deste grupo de pesquisadores. A indústria a que se referem concerne a transformação de produtos naturais em alimentos mais duradouros, como fazer da cana, rapadura.

E é por isto que no “tempo das águas” as feiras estão cheias de produtos extrativos, e durante as secas são os manufaturados os que se apresentam em maior diversidade: é estratégia de sobrevivência (Ribeiro *et al*, 2004). E é nesta liga de criatividade, adaptação e resistência que vai se desenhando a cultura, a identidade do jequitinhonhês; que se esboça como um *forte*, tal como o sertanejo romantizado por Euclides da Cunha.

E mesmo que, durante muito tempo, o povo do Vale do Jequitinhonha tenha sido tomado mais como objeto do que como sujeitos do processo histórico, há tempos resistem não apenas no plano de sua cultura prática, mas também em posicionamento político. Mesmo que não tenham obtido conquistas duradouras, existiram movimentos sociais de enfrentamento às políticas públicas implementadas durante o governo militar através de organizações sindicais, associativas e com o apoio das comunidades eclesiais de base, fazendo frente ao latifúndio, às reflorestadoras, ao poder público e pacto federativo como apontam Sgrecia e Gadelha (1987). Ainda hoje se articulam os sindicatos e movimentos, ligando-se à Comissão Pastoral da Terra, Pastoral dos Migrantes, entre outros. Além da busca pela manutenção da resistência cultural por meio de organizações como a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (FECAJE), que anualmente promove o Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha (FESTIVALE) há quase trinta anos.

Assim, pode-se conceber que o Vale do Jequitinhonha é rico, embora seja pobre. Um dos grandes problemas que enfrenta é o fato de que o “desenvolvimento para o rural é pensado pelo que o lugar não tem: uma produção agrícola intensiva, irrigada e capitalizada”, como denuncia Ribeiro (2007). “Difícilmente se percebe que a riqueza cultural é a contraface da sabedoria material que sua população soube criar e que raramente a sociedade urbana brasileira aprendeu a valorizar” (RIBEIRO *et al*, 2004, p.7). Sendo assim:

[...] é necessário mudar a forma de pensar o Jequitinhonha: antes de compreendê-lo como o lugar da pobreza e da ausência do progresso, é preciso pensá-lo como um lugar específico, particular, singular. Portanto deveria ser sujeito – e não apenas objeto – de políticas públicas particulares, específicas e diferentes. Analisar o Jequitinhonha numa perspectiva mais particularizada é um grande passo para criar propostas adaptadas de políticas pois, deixando de pensar a região pelo que ela não tem e passando a pensá-la pelo que tem, é que podem ser construídas políticas consistentes” (RIBEIRO *et al*, 2004, p.8)

2.4 – Nexos

Na tentativa de conceber uma análise complexa da situação do Vale do Jequitinhonha compreende-se que:

- A importância das políticas sociais reside na desigualdade inerente ao sistema capitalista. No fato de existirem sujeitos desamparados frente a este sistema, uma vez que ele promove a ruptura com os laços de solidariedade e que suas forças de modernização não trazem benefícios à todos. Assim, cria-se a necessidade do Estado intervir para “administrar os conflitos” no processo de distribuição destes benefícios.

- No caso das políticas sociais no Brasil, o bem estar social a que se relacionou esteve voltado para o desenvolvimento urbano industrial. E foram estes espaços que alcançaram os mecanismos de distribuição de renda, acesso ao ensino, saúde e habitação, mesmo que fossem sistemas ainda frágeis. O Vale do Jequitinhonha, embora situado no sudeste, ficou relegado à margem destes e outros mecanismos; até porque, a falta de articulação para que as políticas sociais incorporassem o rural já era, por si, uma política que servia a determinados setores e grupos da sociedade. O mundo rural só foi contemplado pelas políticas do Estado mediante o Estatuto da Terra durante o regime militar, e menos para trazer benefícios expandidos do que para amansar o vulcão social que insurgia no período anterior.

- Foi também durante o período militar que o Vale do Jequitinhonha emergiu no cenário nacional, embora sua gente já estivesse fazendo a sua história desde sempre. O Vale que surge então para o Estado e para o mundo é caricaturado sob o estigma da miséria. E diante da concepção alicerçada no crescimento econômico produtivista do regime militar, as propostas para o desenvolvimento da região acabaram por atender, principalmente, interesses dos grupos de poder, e não à gente herdeira da terra. Desta forma, as políticas sociais do período e o modelo desenvolvimentista, embevecidos da mesma tecnocracia, acabaram sendo reprodutores de hierarquias e desigualdades, que são denunciadas nos indicadores sociais de hoje como outrora.

- Ainda no fim do século passado descobriu-se que o desenvolvimento social não decorre exclusivamente do crescimento econômico. E a cidadania brasileira, antes

talhada sob o projeto de pertença ao projeto produtivo, começa a expandir seu horizonte mediante novas formas de participação do contexto democrático. O novo jogo político começa a reconhecer que a estrutura de políticas públicas antes implementada só fez reproduzir valores universais contra os quais o local teve (e tem) de se esforçar para resistir e não desaparecer; e a gestão interativa se apresenta como mediadora deste embate de forças.

- Pode-se supor que com o enfoque no local inicia-se um processo paulatino de apreciação da diversidade nacional, e novas formas de desenvolvimento passam a ser exploradas a partir da perspectiva de sustentabilidade. Neste âmbito, o Vale do Jequitinhonha ganha notoriedade por suas atribuições de resistência econômica e cultural. Mas diante do discurso há muito propalado, a própria gente do Vale absorveu a imagem do atraso e da carência, desvalorizando a própria identidade diante do mundo exterior, ainda que amante das relações tradicionais a que está vinculada. Assim, torna-se uma identidade em conflito, cuja imagem que faz de si vive em peleja com como os atores externos descrevem sua realidade e como se concebe o desenvolvimento.

Com as possibilidades que se abrem com o pleito democrático-participativo, o caso do Vale do Jequitinhonha entra em relevo, pois o desenvolvimento a partir do local permitiria absorver suas mil maneiras de resistência. Neste sentido, políticas públicas que incorporem os atores locais como sujeitos do processo tenderiam a ser mais efetivas para modificar a imagem de miséria de uma região tão pouco explorada. O saber da gente local é rico tanto para contribuir na elaboração dos programas, como para ser juiz dos seus efeitos. É devido a estes entrelaços que surge a proposta desta pesquisa em analisar o Projeto de Combate a Pobreza Rural enquanto política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha, pois o projeto e sua instituição de fomento nascem no berço de um processo que se apresenta como democrático-participativo e que tomaria o local como ponto de partida.

2.5 – O SEDVAN/IDENE e o PCPR

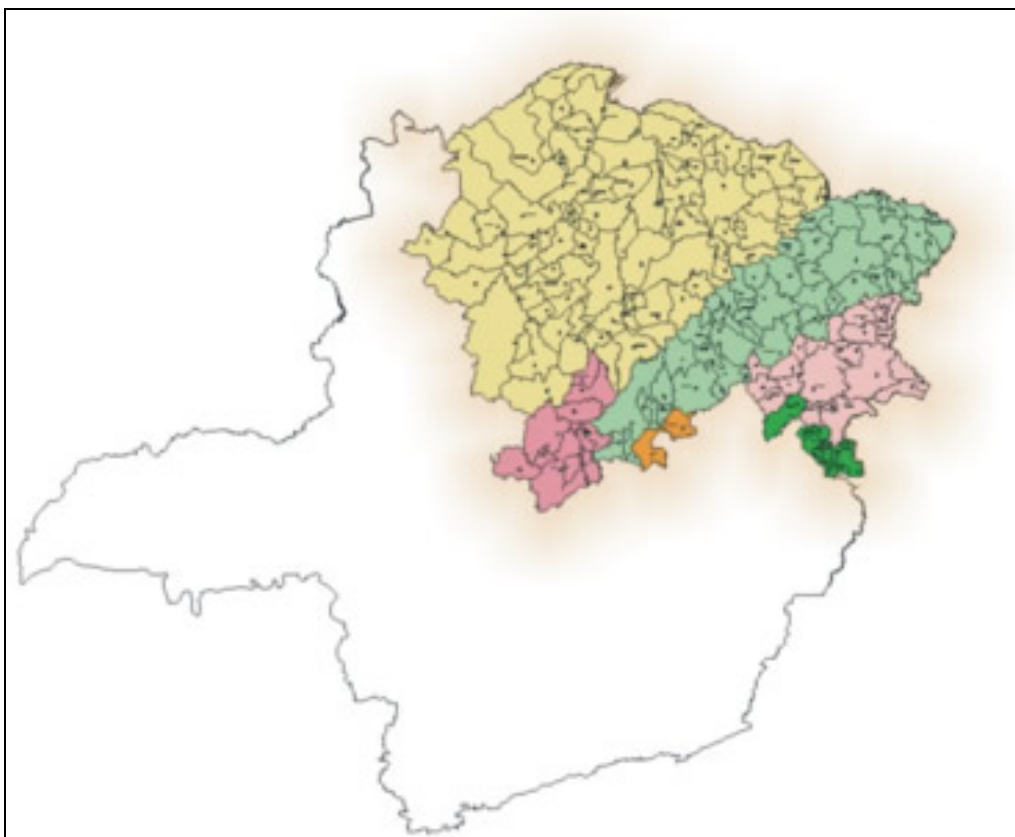
Em 2003 foi criada a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas – SEDVAN com a finalidade de operacionalizar políticas que visassem o desenvolvimento socioeconômico das mesorregiões que abrange. De acordo com informações fornecidas pela mesma:

A criação da secretaria fez com que Minas Gerais se tornasse uma referência nacional e internacional na geração, adequação e utilização de um modelo de Governança Social, com tecnologias sociais e metodologias emancipatórias eficazes na construção de desenvolvimento sustentável em comunidades de baixa renda e baixa escolaridade (Folheto Governo de Minas- Construindo um novo tempo, [s.d]).

A SEDVAN postula ainda que sua criação é um feito inédito, pois busca alternativas para uma região que convive “simultaneamente com a pobreza e muitas potencialidades naturais, culturais, sociais e econômicas” (IDENE, 2011). Reconhecendo o modo mal sucedido como se operou o desenvolvimento no Brasil, a instituição se julga consciente da necessidade de buscar novas estratégias que absorvam os conhecimentos locais e implementem “com eficiência, criatividade e permanente participação popular, projetos e programas que resultem em efetivos avanços para o bem estar da sociedade” (IDENE, 2011).

O órgão executor das políticas orientadas pela SEDVAN é o Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas – IDENE, criado a partir da fusão entre a CODEVALE e a Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas – SUDENOR pelo Decreto Estadual 14.171 de 2002. O órgão, atualmente, mantém diretorias regionais nas suas diferentes mesorregiões de abrangência, contando com um escritório regional em cada microrregião. A área de abrangência da SEDVAN e IDENE pode ser visualizada na figura 8:

Figura 8: Mesorregiões de abrangência da SEDVAN/ IDENE.



Fonte: IDENE, 2011.

No Vale do Jequitinhonha sua diretoria regional situa-se em Diamantina, Alto Jequitinhonha, e conta ainda com um escritório regional nos municípios de Araçuaí e Jequitinhonha, no Médio e Baixo Jequitinhonha, respectivamente. De acordo com o próprio IDENE, sua função é:

[...] planejar, coordenar, supervisionar, orientar e executar a formulação e a implantação de plano, programa, projeto ou atividade, em consonância com os objetivos e interesses das regiões Norte e Nordeste e articular formas de atuação com os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivos municipais, estadual e federal que atuam na região. Identificar e viabilizar o aporte de recursos para os investimentos necessários ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste; promover a cooperação entre as entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, que atuem nas áreas de desenvolvimento dessas regiões, apoiando e acompanhando as respectivas iniciativas.

Articular-se com os organismos competentes, tendo em vista a fixação de critérios de concessão de estímulos fiscais e financeiros, visando à atração de investimentos e à indução do

desenvolvimento empresarial das regiões Norte e Nordeste. [...] (IDENE, 2011)

E por meio disto, o IDENE tem como objetivos:

- a) Combater a pobreza rural e as desigualdades sociais;
- b) Investir na formação do capital humano e social dos cidadãos da região;
- c) Contribuir para a erradicação do analfabetismo;
- d) Elaborar e implementar programas e projetos de desenvolvimento socioeconômico;
- e) Promover processos de transformação das potencialidades regionais em produtos comercializáveis;
- f) Contribuir na promoção e comercialização dos produtos desenvolvidos na região, gerando trabalho e renda;
- g) Contribuir para melhoria do IDH na região, promovendo inclusão social e conquista da cidadania;
- h) Criar mecanismos de atração de investimentos;
- i) Criar Rede de Desenvolvimento Participativo Sustentável;
- j) Propiciar a intersetorialidade do planejamento e da ação governamental;
- k) Articular os atores sociais, estimulando-os à participação na comunidade e nas ações de promoção de desenvolvimento regional;
- l) Firmar termos de cooperação com secretarias de Estado, Governo federal, Universidades, Fundações, Institutos, Associações e Prefeituras;
- m) Sensibilizar a comunidade, mobilizar lideranças e capacitar os agentes envolvidos nos processos de transformação das potencialidades da região;
- n) E proceder a avaliação de impacto da ação governamental nas regiões em que sedia.

Seus objetivos denotariam o compromisso em promover a maior articulação das políticas que a instituição gere ao movimento da sociedade, incorporando-a como elemento transformador da região a ser atendida. A crença na responsabilidade da instituição para estes fins se encontra explícita na opinião da diretora regional do IDENE no Vale do Jequitinhonha¹⁰, que não apenas acredita que a instituição se faz colaboradora do desdobramento das potencialidades do Vale do Jequitinhonha, como

¹⁰ Entrevista com a Sra. Margareth Durães em 25 de Agosto de 2010.

prega a transparência e participação como elementos cruciais para que os recursos da instituição sejam bem empregados

O IDENE vem tentando atingir tais objetivos mediante quatorze programas¹¹ que atualmente desenvolve em todo seu território de abrangência. Com diferentes níveis de complexidade, os programas visam abarcar as principais carências encontradas pela população jequitinhonhesa. Um dos programas de maior complexidade trata-se do PCPR, que passou a vigorar a partir do Decreto Estadual 44.097 de 2005, e visa financiar as comunidades em ações que lhes proporcionem melhorias na qualidade de vida por meio dos seguintes aspectos:

- Infraestrutura: barragens, poços tubulares, cisternas, eletrificação rural, construção/recuperação de estradas, pequenas pontes, armazéns comunitários etc.;
- [Sistemas] Produtivos: casas de farinha, mecanização agrícola, unidades de beneficiamento, piscicultura, apicultura, ovinocaprinocultura, oficina de confecções etc.;
- [Fins] Sociais: construção/reforma de escolas e postos de saúde, lavanderias comunitárias, centros sociais, melhorias habitacionais etc (IDENE, 2011).

Embora o PCPR seja uma ação do Estado de Minas Gerais administrada pelo IDENE, houve outras experiências de PCPR's em outros Estados brasileiros (Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2002; KHAN e SILVA, 2005; MACÊDO *et al* 2011; SILVERA, 2009; PINHEIRO, *sd*), visto que se trata de um programa gerido mediante recursos que se apoiam nas células federativas, sociedade civil e Banco Mundial. Desta forma, foi possível ser introduzido em diferentes realidades, havendo, também, traços gerais a serem aproveitados das diferentes experiências. O PCPR mineiro se diferencia, inicialmente, por dizer respeito a única experiência em território fora das delimitações do Nordeste brasileiro, mas não é nenhuma excentricidade se consideradas as semelhanças socioeconômicas das áreas de abrangência do programa.

¹¹ Seca e inclusão produtiva (Projeto estruturador); Projovem trabalhador; Turismo solidário; Cidadão nota dez; Artesanato em movimento; Sorriso no campo; Ovinos gerais; Fome zero – Leite pela vida; Cozinhas comunitárias; Cidadão.net; Apicultura e desenvolvimento; Cisternas no semi-árido mineiro; Combate à Pobreza Rural.

Até o fim desta pesquisa, a instituição declarava que o PCPR mineiro abrangia 188 municípios do semiárido mineiro, sendo 89 na mesorregião Norte de Minas, 52 no Vale do Jequitinhonha, 36 no Vale do Mucuri e 11 na região central; contando com uma “equipe multidisciplinar de 53 profissionais qualificados, atuando na Sede, em Belo Horizonte, e nos 08 escritórios regionais [...] de maneira que cada escritório regional trabalhe, em média, com 24 municípios” (IDENE, 2011). O PCPR tem como público alvo a população atingida pela seca, “comunidades dispersas e suas associações, prefeituras municipais, produtores rurais familiares, artesãos, pescadores, garimpeiros, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, mulheres e jovens” (IDENE, 2011). Suas bases visam contemplar a participação social, dado que:

“[...] preconiza o desenvolvimento da capacidade dos atores locais de identificar e conhecer a sua realidade de forma participativa, analítica e crítica, construindo coletivamente um diagnóstico de sua situação e da comunidade na qual estão inseridos, com indicação de ações para a superação de entraves, por meio dos subprojetos e, de forma integrada com outras políticas públicas que venham a ser desenvolvidas no município” (IDENE, 2011).

Na prática, o PCPR prevê que os indivíduos que almejam ser contemplados se organizem como associação de acordo com o que está estabelecido no Código Civil¹², redijam um subprojeto de seu interesse que se enquadre n’alguma das categorias acima elencadas (de infraestrutura, de fim social ou produtivo) e, mediante seu representante, submeta-o à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de seu Município. Tais Conselhos, que são criados inicialmente para atender aos requisitos de alocação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), seriam compostos por pelo menos 50% de representantes dos agricultores familiares (ORTEGA, 2008) e estariam aptos a deliberar sobre qual comunidade deve ser atendida com o recurso financeiro do IDENE.

Com a aprovação, o subprojeto é encaminhado para o IDENE que faz análise da sua legitimidade, elegibilidade e viabilidade técnica e ambiental, e depois de aprovado o convênio entre IDENE e associação os recursos são repassados para a conta da entidade para dar início às obras ou afins. Os critérios para definição do

¹² Mais especificamente o Título II, Capítulo II da Lei Federal 10.406 de 2002.

volume de recursos disponíveis para elaboração de projetos em cada município se articulam entre o IDH municipal e o número da população rural do mesmo: quanto menor o IDH municipal e maior a população rural, mais recursos serão destinados (IDENE, 2011). Além disto, cada subprojeto não pode ultrapassar o valor máximo de R\$100 mil, sendo que até 8% pode ser gasto para contratar assistência técnica e acompanhamento, e a operação e manutenção ficam sob a responsabilidade das associações beneficiárias. (IDENE, 2011).

Desta forma, o PCPR espera atingir as expectativas de ser um projeto que vislumbre a participação social e correspondência à realidade, pois são os beneficiários que realizariam o diagnóstico de suas necessidades e o prognóstico sobre que atividade deve ser implementada para mudar sua realidade. Além disto, por serem os responsáveis por administrar o dinheiro, prestar contas e gerir o projeto, ficaria assegurada a transparência do empreendimento fomentado pelo PCPR. Estes são dois dos pressupostos deste novo início de fase da gestão das políticas públicas no Brasil. Outros pressupostos também são açambarcados como metas do PCPR, que visa reduzir a pobreza rural por meio de:

- Melhoria na renda e bem estar da população rural;
- Fomento do capital social;
- Melhoria da governança local, em que a participação é estratégia de implementação dos investimentos;
- E promoção de maior integração das políticas públicas junto aos CMDRS's (IDENE, 2011)

Por suposto, se espera que o PCPR esteja promovendo a melhoria da qualidade de vida da população que abrange dentro deste marco que se pretende democrático-participativo a partir do local. Recentemente houve a reformulação de alguns critérios do PCPR em que ele fora dividido em duas etapas: PCPR I, que ocorrera entre 2006 e 2010, e PCPR II, que começou em 2010 e corresponde ao presente período. Com a conclusão da primeira fase do PCPR é possível verificar as consequências imediatas que os subprojetos proporcionaram.

Admitindo a crença de Kliksberg (1999) para quem o público beneficiado é fonte de sabedoria conquanto a suas próprias deficiências e urgências, bem como os juízes mais indicados a avaliar os efeitos reais de programas de políticas públicas, este estudo vai à campo com a finalidade de analisar em que medida o PCPR tem

contribuído para promover o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha.

Os próximos capítulos elucidarão a realidade em que insere o PCPR, esclarecendo a metodologia utilizada na coleta de dados e em sua análise. Busca-se trazer a discussão sobre a proposta de mudanças nas políticas públicas do campo teórico para uma experiência concreta apontando, por meio desta pesquisa, como tem sido a performance do Projeto na promoção de um desenvolvimento socioeconômico que contemple participação democrática, qualidade de vida e ruptura com a diretriz tecnocrática.



III. Esmiuçando o campo

Nos capítulos anteriores debruçou-se sobre o modo que se processaram as políticas sociais públicas no Brasil, apontando como elas partiram de uma matriz tecnocrática reprodutora de desigualdades para a proposta de uma nova corrente democrático-participativa. Foi elucidada a realidade do Vale do Jequitinhonha como região alijada do processo de desenvolvimento nacional, primeiro, mediante o atendimento de interesses particulares que se concentravam na matriz industrial-urbana e, segundo, pela ignorância em conceber o modo de vida jequitinhonhês como meio de um desenvolvimento alternativo. Foi também apresentado como, através desta nova proposta de gestão, surgiu no Vale a experiência do PCPR através do IDENE.

A proposta deste capítulo é o de iniciar o esmiuçamento do Projeto em questão, delineando os contornos de sua atuação e explicando os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

3.1 – Aspectos metodológicos

De acordo com o relatório final do Estudo de Desempenho Físico do PCPR-MG/2010, que foi contratado pelo IDENE, já foram concluídos 1.416 subprojetos até Julho de 2010, divididos entre as três regiões de abrangência. De acordo com dados primários obtidos diretamente do IDENE, 500 destes projetos ocorreram exclusivamente na área de abrangência do Vale do Jequitinhonha, que fora escolhido como campo de estudo para este trabalho. Mas dada a grande extensão territorial do Vale fui obrigada (econômica e fisicamente) a limitar meu recorte de estudo ao médio Jequitinhonha, visto que era onde tinha maior acessibilidade.

Na categorização do IDENE, o médio Jequitinhonha é composto por 15 Municípios: Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Itaobim, José Gonçalves de Minas, Caraí, Comercinho, Medina, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Coronel Murta,

Francisco Badaró, Itinga, Jenipapo de Minas e Virgem da Lapa. Em todos estes Municípios foram realizados subprojetos da Fase I do PCPR, concluída em 2010¹.

Para a realização da pesquisa houve o contato imediato com a secretaria responsável pelo médio Jequitinhonha, sediada na cidade de Araçuaí, que se mostrou solícita para com a pesquisa dando todo o suporte de que podiam dispor. Usualmente existem três técnicos para acompanhar o andamento do PCPR, de modo que cada um se responsabilizaria por cinco Municípios de acordo com a divisão de tarefas estabelecida.

Todos os 15 Municípios de abrangência da instituição têm projetos do PCPR já consolidados, sendo que, diante dos dados oferecidos pelo IDENE, 54 dos projetos são de ordem produtiva, 42 de ordem infraestrutural e 29 sociais. É importante mencionar que, conforme pode ser visto no Anexo VII, há uma certa indiscriminação entre os projetos de infraestrutura e sociais, de modo que algo que pode ser tomado como social (melhoria habitacional, por exemplo) ora também é colocado como subprojeto de infraestrutura. No que tange à atividade produtiva, ela compete principalmente às atividades relacionadas a elaboração de produtos secundários e atividades de suporte, tais como mecanização agrícola.

Optou-se por verificar apenas as atividades produtivas do PCPR como meio de promoção da melhoria da qualidade de vida nas comunidades por três motivos principais: a) pelo fato de terem sido as atividades produtivas as de maior incidência na microrregião; b) porque a proposta inicial desta pesquisa concernia em verificar quais atividades estariam mais articuladas a efeitos socioeconômicos; c) porque os benefícios oriundos de uma melhoria na renda das populações podem ser diretamente investidos em melhorias de ordem infraestrutural e social nas comunidades.

Por outro lado, dada a impossibilidade de verificar todos os diferentes subprojetos produtivos, a atividade manufatural/semi-industrial foi escolhida como norteadora para selecionar as comunidades; deste modo foram visitadas aquelas em que ocorriam as atividades de fabricação de *farinha* e *rapadura*. Primeiro porque os tipos de produção em questão exigiam uma atividade anterior que poderia levar a articular a compra do produto agrícola dos seus moradores e/ou das comunidade vizinhas, e o produto final também poderia servir como meio de abastecimento para outras atividades produtivas (fabriquetas de biscoito, por exemplo). Segundo porque da estrutura montada espera-se a geração de produtos diretos, diferente da

¹ Confira os tipos de projetos em Anexo VII.

mecanização agrícola, por exemplo, cujo aproveitamento do maquinário pode ser temporário. Além disto os produtos tratam-se de recursos alimentares tradicionais que auxiliam a sanar necessidades nutricionais, diferente das oficinas de roupas, por exemplo. Considera-se neste trabalho que acompanhar exclusivamente um tipo de atividade, o que torna possível identificar com mais facilidades quais os principais percalços relacionados à autonomia produtiva que retardam a melhoria dos aspectos socioeconômicos no Vale.

Por fim, deve-se dizer que a seleção dos subprojetos de fabriquetas se deram também via amostragem proposital, determinada pelo conhecimento do consultor do IDENE, Irã Pinheiro², e visando atender os seguintes requisitos:

- ✓ Que as atividades estivessem situadas em comunidades de diferentes Municípios, de modo a ter diferentes perspectivas sobre a política local e a atuação do CMDRS.
- ✓ Que as atividades estivessem em diferentes fases de constituição, para acompanhar experiências diversificadas.
- ✓ Que as comunidades não fossem próximas umas das outras.
- ✓ Que as comunidades fossem de fácil acesso para quem não detém transporte autônomo.

Assim, foram apontadas cinco comunidades para serem acompanhadas diante destas alternativas, sendo elas as comunidades de Alfredo Graça, Pedra Alta, Piauí Pereira, Queimadão e Paredão. A principal dificuldade inerente ao trabalho foi a ausência de um transporte próprio, de modo que para a sua realização contei com a ajuda de uma série de pessoas³. Deste modo, a pesquisa se enveredou por uma amostragem não-probabilística de conveniência, que, embora tenha sido condicionada pelas restrições físicas e econômicas impostas à prática de uma pesquisa de mestrado, tem sua modesta importância dado o seu caráter exploratório.

Em todas as comunidades as entrevistas foram semi-estruturadas, dirigidas por um roteiro de entrevista focalizado nas questões de interesse mas que, no intuito de flexibilizar a coleta de opiniões e reflexões do entrevistado, não foi padronizado. Visou-

² Mestre em Produção Vegetal, atualmente desligou-se do IDENE e é professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus de Almenara.

³ Tratam-se de pessoas do IDENE, das comunidades visitadas, das prefeituras, da EMATER e mesmo pessoas ocasionais que aceitaram me dar carona nas tantas vezes que solicitei nas vias urbanas e rurais.

se valorizar o entrevistado não exclusivamente como objeto, mas como principal sujeito da entrevista. As entrevistas foram realizadas no período que se estendeu entre Julho a Setembro de 2011, e as questões que orientaram a composição do roteiro de entrevista foram as seguintes:

- O que os beneficiários do PCPR no Vale do Jequitinhonha têm a dizer em relação ao programa e à instituição que o fomenta?
- Em que medida o PCPR contribuiu para proporcionar meios de sustentabilidade econômica para as comunidades que abrange?
- Em que medida a atividade do IDENE junto às comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha tem promovido meios para o desenvolvimento desta região?

Além disto, outros aspectos foram relevados na pesquisa para constituir um maior aprendizado da pesquisadora em relação aos conhecimentos ofertados pelos entrevistados de modo a contribuir na elaboração deste e de futuros trabalhos⁴. No caso, buscou-se verificar o sentido que os entrevistados dão para o Vale do Jequitinhonha, para a sua comunidade, para as atividades do IDENE e do PCPR junto a estas. Após transcritas as entrevistas foram analisadas segundo o método de Análise de Discurso (AD), que tem o interesse de compreender os sentidos pré-construídos que a linguagem abarca, contemplando o posicionamento do sujeito e o contexto sócio-histórico em que se envolve (CAREGATNO e MUTTI, 2006).

Em cada comunidade foram realizadas cinco entrevistas. Em todas elas a “escolha” dos entrevistados foi feita mediante seu interesse e disponibilidade em responder às perguntas; sendo que todos os “escolhidos” foram de sujeitos considerados pelos próprios moradores como *indispensáveis* para a pesquisa. Foram assim abordados ex e atuais presidentes, vice-presidentes, tesoureiros, fiscais das associações, bem como pessoas que eram apenas beneficiários mas que *tinham o quê dizer*⁵. Embora nenhuma pergunta seja de conteúdo indiscreto e todos os entrevistados tenham concedido a permissão em mencioná-los este trabalho não trará nomes, dado que é preferível evitar a possibilidade de ocorrer represálias em relação ao resultado da pesquisa, seja por parte de instituições seja dos demais moradores das comunidades que também terão acesso ao mesmo.

⁴ O roteiro de entrevista elaborado encontra-se no Anexo IV.

⁵ Foi este o sentido dado por alguns dos moradores diante do fato do sujeito indicado ser bastante crítico, ou ter alguma influência por sua história de vida em relação à comunidade.

Por meio dos resultados das entrevistas e dos dados coletados com a observação não-participante foi realizado o levantamento das características gerais das comunidades visitadas para formar um quadro da realidade vivida no Vale do Jequitinhonha. Tal caracterização visa elucidar aspectos sociais, econômico-produtivos e de recursos naturais, conforme indica Pineda (2005) como sendo de importância para se fazer um diagnóstico comunitário.

3.2 – O quadro

Como já fora dito, o Vale do Jequitinhonha se constitui como tendo um modo de vida rico e não-pasteurizado. Este é o traço central em torno do qual serão abordadas as realidades das comunidades rurais do Médio Jequitinhonha. Mas antes de tratar da sua caracterização, cabe evidenciar o sentido de *comunidade* aqui em relevo. De acordo com os sujeitos entrevistados, comunidade é o termo designado para representar pessoas que partilham dos meios de vida e que por isto vivem “em comum e em unidade” (Entrevistado F):

“Eu creio que uma comunidade é *um grupo de pessoas que se reúne em torno de um objetivo*, né. *Pessoas que quer alcançar algo, que sozinha ela não consegue*, então a comunidade senta, discute, forma as idéia naquilo que quer alcançar” (E.A)

“Comunidade é assim, né, um grupo de pessoas, *um grupo pequeno* vivendo em comunidade. *Associações pequenas* né [...] gente que vive em comum, acho que é comunidade, né! [...] pra mim que eu acho é assim!” (E.B)

“O que eu entendo de comunidade, é igual aqui pra nós, né, é um aglomerado de pessoas, um aglomerado pequeno de moradores *aonde as pessoas trabalha tudo em prol de um bem comum*. Comum pra todos. *É isto o que eu penso de uma comunidade, embora muitas vez isso não acontece.*” (E.C)

“Comunidade pra mim é um grupo de pessoas que forma uma comunidade, né! Eu penso assim... não sei. *Eu sinto assim!*” (E.D)

A definição destes sujeitos corrobora a definição conceitual clássica que, segundo Durston (2001, p.160), “abarca aspectos de atividade coordenada com certo

propósito comum, autogoverno, superestrutura cultural e sentido de identidade”⁶. Conforme o mesmo autor as comunidades rurais latinoamericanas merecem ser abordadas mediante as suas especificidades, de modo que não se deve analisá-las do mesmo modo que se faz com bairros pobres porque mesmo havendo elementos compartilhados, suas dinâmicas são únicas (Durstun, 2001). É importante lembrar também que estas comunidades estão imbricadas num território que, como lembra Abramovay (2000), possui toda uma trama de relações com raízes históricas, que além dos aspectos naturais, é constituída por aspectos políticos e identidades. É diante desta ressalva que será realizada a caracterização a seguir, baseadas nas entrevistas realizadas e em anotações mediante observação não-participante.

3.2.1 – A Comunidade do Alfredo Graça

Esta comunidade situa-se no Município de Araçuaí, uma das cidades polarizadoras na microrregião devido a fatores como: a existência de *um* hospital municipal, de aeroporto de pequeno porte (praticamente inativo), deter o maior mercado municipal da mesorregião, ser sede da Secretaria Regional do Ensino, sede de realização das provas do Departamento de Trânsito, sede de diferentes (e recentes) campus universitários⁷, ser sede do próprio IDENE entre outros. Foi a partir do Município de Araçuaí que se desmembraram outros municípios como Itinga e Itaobim na primeira metade do século passado. Atualmente conta com cerca de 35 mil habitantes, dos quais 13 mil estão sitiados na zona rural (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

A comunidade do Alfredo Graça⁸ fica a cerca de 30Km de distância da cidade, à sudoeste, sendo que, na atualidade, apenas 2Km da estrada são pavimentadas. Existe uma linha de ônibus da empresa autoviação Rio Doce que passa pela comunidade diariamente com destino à Novo Cruzeiro, com saída pela manhã e volta no meio da tarde. Demais acessos são possíveis mediante transporte próprio e, quando autorizado pela secretaria municipal de transporte, via ônibus escolar, que vai a comunidade duas vezes por dia. Foi por meio da autorização da secretaria que fui à comunidade, não carecendo, portanto de permanecer na mesma durante a noite.

⁶ Do original “abarca aspectos de actividad coordinada con cierto propósito común, autogobierno, superestructura cultural, y sentido de identidad”.

⁷ Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; Centro de Apoio à Educação a Distância da Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade do Norte do Paraná;

⁸ Usualmente a população se refere a esta comunidade usando o artigo masculino. Adota-se aqui mesma forma.

O Alfredo Graça é uma comunidade com um núcleo urbano considerável, com cerca de 500 casas muito próximas umas às outras (Figura 9), com igrejas (católica e protestante), pracinha, sede dos correios, uma escola estadual que oferece ensino desde a creche até o 3ºano do ensino médio. A aglomeração urbana se deu, segundo os seus habitantes, graças à introdução da estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas⁹. E embora tenha se dado o desmantelamento da estrada de ferro, o povoamento deu continuidade com os cruzamentos familiares que foram se constituindo.

Figura 1: Centro da comunidade do Alfredo Graça.



Segundo o que foi acusado pelos seus residentes, se trata de uma comunidade rural cuja maioria dos habitantes não detém terras para realizar o cultivo que gostaria, o que os leva a vender sua mão de obra para as fazendas circundantes, fazendo “bicos” aqui e acolá; mas em comparação com o passado da comunidade, a condição atual é melhor que outrora:

“Do que eu lembro, pra nós aqui, a comunidade antes era muito mais difícil, porque eu lembro quando eu era garoto ainda, uns dez doze ano, que eu saia para trabalhar com meu pai, a gente sempre trabalhou na terra dos outro, a gente não tinha condição de ter uma terra própria

⁹ Mais informações sobre esta ver GIFFONI, Marcelo. **Trilhos arrancados**. História da estrada de ferro Bahia e Minas (1978-1966). Tese de doutorado, PPGH, UFMG, 2006.

pra trabalhar. Às vezes não tinha uma condição de ... de ter as coisa pra tocar o próprio serviço da gente, a gente tinha que parar e fazer serviço pr'as outra pessoa e a gente vê que aqui é um lugar menos desenvolvido justamente porque o pessoal não tinha terra. Porque, esta fazenda que a gente comprou o dono dela mandava do lado de lá e do lado de cá... e não tinha condição de mandar nem do lado de lá, porque ele não tinha condição financeira pra manter gente trabalhando. Do outro lado tem outra fazenda que tem oitenta e tantos alqueires de terra e a dona da terra não tem uma cabeça de criação. Mais pra cima aí tem Matosinho, cê vai lá, d'um lado e d'outro não tem uma manga¹⁰ pronta, praticamente. Cê sobe mais um pouquinho tem finado x [...] que tem alqueire de terra e não tem condição de manter a terra! Tudo parado. Enquanto que aqui na comunidade não tinha uma família com um pedaço de terra. Então a condição das pessoas era difícil porque, eu não cheguei alcançar, mas se você for andar nestas fazendas todas elas aí tinha um engenho, e às vezes as pessoas trabalhava um dia pra ganhar uma rapadura, né. Trabalhava pra um fazendeiro e quebrava mi, dava umas pela ardida lá pro pessoal comer. Isto aí são histórias que as pessoas mais velhas me contaram, eu não cheguei a alcançar isto aí. Então o que eu vejo aqui, de agora pro passado, pra nós, tem melhorado bastante... agora, só vai melhorar mais se tiver condição de formar mais umas duas ou três associação aqui pra comprar outras fazenda para melhorar o lugar ainda, que aqui o povo precisa é de terra para trabalhar... e condição, né. Não só a terra mas condição como aqui ês deu pra nós.” (E.B)

Devido a iniciativa e organização comunitária, algumas famílias se reuniram para formar a Associação dos Trabalhadores Rurais do Alfredo Graça (ATRAG), que se diferencia da Associação dos Moradores. A ATRAG foi formada, segundo alguns de seus membros, com a finalidade de requerer junto ao governo de Minas a oportunidade de comprar terras em que pudessem cultivar. Assim, através do que eles chamam de “Projeto Para Terra” (Figura 10) conseguiram arrecadar o valor necessário para a compra de 40 alqueires de terra por volta de 2001 e desde lá 26 famílias vêm pagando as mensalidades que lhes cabem já estando por liquidar, enfim, a dívida¹¹.

¹⁰ Segundo os entrevistados, área de terra preparada para o cultivo.

¹¹ Cada família detém um alqueire e meio de terra da propriedade.

Figura 2: Vista de plantios familiares dentro da área comprada sob o “Projeto Para Terra”.



O Alfredo Graça conta com uma rede de abastecimento de águas introduzido pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, hoje substituída pela COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste -COPANOR, subsidiária daquela. Mas tal rede depende de uma bomba d'água comunitária que repetidamente dá problemas, o que acarreta na falta de distribuição que pode presenciar durante a pesquisa. Além do cotidiano dos moradores o cotidiano escolar acaba sendo alterado de acordo com a disponibilidade de água, diminuindo a carga horária de aulas em decorrência.

Além do abastecimento de água, também há a coleta de esgoto, contudo não é dado o devido tratamento para este, nem no Alfredo Graça nem nas comunidades que estão acima e abaixo do Rio Gravatá, que as abastece. Por esta incoerência infraestrutural o Rio Gravatá detém alto índice de coliformes fecais, de modo que não se pode beber das suas águas sem que se tome devidas providências para assegurar sua qualidade. Este Rio tem profunda importância para as comunidades que estão em seu entorno, pois suas águas estão envolvidas em todas as atividades domésticas e produtivas das suas populações.

Existem na atualidade alguns projetos de entidades civis (Associar – Associação Comunitária e Infantil de Araçuaí, CPCD – Centro Popular de Cultura e

Desenvolvimento) e instituições públicas (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER) sendo realizados na comunidade do Alfredo Graça, com vistas à sustentabilidade do uso das águas do Rio Gravatá (Figura 11¹²) e na busca por alternativas de captação de água (Figura 12).

Figura 3: Banheiro de composto de serragem. Projeto do CPCD.



¹² Por não usar água, não contamina o rio, nem o lençol freático. Mais informações vide <http://www.cpcd.org.br/>.

Figura 4: Sistema de coleta de águas pluviais. Projeto do CPCD.



Fisicamente, como incide na maior parte da microrregião do Médio Jequitinhonha, o Alfredo Graça é permeado por clima quente, tendo variações de amplitude térmica durante Junho-Julho, onde as noites e madrugadas são frias; e o regime de chuvas se inicia no fim de novembro, tendendo a se estender até Janeiro-Fevereiro. Considerada ainda na área de Mata Atlântica a vegetação é predominantemente a mata seca e caatinga¹³, que sofreu grandes interferências da ação humana. A produção rural é para autoconsumo e venda na feira municipal de Araçuaí, tendo maior incidência nas variedades de cultivo de hortaliças, pequena produção de mamíferos de pequeno porte (porcos e cabritos) e aves (galinhas). Além disto, no Alfredo Graça pode-se encontrar casas de comércio familiar, tais como bar e lanchonete. O que fazer com lixo produzido na comunidade fica à mercê do interesse de cada domicílio.

¹³ De acordo com o Decreto Federal 6660 de 2008 a Mata Seca é classificada como Floresta Estacional Decidual, incluída como disjunção do Bioma de Mata Atlântica. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - EMBRAPA caracteriza a Mata Seca como detentora de uma vegetação cuja "altura média da camada de árvores (estrato arbóreo) varia entre 15 e 25 metros. A grande maioria das árvores é ereta, com alguns indivíduos emergentes. Na época chuvosa as copas se tocam, fornecendo uma cobertura arbórea de 70 a 95%. Na época seca a cobertura pode ser inferior a 50%, especialmente na Mata Decídua, que atinge porcentagens inferiores a 35%, devido ao predomínio de espécies caducifólias". Disponível em www.agencia.cnptia.embrapa.br. Último acesso em 26/01/2012.

As entrevistas realizadas nesta comunidade se deram em lugares diferentes. A primeira e a última foram em espaços públicos, relativamente movimentados, em que estivemos acomodados sob a sombra de árvores à vista de todos os passantes, especialmente para a curiosidade das crianças! Enquanto que as outras três se realizaram na casa dos entrevistados, com perturbações comuns ao que se pode esperar em se tratando de pesquisa em residências rurais, visto que achegam-se pessoas para dar recado ou fazer visita.

3.2.2 – A comunidade de Piauí Pereira.

Situada no município de Itinga na fronteira com o município de Araçuaí, a comunidade de Piauí Pereira herdou o nome do rio que faz a divisão municipal e o nome da família mais influente/numerosa da comunidade. A constituição desta como comunidade, segundo seus moradores, é muito recente, embora seus habitantes já estivessem na localidade há muitos anos.

“Essa comunidade foi formada através de um transporte escolar... que há anos atrás as criança daqui da região só estudava até a quarta série, e não tinha como continuar seus estudo porque não tinha como ficar na cidade para continuar por causa da pobreza. Sempre tinha que ficar procurando casa de parente, às vezes lá por acauso conseguia um estudar. Aí aconteceu de... uns anos aí, aconteceu que surgiu... eu não sei te falar... qual é dos presidente, que surgiu este negócio de transportar os alunos escolar da zona rural. E então o prefeito de Itinga, a gente procurou ele e ele resolveu colocar uma besta aqui pra colocar os alunos para estudar nesta comunidade aqui, que era parada, praticamente isolada. Então quando esse prefeito colocou esta besta começou a transportar todos os alunos a partir da quarta série para estudar em Taquaral.. então a comunidade começou influir pra querer ter sua própria comunidade e sua comunidade crescer. Aí procurou uma pessoa da comunidade para ser representante da comunidade [...] aí nós procuramos maneira de registrar a comunidade”. (E.F)

“A comunidade aqui, ela tinha poucas casa porque isso aqui primeiro chamava de Arqueana¹⁴... Aqui era uma casa aqui, outra lá, era outra acolá, outra ali já caiu, outra lá colá... mas aí o quê aconteceu... começou os filhos casando, né, construindo... netos... e foi, foi e tá hoje

¹⁴ A Arqueana de Minérios e Metais LMTD é um empreendimento situado entre Araçuaí e Itinga com a atividade de extração e beneficiamento de pegmatitos. Rochas cuja mineralogia apresenta minerais e gemas como quartzo, feldspato, micas, turmalina, topázio entre outros. A comunidade de Piauí Pereira está aos seus arredores.

esta pequena população que cê tá vendo aí. *Aí o que aconteceu, quando foi em 1998, chegou a vereadora x de Taquaral [...] que toda vida foi município de Itinga, mas ficava aqui, jogado... [...] procurou para que a gente formasse uma creche, para as crianças que tinha desnutrida. [...] Assistente social não vinha, não vinha educação, não vinha aquelas ajuda do governo pra tá ajudando as criança na alimentação [...] então ela queria começar [...] veio, fizeram reunião, a gente não tinha lugar pra fazer a reunião, não tinha transporte pra levar as criança pra estudar... Aí não tinha energia, né. A gente foi até Araçuaí e a energia que tem aqui a gente comprou, não é pública, ela não é comunitária, ela é comprada... o menino agarrado no peito e lá vai a gente vai atrás... e aí os irmãos davam aquele total, né, todo mês, R\$26,75 centavos cada um. Naquela época ficou em dois mil e tanto, né, a luz e conseguimos rastar a luz pra cá... logo que conseguimos, outro povoado foi lá e comprou, né, lá na frente... Comprou a rede não, que a rede é da CEMIG¹⁵, comprou o transformador. Aí começou a evoluir, porque quando chega energia numa certa localidade, então clareia, e ela começa a aparecer... porque uma comunidade só começa aparecer através da energia! [...]" (E.G)*

Na vertente mais urbana (Figura 13), seus moradores residem a uma dispersão territorial considerável entre si, mantendo relações cotidianas com a comunidade da margem araçuaiense do rio Piauí, posto que de lá está a “outra parte” da comunidade: famílias, a escola ginásial, relações amorosas, além de se abastecerem das mesmas águas, o mesmo clima quente, as mesmas noites frias durante Junho-Julho, as intensas trocas e visitas durante os períodos de festas, leilões e afins. Como disse um dos moradores “o mesmo que se aplica lá, se aplica aqui”, a diferença é a divisa municipal tracejada pelo rio. Assim, o requerimento do título de comunidade de Piauí Pereira se deu porque, embora as suas pessoas interagissem constantemente com o outro lado do rio, não recebiam os mesmos benefícios que viam chegar através do governo municipal de Araçuaí, de modo que resolveram reclamar a devida atenção junto ao governo municipal de Itinga. Isto os permitiu, por exemplo, a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itinga e, a partir dele, solicitar o projeto aqui analisado, amparados pela sua Associação Comunitária de Piauí Pereira.

¹⁵ Companhia Energética de Minas Gerais.

Figura 5: Conglomerado urbano na comunidade de Piauí Pereira.



As pessoas tendem a trabalhar em suas pequenas porções de terra, sendo que a produção que se tem na comunidade, tal como relatado no Alfredo Graça, e de pequena produção familiar tendo em vista o autoconsumo e as feiras municipais de Itinga e a de Araçuaí.

“O que sustenta aqui mais um pouquinho é a farinha, o pessoal planta a mandioca, né! Tem uns que nem tá plantando mais que a falta de chuva... Tá muito pouca... tem hora que ela consegue dar rendimento, tem hora que não consegue. Cada um tem hora que planta um pouquinho de milho, feijão... cê tá entendendo?! E aí vai dando o sustento de cada dia. Às vez um cria um porco. Aquilo serve pra despesa da casa ou pra vender. Cria uma galinha. Tem alguns que as vezes tem um gadinho. É um sustento especial aqui na região é o leite. Que o leite às vez não dá pra ele sobreviver, mas através de uma farinha, uma horta, que nem a minha ali na beira do rio [...] uma galinha, um leite... nem todos que tem o leite... mas dá pra ir calçando a vida das pessoas. E a aposentadoria nem precisa falar, né. Geralmente a pessoa com sessenta anos, lavrador, aposenta, aí já dá pra ele viver... Mas e até chegar esses sessenta ano? Né?! [...] Às vez tem lavrador que as vez não tem uma vaca pra tirar um leite.. a renda dele é pouca... ele não deixa de trabalhar. Ele não deixa de trabalhar pra si mesmo, mas ele mata seu corpo de serviço diarista trabalhando na roça pr’os outro pra

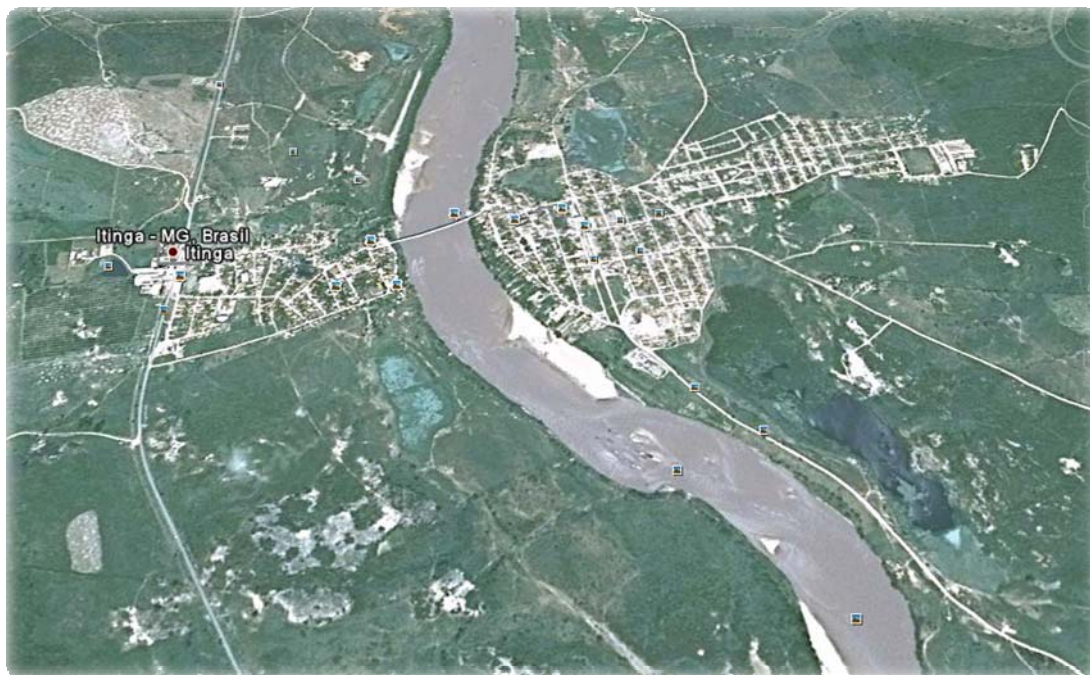
ajudar, contribuir com aquele pouquinho que ele colhe. Que a colheita também é pouca, mas dá um calcinho!” (E.F)

O escoamento da produção da comunidade se dá através de transporte próprio ou da linha de ônibus que faz apenas uma rota por dia, partindo do extremo da comunidade por volta das 05:30 da manhã em direção à rodoviária de Araçuaí, com retorno da mesma para a comunidade as 17:00h. São também os meios de se chegar à comunidade excluindo aí a alternativa do ônibus escolar.

A comunidade se situa, por cerca de 17 Km de estrada de terra, à margem esquerda da BR 367. Do ponto de convergência entre a estrada de terra e a BR até a sede da cidade são mais 20 Km. A linha de transporte existente, no entanto se dirige ao município de Araçuaí, o que explicita a intensa relação da comunidade com este, muito embora Itinga seja considerada uma cidade de porte razoável em termos de Vale do Jequitinhonha; detendo na atualidade cerca de 15 mil habitantes com aproximadamente de 8 mil a residir na sua área rural (IBGE, 2010).

Para alguns Itinga foi considerada a “princesinha do Vale” para o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. Isto pelo fato de ter sido a cidade a escolhida para que Lula se pronunciasse à mesorregião jequitinhonhesa assim que tomou posse em janeiro de 2003, durante a caravana Fome Zero. Tendo prometido aos moradores a construção da ponte sobre o Rio Jequitinhonha, que ligaria as duas partes do município, a obra fora concluída em 2003 e inaugurada pelo mesmo. A cidade de Itinga cresceu à outra margem do rio, isto é, do lado direito e oposto a que se construiu a BR 367 (Figura 14). O acesso de quem vivia à margem esquerda do rio à cidade se dava por longo contorno pela BR 116, a partir de Itaobim, ou por travessia de canoa ou balsa. Isto justifica porque as comunidades do lado esquerdo do rio Jequitinhonha e, portanto, do lado direito da BR 367 terem desenvolvido, desde há muito, relações mais intensas com a cidade de Araçuaí: por ser mais acessível que sua própria sede até menos de uma década.

Figura 6: Vista da BR 367 e Rio Jequitinhonha, Itinga-MG.



Fonte: Captura de imagem através do Google Earth. Último acesso 15/11/2011.

Também o Piauí Pereira para manter relações com a porção araçuaiense da comunidade utiliza de pequenas pontes (Figura 15) que eram utilizadas especialmente durante o período de chuvas, quando o rio vivia trombas d'água intensas, fertilizando suas margens e ganhando profundidade considerável, a ponto de tornar arriscado a sua travessia. Contudo, na atualidade o Rio Piauí se vê enfraquecido, o que atemoriza e esmorece os viventes da comunidade (Figuras 16 e 17).

Figura 7: Ponte sobre o Rio Piauí, Junho de 2011.



Figura 8: Vista sobre ponte do Rio Piauí, Junho de 2011.



Figura 9: Assoreamento do Rio Piauí, Junho de 2011.



Sob o clima quente típico do Médio Jequitinhonha, o abastecimento de água na comunidade se dá através das bombas dos próprios moradores e recolhimento de água das chuvas em tonéis daqueles que os têm. Não há sistema de tratamento de esgoto ou coleta de lixo, ficando à critério dos moradores o que fazer com o próprio lixo. No que tange ainda a infraestrutura, os seus habitantes contam com a creche anteriormente mencionada e se veem ocasionalmente contemplados por projetos da EMATER.

Alguns aspectos de campo importantes de salientar é que, dada a impossibilidade de ir por conta própria à comunidade pela primeira vez, cheguei a mesma com o auxílio do IDENE, tendo o agente institucional me levado por volta das 08:00 horas da manhã de uma sexta feira. Tive de pernoitar na casa de uma das famílias – o que não foi de modo algum sacrificioso, devida a receptividade, respeito e atenção que me dedicaram – retornando à Araçuaí com o ônibus de linha. Devido a ter chegado com o carro do IDENE e ter me acomodado na casa de um dos moradores, (sendo, inclusive, levada a casa de cada entrevistado, acompanhada por uma pessoa desta família) isto deve, de algum modo, ter interferido na resposta dos entrevistados ainda que não perceptível em primeiro momento. Mais notório ainda é o fato de que, retornando posteriormente à comunidade com automóvel próprio para realizar uma última entrevista, esta, aparentemente, foi a resposta que mais se viu envolta em artifícios. Isto é, pareceu-me que os demais entrevistados foram mais sinceros em

suas respostas quando estive acompanhada por pessoa da comunidade, do que nesta entrevista, em que fui por conta própria.

3.2.3 – A Comunidade de Pedra Alta.

A comunidade de Pedra Alta se situa à extremo sul do Município de Ponto dos Volantes, município surgido na última década do século XX na corrente de desmembramentos realizados no Brasil. Ponto dos Volantes se emancipou de Itinga em 1996, e conta com uma série de ausências infraestruturais, mas que não se divergem, ao largo, da realidade jequitinhonha como um todo. O Município possui 11mil habitantes sendo que, até a corrente data, não havia resultados preliminares divulgados pelo IBGE sobre população urbana e rural.

A comunidade de Pedra Alta fica a cerca de 30Km da margem direita da BR116, por estrada de terra; e deste ponto da rodovia até a cidade leva-se mais 50Km aproximadamente, o que deixa a comunidade mais próxima da cidade vizinha – Padre Paraíso, ainda no Vale do Jequitinhonha – com a qual mantém interações constantes. Para se chegar em Pedra Alta o principal meio é o transporte pessoal, além de contar com o frete de taxis e vans quando se tem condições para o pagamento. Por exemplo, o frete de táxi de Ponto dos Volantes para Pedra Alta me foi cobrado o valor de R\$100.

A história desta comunidade é um tanto nebulosa para os próprios moradores. Não sabem ao certo dizer o porquê de sua instalação naquele local:

“Pelo o que eu sei é pouco porque, assim, *nossos pais não nos contaram sobre a formação da comunidade...* Só que, através das famílias, como todos acabaram criando aqui, poucas pessoas saíram... Então *até os casamento foram tudo em família*. Então facilitou esta comunidade. Então eu creio que isso começou desta forma...” (E.K).

“Aqui *antigamente tinha as pessoa mais desquitado*. Uma casinha aqui, outra ali... aí eles [os mais velhos] foram morrendo e foi gerando estes novos. [...] Aí rendeu, né! *Mas quando conheci isto aqui era tudo mato...* [...] *Só que morador era mais pouco, depois que aumentou...* [...] *ô moça isto aqui aumentou de uns 40anos pra cá*” (E.L).

“[risos] Essa comunidade aqui foi formada por essas pessoa mais velha [...] aí foi juntando este povo assim e juntou a comunidade. Era um lá, ali um outro... *era quase que nem um deserto*. Aí foi juntando

este povo e juntou a comunidade. *Igual essa igreja nossa ali, ela era debaixo de um pé de árvore ali. Depois passou para uma farinheira, aí depois de um pouco fez a igreja ali embaixo. Aí com pouco formou a comunidade, com todo mundo junto*” (E.M).

“Então eu penso assim que ela surgiu de uma igreja, eu penso que ela surgiu [...] na farinheira, [o pessoal se reunia lá e] hoje ela tem uma igreja. *Aí, só que assim, hoje o pessoal foi conscientizando e hoje a comunidade é uma mistura de política, religião e cultura, né. Então acho que é isso ... e a cada ano que passa vai conscientizando.* A política na comunidade, o pessoal vai entendendo etc. Então ela surgiu desta forma. *E toda comunidade, ela surge de uma família [...]* você pode ver que aqui na comunidade todo mundo é parente, as 60 família que tem é tudo casado com primo...” (E.N)

Por esta se tratar de região mais próxima ao Vale do Mucuri, pode-se deduzir que a história da comunidade esteve relacionada ao mesmo processo pelo o qual se deu o povoamento daquele; cuja atividade tardia se processou motivada pela Coroa Portuguesa no intento de estender a “civilização” sobre os índios desde o Vale do Jequitinhonha; oferecendo aos “desbravadores”, em troca, a terra que fossem capazes de ocupar e os índios que conseguissem capturar (RIBEIRO, 1997). No que tange à Associação Comunitária de Pedra Alta, sua composição também não tem mais de uma década; sendo que além desta há a associação da Escola Família Agrícola¹⁶, que atende alunos da comunidade e outras comunidades vizinhas – embora estivesse desativada durante a minha presença. A comunidade também conta com pequenas casas comerciais familiares e é ocasionalmente assistida por projetos da Visão Mundial¹⁷.

Diferentemente das outras comunidades, Pedra Alta fica situada em local muito elevado, sendo abastecida por várias nascentes. Também à diferença das outras comunidades visitadas, o clima é ameno e a vegetação perenemente verde (Figura

¹⁶ Escola Família Agrícola é uma iniciativa educativa voltada para o campo e que parte da pedagogia da alternância, onde durante um período o aluno fica na escola tomando conhecimento de questões gerais e técnicas voltadas para a realidade agrícola e n'outro período volta para sua casa onde exercita a aplicação dos seus conhecimentos (NASCIMENTO, 2004).

¹⁷ Visão Mundial (World Vision) é uma organização civil internacional criada na década de 1950 cuja principal atividade é o apadrinhamento de crianças carentes ao redor do mundo. Os padrinhos são quaisquer pessoas que, no interesse de contribuir a uma melhoria das condições de vida destas crianças, doam-lhes valores estipulados mensalmente até que completem a maioridade. No entanto existem outras atividades que visam contribuir na geração de renda, melhoria da saúde infantil e materna etc. Mais informações no sítio da organização: <http://www.visaomundial.org.br/>.

18). Existem outras comunidades que lhe estão no entorno, sendo três delas muito próximas, o que lhes permite manter relações constantes.

Figura 10: Nevoeiro na Comunidade de Pedra Alta. Manhã de Junho de 2011.



Não há uma rede coletiva de abastecimento de água, dependendo da perfuração de poços ou captação da água de alguma de suas dezenas de nascentes. Seus habitantes, aparentemente, têm grandes cuidados com seus cursos d'água, contudo a comunidade é mais uma das que se vê invadida pela cultura do eucalipto. Segundo o que me foi narrado, a área tem tradição no cultivo de café, e um dos seus grandes produtores ofereceu à comunidade a grota de sua propriedade no intuito de que zelassem pela mesma, justamente por ser um dos principais afluentes das águas que abastecem a comunidade. No entanto, o mesmo produtor introduziu o cultivo de eucalipto nas suas terras, o que deixou os moradores alarmados pela alta capacidade de absorção de água que tem este tipo de plantio e a previsibilidade da escassez do recurso (Figura 19).

Figura 11: Grotas entre eucaliptais nas proximidades da comunidade de Pedra Alta.



Os tipos produtivos na comunidade são como na comunidade de Piauí Pereira: cultivo familiar realizado nas pequenas possessões de terra, tanto para o próprio consumo como no abastecimento da feira de Ponto dos Volantes e, pela proximidade, de Padre Paraíso. A diferença se dá pela tradição na produção de café ali existente e no seu entorno (Figura 20).

Figura 12: Processo de secagem de café. Comunidade vizinha à Pedra Alta.



Para chegar à comunidade entrei em contato com um dos seus moradores, que além de me arranjar o transporte gratuito via membro da própria comunidade, também hospedou-me em sua residência com grande receptividade, atenção e respeito. Três das entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados. Ocorreram na presença dos familiares, mas sem sua interferência, e também com a presença do meu hospedeiro. As outras duas entrevistas foram realizadas na casa deste último. Embora considere que o ambiente e a presença do mesmo devam ter interferido na resposta dos demais entrevistados, deve-se relevar o fato de ter havido o falecimento de um dos moradores no mesmo dia em que se procedeu minha visita à comunidade, de modo que a grande boa vontade dos que me receberam foi imprescindível para a concretização do trabalho.

3.2.4 – A Comunidade de Queimadão.

A comunidade de Queimadão situa-se na à noroeste da cidade de Itaobim, a cerca de 13 Km à esquerda da BR116, que parte a cidade em duas. O Município detém uma população de 21 mil habitantes, sendo apenas 5 mil viventes na zona rural

(IBGE, 2011). Assim como Ponto dos Volantes, a cidade é entrecortada pela BR 116, sendo que na entrada da cidade, no sentido Rio-Bahia, há o cruzamento entre a BR 116 com o Rio Jequitinhonha (Figura 21). Queimadão fica do outro lado da cidade, e seu acesso se dá por meio de estrada de terra ao sair da rodovia.

Figura 13: Entrada da cidade de Itaobim.



Pode-se dizer que a comunidade de Queimadão se estabelece nos entornos de uma “grotá”. Todas as comunidades até então visitadas estiveram situadas em áreas de tabuleiro¹⁸, diferentemente, em Queimadão a maioria dos moradores ocupam um terreno altamente acidentado (Figura 22), num vale entre montanhas que não detém um curso d’água perene, tal como um rio ou nascente.

¹⁸ Segundo a população local as áreas de tabuleiro concernem a uma faixa de terra plana onde há um nível de aproximação maior com os cursos d’água.

Figura 14: Vista da comunidade de Queimadão.



As águas que correm pela grotta normalmente são as águas das chuvas vindas pelas montanhas que “numa hora inunda tudo, com pouco, duas hora tá assim, de novo!” (E.R). Por ser assim, a escassez de água se faz grande problema para os viventes na comunidade. Parte deles recebem água por meio de um sistema tubular vindo do “Córrego da Onça”, propriedade particular que cede o recurso para os moradores da comunidade por saber da sua dificuldade. Outros ainda abrem minas para ter o recurso, especialmente para suprir as suas reses com a água salobra que brota da terra (Figuras 23 e 24); sendo que há um poço artesiano que provê aqueles que não têm acesso à minas, embora a bomba aí utilizada estivesse quebrada há mais de dois meses quando da minha presença na comunidade. O ponto mais profundo do vale em que se situa a comunidade tende a ser onde passam as enxurradas das chuvas, e é no mesmo ponto que as pessoas usualmente escavam as minas.

Figura 15:Mina de água salobra na comunidade de Queimadão, I.



Figura 16:Mina de água salobra na comunidade de Queimadão, II.



As atividades produtivas na comunidade de Queimadão também se devem à pequena produção familiar, onde se cultiva, como já mencionado, reses e agricultura de pequena escala para consumo familiar (Figura 25) ou para gerar alguma renda nos mercados locais, tal como fumo (Figura 26).

Figura 17: Hortaliças cultivadas na continuidade de poço de água salobra na comunidade de Queimadão.



Figura 18: Rolo de fumo sendo preparado para venda. Comunidade de Queimadão.



Neste modo de vida estão, além da própria comunidade de Queimadão que conta com cerca de 27 famílias, algumas comunidades circunvizinhas que também detêm pequeno número de habitantes, tais como Córrego de Areia, Cilindro e Sulamérica.

A história da comunidade de Queimadão parte da expansão de um núcleo familiar com até duas gerações.

Esta comunidade quando... existia com três moradores.. como avô dele, e aí veio os filhos... e aí formou os moradores. Depois foi criando família, né! Inclusive aqui tem só três família que é de outras pessoas... Aí [...] tinha essa terrinha aqui, os outros lá no alto... [...] Aí hoje tem esta comunidade. Não tinha energia, não tinha estrada de se passar automóvel, né, era só estrada da gente passar à cavalo, muito ruim... aí foi indo, fez estrada, fez escola. [...] A estrada é há mais de 30anos. A energia foi em 94...96! E aí foi melhorando, né... reforma de casa... Essas casa aqui era tudo pau-a-pique... construção de banheiro para todas as famílias. Aí em 94 foi fundada a associação e a partir desta associação melhorou muita coisa, né! Trouxe benefícios, vários projetos... [...] A associação foi nós mesmo da comunidade que fundou, mas com a ajuda do pessoal. Juntou o pessoal da comunidade e formou a associação e a Emater vem nos ajudando, né! E a prefeitura também! (E.R)

No tempo, foi difícil porque naquele tempo as pessoa mais antiga eles não tinha muito assim, um dom de entendimento [...] às vez muitos achavam que viver só era melhor [...] Só que depois [...] Foi reunindo aquelas pessoa, as pessoa também da... EMATER começou nos visitar e orientar. E aí, o que acontece, a gente foi... conversando que conseguiu formar uma associação. [...]Pra a gente chegar onde tá [...] corremos muito atrás! Sempre cobrando muito. Todos os presidentes que passaram pelo poder, passou, cobrou alguma coisa. Às vez até os político aí, com toda a dificuldade, a gente deve favor. Então isso... [...] Porque muitas associação no tempo já era registrada. Como a gente, no tempo, não tinha energia elétrica, como tem hoje lá, as estrada que tinha era péssima, então a gente resolveu afundar uma associação. Por que no caso as vizinha não interessava tanto, né! A gente era uma associação, comparando assim, isolada! Não tinha quase contato com ... com... só tinha contato assim com os político na época de política, mas depois que passava era esquecido! Aí a gente teve a orientação de pessoas preparada, às vez no tempo, que trabalhava aqui [na cidade] ... os pessoal da EMATER, a mulher aí que hoje é... Leda, mulher do prefeito daqui de Itaobim, falou assim “Ô gente, cês tem que fundar uma associação, vocês aqui mesmo, de vocês mesmo!” No tempo [...] o Zê Wilson resolveu, juntou aquelas pessoa mais velha que tinha e fundou a associação. (E.18)

Assim, a comunidade é formada por membros da mesma família cujos vínculos conjugais se entrelaçaram à alguns membros das comunidades vizinhas ou da mesma comunidade. As terras em que habitam pertenciam ao pai de alguns dos seus membros. Com a sua morte as terras foram divididas entre os filhos que pensavam ter para seu usufruto 8 alqueires de terra até que, com a medição apropriada, verificaram deter apenas 4 alqueires. A comunidade de Queimadão chama atenção pela divisão acuidada das terras entre seus moradores, todas delimitadas por cercados e suas porteiras (Figura 27), e uma das explicações fáceis para tamanho cuidado nas delimitações é o cuidado para não haver a invasão do gado, dos burros e afins à propriedade alheia e seu manancial de água.

Figura 19: Cercados e porteiros na comunidade de Queimadão.



Por não ter sequer abastecimento de água encanada na comunidade, já se espera que não haja coleta de esgoto; tampouco de lixo, ficando ao critério dos moradores seu destino. Além da EMATER atuar na comunidade, há, segundo um dos entrevistados, o contato com outra instituição cuja atividade não ficou clara.

Cheguei a esta comunidade com membro da mesma que faz transporte cotidiano das pessoas à cidade com o seu automóvel (uma D20). O membro da comunidade sai em direção à cidade por volta das 7:00 da manhã e retorna por volta das 13:00h da tarde. Há também o transporte escolar dos alunos a partir do 6ºano; mas este só se direciona para a cidade à tarde, retornando pela noite. Na parte da manhã o transporte leva os alunos da comunidade de Queimadão para a comunidade de Córrego de Areia, onde se situa uma pequena escola para os ensinos básicos. Na comunidade de Queimadão também está uma escola, porém, desativada.

Três das entrevistas que realizei ocorreram na casa dos próprios entrevistados, com a presença dos seus familiares, mas sem nenhuma interferência. Duas outras procederam na cidade de Itaobim, à sombra das árvores de uma praça próxima ao “ponto”¹⁹ dos moradores de Queimadão, às vistas de toda a dinâmica do centro

¹⁹ Na cidade de Itaobim os moradores de Queimadão tendem a frequentar todos uma mesma casa de comércio, especialmente o senhor responsável pelo transporte cotidiano entre a

relativamente movimentado de uma cidade pequena. Excetuando um grupo de crianças que, durante algum tempo, insistia em brincar ao nosso redor em uma das entrevistas, não houve maiores contratempos.

3.2.5 – A Comunidade de Paredão

A comunidade de Paredão situa-se no Município de Virgem da Lapa, que há aproximadamente 14 mil habitantes, sendo cerca de 7 mil da zona rural. Município que desmembrado de Araçuaí há pouco mais de 50 anos, embora tenha melhorado a oferta de bens e serviços, não se diferencia ao largo da condição dos demais municípios do Vale.

A cerca de 25 Km antes da cidade pelo acesso da BR 367, entra-se na comunidade após poucos quilômetros de distância da rodovia e conta apenas carro próprio ou o ônibus escolar como meio transporte, sendo que o último pertence a um dos moradores da comunidade, terceirizado da prefeitura. Permeada por clima quente e mata seca, a comunidade também foi formada a partir da herança familiar sobre terras compradas há muito tempo, mas não há muito conhecimento sobre como se procedeu:

“Os antigos moradores... [...] que é da região... trabalhou como vaqueiro. Adquiriu um pedacinho de terra e... aqui tinha um outro pessoal, essa terra foi comprada por eles. Eles foram embora ficaram famosos na região porque eram valentes... E aí, no Paredão, não tenho conhecimento de onde os antigos vieram não. Aí foram adquirindo a terra, adquirindo família e foram crescendo. [...] Já era uma comunidade, mas quando você oficializa isto... na Igreja isto foi em... na década de 70. Aí já começou a ter o culto... vai ter o culto na comunidade de Paredão... vai ter o culto na comunidade de Campinho... Aí a gente reunia lá no... até embaixo de uma árvore, aí tinha o cruzeiro [...] vinha, não era padre não, vinha aqueles [seminaristas], rezava, tal e tal... E aí depois veio oficializar isto através de associação para que você tenha direitos a... às verbas públicas. À pleitear alguma coisa. Isto já foi lá na década de 90 mais ou menos, que começou a associação” (E.X)

As casas na comunidade de Paredão ficam razoavelmente esparsas (Figura 28), e embora haja serviço de energia elétrica seus moradores não desfrutam de outros recursos, tais como o abastecimento de água, esgoto ou coleta de lixo. A comunidade se autoabastece mediante poços artesianos em que brotam água salobra e algumas valas que os pequenos proprietários fazem para segurar águas das chuvas para saciar suas reses.

Figura 20: Vista de algumas das casas da comunidade de Paredão.



Além da pequena produção de gado a comunidade conta com a produção de pequena lavoura para consumo próprio. Pessoas da comunidade tem tradição na produção de rapadura para venda nos mercados municipais e, segundo alguns dos seus moradores os recursos financeiros advindos dos “auxílios” governamentais, tais como pensões, aposentadorias e o sistema de bolsas ajudam na comunidade:

Aqui moça depois destes últimos governos tem ajudado a gente em alguma coisa. Ajudado assim, faz alguma coisa que beneficiar a gente um pouco, um empréstimo, um mínimo de taxa... e assim, né! [...] Tem muitas pessoas, família que recebe bolsa família, que também é uma ajuda, e assim vamos levando.

Assim como ocorrera em Itaobim, percebe-se também no discurso dos entrevistados a grande importância atribuída à Prefeitura Municipal em atender as dificuldades das suas comunidades rurais, e Queimadão em particular não detém nenhuma parceria com instituições externas.

Para chegar à comunidade tive de contar com o auxílio do IDENE. Assim, dois agentes deixaram-me na comunidade e seguiram para resolver suas atribuições em outro município. Todavia, quando retornaram ainda não tinha terminado a última entrevista, de modo a ter conseguido fazer apenas quatro diante do tempo que me fora disponível. Duas delas foram realizadas na igreja da comunidade (Figura 29) sem nenhuma outra pessoa no local e as demais na casa dos próprios entrevistados, mas também sem quaisquer conturbações.

Figura 21: Igreja da comunidade de Paredão.



3.3 – Notas sobre os subprojetos produtivos

A experiência de campo sobre os projetos produtivos visava encontrar uma estrutura que auferisse renda aos moradores das comunidades rurais e desenvolvesse uma rede articulada entre produtores da matéria prima, processadores na fabriqueta e consumidores do produto, incluindo aí, também, o consumo do produto como matéria

prima em outro tipo de produção. No entanto essa articulação só se dá em estágio primário e de forma segmentada, e para esclarecer tal situação é conveniente denotar como se encontra a situação das fabriquetas visitadas. Primeiramente cabe referir que os projetos visitados enquadram-se nos recursos disponibilizados pelo IDENE para a Iª Fase do PCPR, que se iniciou por volta de 2006 e fora concluído em 2010. No bojo de quatro anos, portanto, se espera que as atividades produtivas tenham começado a alimentar uma rede produtiva, mas que, por ser atividade ainda recente não tenha ainda incremento suficiente para constituir um quadro produtivo mais sólido. Lembro também que, embora a Iª Fase tenha se iniciado em 2006 isto não implica que o projeto tenha sido inserido nas comunidades neste mesmo ano, de modo a constituir temporalidade distintas.

3.3.1 – Fabriquetas de rapadura

Das fabriquetas visitadas, duas foram de rapadura. A produção de rapadura, ainda que na fabriqueta, é de procedimento principalmente manual. Consiste em triturar a cana para extrair o caldo, que por um sistema tubular é levado até os tachos. A partir daí toda a prática é manual, onde o produtor movimenta o caldo até que este adquira a consistência adequada (melaço). Assim constituído, o tacho é retirado do forno e entornado sobre as formas de rapadura para que nelas o material seja resfriado naturalmente.

A primeira visita foi à comunidade do Alfredo Graça (Figura 30). Alguns dos aspectos relevantes sobre a produção na fabriqueta no Alfredo Graça são os seguintes:

1) Durante a visita à comunidade a fabriqueta não estava em período de produção de rapadura. Isto porque a fabriqueta opera apenas durante meio ano, visto que os moradores da comunidade não têm recurso (financeiro e de disponibilidade de águas) para realizar a irrigação no cultivo da cana durante todo o ano, ficando a mercê da densidade de chuvas. Enquanto isto, os beneficiários da fabriqueta se dedicam a outras atividades complementares:

“Planta [cana], no caso, limpa os canavial, planta milho, mandioca, planta feijão, vai roçar os mangueiro, né! As manga às vez precisa roçar, a pastagem, né, vai roçar. Vai tirar lenha pra preparar pro próximo ano. Vai se organizando pra quando chegar a época poder mexer” (E.B).

Figura 22: Fabriqueta de rapadura da comunidade do Alfredo Graça.



2) Embora o projeto inicial visasse contemplar 23 famílias da Associação de Trabalhadores rurais, nem todos se interessaram por realizar a produção, tendo apenas 3 produzido até então. Mas das famílias participantes:

“[...] foi elas que ajudou iniciar e elas que ajudou a cabar. Independente delas usar ou não, qualquer hora que elas quiser acionar a vez delas, elas pode entrar [...] ela não é obrigada a fazer, ela tem a fabriqueta pra fazer, se não quiser fazer, ela vai abrir mão pra outra pessoa para outro sem problema nenhum” (E.B).

“Se por exemplo eu não quero... este ano não vou fabricar rapadura, também não vou impedir do outro de fazer, entendeu! Não vou impedir d’outro arrumar cana fora também e fabricar. A fábrica tá ali pra aquilo, cada um que tá no projeto mesmo que não queira, abre espaço para quem queira, né, pra não deixar parado, pra fabricar e assim segue. Muitas vez quando o cara não quer fabricar ele dá a cana pra outro “ô fulano, cê quer fabricar? Fabrica pra nós dois”, e assim anda.” (E.D)

Assim, embora nem todos estivessem produzindo, até o momento de campo, suas possibilidades não estavam fechadas. Além disto, os beneficiários da Associação dos Trabalhadores Rurais também abrem espaço para os demais sujeitos da comunidade participar da produção. Não atuam diretamente, mas a partir da “meia”; isto é, se o não

associado tiver cana e interesse de utilizar da fabriqueta, recorre a algum associado para oferecer a sua cana, este último o produz e dividem o que for produzido. Caso um associado não queira produzir pode fazer o mesmo.

3) Alguns fatores que impediram o início das atividades produtivas assim que a fabriqueta foi construída foram: o fato de a verba da fabriqueta não ter sido o suficiente para a compra dos tachos (Figura 31), o que ficou a critério da possibilidade financeira dos beneficiários. O fato de o transformador de energia ser de voltagem inferior à necessária para ligar as máquinas (Figura 32), o que demandou negociações (e tempo) com a Prefeitura Municipal e CEMIG.

Figura 23: Tachos no forno de rapadura na comunidade de Alfredo Graça.



Figura 24: Máquina de moer cana na comunidade de Alfredo Graça.



Embora a obra da fabriqueta tenha sido terminada em 2009, só houve, portanto, uma produção, e nesta o usufruto de apenas alguns poucos beneficiários. Estes dirigiram a sua produção ao mercado municipal de Araçuaí, e um deles, que produziu açúcar mascavo, destinou sua produção à compra de produtos alimentícios da Escola Estadual situada na comunidade.

A outra fabriqueta de rapadura visitada foi na Comunidade de Paredão (Figura 33) e, embora a instalação da fabriqueta fosse de 2009 a primeira produção tinha sido realizada dias antes da visita à comunidade.

Figura 25: Fabriqueta de rapadura da comunidade de Paredão.



Alguns aspectos relevantes sobre a produção nesta fabriqueta são:

1) A fabriqueta foi reformulada por seus beneficiários. Segundo o que foi levantado, o valor disponível para a obra seria para fazer uma fabriqueta para apenas um tacho. Por ter sobrado dinheiro, resolveram (e aqui o sujeito fica realmente oculto porque não se sabe de quem partiu a ideia) colocar dois tachos, mas a estrutura não era apropriada de modo que, após concluída a obra, não foi possível iniciar as atividades.

“Depois dela pronta... aí ficou... Porque vem as formas técnicas e... eu digo, a teórica pra prática, né! Alguma coisa no projeto técnico que, quando nós chegamos lá, vimos que não funciona, não dava para funcionar pra gente, aí fizemos uma mudança. Aí.. voltamos a depender da prefeitura... [...] Aí é que ficou pronta... [Foi o problema dos tachos?] É, os tacho... e... as fornalha também, né. Que o modelo de fornalha não era aquele. Era uma fornalha... o sistema dele lá era pra você ... não dava pra gente não, sabe.. pr'ocê tirar o melaço do tacho com uma cuia! Um sistema que não funcionava, né! E as fornalhas eram interligadas [...] Até que fizemos aquela readaptação lá! [...] la ser as duas mesmo, né! No projeto original ia ser as duas fornalhas, só que o seguinte, o que tava ficando era os tacho pra trás [...] mas como houve uma sobra de recurso, de rendimento e tal, deu pra comprar os tacho, o projeto era dois tacho. Só que a fornalha era o seguinte, elas eram interligadas uma na outra. O fogo que funcionava ne uma, funcionava nas duas... Então, aí, o seguinte, se tivesse uma aberta [...] a outra não

ia esquentar, né, por causa do local aberto. Então cê tem os dois tachos, os dois ao mesmo tempo, e lá é possível hoje. [...]” (E.X)

Embora tenha havido diferenças entre o que foi dito pelos beneficiários e o técnico do IDENE responsável pela atividade naquela época, o que importa é que os dois tachos funcionavam com apenas uma fornalha e o espaço construído não era condizente, o que levou a maior desgaste de tempo e recurso financeiro para se refazer a instalação (Figura 34).

Figura 26: Parte interna da fabriqueta de rapadura de Paredão após reforma.



2) Outro aspecto importante é que no entorno da comunidade de Paredão há muitas abelhas (Figura 35). O que, embora não tenha levado ainda na primeira produção a problemas, pode gerar transtornos posteriores aos produtores, visto que os animais são atraídos pelo cheiro do melaço. Segundo moradores mais experientes na arte da produção de rapadura – que já é tradicional na comunidade – a solução temporária é ceder aos animais parte do melaço dissolvido em água nas proximidades da fabriqueta para que estas estejam “entretidas” durante a atividade produtiva. Outros já veem como solução “coletar os animais” e doar para outra comunidade que produza mel.

Figura 27: Abelhas na fabriqueta da comunidade de Paredão.



3.3.2 – Fabriquetas de farinha

A produção de farinha tende a ser mais complexa que a produção de rapadura, devido às inúmeras atividades que envolvem. Primeiro a mandioca deve ser descascada e triturada (Figura 36). Depois é lavada e separa-se a água da massa com a prensa²⁰. A massa é torrada em uma fôrnelha, sendo sobre ela movimentada até que tome o ponto perfeito da farinha. Já a água é guardada em algum recipiente para que o pó da farinha se deposite ao fundo. Este pó, depois de separado da água, é chamado polvilho.

²⁰ A prensa é utilizada quando o maquinário é disponível, quando a farinha é produzida artesanalmente o escoamento da água é feito através da coagem do material moído numa espécie de rede, conforme a figura 37.

Figura 28: Produção de farinha em processo completamente manual.



Figura 29: Tirando a água da farinha em processo manual.



A primeira fabriqueta de farinha visitada foi a de Piauí Pereira (Figuras 38 e 39). Nesta pode-se verificar os inúmeros procedimentos necessários para se realizar a

atividade produtora a partir da introdução de maquinário conforme segue nas figuras 40, 41, 42 e 43 a seguir:

Figura 30: Fabriqueta de farinha da Comunidade de Piauí Pereira.



Figura 31: Interior da fabriqueta da Comunidade de Piauí Pereira.



Figura 32: Máquina de triturar mandioca .



Figura 33: Depósito de lavagem da massa de mandioca.



Figura 34: Prensa para tirar água da massa de mandioca.



Figura 35: Fornalha de torrar a farinha.



Figura 36: Fornalha de se fazer beiju.



É importante mencionar que a estrutura da fabriqueta também faz o tratamento da água utilizada no processo de fabricação para que não atinja os mananciais de água (Figura 45).

Figura 37: Estrutura de decantação da água utilizada no processo de produção de farinha.



Do que se pode ressaltar do projeto da comunidade é até a visita à comunidade poucos beneficiários utilizaram a fabriqueta (no máximo 3), isto porque, de acordo com os entrevistados a mandioca que havia ainda não estava no ponto de ser colhida. E antes disto, também houve atraso para o início da atividade produtora porque a madeira da estrutura da prensa teve de ser modificada, dado que a primeira estrutura não ficou de acordo com o que era de interesse da comunidade. Diferentemente da produção manual, a fabriqueta de farinha tem condição de funcionar com apenas duas pessoas “tocando” as máquinas:

Semana que vem ela vai começar a funcionar... [...] é uma experiência que a gente vai viver ainda, né! [...] pra poder.. eu sei que ainda vai chegar [...] com fé em Deus, na hora que o pessoal acreditar que tem uma torradeira sem coração...Que o quê que é uma torradeira sem coração: é a mulher máquina! [...] A hora queês acreditar na mulher máquina aí vai gerar renda, porque uma família só dá pra poder fazer farinha pra exportação, a hora queês acreditar aí vai ter bastante renda. (E.G)

Mas até a visita na comunidade apenas duas pessoas detinham conhecimento sobre como operar o maquinário, de modo que para a atividade futura os beneficiários esperam ter um *fiscal* de produção para garantir que não haja o uso inadequado das mesmas.

Na fabriqueta de farinha da comunidade de Pedra Alta, além da estrutura de farinheira a instalação detém um moedor de café/milho, visto que também é atividade corrente na comunidade. Esta fabriqueta foi a mais antiga dos subprojetos do PCPR visitados, sendo de 2007, e por ser assim, os moradores detém uma maior experiência com relação à atividade produtiva; havendo também um número considerável de famílias que usufruem das instalações tanto para a produção de farinha como de café e farinha de milho.

Em média, eu não sei... porque às vez em dois anos, quinze família que tá ali desfrutando daquela farinheira, e às vez nos próximos dois anos, [...] já são famílias diferentes por causa do plantio. [...]

Hoje, [...] o projeto da farinheira a gente pode falar que concluiu e, vamos supor, hoje em dia o trabalho que a gente tem é manutenção. Depois que veio a farinheira a gente teve que organizar como manter esta farinheira, né... porque tem contas pra pagar, tem o maquinário que precisa de manutenção. Então a associação, ela mesmo escolheu dentro dos associado alguma pessoa pra tá ali responsável. Pra não parar, porque vai que uma máquina dá problema, quem é que vai correr atrás, né! O presidente num pode tá resolvendo isso aí! Então a própria associação fez uma reunião e ali escolheu cada pessoa pra tá tomando conta ali.. Tem a máquina... o moinho de café, então escolheu a pessoa e então, sempre... era pra de dois em dois anos também tá trocando, mas né! A pessoa quebrou, a gente achou quem administrou muito bem então tá até hoje! (risos) [...] Cada pessoa, ali, a questão da... do dia que a gente faz uma farinha mesmo, a pessoa, ele mesmo tem o direito de ir lá, lavar a farinheira... lavar as máquina que precisa de lavar. A questão das grade da prensa, estas coisa assim. A pessoa mesmo é responsável, né! Então a associação já colocou isto na consciência, disse “ó, isto aqui é seu, cê tem que cuidar!”, né! [...] Chega e já encontra limpo, porque eu, quando faço... eu terminei hoje, então eu vou lá amanhã e limpo. Aí depois de amanhã quem fazer já encontra limpo... só que ele tem que deixar limpo sempre! Quem chega já acha limpo [...] (E.L)

Nesta farinheira também houve modificações da estrutura produtiva. Na realidade nada internamente foi mudado, porém alguns produtores, por não gostarem do aspecto/sabor/densidade da farinha torrada no maquinário, optaram por anexar a

farinheira uma torradeira manual (Figura 46), de modo que usufruiriam de todo o maquinário das instalações, exceto o forno industrial.

Figura 38: Forno de torrar farinha em anexo da farinheira em Pedra Alta.



A farinheira da comunidade de Queimadão (Figura 47) foi a única em que não se realizou nenhuma atividade produtiva, devido a dois fatores:

- 1) Assim como na comunidade de Alfredo Graça, a rede elétrica não favorecia o empreendimento da farinheira, tendo sido necessário trocar o transformador, o que só ficou pronto a pouco tempo.
- 2) As dificuldades que levam à escassez de água conforme mencionado na seção 3.2.4, também limita a produção de farinha que demanda uma quantidade considerável de água:

Pro projeto seria melhor.. [...] depois que ês iniciar essa água, cair aí [...] porque praticamente, as família aqui tem muitos que tem [...] é beneficiado a água, e tem muitos que sequer... Carrega os baldinho na cabeça pr'as casa... Então, depois que pegar funcionar, que a água cair pra todos, pra todo mundo, pra nenhum precisar ficar pegando na casa de um e de outro, aí eu sei que seria bem melhor pra todo mundo. (E.18)

Figura 39: Fabriqueta de farinha da comunidade de Queimadão.



No entanto, é a única fabriqueta que detém um descascador industrial conforme se pode visualizar à esquerda da figura 47, que foi obtido mediante projetos externos para complementar a atividade produtiva²¹. Até a data de visita à comunidade não havia previsão de quando a fabriqueta começaria a ser utilizada; até porque naquela semana a comunidade iria se organizar para iniciar uma “roça comunitária”, em que se plantaria a maniva para beneficiar a todos os produtores.

3.4 – Dos aspectos comuns

Em alguns aspectos as comunidades tendem a passar por processos semelhantes. Usualmente as comunidades tomam conhecimento da existência do IDENE e do PCPR por três formas: intermédio da participação dos seus representantes no CMDRS, por contatos com agentes institucionais que conheçam, sejam da própria instituição ou da EMATER e prefeitura, ou por conhecidos da cidade que tenham tido contato com os membros da instituição. A ideia de submeter um subprojeto ao PCPR também surge dentro do âmbito do CMDRS, ao tomar

²¹ Refere-se ao projeto não esclarecido citado na seção 3.2.4.

conhecimento sobre a atuação do programa em outras comunidades e a disponibilidade de verba.

No que concerne à seleção de atividades para serem empreendidas, estas derivam de dois aspectos: o primeiro parte do interesse da própria comunidade dentro das alternativas colocadas pelo IDENE como empreendimentos possíveis (lista do Anexo I) e, segundo, depende da análise técnica da instituição sobre esta possibilidade. Tal análise depende, por exemplo, do potencial produtivo da matéria prima laboral na comunidade em relação à atividade de interesse.

Nós optou pela farinha... inclusive nós teve várias ideia! Nós teve a ideia de comprar um trator... outra ideia [...] mas nós decidiu pela farinha porque era o que a comunidade mais produzia. Porque o jerico²², nós decidimos não pegar o jerico porque dava muita despesa e a associação não tinha como manter um jerico. E outra coisa, a região nossa aqui não é toda pra jerico... porque a roça aqui tem umas pirambeira²³ então não dava, então nós optamos mais pela farinha por motivo que sempre é uma das produção. (E.J)

[...] Granja aqui na comunidade não dá certo, a gente já tentou [...] é um tipo de ave que é muito frágil, aí morreu! [...] O clima aqui pra és é quente, né, é muito quente... [...] ela não é de criar que nem nós cria aí pro mato, tem que ter um certo cuidado,né! [...] E a rapadura aqui também a região é muito seca pra cana [...] só se tivesse uma irrigação, né! Mas aí não dá, é muito seco! É como eu já falei aí atrás, né: o desmatamento acabou com a região! Que a única coisa aqui que sai aqui é mandioca, né! (E.G)

Foi porque a mandioca foi... é a coisa que a gente achou mais... que mais tem como produzir aqui na região, é a mandioca, porque geralmente a terra, tem mais terra apropriada pra mandioca e é uma coisa que aguenta mais o sol, cê tá entendendo? [...] E rapadura aqui é poucos... poucas pessoa a não ser que podia investir e plantar, mas o bom mesmo, na época que começamos quase ninguém tinha [...] canavial, e mandioca algumas pessoa fazia mandiocal maiores, entendeu! Então que resolvemos. (E.F)

A única coisa que a gente via que ia dar mais renda era a farinha, entendeu! Tinha muitos projeto, mas a gente... até que lá na votação dos associado, todo mundo optou pela farinha [...] Porque era um projeto que podia dar mais renda, né! (E.H)

Entretanto, é necessário pontuar que nem sempre o interesse da comunidade e a avaliação técnica do IDENE asseguram uma boa produtividade em matéria prima, conforme foi visto no Alfredo Graça:

²² Trator.

²³ De terreno muito acidentado, íngreme. Ribanceira.

Aí é que... quando você pega uma coisa assim d'uma vez, a gente também não pensamos muito no escolher. Poderia ter escolhido uma fábrica de farinha. Tinha fábrica de farinha, tinha fábrica de rapadura, tinha ... outras que podia ser construída. Mas o quê que aconteceu, preferimos a fábrica de rapadura pelo volume de cana que a gente tem. Mas aí o que acontece que a cana, tem muita cana, mas pouca ela dá rapadura boa. Ela, 70% dela não dá rapadura boa! A rapadura dá muito sal! [...] principalmente na margem do rio. Dá rapadura que cê não consegue comer, tão salobra²⁴ é! Inclusive fizeram uma ano passado aqui... ninguém comeu ela! [...] até o caldo da cana tem sal! (E.D)

Às vez tem dia que a rapadura não presta... é um ponto negativo pra gente! Que a cana... a gente não conhece as veias da terra! Tem no meio da cana, sozinha, cê corta: tem veia que não dá rapadura. Fica aquela cola. E já no mesmo lugar, abaixo um pouquinho, tem qualidade de primeira! [...] O ano passado num lugar sozinho [...] [teve] três tipo de rapadura! Tem uma que só teve sal! Não prestou! Só prestou pra [...] dar os bicho, que ninguém comia aquele sal... a outra não levantou do tacho, ficou aquele puxa! E já no mesmo canavial... o outro lá pra baixo... deu qualidade! Agora eu sei! [...] Todo mundo, uma tira reta que cortou, não presta! Dá puxenta, dá salgada! [...] Dá pra fazer ração. A puxenta, vou te contar pr'ocê, aquele melado tem que dissolver numa água pra dar os bicho pra beber, que dá trabalho pra consumir aquilo! Jesus! É a pior coisa a rapadura puxenta [...] fica aquele trem mole lá, que não sai nem da vasilha! Dá trabalho! É que na hora que tá pronto a gente vira [o tacho] de uma vez, que a gente só sabe o ponto depois que põe na masseira. Depois que a gente bate que a gente vê que dá o ponto! Só depois que cê bateu ela na masseira que cê sabe! Enquanto não, tá batendo, ninguém sabe! (E.E)

Existem, portanto, atributos físicos da natureza do espaço que delimitam a produção e faz os trabalhadores desenvolver alternativas para buscar beneficiar-se do empreendimento em múltiplas facetas. Outro aspecto comum à solicitação do empreendimento é que, segundo os entrevistados, o IDENE tende a ser rigoroso em relação à documentação das associações para que as mesmas possam concorrer ao projeto, de modo que, a partir disto, muitas associações comunitárias tomam a iniciativa de serem devidamente oficializadas e deter a documentação necessária em dia.

O tempo necessário para a formulação do subprojeto na comunidade depende de dois fatores, do consenso da comunidade em torno do subprojeto que lhe pode ser de interesse e da burocracia correlacionada à criação formal do subprojeto. Quanto ao consenso, segundo as entrevistas, não é muito demorado uma vez que as

²⁴ Salgada.

comunidades conhecem a própria realidade e a sua disponibilidade de recursos, mas quanto ao ponto burocrático isto pode demorar um pouco mais, visto que as associações devem fazer o levantamento dos materiais e mão de obra em, pelo menos, 3 diferentes empreiteiras, para assegurar a concorrência e preços mais baixos para a realização da obra. E, além disto, os técnicos devem desenvolver o projeto segundo as medidas formais²⁵ para que depois se possa expedir para o IDENE.

Deste modo, a elaboração do subprojeto tende a demorar de dois a seis meses, segundo os entrevistados, mesmo porque podem haver algumas falhas formais cuja correção é orientada pelo IDENE microrregional. Depois de enviado a aprovação do projeto não é demorada e o recurso financeiro para custeio da obra chega logo. Com o dinheiro na conta, a associação entra em contato com a empreiteira responsável pela obra para iniciar as atividades. Cerca de 10% do valor da obra deve provir da comunidade, que oferece, para tanto, a própria mão de obra nos dias de serviço da construção. Assim, enquanto a empreiteira coloca o pedreiro, o marceneiro e afins na obra, as pessoas da comunidade atuam como seus ajudantes. Nisto a comunidade se organiza entre turnos de jornada de trabalho, de modo a ninguém ficar sobrecarregado demais com a obra, até porquê, normalmente, todos detêm outros afazeres que lhes servem de meio de vida.

Um aspecto que deve ser relevado é que n'alguns casos a contrapartida da comunidade também engloba a matéria prima para a obra: areia, água, pedras e cascalhos, madeira etc.; material que sirva à construção e que seja de apropriação comum. Entretanto, nem todas as comunidades tem o material disponível, de modo que passam a contar com a parceria da prefeitura para ampará-las²⁶. Concluídas as obras, a organização da comunidade sobre jornada de produção varia de comunidade para comunidade e, principalmente, entre os membros da comunidade, pois nem todos se interessam por produzir, alguns detêm mais matéria prima que outros e assim segue.

[...] [em atividade na produção] de rapadura, acho que são quinze família. Essas quinze são as primeiras que faz, né! Depois, na hora que essas quinze terminar, aquele que não ajudou pode fazer também. Depois que aquelas faz primeiro. Se a gente não fazer isso eles não aprende. Aí depois... a gente faz primeiro... aí se sobrar tempo ês faz as dê! [...] Porque, assim são 15 família, cada uma tira uma semana. Ali vai só passando o tempo!... aí começa sempre agora, né!... junho,

²⁵ Conforme Anexo II.

²⁶ Por exemplo, enquanto a comunidade do Alfredo Graça tinha a disponibilidade de pedra abundante na circunvizinhança; na comunidade de Paredão não havia este recurso. Assim tiveram de contar com o auxílio da prefeitura para compra do material.

julho... aí vai até outubro fazendo. Que tem gente que tem mais cana, tem gente que tem mais pouca, mais pouca termina rápido. Quem tem mais... terminar demora mais. E é sempre esperando aquele que tem mais terminar. [...] antes de começar a fazer a gente reúne pra poder discutir quem quer fazer, quem não quer... ou quem quer entrar na meia. Ano passado mesmo eu não fiz, eu dei [...] a minha na meia. Aí ele me passou parte. Eu fiz um pouco só... e o restante eu dei na meia. (E.E)

Deste modo não há correlação numérica entre pessoas que atuam diretamente no projeto (representantes familiares associados) e famílias beneficiadas, posto que as famílias associadas podem não querer utilizar da fabriqueta, e associados e não-associados (quando houver) podem ser beneficiados mediante sua participação na meia.

Sobre a manutenção dos equipamentos, como já foi mencionado, algumas comunidades optam por ter fiscais do maquinário, para assegurar o bom andamento dos mesmos, enquanto outras optam por todos se responsabilizarem pelo maquinário. A renda auferida com a produção usualmente é utilizada em abastecer o consumo familiar e seu valor depende do volume de produtos produzidos por cada família, ou obtidos na meia, tornando-se dado inconstante.

Importa dizer que as associações também cobram uma pequena quantia (de R\$1 a R\$5 mensais por família, ou o valor de dois pratos de farinha etc.) para amparar a associação financeiramente em relação às contas de água e luz e outros fatores, incluindo aí serviços referentes a utilização da fabriqueta. Desta forma, cada associação deve prestar contas, normalmente anualmente, sobre tudo o que entrou para a associação e em tudo o que foi gasto, assegurando transparência administrativa. Pode haver problemas administrativos, mas todas tendem a ser resolvidas no âmbito da comunidade e de forma pacífica.

Problemas ou situações importantes sobre a associação e as fabriquetas usualmente são comunicados em reuniões que são divulgadas no “boca a boca”, por bilhetes junto às crianças na escola, ou nos cultos religiosos. A assiduidade das reuniões depende dos incidentes ocorridos na comunidade, não tendo datas pré-definidas onde poderia-se abordar circunstâncias de natureza mais perene.

Pelas circunstâncias iniciais os efeitos do projeto para as comunidades ainda são muito superficiais n’algumas comunidades e dizem respeito a questões técnicas principalmente. Nos projetos mais antigos é visível que:

Melhorou, melhorou assim, facilitou muito essa questão da gente... hoje as pessoa, vamos supor, a *minha esposa vai lá, ela faz*

farinha sozinha. Ela chega, tem uma facilidade pra ralar a mandioca, né [...] ela tem facilidade, chega lá, prensar... lá na outra farinheira lá era um pau enorme, tinha que ser um homem pra mover, hoje tem muita facilidade. É aquilo que o próprio maquinário facilita pra gente, né! Então tem esses ponto positivos. O que tem, às vez, é que a gente não tem corrido atrás pra melhorar o projeto, mas o projeto foi bom. (E.L)

[Melhorou porque] [...] antes ninguém tinha ela aqui e rapadura é um alimento pr'as criança! Que tem rapadura, tem o melado, tem a garapa quando a gente tá mexendo! Tem tudo! Então eu acho que mudou muito. [...] ixi, o bagaço pra mim eu acho que é melhor que as outras coisa tudo. Porque o bagaço eu carrego pra horta, pr'o tabuleiro, eu vou plantar feijão, vou plantar abobreira... é pra lá que eu levo o bagaço... num deixa secar. A gente molha, deixa a umidade segura. Cê pode arribar debaixo do bagaço pr'ocê ver, fica molhadinho! Cê molha de manhã, cê chega de tarde lá e arriba pr'ocê ver! Molhadinho debaixo... mantém a umidade. (E.E)

O que tem de positivo é que você, antes, tinha seu produto e não sabia o que fazer com ele, mas hoje cê sabe! Eu tinha a minha cana e não sabia o que fazer com ela... eu tinha que vender ela pra fazer ração ou então ficava um ano, dois ano... cana é um negócio, passou dois ano ela só serve pra fazer ração. E hoje não. (E.D)

Assim, naqueles subprojetos cuja atividade já são mais antigas as mudanças provêm da facilidade que o maquinário oferece para o sistema produtivo, não demandando uma mão de obra grande, tão pouco exaurindo as forças do produtor, o que permite tempo e mão de obra para se dedicar a outras atividades; e ainda possibilitando que, em alguns casos, os rejeitos da produção tenham outras funcionalidades. Por quanto a isto os subprojetos asseguram outros meios de se utilizar do produto *in natura* para a venda, possibilitando mais renda para as famílias. Estes aspectos, entre suas variâncias, são tomados como os principais efeitos dos subprojetos nas comunidades bem como a feição positiva que carregam consigo. No entanto, os subprojetos ainda estão permeados por aspectos negativos de outra natureza: relações humanas.

Eu vejo assim um ponto negativo é isso... eu acho que a própria associação ela deveria [...] ter colocado essa posição de melhorar algo. [...] Essa questão de discutir a descascadeira, né, de mandioca. Que os associado, que é os que utiliza a farinheira, não tem é... falado isso. Às vez em reunião não tem falado isso. Reclama, mas não tem falado isso pra que a associação corra atrás disto aí para melhorar. Então é um ponto negativo que tem. (E.L)

É o que eu te falei, o problema é que não tá tendo aquele entusiasmo que eu pensei que iria ter. É.. justamente por causa disto,

porque as pessoa mais velho eles não tá dando conta da obrigação deles de cuidar da terra. Tem terra irrigada, tem que tá plantando, tem que tá regando à noite, tem que estar ali [...] Então aí que ia entrar o jovem, as pessoa mais nova pra alavancar isto aí. Então não tá tendo aquele entusiasmo. Tem pessoa que não sabe nem a... não tem conhecimento da renda que dá se eles mexer, nem procuram saber, então, o problema é... tá sendo este aí. Porque o mais difícil hoje é, no caso vender, né, mas hoje tá tendo várias oportunidade. Tem o Compra Direta²⁷, tem 30% da merenda escolar que eles compra rapadura pra merenda, né, compra açúcar mascavo. Então tá aí as porta aberta, né. [...] Porque é tão bom, moça quando a comunidade faz um projeto e ela sente realizada. Outro dia mesmo eu tava olhando um... uma fábrica de rapadura também na televisão no canal terra viva, pessoal, eu queria até olhar, na época, na escola pra mim se tem jeito de ês olhar na internet, dês procurar um povoadinho chamado Cacimba [...] O pessoal lá montou uma fábrica de rapadura mas... mas melhor que esta nossa... mas lá o pessoal tá entusiasmado. E o pessoal que trabalha na fábrica de rapadura, ele tá cursando a faculdade, né! Ele diz que quer melhorar, e cada dia que passa o negócio só levari... já saiu de associação, já passou a ser cooperativa, então o entusiasmo eu... pra falar de entusiasmo, eu mesmo era muito entusiasmado com a associação e tinha vontade mesmo, no meu coração de ver esta associação aqui como um espelho, um exemplo pra outros lugar, mas eu fui perdendo esse entusiasmo mesmo por causa desta queda de braço, porque pra mim ter entusiasmo, eu precisaria de pessoas entusiasmada pra me sentir realizado (E.B)

Vê-se que nas relações intracomunitárias ainda deixa-se a desejar quando se trata de buscar novas articulações e possibilidades sobre como desenvolver a produção. Parte disto se deve ao fato de que os subprojetos não foram ainda capazes de modificar as relações sociais no sentido de instigar a coletividade a se engajar na produção e na busca por soluções para as dificuldades que enfrentam. Relaciona-se a isso o fato de que tendem a ficar nas comunidades para tocar os projetos as pessoas mais velhas, pois os jovens saem para estudar nas cidades e nelas ficam, ou ainda acreditam no trabalho sazonal como alternativa de renda, o que prejudica na formação de sujeitos que se aventurem em iniciativas locais. Além disto, os produtores das próprias comunidades acabam se tornando concorrentes quando dirigem seu produto ao mercado municipal, que é o principal propósito dos artigos.

²⁷ A modalidade permite a aquisição de alimentos para distribuição ou formação de estoques públicos, sendo de responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento. Os preços são definidos pelo Grupo Gestor do Programa e para serem adquiridos os produtos devem atender a padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os produtos compõem os estoques para serem utilizados para as cestas básicas e afins (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, www.mds.gov.br, 2011).

Carece relevar também que para superar estes gargalos devem ser observadas circunstâncias de outras naturezas, como a falta de acessibilidade e restrições oriundas do ambiente físico em que se situam as comunidades, conforme foi apontado ainda neste capítulo. Se as comunidades detivessem mais recursos financeiros estes fatores seriam superficiais, o escoamento da produção seria fácil e a infraestrutura modificável, porém, também não seria necessária a incidência de projetos da envergadura do PCPR; portanto, as limitações se retroalimentam. Estes aspectos serão desdobrados na próxima parte desta pesquisa.



IV. Análise institucional do PCPR

Nos capítulos anteriores foram apresentadas a discussão em torno das políticas sociais nacionais apontando suas consequências e as mudanças intentadas em prol de uma proposta democrático-participativa. Foi relevada a realidade do Vale do Jequitinhonha explicitando como a região ficou relegada à margem do processo de desenvolvimento, bem como se deram as consequências da implementação de políticas públicas que pretenderam promover um desenvolvimento que alijava o modo de vida tradicional.

Também foi apresentada a inserção do IDENE e do PCPR como meios alternativos para a promoção do desenvolvimento voltado para o local e no âmbito da nova proposta para as políticas públicas. Por meio da pesquisa de campo foi esboçado o contexto encontrado pelo projeto, relevando as características locais e o formato do empreendimento institucional introduzido nas comunidades.

A partir das experiências dos beneficiários dos projetos nas comunidades, este capítulo pretende dissecar os dados colhidos nas entrevistas e observação não-participante com a finalidade de expor os principais benefícios e dificuldades enfrentados pelo PCPR e IDENE na promoção do desenvolvimento que pretendem.

4.1 – Da análise comunitária

O desempenho do PCPR na promoção do desenvolvimento regional não se ampara exclusivamente na funcionalidade do programa. Além do público alvo, dos objetivos e da forma como se executa o programa, também se deve atentar para quem é sua instituição responsável. Por ser assim, foi feito o levantamento junto às comunidades sobre como o IDENE tem atuado no âmbito do PCPR. Deve-se lembrar que a pesquisa abordou a esfera de ação da microrregião do Médio Jequitinhonha, entretanto, devido à experiência obtida por meio do contato com outros agentes da mesorregião, crê-se que não haja grande variância conquanto ao modo de atuação institucional entre as microrregiões.

Nas entrevistas realizadas, os beneficiários declararam que o IDENE tem 100% de aprovação no diz respeito à sua atuação durante a implantação dos subprojetos, porque:

O IDENE é muito participativo. É um dos *órgão aqui que participa* muito da associação em si. Ele coordena a associação e ele é muito participativo, dá muita assistência. (E.B)

Excelente, porque eles são pessoas que... *o IDENE é pessoa que trabalha com confiança, rigidez e é pessoa que quer assim, tudo às claras*. Tudo os pingo nos “i”, e os dedos todos cortados. [...] Então é pessoa que gosta das coisa firme. Se ocê leva tudo nos claro pra ês... pra ês também clareia lá, pra nós cá. Mas se ocê leva sujeira lá, sujeira não combina, tem que ter tudo limpo. Então é pessoas que trabalham unificado, pessoas que buscam, *são pessoas que tem boa vontade com a comunidade e que enxergam todas as comunidade com clareza*. Nota dez lá o IDENE, as pessoa que trabalha lá! (E.G)

[Atuou] bem, tranquilo, porque eles ajudaram muito. Assim, [...] na prestação de conta ês ajudou muito nós. Porque *ês vinha lá de Araçuaí, vinha aqui, falar o que tinha que fazer e até ajudava a fazer*, então o IDENE ajudou muito o projeto. Quem falar que não ajudou... (E.K)

Ah, [o IDENE é] *fiscalização e cobrança!* Eles ligavam direto: “ó tem que resolver este projeto até dia tal do mês que vem, tem que receber esta prestação de conta até tal dia”. Veio um fiscal [...] ele veio três vezes aí, tirar foto é... filmar... ver como tava indo a construção. *Se tava sendo de acordo com o que foi planejado*, montado a planta. Porque a planta já vem de lá... como vai ser, tudo direitinho. *O equipamento que a gente falou que comprava, se comprou de verdade*, sempre eles estavam aí acompanhando. (E.Q)

[...]Nenhum problema teve, eu achei que quem falhou com a gente muito foi o nosso secretário de agricultura, eu acho que ele foi muito mais aliado com a empreiteira que com a gente [...]. Quanto ao IDENE eu tenho muito que agradecer. *Foram muito gentil com a gente, sabe, principalmente na sobra de recurso, que se o IDENE quisesse podia ter apanhado logo*: “ó, tem que devolver o dinheiro”, e devolvido, e não ficaria um centavo, mas teve cooperação do IDENE¹. (E.U)

Percebe-se, portanto, que o IDENE se torna conceituado junto às comunidades pela credibilidade que seus funcionários têm para com as mesmas, surgida através da transparência exigida pela instituição nos aspectos financeiros e da “gentileza” no trato com as pessoas ao solucionar seus problemas, dando-lhes valor como pessoas e não como objetos. Devida a esta relação os entrevistados também colocam que não houve nenhum problema com o IDENE durante a implantação do projeto.

Uma vez que o IDENE é chamado Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas, também foi questionado sobre como os beneficiários avaliam o

¹ Nos casos em que houveram sobra do recurso nas comunidades o dinheiro restante foi utilizado para incrementar as fabriquetas.

desempenho da instituição na promoção do *desenvolvimento*² que pretende. Cerca de 90% dos entrevistados dizem que a instituição é eficiente:

[...]Porque ês *tem preocupado com o desenvolvimento da comunidade*. (E.M)

O IDENE *é um órgão governamental que tem mais poder* né, que ele tem mais conhecimento de formalizar e aprovar projeto, né, maiores... e ter mais conhecimento é... eu não sei falar a palavra, mas ês vai lá fora e busca e trás pra região, né! Então ele é uma instituição que pra minha pessoa, é uma instituição de grande valia, né! (E.G)

Eu vejo que são muito eficiente, porque eu *sinto que nós depende dele*. [...] Nós *pra trazer os projeto pr'aqui, a associação não vai conseguir*. Nós temos que ter parceria com o IDENE, eu vejo que precisa parceria com o IDENE que é uma organização que eu vejo que é forte e *tem olhado mais o lado da gente que é agricultor, que é trabalhador rural, que mora na área rural* [...](E.L).

Assim, diante da situação em que o Vale se encontrou durante tanto tempo, as pessoas tendem a conceituar a instituição como promotora do desenvolvimento porque ela se dirige realmente para os que mais carecem do apoio governamental. Aqueles que não tomam a instituição como eficiente ponderam que seu modo de atuação:

[É] Fraco. *Poderia ser melhor*, doar mais. Viver... ver mais a realidade da... das associação. Do meio rural. (E.X)

[É] Fracassada. Eu acho porque não desenvolve tanto... se ês fizesse igual a EMATER eu concordava... porque às vez muita coisa que a gente faz *a gente agradece é a EMATER!* Porque *ela cria, ela vem e mostra* a gente aí . É na prática... não tem esta história de cê ir ficar lá não.. é aqui no chão. E o *IDENE não faz isto* com a gente aqui. (E.E)

Este é também o conselho que todos os beneficiários dão para a instituição quando perguntados sobre o que ela deveria fazer para melhorar a sua atuação no Vale do Jequitinhonha. Para eles falta a instituição estar mais presente nos municípios para que as associações entrem em contato com mais facilidade e a mesma incorpore as necessidades das comunidades:

Eu acho que era só participar mais... nós participar mais do IDENE e o IDENE participar mais de nós, associação. Eu sinto que o IDENE tá por aí, mas *tá longe da associação, não tá tendo aquele*

² Antes de avaliar o desempenho da instituição na promoção do desenvolvimento, foi perguntado aos entrevistados o que lhes significava o desenvolvimento. Em geral o termo é apresentado como “botar o trabalho para frente”; “dar serviço para as pessoas”, “dar condições de desenrolar o trabalho”; “gerar renda”, permitir às pessoas “se interar das coisas, aprender”.

contato. Eu acho que pra melhorar precisa primeiramente disto: mais contato associação-IDENE. (E.F)

O conselho que eu dou é pra ês tá, assim, mais presente, né! Eu sei que todo projeto é assim... é muito difícil, né, elaborar um projeto e tal, ser aprovado. Isto aí eu entendo, mas o conselho que eu dou é que ele esteja mais presente né, *sabendo como tá a associação, a comunidade*. O que a comunidade precisa... [...] Que às vez passa projeto lá, *ês confia só na prefeitura e ês [a prefeitura] acaba deixando a gente de fora*, e quando sabe já passou esta oportunidade. Então o conselho que eu falo é *que ele seja mais direto*, IDENE-comunidade, que é melhor. (E.M)

O IDENE, *o ruim é que ele deixa só por conta do Conselho...* que devia ter também. Mas o IDENE não tá nem sabendo o que tá passando dentro do próprio município. E devia ter... *devia ter mais reunião com o conselho municipal e as associações*, que dentro disto aí ia desenvolver. Mas às vez o IDENE espera lá, o conselho não manda. Aí ele pensa que o município tá tudo belezinha. Cê entendeu? Eu acho que o IDENE *devia tentar reunir mais* com os conselho e as associação, aí ele ia ver qual é a maior necessidade do município, porque [...] às vez ele fica de lá “Ah, o município não tá mandando porque não tem precisão”, e talvez o município não tá ligando com a necessidade do povo. A gente quer fazer outro projeto mas não tem como porque a gente não tem o valor para pagar pra fazer o projeto. E a EMATER ês chama, e fica lá empurrando com a barriga, a pessoa quando vai lá não tem...(E.K)

Desta forma, os entrevistados relevam as dificuldades que as comunidades tem, por vezes, de tomar conhecimento sobre o que se passa com o IDENE devido aos interesses de terceiros que, usualmente, são os meios que têm de tomar ciência sobre a disponibilidade de verbas e projetos. Portanto, uma atuação mais ampla da instituição estaria sendo limitada pelo comportamento político personalista comum na sociedade brasileira e, na opinião dos entrevistados, para sobrepujar tais incidências é necessário uma relação mais constante entre a instituição e as comunidades potencialmente beneficiárias. Em aconselhamento para o nível supralocal³ os beneficiários julgam que, para atuar com mais eficiência na promoção do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha, a instituição microlocal⁴ carece de:

[...] *adquirir mais recurso*, né. (risos) com mais recurso *vai ter condição dele estar atuando pra crescer mais*, porque no que vem pra eles, pelo

³ E aqui me refiro à sede institucional mor, situada em Belo Horizonte e responsável por todo o Projeto.

⁴ Aqui me refiro a secretaria microrregional.

menos aqui na região nossa, as pessoa que conheço lá [...] o que tem, eles mostra, o que pode fazer, o que tem condição de fazer eles relata, não tem nada privilegiando um e outro não (E.B)

[...] lá ês é um pessoal muito esforçado, é um pessoal que sempre tá buscando, é um pessoal que sabe te receber, é um pessoal que sempre sabe te dar resposta, é um pessoal que nunca ele larga ocê sair de lá de cabeça baixa. Cê só sai de lá do IDENE com cabeça erguida, então *o IDENE precisa mais é de apoio dos governamental*, né, pra ês. O pessoal que trabalha lá, que essa equipe que trabalha lá, pra mim as pessoa é nota dez. (E.G)

Os beneficiários reconhecem os esforços feitos pelos funcionários do IDENE em lhes atender no nível microlocal e, assim, acreditam que, para que tenham maior rendimento no seu trabalho como mediadores do desenvolvimento regional através do PCPR, faz-se necessário maior dispêndio de recursos financeiros através do Estado, a partir de onde surgiriam maiores oportunidades para as comunidades buscarem outros projetos. Pelo o que foi levantado junto às comunidades o IDENE, ainda que com ressalvas, detém quase 100% de confiança dos beneficiários dos projetos do PCPR.

[...] Porque... ó, *aqui era lugar que não tinha favorecimento de nada*, não tinha órgão nenhum. (E.A)

Eu acredito que a gente que mora na população, neste longo sertão, *quando vem, assim, alguma coisa lá de cima neste fundão que nós moramos aqui*, igual o IDENE, esses outro órgão no caso, a gente *tem que confiar*. Tá entendendo? A gente tem que confiar por causa que [...] às vez o causo é assim, não é tudo que a gente deva confiar; mas quando chega uma coisa que vem lá de Brasília e vem descendo de lá pra cá, e vem num cafundó igual nós tá aqui, no caso, então a gente tem que confiar com certeza. Que quando vem aqui *é demorado, mas pode trazer alguma coisa boa pra gente!* Que se não fosse esse pessoal às vez a gente estaria aqui dentro plantado, cê tá entendendo? Há 25 anos, igual eu te falei, com grande dificuldade. E com este pessoal que vem de lá de cima pra cá, no caso, orientando a gente, no caso, que a gente tá hoje na altura que nós tá. (E.Q)

Confio. [...] Eu confio no IDENE porque pra mim *é uma entidade competente*. Bastante, por isto. (E.M)

[...] Porque quando a gente procura ês, *ês sempre tão pronto! Nem que não resolve, ensina os caminho*, né... porque cê chega lá “ah, tal coisa cê resolve em Salinas”... [...] Só que ês também.. acho que devia ser mais diretamente: cê precisa tal coisa, vamos resolver seu

problema. Não ficar sem solução. Porque às vez ês explica tudo, mas só fala,né... (E.C)

A respeito de projeto eu confio, eu confio, eu vejo que é uma organização que a associação pode confiar. Que *aquilo que a gente esperou do IDENE, eu vejo que o IDENE correspondeu*. O que eu vejo, o projeto que foi realizado, eu vejo que o IDENE cumpriu com sua parte... Apesar que tá, às vez, não tá cumprindo que eu acho que devia ter mais contato, mais visita com a associação e eu não vejo isso. (E.L)

(risos) Essa palavra é difícil, viu. Ó pra mim o IDENE, eu nunca tive assim... Ês sempre foi muito pontual. Mas confiar! Assim... Como que eu posso fazer? [...] Eu pra mim, [...] eu não tenho desconfiança do IDENE. Eu pra mim, *o IDENE foi muito corretamente*. *Exigente*: tá certo, ué! Que foi exigente, ês deu muito trabalho nós, mas *toda vez que cê faz um trabalho numa exigência séria, age corretamente!* Que nada, que cês faz “assim”: Não, aqui não pode. É lei, é lei, cê tem que cumprir, tem que cumprir. Aí eu falar confiar... eu vou colocar uma palavra assim: que ês foi muito sério com nós. Então é quase confiança. Ês deu de mão beijada pra nós? Não deu não. Mas ês foi uma pessoa exigente, que esse ponto é! [...] Confiar, é uma palavra muito pesada [...] agora [você] não pode colocar que ês foram muito corretamente sério com nós? (E.K)

Então a confiança na instituição se conforma por duas nuances. A primeira emerge do fato da região ter sido historicamente desprovida de políticas públicas que atendessem as populações mais desfavorecidas, de modo que as ações da instituição aí intermediadas pelo PCPR ganham notoriedade. A segunda surge das ações institucionais no âmbito microlocal, por recomendarem e exigirem transparência com os recursos auferidos às comunidades e ter compromisso no trato com as mesmas. As ressalvas feitas pelos usuários derivam da necessidade aparente de haver maior participação da instituição nas comunidades.

Questionados se conheciam outras agências que visassem o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, os beneficiários, a sua maioria, declararam que não. Da pequena minoria que lembrava da existência de alguma agência apenas dois mencionaram a CODEVALE sem, entretanto, saber notificar como agia a instituição.

Na atualidade, em algumas comunidades contempladas pelo PCPR atuam outros agentes. Além da parceria das próprias prefeituras e da EMATER, os beneficiários mencionam, como já foi apontado anteriormente, organizações civis como CPCD⁵ e Visão Mundial⁶. Elemento interessante de se pontuar é que, ao se

⁵ O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento é uma organização não governamental, sem fins lucrativos com a missão de promover a educação popular e o desenvolvimento comunitário

pedir aos entrevistados para escalonar as instituições atuantes nas comunidades pelo seu grau de importância, ganham prioridade as instituições consideradas mais presentes nas mesmas. Embora o IDENE, com o PCPR, tenha sempre importância para os entrevistados, por ofertar um suporte estrutural que as outras instituições não oferecem (como possibilidade de implementar fabriquetas, mecanização agrícola etc.), as outras “conhecem” as comunidades por participarem mais da vida comunitária e seus dilemas.

A presença de organizações civis incorreu em 40% das comunidades visitadas, sendo que em 20% havia mais de uma organização civil atuante. Importa mencionar também que, não obstante as Prefeituras (isto é, o governo municipal) e a EMATER sejam instituições públicas a que as comunidades sempre recorrem, as relações que se estabelecem entre elas por vezes se atrelam a posicionamentos políticos e laços personalistas. Esta é uma crítica pungente de alguns membros das comunidades, mesmo daqueles não entrevistados formalmente, mas com os quais se teve contato durante a entrevista.

Outra crítica considerável é feita aos CMDRS's, que são pleito essencial para a realização do PCPR. Aqueles que sabem da existência dos seus Conselhos Municipais tendem a ter uma visão positiva em relação ao mesmo; mas os consideram ainda limitados.

O conselho ele é bom porque os recurso, eles não vem via prefeitura. Vem o valor daquilo que vai ser distribuído para as comunidades, né, e o conselho ele direciona pra onde realmente aquele dinheiro deve ir. O lugar que realmente precisa. Esses dias mesmo tinha 62mil reais lá [...]Então, o conselho votou, que a prioridade era aquela comunidade que tava precisando de água. Então é uma coisa muito boa. Eu só acho o conselho um pouquinho fraco. Porque o conselho, porque, o presidente do conselho... é... é... ele é pessoa da zona rural também, então fica muito difícil dele ficar correndo atrás. Quando o dinheiro vem pro conselho decidir, o conselho decide. Mas quando o conselho, ele tem que correr atrás de um problema aí é mais dificultoso porque se o prefeito quiser enrolar ele, enrola, se outro quiser demorar, demora. E o conselho não tem perna pra tá em cima dele ali, ó, então eu acho este ponto aí falho. E às vezes eu vejo também a gente no conselho, assim... pessoas fraca de conhecimento que as

a partir da cultura. Desenvolve projetos em políticas públicas e sociais baseados no desenvolvimento sustentado no Vale do São Francisco e Jequitinhonha em Minas Gerais, e disseminando-os também para o Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Maranhão, além de países como Moçambique e Guiné Bissau (CPCD, 2012). Mais informações vide <http://www.cpcd.org.br/>.

⁶ Vide pé de página de número 42, seção 3.2.3.

vezes tá no conselho, que as vez tem boa intenção mas não tem conhecimento pra tá correndo atrás daquilo que precisa com urgência; pessoas menos esclarecida. Não é que a pessoa não é capaz, ele é capaz, só que não tem conhecimento. É a mesma coisa que cê é.. eleger um prefeito que não tem noção de como é que funciona a região, do quê que tem que ser feito pra melhorar e tal, ele quer fazer mas não sabe nem por onde começar, então...é mais ou menos assim. Mas o conselho é muito bom. (E.B)

Este conselho é.. muitas vez ele trabalha muito bem, mas muitas vezes deixa a desejar. Muitas coisas os projetos que vem para as comunidades é através deste conselho, mas eu não vou também criticar muito o conselho, mas os representantes né, em si. *Cada comunidade, né, tem os representantes no conselho, então, cabe ao membro de cada comunidade correr atrás de alguma coisa pra comunidade, né. E neste sentido, por exemplo, acho que aqui ês não participa muito. Que sabe, nestas coisa pra cê conseguir alguma coisa tem que participar, se não participar não vem trazer. Tem que ir atrás e muitas vez a comunidade, os participantes, os conselheiros da comunidade ês deixa a desejar. [...]* Este conselho é o órgão que viabiliza todo este projeto, mas pra isto tem que tá indo lá buscar... os membros da comunidade que faz parte do conselho tem que tá participando (E.D)

Isso, o CMDRS, é um programa municipal... [...] *é bom. Mas pra nós aqui, a associação, não tem tido crescimento nenhum por causa da separação que ês faz um com outro. Porque o CMDRS cê já sabe que é um [...] conselho municipal, mas este conselho só tem de desenvolver com a zona rural, com as associação, e hoje é diferente! Pra mim [...] tenho o conselho como uma coisa boa, só que não tá atuando. (E.K)*

Em linhas gerais, as limitações atribuídas aos conselhos provêm, portanto, de aspectos como a falta de capacitação dos seus membros em relação a aspectos de ordem jurídica, normativa e afins, que poderia estar facilitando sua ação e tornando-a mais sistêmica; falta de participação dos membros comunitários nestes conselhos, seja por iniciativa própria ou disponibilidade de tempo; e disputas/brigas internas que podem deixar comunidades alijadas dos procedimentos participativos e dos benefícios de que os conselhos se encarregam, como o próprio PCPR. Trata-se, portanto, de externalidade que pode interferir no desempenho do programa.

O Projeto em si é muito bem conceituado segundo as comunidades. As pessoas tomam-no como sendo uma “grande ajuda” para aqueles que abrange, dada a sua proposta de “ajudar as pessoas a melhorar de vida, né, de condição financeira [...] é... produzir!...” (E.P); e vem servindo, inclusive como alternativa para a migração sazonal entre alguns. Mas ainda há aspectos nos quais o Projeto tem suas bases

solapadas e que estão emaranhadas entre alguns dos elementos levantados até aqui. Esta afirmação será melhor explorada na análise sociológica que se segue.

4.2 – Da análise sociológica

Até o momento a análise do desempenho do PCPR tem denotado que a estruturação que concede às comunidades é muito bem recebida, ainda que existam complicações para se iniciar as atividades produtivas e que sejam necessárias adaptações. Do mesmo modo, a instituição de fomento deste projeto é muito bem quista entre os seus beneficiários, mesmo considerando necessárias algumas modificações no modo de operação da instituição, para que se faça mais presente na realidade da região e, por isso, mais parceira das comunidades em prol do seu desenvolvimento.

No que foi verificado, no que tange à geração de renda para instrumentalizar a melhoria de qualidade de vida das comunidades o PCPR ainda não tem promovido grandes mudanças. E esta análise compete aos mesmos resultados obtidos pelo relatório do Estudo de Desempenho Físico (TECNOMETRIA/IDENE, 2010) contratado pelo IDENE sobre toda a sua área de abrangência, no qual se obteve os seguintes dados:

Tabela 2: Mudanças trazidas pelo projeto⁷

Em %	...Beneficiou diretamente sua família?	...Mudou a renda de sua família?	...Mudou renda das pessoas da comunidade?	...Mudou as condições de sua comunidade?	...Gerou emprego na sua comunidade?
Sim, muito	30,4	17,2	26,4	29,3	8,0
Sim, um pouco	30,3	25,1	36,5	37,9	33,0
Não	38,7	57,3	30,6	28,2	54,1
Não sei	0,5	0,4	6,5	4,5	4,9
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Tecnometria/IDENE, 2010

⁷ Segundo a Tecnometria (2010) a análise foi realizada sobre um universo amostral de 787 subprojetos, onde se incluía 45.590 famílias. A amostra seria composta por 112 subprojetos, com 956 famílias.

Aponta-se, portanto, que os subprojetos produtivos introduzidos não chegaram a beneficiar cerca de 39% dos entrevistados e não mudou a renda de cerca de 57% de suas famílias. Embora aproximadamente 67% dos entrevistados considerem que tenha havido modificações nas condições de vida da comunidade com a introdução dos subprojetos, 54% afirmam não ter havido geração de emprego. Ainda que os dados da Tecnometria (2010) tragam elementos importantes, vários aspectos do relatório mostram-se limitados ou limitantes. Um exemplo concerne à própria formulação das questões propostas que mesmo possibilitando respostas binomiais deixam margens de dúvida para a compreensão do entrevistado⁸.

Parte do resultado minguido se deve ao fato de haver percalços de ordem natural e social agindo sobre a funcionalidade do Projeto. Alguns dos fatores de ordem física para os produtores das fabriquetas se devem, por exemplo, às problemáticas referentes ao acesso à água que tende a inviabilizar/reduzir cultivos irrigados e perenes ao longo do ano, que assegurariam matéria prima e ainda desenvolveria a própria produção; às dificuldades físicas para escoamento da produção devido à situação financeira das comunidades, qualidade das estradas e meios de transporte entre outros. Fatores que, embora tenham grande poder, não são incontornáveis.

Fazem parte disto problemáticas de origem social que dizem respeito, principalmente, à fatores como vontade e responsabilidade dos servidores do Estado em suas diferentes gradações e à detenção de maiores conhecimentos, força de vontade, contatos e autonomia dos membros das comunidades. Ao se lembrar que a geração de renda é apenas meio de desenvolvimento das comunidades, isto é, a possibilidade para melhoria da sua qualidade de vida e não um fim em si, percebe-se o quanto os subprojetos são carentes diante das problemáticas expostas.

Cabe questionar, portanto, qual o tipo de desenvolvimento a que o PCPR se propõe: o desenvolvimento como um fim, em que a instalação dos subprojetos seria aperfeiçoada, geraria renda e pronto; ou o desenvolvimento como meio, em que a instalação dos subprojetos fomentaria novas possibilidades de promoção de renda e relações, em que as comunidades galgariam maior autonomia e qualidade de vida. Cabe questionar se o que se pretende é um combate à pobreza de forma paliativa ou transformadora.

Segundo o que informa o IDENE, a instituição pretende reconhecer os erros do passado e superá-los, enquadrando-se em um *novo* paradigma institucional democrático-participativo e cujo desenvolvimento se assenta no *sujeito*. Por isso, nas

⁸ Uma das perguntas feitas aos beneficiários das atividades produtivas chega a ser se entre os problemas do projeto estava o fato dos “benefícios não serem distribuídos”. Responder sim ou não a uma questão formulada na negativa inebria o que se pode esperar como resposta. Seria, neste caso, conveniente a reformulação da pergunta para simplificar a análise do entrevistado.

próximas seções serão problematizadas as relações nas quais os PCPR produtivos se inserem visando compreender em que medida a instituição tem atingido os fins que propõe. Depois de breve discussão conceitual também serão apontadas alternativas à ação institucional para complementar o programa nas fissuras encontradas.

4.2.1 – A crítica do capital social

Para atingir a melhoria da qualidade de vida não bastam conformações técnicas e introdução de estruturas produtivas que ofereçam empregabilidades pontuais, tal como mostrou a trajetória das políticas sociais vivida pela sociedade brasileira ao longo do século passado. Do mesmo modo, a superação da pobreza não se resume a oferta de estruturas básicas, se não se propõem gerar capacitação e autonomia das sociedades em que se inserem. A pobreza não é fundamentada apenas no capital físico e financeiro, mas também na degradação/ausência do capital humano e social. Portanto, apropriando dos termos de Muls (2008), a superação da pobreza exige que se criem e fortaleçam estruturas que instiguem a reação autônoma⁹ dos indivíduos e comunidades à pressão heterônoma¹⁰ da superestrutura que os condiciona à tal situação.

Um dos meios que tem ganhado notoriedade como elementar na superação de adversidades coletivas é o *capital social*. Termo que tem se tornado jargão teórico e panaceia social, como critica Portes (2000). O capital social também está elencado entre os objetivos do PCPR, que se propõe a (IDENE, 2011):

- ✓ Melhorar o bem-estar e renda da população rural pobre;
- ✓ Fomentar o **capital social** das comunidades rurais¹¹;
- ✓ Melhorar a governança local, fazendo da participação eixo central da estratégia de implementação dos investimentos financiados pelo Projeto; e
- ✓ Promover maior integração das políticas públicas junto aos CMDRS's.

Cabe, portanto discutir o conceito de capital social e como o IDENE tem fomentado-o, até o momento, através do PCPR.

⁹ Reação autônoma implica em organizar e movimentar as forças a partir de dentro, e pode “ser mensurada pela capacidade dos atores que vivem neste território em desviar o movimento imposto pela pressão heterônoma e de redirecioná-lo positivamente para a criação consciente de valores adicionados (recursos específicos) localmente” (MULS, 2008 p.10).

¹⁰ Pressão heterônoma implica no movimento de forças externas sobre determinada localidade, uma destas manifestações, segundo Muls (2008, p.10) é a divisão internacional do trabalho que é “forte elemento de regulação que destrói, pela uniformização das normas e hierarquização das tarefas, as estruturas do espaço local tradicional” (MULS, 2008 p.10).

¹¹ Destaque meu.

4.2.1.1- O *capital social* na teoria

Capital social é um conceito que tem ganhado grande disseminação nos últimos anos. Saído do universo acadêmico e ganhando espaço cada vez maior nos setores administrativos o conceito não é tão novo quanto se espera. Segundo Portes (2000), a primeira aplicação do conceito como tal parte da análise de Pierre Bourdieu, ainda na década de 1980.

No seu artigo “As formas do capital”, Bourdieu (1986) lembra que *capital* é trabalho acumulado, que é a força inscrita nas estruturas objetivas e subjetivas da sociedade e também o princípio que subjaz as regularidades do mundo social. O capital pode, na percepção do autor, ser objetivado ou incorporado em diferentes formas e tem a capacidade potencial de produzir ganhos e se reproduzir de forma idêntica ou expandida; mas para que se possa compreender o mundo social não basta ver o capital apenas como meio econômico (BOURDIEU, 1986). O capital teria, dependendo do campo em que se aplica e das suas modificações no mesmo, três formas fundamentais: o *capital econômico*, que é imediatamente conversível em dinheiro ou direitos de propriedade; *capital cultural* que é conversível em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações profissionais; e o *capital social*, composto por obrigações sociais, conexões/relações, que em certas condições podem ser conversíveis em capital econômico e institucionalizado em formas de reputação/reconhecimento social¹² (BOURDIEU, 1986). Nas palavras do autor, o capital social é o agregado de recursos, disponíveis ou potenciais, que estão ligados a posse de uma rede de relações duráveis, mais ou menos institucionalizada, de conhecimento e reconhecimento mútuo (ou, em outras palavras, ao pertencimento a grupos); que dota cada um dos membros com o apoio do capital coletivo¹³ (BOURDIEU, 1986). O “volume” de capital social a se possuir depende do tamanho da rede de relações que se pode mobilizar e o volume de capital, tanto econômico como

¹² Do original “*social capital*, made up of social obligations (‘connections’), which is convertible, in certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the forms of a title of nobility”. (BOURDIEU, 1986 p.1)

¹³ Do original “Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group – which provides each of its members with the backing of the collectivity-owned capital” (BOURDIEU, 1986, p.1)

cultural ou simbólico, daqueles que são partícipes destas relações (BOURDIEU, 1986).

Conforme Bourdieu (1986), os benefícios que se podem obter na pertença a um grupo se baseia na solidariedade que nele se estabelece; sendo que a existência de redes de relações se inicia por parte de um ato institucional, sendo o primeiro deles representado pela relação familiar, mas não se resumindo a ela. Nas palavras do autor, as redes de relações são produto de investimentos e estratégias conscientes ou inconscientes, sejam individuais ou coletivas, com a finalidade de estabelecer ou reproduzir relações que sejam úteis a curto ou longo prazo¹⁴, e a sua reprodução exige esforços contínuos de sociabilidade (BOURDIEU, 1986).

A essência do conceito já estava no âmbito das ciências humanas há muito tempo, como assinala Portes (2000) ao mencionar os estudos sobre coesão social de Durkheim e a análise sobre classe “em si” atomizada e “para si” mobilizada de Marx; ou na idéia de auto-organização das sociedades em Tocqueville, como coloca Muls (2008); ou ainda nos estudos sobre as relações baseadas na dádiva voluntária, mas obrigatória de Marcel Mauss (2003). Mas teria sido a partir da construção conceitual de Bourdieu que a noção de capital social passara a ser apropriado e expandido academicamente. Autores como Coleman, Jane Jacob, North, Olson entre outros (SANTOS, 2003) se apropriaram do conceito e o tonificaram com as cores de suas análises. Mas pode-se dizer que foi com a obra de Putnan intitulada “Comunidade e Democracia” que o conceito passou a ser popularizado extra-academicamente pois, como avalia Muls (2008), o trabalho de Putnan valeu pelo pioneirismo de trabalhar o capital social de maneira aplicada, a partir das diferenciações existentes no mundo real.

No seu estudo, uma das conclusões a que Putnan (1996) chega é que o desempenho institucional se beneficia do contexto em que as instituições se inserem. Onde haja cooperação voluntária herdada a partir do estoque de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica o desempenho é melhor; e tal estoque é, na concepção do autor (PUTNAN, 1996), uma das formas do capital social. Na variação analítica do autor o capital social corresponde a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAN, 1996, p.177) ou, conforme outra explanação, o “capital social” se refere a elementos

¹⁴ Do original “the network of relationships is the product of investment strategies, individual or collective, consciously or unconsciously aimed at establishing or reproducing social relationships that are directly usable in the short or long term” (Bourdieu, 1986 p.4)

de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco” (PUTNAN *apud* FREY, 2003, p.176).

Putnan (1996) coloca que a cooperação existe por sua importância recíproca, e que os laços de confiança que são estabelecidos são muito importantes posto que a sociedade empresta confiança mútua aos seus membros. Isto é, o capital social tratar-se-ia de um altruísmo de curto prazo com interesse próprio a longo prazo, uma ação cuja retribuição está em aberto. Quanto mais os sujeitos confiam entre si, maior é a rede de confiança e cooperação, gerando um círculo virtuoso; e, por ser assim, Putnan (1996) considera o capital social como fator produtivo e específico por se tratar de um “bem” abstrato e público, diferentemente das outras formas do capital.

Putnan (1996) também considera que os sistemas de participação cívica, como associações comunitárias, cooperativas etc., usualmente representam uma interação horizontal e são essenciais na formação do capital social. Destarte, quanto mais desenvolvidos os sistemas de participação, maior a probabilidade de se estimular a cooperação mútua: os sistemas de participação cívica aumentariam a interação e interconexão, diminuindo a possibilidade dos riscos do oportunismo, além de promover sólidas regras de reciprocidade reforçadas pela cadeia de relacionamentos e reputação (PUTNAN, 1996). Um sistema organizacional verticalizado, como as estruturas clientelistas, jamais seria capaz de sustentar confiança e cooperação, na opinião do autor, pois suas relações são assimétricas. Ainda, o capital social não se baseia nas relações horizontais consanguíneas, necessariamente, pois sistemas horizontais isolados sustentam a cooperação dentro de cada grupo, mas não promove a cooperação estendida; portanto é importante que se supere tais relações e nisto valem os sistemas de participação cívica, posto que eles têm “mais possibilidades de abranger amplos segmentos da sociedade, fortalecendo assim a colaboração no plano comunitário” (PUTNAN, 1996, p. 185).

Putnan (s.d) é claro ao apontar que há diferenças marginais no termo sobre como definir exatamente o capital social. Mas, segundo ele, há uma definição convergente conquanto ao fato de que a ideia central do capital social é que redes e normas associativas de reciprocidade produzem ganhos, frutos para as pessoas que participam, com retornos tanto no âmbito público como privado. Porém, como outros autores, Putnan (1996) lembra que o capital social pode ter efeitos negativos.

Portes (2000), analisando o capital social no nível da sociabilidade, aborda de forma sumária o que poderiam ser as suas consequências perversas. Segundo ele,

nos vínculos relacionais pode ocorrer “a exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelção descendente” (PORTES, 2000 p. 146). Entre alguns dos aspectos elencados, o autor lembra a conspiração dos comerciantes contra o público nos estudos de Adam Smith, (a partir do estabelecimento de relações que desencadeiam, hoje, trustes e cartéis), ou o nível exacerbado de controle social que limita a liberdade individual, ou o fato de que o sucesso de determinados indivíduos pode levar ao solapamento da coesão grupal etc. (PORTES, 2000), sendo assim, a sociabilidade se faz “faca de dois gumes”. Por análise semelhante é que Durston (2001) considera como sendo útil definir o capital social em termos mais neutros, como recursos que podem ser utilizados em empreendimentos que geram benefícios para alguns, ou que causam dano ao resto. Assim, resumidamente e sob esta ótica neutra, o capital social seria um ativo e todos que o tem o utilizam em suas estratégias (DURSTON, 2001).

Embora critique a utilização desmedida do conceito, Portes (2000) coloca que uma das fontes da originalidade e o poder heurístico da noção de capital social dizem respeito ao fato de atentar para o fato de que formas não monetárias podem ser importantes como fonte de poder e influência, como as demais formas de capital. Segundo Muls (2008), o conceito passou a ser utilizado pelos economistas quando perceberam que fatores extraeconômicos poderiam ajudar a explicar melhor os diferentes níveis de desenvolvimento. Afinal, como foi visto, o desenvolvimento limitado à ideia de crescimento econômico tal como fora propagado no século passado não trouxe consigo todas as benesses que se esperava, e nisto se encaixam os 30 anos de estudos de Putnan acerca das diferenciações regionais do desenvolvimento italiano. Motta (S.D) analisa que o quadro de crises e tensões internacionais existentes no fim do século passado estimularam encontros de setores políticos e econômicos, como no encontro da “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social”, de 1995 à “Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas”, em 2000. Nesta última definiram-se as *Políticas de Desenvolvimento do Milênio*, cuja base de orientação se acerca na ideia da promoção do capital social (MOTTA, s.d); e entre os organismos internacionais que buscam fomentar tal aspecto se encontra o Banco Mundial, financiador do PCPR.

Antes de voltar à análise institucional cabe pontuar alguns outros aspectos sobre o capital social. Primeiramente cabe denotar que é quase consensual que o capital social partilha, para sua existência, da correlação entre *confiança*, *reciprocidade* e *cooperação*. No que tange à *confiança*, Durston (2001) esclarece de forma coesa que se trata de uma atitude (e não um sentimento) baseado na

expectativa do comportamento alheio, e a presença ou ausência da confiança é produto da interação social e da experiência que se acumula a partir daí. Sendo assim, confiança parte de um sentido prático. Já a *reciprocidade*, e aqui Durston (2001) recorre à Mauss, é um princípio que rege as relações institucionais formais e informais no nível comunitário. Tais relações se dão através de um intercâmbio não necessariamente monetário visto que se trata de fazer a compensação de favores; não apenas não imediatos como, também, não da mesma equivalência. É a lógica do dar e receber... Não na mesma medida, tão pouco no mesmo momento, mas quando necessário ou interessante: o que move as relações é a sua “voluntariedade obrigatória”. Por fim, a *cooperação* Durston (2001) categoriza como sendo “a ação complementar orientada para conseguir objetivos compartilhados num empreendimento comum”¹⁵. Não se trata de colaboração, uma vez que este termo corresponde ao intercâmbio de subsídios entre atores aliados que têm empreendimentos e objetivos diferentes (mesmo que sejam compatíveis). A cooperação pressupõe a interação de estratégias individuais visando um objetivo comum. Assim, para que haja o estoque de capital social numa localidade as pessoas envolvidas devem aceitar o risco de confiar no próximo, estar disposto a dar e receber continuamente e ter como estratégia de ação um objetivo compartilhado.

Durston (2001) também esclarece que assim como existem formas diferentes de capital social, ele também não é encontrado disseminado na mesma magnitude entre todos os grupos. Há, segundo ele, seis formas de capital social: 1) o capital social individual, que se estabelece a partir de contrato informal entre duas partes; 2) o capital social grupal, que é a extensão da primeira em grupos; 3) o capital social comunitário, que concerne às comunidades e cujos participantes não são “recrutados” como no caso do grupal, posto que corresponde a ser integrante da comunidade; 4) o capital social de ponte, que se trata de estabelecer alianças, vínculos horizontais com pessoas e instituições distantes; 5) o capital social de escada, onde a relação de confiança é assimétrica, ou seja, um confia mais que o outro, ou ainda, em contextos democráticos os vínculos podem ser de conexão entre atores de pouco poder com de alto poder, como a relação comunidade - Estado; 6) e por fim o capital social societal, que são práticas difundidas no território nacional (DURSTON, 2001).

¹⁵ Do original “La cooperación es la acción complementaria orientada al logro de los objetivos compartidos de un emprendimiento común”(DURSTON, 2001, p. 158)

4.2.1.1 – O capital social na superação da pobreza

Muitos autores apostam no capital social como resposta para o desenvolvimento. Durston (2001) acredita que a combinação daquelas diferentes formas de capitais anteriormente colocadas pode contribuir para a superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida, desde que associada a outros ativos, pois ainda que um grupo possua um estoque elevado de capital social, os frutos que daí se podem obter são correlatos a outros recursos. Estes por sua vez são especialmente materiais, seja de aspecto físico ou financeiro. Por este viés a atuação institucional se torna elemento importante, pois tal como considera Furlanetto (2008), as instituições podem ser responsáveis por parte significativa do desenvolvimento de uma região, bem como pelo agravamento das desigualdades. Portanto o *agir institucional* também é recurso, pois a instituição é uma construção social, moldada como artefato social que representa o contexto histórico das heranças em que se insere; e, como pontua Muls (2008), as instituições estão implicadas no modo de funcionamento das economias locais.

A partir de Putnan, muitos autores contemporâneos passaram a considerar o capital social como elemento indispensável para o desenvolvimento local, amparado no modo de agir institucional. Circunstância representada no *sucesso* do norte italiano em relação ao sul, e que conjectura a noção de que *sociedades que detém estoque volumoso de capital social refletem-se no bom desempenho institucional* (PUTNAN, 1996). Contudo, poucos tomam o agir institucional como fomentador do próprio capital social no interesse de superar as mazelas sociais proporcionadas, inclusive, pelo baixo estoque do capital social ou pela supressão de suas potencialidades através, por exemplo, de práticas clientelistas ou outras articulações limitadoras. Neste sentido, Durston (2001) faz um trabalho notável.

Nas estratégias para a superação da pobreza, o autor considera que é essencial que as instituições que atuarão localmente busquem conhecer a realidade local, o que pode ajudar na potencialização dos diferentes tipos de capital social detectados no contexto (DURSTON, 2001). Todavia, não basta conhecer esta realidade e realizar diagnósticos participativos para detectar a existência ou ausência do capital social. Outros passos devem ser dados conquanto isto. Importa, por exemplo, que, se a agência se propõe realmente facilitar o empoderamento¹⁶ dos

¹⁶ O termo se refere ao fato de os grupos que tem pouco poder, passar a ter mais poder no que diz respeito ao domínio de suas próprias vidas, tomar o controle sobre a gestão das mesmas. Maiores esclarecimentos vide SEN, Gita. *Empowerment as an Approach to Poverty*. Working

beneficiados como meio de desenvolvimento, tal diagnóstico deve ser desenvolvido pela comunidade, e os agentes externos devem evitar impor seus critérios:

Este autodiagnóstico significa, inicialmente, o desenvolvimento na prática de uma aumentada capacidade de análise entre os membros da comunidade e fortalecimento de seu pensamento prospectivo e estratégico como comunidade. Posteriormente, a repetição destes exercícios de análise estratégica se traduz na capacidade de elaborar propostas de ação mais realistas, o que, por sua vez, fortalece a capacidade coletiva de gerir os recursos comuns tangíveis e intangíveis da comunidade.¹⁷ (DURSTON, 2001, p. 177)

Segundo Durston (2001), as instituições e normas do capital social comunitário podem ser criadas intencionalmente por agentes externos através de metodologias de capacitação e participação de base. E se espera que este tipo de capacitação estimule a reflexão, a conscientização, a crítica e a tomada de atitude em prol do benefício da comunidade; isto é, o empoderamento como meio de desenvolvimento.

Outro aspecto de peso é a necessidade de se modificar o comportamento dos agentes institucionais para com os sujeitos atendidos, visto que há uma tendência a persistirem relações tecnocráticas e paternalistas (DURSTON, 2001) herdadas do sistema político-administrativo já tão conhecido. Por isto, como coloca Souza (2006), não bastam instrumentos, técnicas e rotinas para estimular a participação, pois eles não tem responsabilidade de instaurar justiça social ou qualidade de vida. Claro que as estruturas participativas são necessárias como elementos de transformação social, mas deixar só por conta delas é recair num outro tecnocratismo (de esquerda), como foi abordado no capítulo I. Também pode acontecer que os agentes públicos, na *boa vontade* do seu trabalho, acabem reforçando as formas de relação tradicionais entre Estado e comunidades infantilizando a sua participação (SOUZA, 2006), isto é, tutelando as comunidades devido à falta de infraestrutura e baixo nível educacional, por exemplo. Tais formas acabam recobrando o clientelismo na relação entre Estado

Paper Series. Nº 97.07. Dezembro, 1997. Disponível em: [http://ieham.org/html/docs/Empowerment as an approach to Poverty.pdf](http://ieham.org/html/docs/Empowerment%20as%20an%20approach%20to%20Poverty.pdf)

¹⁷ Do original: “Este autodiagnóstico significa, inicialmente, el desarrollo en la práctica de una aumentada capacidad de análisis entre los miembros de la comunidad y el fortalecimiento de su pensamiento prospectivo y estratégico como comunidad. Posteriormente, la repetición de estos ejercicios de análisis estratégico se traduce en la capacidad de elaborar propuestas de acción más realistas, lo que a su vez fortalece la capacidad colectiva de gestionar los recursos comunes tangibles e intangibles de la comunidad.”

(representado pela atuação institucional) e comunidade, e o nível de relação pode se diferenciar segundo o arquétipo desenvolvido por Durston (Quadro 1):

Quadro1: Tipologia de relações entre o Estado e o capital social coletivo.

CAPITAL SOCIAL	1. Clientelismo autoritário: repressivo e cleptocrático	Reprime com violência o capital social popular e o saqueia como prêmio.
	2. Clientelismo passivo: paternalista, tecnocrático, burocrático ou partidista.	Transforma o capital social em receptividade passiva de produtos e cria dependência.
	3. Semiclientelismo: introjetador e capacitador	Fomenta a organização autônoma, capacita no que tange a gestão e propositividade. Protege a organização no território social, econômico e político, local e regional
	4. Agência empoderadora apoiadora	Segue desenvolvendo o sistema de e autogestão já existente e funcionando com certa autonomia. Aumenta o nível territorial de ação e fortalece atores sociais débeis.
	5. Sinergia: coprodução entre Estado e sociedade civil	Organizações de base e de segundo nível determinam e gerem suas próprias estratégias, celebram contratos com o Estado e outras agências externas, gerem recursos financeiros e contratam pessoas para coproduzir melhorias na qualidade de vida de seus integrantes. Os funcionários públicos e técnicos contratados prestam contas aos usuários organizados.

Fonte: DURSTON, 2001, p.192; tradução própria.

Sendo assim, é de importância sumária que se modifique a relação entre Estado e comunidades, e para isso ocorrer, não se deve fazer vista grossa para o clientelismo existente nas tradições sociais, como avalia Durston (2001), posto que se trata de um mecanismo de reprodução da dependência e, portanto, da manutenção das estruturas que consolidam a situação de pobreza. Assim Durston (2001) sugere como alternativa situações como as encontradas em alguns casos em que aconteceu de a) os agentes passarem a prestar contas à sociedade, b) os agentes valorizarem as

motivações vocacionais conquanto o trabalho que prestavam, c) os agentes identificarem-se com os atendidos d) as agências de desenvolvimento e as comunidades produzirem em conjunto num processo sinérgico. Situações que valorizam as potencialidades do capital social local como mecanismo transformador.

Por fim, Durston (2001) lembra que não bastam o desenho de capacitação e formação de redes sinérgicas entre agentes e comunidades para reduzir a pobreza, pois podem esvair-se com o tempo e não criam *capital social de ponte* suficiente com outros atores microrregionais e nacionais, que são os âmbitos que se asseguram os benefícios para as próximas gerações. Portanto,

[...] a agência externa que aplica conceitos de capital social para a superação da pobreza tem outro papel a jogar, talvez o mais chave [...]. Trata-se de fortalecer capacidades de proposição e negociação, de “incubar” atores sociais embrionários e de servir de apoio de urgência (*backstopping*) para a organização em momentos de crise externa/interna. O objetivo estratégico é aplicar o capital social aos atores para produção de um impacto no sistema sociopolítico, para provocar, por sua vez, uma fase de transição rápida para um novo estado do sistema que seja mais descentralizado, democrático e equitativo na distribuição. (DURSTON, 2001, p. 186).¹⁸

Em outras palavras, é necessário que se busque estimular as pessoas a serem mais críticas, mais ativas, participativas, articuladas, autônomas, empoderadas, cidadãos, para que se modifique também o modo de se fazer político e econômico. Sem estas atribuições o capital social se liquefaz, perde sua potencialidade como instrumento do desenvolvimento e contribuinte na superação da pobreza a médio e longo prazo. Deve-se estimular a modificação da realidade comportamental, para que os comportamentos amparados no capital social existente (e positivo) se cristalizem nas ações e instituições em prol do benefício das coletividades. Contribuindo na criação e fortalecimento de mecanismos que auxiliem no embate com as forças heterônomas, bem como na tentativa de ruptura com as amarras do pensamento que limitam as sociedades nos círculos viciosos da *inferioridade* do desenvolvimento.

¹⁸ Do original: “[...] la agencia externa que aplica conceptos de capital social a la superación de la pobreza tiene otro papel que jugar, quizás el más clave [...]. Se trata de fortalecer capacidades de propositividad y negociación, de <<incubar>> actores sociales embrionarios y de servir de apoyo de urgencia (*backstopping*) a la organización en momentos de crisis externa/interna. El objetivo estratégico es aplicar el capital social de los actores pobres a la producción de un impacto en el sistema sociopolítico, para provocar a su vez una fase de transición rápida hacia un nuevo estado del sistema, que sea más descentralizado, democrático y equitativo en la distribución.”

4.2.2 – O capital social e os percalços do PCPR

Embora a promoção do capital social seja um dos objetivos do PCPR, como já fora elencado, segundo o que foi levantado junto a Coordenadoria do Projeto o mesmo não tem o conceito registrado e publicado no seu Manual de Operações. Num primeiro olhar poder-se-ia julgar que pelo fato do termo encontrar-se no discurso da instituição de fomento (IDENE,2011), mas não ter seu valor dimensionado na sua operacionalização refletiria que o compromisso do PCPR na promoção do capital social é apenas virtual. Ao se saber que o Banco Mundial, financiador do projeto, vem carregando o discurso do desenvolvimento amparado no capital social (MOTTA, sd) poder-se-ia acusar que aquela virtualidade serve exclusivamente para a arrecadação de recursos ou, ainda, que o conceito se tornou apenas jargão que não se compreende ou valha a pena esclarecer. Como a realidade não é tão breve e simples, exige uma análise mais complexa sobre a atuação do PCPR em relação ao capital social.

Tomando como pressuposto que o capital social é um recurso coletivo desenhado a partir das relações sociais, nas experiências de confiança, reciprocidade e cooperação e utilizado nas estratégias de vida, de forma consciente ou inconsciente, individual ou coletivamente, conforme trabalhado na seção anterior; buscou-se fazer o levantamento sobre a existência do capital social comunitário no Médio Jequitinhonha. A lógica impetrada foi de ordem qualitativa, visando captar as destrezas das relações vividas nas comunidades a partir da subjetividade dos entrevistados. Foi-lhes diretamente perguntado se: a) Existiam relações de confiança nas comunidades; b) As pessoas usualmente retribuía as ações umas das outras; c) Ocorriam ações cooperativas nas comunidades para resolver um problema conjunto. Caso a resposta fosse sim, foi pedido aos entrevistados que explicassem o motivo e exemplificassem com casos que tivessem ocorrido. Em correlação a estas perguntas, foi questionado também sobre o que havia de positivo e negativo nas comunidades e se suas pessoas se preocupavam com o bem estar coletivo.

A análise de discurso sobre as respostas obtidas revelou que os vínculos de confiança, reciprocidade e cooperação nas comunidades são fortes, isto é, são abundantes e estáveis. Sua força foi estabelecida ao longo da experiência de vida daquelas pessoas, principalmente, devido às condições de dificuldade financeira por

que todos passam, ainda que em diferentes níveis, às condições de sobrevivência aos aspectos naturais que “dificultam” suas atividades produtivas, e aos laços consanguíneos existentes nas comunidades. Apreende-se da arguição dos entrevistados que a maioria considera que a confiança e reciprocidade existente nos vínculos comunitários são parte do que há de positivo em se viver nas comunidades, e isto é reflexo da amizade e tranquilidade da vida no campo:

“Se vê uma coisa que de formação de briga, chega: não! Não faz isto não, nós somos da comunidade, é feio! É feio nós discutir um com o outro, brigar um com o outro... e até matar, né! Pronto. *Tá todo mundo reunido*” (E.A).

“Ó, pra mim aqui que tem de bom [...] é [que] é *o lugar que eu tenho pra trabalhar*. Aonde eu vou, levanto de manhã cedo, *sei a hora que vou... Sei o que eu tô fazendo* pra mim. Sei que tô numa terra, que tô trabalhando” (E.B).

“As pessoas ainda pensam... *tem um senso de humanidade, de coletividade* porque, ainda nesta situação que estamos, ainda *olha um pro outro!* A pessoa vê uma situação, tenta ajudar, ainda que não é [suficiente] aquilo que ele desejaria” (E.D).

“O que tem de positivo [são] *as amizades que a gente tem* [...] devido ao *respeito que a gente tem...* o pessoal trata a gente muito sério”. (E.K)

“Aqui cê tá com calor, *cê não tem medo* de dormir com a janela aberta, né! E na cidade? Aqui cê sai ali e deixa as porta aberta” (E.E).

“Até se ocê tiver no asfalto cê precisar de uma carona, cê acha ela, e lá fora, vai lá ver se você acha? Vai no Rio de Janeiro, vai em Belo Horizonte ver se você acha? É uma região pobre que se ocê amanhece o dia e não tem o feijão pra pôr no fogo, cê *pode ter a certeza que alguém vai te dar* pra você colocar no fogo. E se tem, aqui na nossa região também, no nosso meio, na nossa comunidade [...] se alguém cai em situação difícil, cê pode ter certeza que aparece alguém pra reunir pra ir em cada casa e formar um quilo de cada, e formar uma feira pra dar pr'aquela pessoa. Se ele precisa de um remédio e não tem como comprar, cê pode ter certeza... Que eu já dei e já pedi também!” [...]. (E.H)

Olha uma das grandes vantagens que eu acho na nossa comunidade é o que eu chamo de *tranquilidade! De honestidade*. Sabe, assim, vivemos ainda hoje com muita tranquilidade, com amizade muito forte dentro da comunidade. *As pessoas são*

muito unidas, são... É um aspecto positivo de pessoas humildes, simples, que é uma coisa que eu tenho uma admiração pela simplicidade muito grande, e essa comunidade nossa é! E a maioria [são] trabalhadores, honestos (E.X)

De outra mão, o que há de negativo diz respeito a casos de pequenas intrigas comuns, ou do fato de algumas pessoas desacreditarem na cooperação coletiva como mecanismo de mudança de sua condição de vida.

“Mas o que a gente vê de negativo, é aquilo que acabei de falar com você numa pergunta passada, é quando as *peessoas não sabe trabalhar unido*. Porque você pode perguntar ao desunido o quê que faz uma associação dar bem, ele vai falar: união. Mas ele mesmo *não contribui para que aquilo aconteça*. Eu participei de curso que as pessoas falavam certinho o que precisava fazer mas, na prática, eles não usava aquelas coisa. Então o que atrapalha... ó, aqui tem um rapaz que, nesta terra nossa aí o... o sogro dele deu um pedaço de terra pra ele. Ele pegou e falou comigo se eu não queria vender a ele um pedaço da minha que é pregado na dele. Eu falei: Não, eu não posso te vender não! Mas se ocê quiser formular um grupo eu vou lutar pra que forme um grupo, uma associação, pr'ocê também ganhar uma terra igual eu tenho. Ele disse: Não, Deus me livre, eu não entro ne bolo, não. Então eu disse: Pois cê nunca vai adquirir, pois você não pode comprar uma sozinho. Então *é este tipo de gente que atrapalha a comunidade desenvolver*” (E.B).

“Ainda *existe pessoas que não pensam no coletivo*, pensam em si próprio. E é uma causa que faz muitos programas não desenvolver! Se todos pensasse em prol de um, e um pensasse em prol de todos eu acho que o desenvolvimento era melhor” (E.D).

“Agora o ponto negativo é *o problema do conhecimento mesmo*. Porque se eu, da comunidade, procuro desenvolver um projeto, parece que *o pessoal não acredita* porque eu fui criado aqui! Então quando vem uma pessoa de fora, que nem você veio, aí o pessoal olha com um olhar diferente: É pode ter algo para oferecer. E [pra] quem é daqui eles não veem desta forma, que pode trazer recurso pra comunidade! Então este é um dos pontos negativos que eu vejo. Porque *a gente tem condição de através da organização...* Que nem a associação... tem aqui, ela tá indo bem, mas poderia ir melhor! Mas um dos problemas que vejo é isso! Ah, mas fulano que é presidente da associação é meu primo, meu irmão, quê que o camarada pode fazer? [...]

Sendo que a pessoa tem condições! Não a pessoa, mas a organização da associação tem condições”(E.L).

“O negativo moça, é que hoje em dia [...] *o pessoal através de ser muito sofrido [...] aí és não acredita*: Ah, vai vim este benefício, vamos reunir, vamos fazer isto, fazer aquilo.. *É preciso a gente estar bem em cima [cobrando]* [...] Então tem hora que o pessoal esmorece, né. Então a dificuldade é esta. Que *eles perdem a esperança*! Mas depois, Deus abençoa que na lábia renasce a esperança de novo. E se são vinte família [na associação], as vinte não vem... mas dez vem e nós continua pra frente” (E.G).

“E desvantagem tem as dificuldades do dia-a-dia naquilo que você sente que pode progredir, *mas você não dá conta, e aí não tem o apoio das políticas públicas!*” (E.X).

Diante deste quadro, o fomento do capital social seria menos dificultoso pela pré-existência deste estoque. Caberia a instituição canalizá-lo para ações que contribuíssem para atingir outros dos objetivos do projeto: melhoria da governança local e melhoria da renda e *bem-estar* das populações abrangidas. Portanto seria necessário que se trabalhasse visando desdobrar este estoque para além dos laços locais e consanguíneos.

Por meio da exigência feita pelo PCPR de que as comunidades se organizem em associações, ele estaria colaborando a redirecionar o capital social existente para a promoção da participação e responsividade¹⁹ da população na política de combate à pobreza, pois, como coloca Baquero (2003), associações servem de escolas de cidadania onde as pessoas aprendem a cooperar, a ser tolerantes e a contribuir com o engajamento na vida política ou, nas palavras de Putnan (1996), servem a incutir hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Deste modo, as pessoas presentes nestas associações devem valorizar seus laços com vistas a alcançar um bem comum, que no caso do PCPR se trata do acesso a recursos para a implantação do projeto e seus benefícios potenciais. Organizar-se em associação neste Projeto pressupõe, teoricamente, a participação de todos os envolvidos, o consenso, e a tomada de decisão em relação a qual atividade seria mais frutífera no âmbito das condições em que vivem. Outro ponto é que, ao exigir que as comunidades interajam com o CMDRS, a partir do qual tomariam conhecimento sobre a disponibilidade de recursos arrendados pelo IDENE e, possivelmente, sobre a situação vivida pelas demais comunidades ali representadas, o PCPR estaria instigando o capital social

¹⁹ Neste caso, implica na busca por respostas para a situação dada.

intercomunitário. A troca potencial destas relações poderia engendrar feições positivas para a realidade jequitinhonhesa.

Outro aspecto importante de se aventar sobre a atuação do IDENE é que, no PCPR, depois de instruir como se deve gerir os subprojetos, a instituição não interfere na condução das atividades, deixando-as sob a plena responsabilidade das comunidades e vindo a seu encontro somente quando solicitado diante de alguma dificuldade encontrada pelos beneficiários no subprojeto ou na realização de novo subprojeto. Neste sentido a mudança na forma de ação pressupõe que o IDENE estaria tentando buscar novas estruturas com vistas a superar o tecnocratismo que norteou os procedimentos desenvolvimentistas das instituições nacionais de longa data: por acreditar na superação das dificuldades locais através da gestão das atividades a partir das comunidades, a partir de uma transformação endógena nestas ao se verem como sujeitos aptos. Assim, o IDENE estaria colaborando, mesmo que de forma fracionada, na emancipação da concepção arraigada de passividade e dependência das comunidades em relação ao Estado.

Em coerência, quando a instituição desconecta-se da comunidade subtrai também as possibilidades de se enraizar como ardil político a que as populações vieram historicamente sendo condicionados por meio de mecanismos clientelistas. Portanto, a instituição busca se abster de compadrios políticos nas comunidades, até porque a seleção de que comunidades serão contempladas pelo PCPR se origina no consenso dos representantes comunitários nos CMDRS's; e deixa à criatividade e à tomada de iniciativa comunitária a resolução das etapas evolutivas do processo produtivo que escolheram. No entanto, ainda sim, o IDENE não alcança com o PCPR o nível de "agência empoderadora e apoiadora", conforme a tipologia de Durston (Quadro 1, na seção 4.2.1.1), estando apenas meio caminho acima do "semiclientelismo introjetador e capacitador".

Primeiramente é necessário considerar que as iniciativas a favor da participação social ainda são muito recentes e, mesmo que já estivessem bem estruturadas tecnicamente, é fato que a população – quanto mais as de comunidades rurais muitas vezes quase inacessíveis – não tem ainda o conhecimento sobre os seus procedimentos, tampouco estão habituadas com espaços que contemplem a tomada de atitude como meio de transformação. Tal comportamento é fruto das centenas de anos vividos que cunhou sobre nós a apatia política diante da dominação de alguns setores da sociedade e a condição de receptáculo de políticas. Sendo assim, seria excepcional encontrar no Médio Vale comunidades que já viessem se beneficiando do

seu capital social a partir do sistema de autogestão e com funcionamento autônomo. Não é esta a sua realidade, pois se fosse o PCPR não teria a envergadura que lhe cabe para abrandar as necessidades da população. Portanto, a saída da instituição de forma abrupta das comunidades, embora vise contribuir ao esquivar-se do sistema clientelista hereditário, não o *enfrenta e resolve*.

Em segundo lugar, muito embora os agentes da instituição procurem agir de forma transparente, objetiva e sem paternalismos conforme foi aventado, isto não exime o PCPR de sofrer influências clientelistas de origem externa deste tipo de relação. Infelizmente instituições como a EMATER e, principalmente, os governos municipais carregam consigo o carma de relações personalistas e paternalistas, e por serem os principais parceiros do IDENE e das comunidades, acabam prejudicando o andamento do PCPR; seja por deterem exclusividade sobre informações que deveriam ser compartilhadas²⁰ ou por atrasar o desempenho das atividades produtivas, negligenciando ou adiando recursos diretos²¹ ou indiretos²². Semelhante nível de influência recai também sobre os CMDRS's, pois, como analisa Abramovay (2000, p.2), ainda que não hajam “avaliações consistentes sobre o desempenho das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural ou sobre os planos que elas vêm elaborando [...] é com grande frequência que [...] caracterizam-se por práticas clientelistas, autoritárias e burocráticas”. Ainda que não tenha sido feito um levantamento acuidado sobre tal aspecto nos CMDRS's do Vale do Jequitinhonha, se deve levar em consideração que os próprios membros das comunidades os consideram limitados, conforme foi apontado na seção 4.1 desta parte IV.

Por terceiro deve-se ressaltar também a influência da “cultura do descrédito no campo” que existe no Brasil. Ou seja, a visão de que o campo tende a sediar o atraso, o que leva à prática de tratá-lo como reduto da decadência, e gera um círculo vicioso. Como já fora dito, no nosso país desde sempre se primou pela valorização da indústria e da cidade como matrizes do desenvolvimento e da civilização. E quando se buscou uma “modernização” do campo, ela foi voltada para a grande produção agrícola de exportação, atendendo a fortes interesses representados, entre outros, pela bancada ruralista do Congresso Nacional, industrializando a metodologia de lidar com o campo e deixando o pequeno produtor, mais uma vez, à margem do processo ou lhe colhendo migalhas. Políticas voltadas para a valorização da pequena produção no campo, como o PRONAF e o próprio PCPR, são muito recentes. E enquanto que a

²⁰ Por exemplo, ao não divulgar para algumas comunidades a chegada de recursos, a marcação de reuniões, ou ao transmitir informações erradas.

²¹ Como materiais necessários para complementar/finalizar a estrutura.

²² Como assegurar qualidade em acessibilidade para escoamento da produção.

cidade e as atividades produtivas de grande porte, como a construção civil, a cultura canavieira, de café, de soja etc. são compulsoriamente reproduzidas como atraentes. Por consequência instiga-se a migração dos habitantes do campo, definitiva ou sazonalmente, para atividades produtivas naqueles locais, pois, como lembra Mata *et al* (1973, p.102), “presume-se que os migrantes sejam dotados de aspirações superiores às dos não-migrantes. Admite-se que [...] os primeiros à deixarem uma região estagnada em busca de outra mais próspera, sejam os mais qualificados”. Como colocou o Entrevistado F, na realidade “uns vão na ilusão e outros vão porque tem que ir mesmo, se ficar passa necessidade”; mas, migrando, parte do efetivo potencial das comunidades se esvai, diminui a mão de obra coletiva e depreda-se o capital social.

[...]muitas vezes esta migração faz, eu creio que faz dar um grande *prejuízo pra's família*. Porque, apesar das pessoas ir e ser condição de você ter um acesso mais rápido por produção... Apesar de que as pessoa se mata, né, pra ganhar um dinheirinho a mais... muitas vezes *as pessoa não vê nem os fi dê's*... crescer ali junto com o pai. Ter aquele afeto, ter aquele vínculo (E.A).

É muito péssimo porque *vai lá pra fora pra sofrer*, né. A palavra migrar já significa tudo: é sofrer! *A gente sofre longe da família, longe da sua esposa, dos seus filhos*. Acontece alguma coisa na família, até que chega já não dá conta nem de chegar pra poder ver um ente querido seu mais [...] isso já é uma lástima. O que ele ganha lá fora, quando ele chega: dois meses já não tem mais. *Mas é obrigado a fazer isto porque a região não oferece emprego*. (E.E).

[A migração sazonal] é prejudicial pra região, porque *nas idas e vindas traz muita coisa ruim de lá*. Além de, assim, doenças. E *debilita os nossos*... Agora, terça feira [...] no sindicato de trabalhadores rurais chegou umas pessoas que eu ainda falei “companheiro, vai no ministério do trabalho”, porque chegaram sem condições ... já indo procurando médico. E a firma mandou embora, uma firma, usina do sul de Minas. E nessas idas e vindas também *você tá tirando as pessoas da terra*. Eles vão para a cidade, como não tem o que fazer, não tem qualificação nenhuma, aí, tornam-se o quê? Bandidos que vão pras cadeias, usuários de drogas, outros que voltam e vai viver de assalto. Isso é mau, com certeza. (E.X)

Parte do círculo vicioso está na educação segmentada que se oferece para as áreas ruralizadas do país, pois, como denuncia Abramovay (2000,p. 195):

O Brasil não possui, até hoje, uma instância de reflexão, elaboração e orientação quanto ao que deve ser a educação no meio rural. Sem que os próprios agricultores estejam conscientes dos trunfos que o meio

rural pode oferecer a uma estratégia de desenvolvimento baseada na formação de tecidos territoriais densos e variados no interior do País, será impossível a superação do caráter até aqui burocrático e autoritário [...] de que se revestem as tentativas de descentralização das políticas públicas.

Enquanto o meio rural representar conservadorismo e atraso, as iniciativas para melhorar a qualidade de vida no campo terão possibilidades mínimas de sucesso, e por isto também é importante modificar o ambiente relacionado à aquisição de conhecimento no meio rural. Pois se a formação educacional for levada como estritamente profissional e não associada a oportunidades locais de desenvolvimento, a região rural vai apenas exportar sua mão de obra (ABRAMOVAY, 2000). Precisa-se, portanto, de uma mudança estrutural que modifique o reconhecimento do que se trata *ser* rural para que se possa *superar* a condição de pobreza.

Por fim, pôde-se observar nas comunidades a interconexão dos fatores acima abordados incidindo em dois pontos: a) Na descrença (mesmo que subconsciente) no poder da cooperação que se reflete no baixo número de reuniões realizadas pelas associações comunitárias, visto que não são perenes mas sim motivadas por situações críticas em que se exigem propostas e resoluções. Se as pessoas se organizassem e se empenhassem em constantemente discutir os problemas e alternativas para a comunidade, isto não apenas exibiria em contornos claros os laços de capital social existentes, mas também que o estariam fortalecendo e dando-lhe uma utilidade marginal, isto é, para além da simples existência de boas relações. b) No fato de que muitas vezes a coletividade não toma iniciativa de, a partir dos projetos existentes, buscar coisas novas²³, complementaridades através da criação de redes de relações com outras instituições e afins para angariar outros benefícios. A prerrogativa, muitas vezes, fica a encargo de algumas lideranças comunitárias de maior vontade política, mas que não conseguem carregar a descrença/apatia de muitos conquanto a ideia de ser articulador do próprio futuro baseado em ações locais.

Como suposto fomentador do capital social caberia também ao IDENE não apenas radicar as relações das comunidades com as prefeituras, EMATER e CMDRS, a quem possivelmente as mesmas seriam mais recorrentes; mas também instigar relações com outras instituições e outras localidades, para estabelecer uma rede que abrangesse, pelo menos, todo o Vale do Jequitinhonha em salvaguarda de seu próprio

²³ Esta falta de iniciativa se reflete, por exemplo, no fato de que a estrutura da lista de projetos passíveis de serem aprovados pelo PCPR (Anexo I) em vez de ser criticada como possível supressora de alternativas (especialmente se correlacionada à lista negativa de projetos, no Anexo VI) acaba sendo concebida como ofertas a serem acatadas. Embora haja possibilidade de iniciativas diferenciadas, elas são pequena minoria.

desenvolvimento. Mas pelo que foi verificado os resultados dos subprojetos, mesmo que existam inegáveis contribuições às comunidades em que se inserem, traduzem o PCPR como uma política fracionada e frágil no curto prazo, e parte disto se deve à não se dar a devida operacionalização do capital social.

4.2.3 – Notações sobre contrastes

Visto que, conforme já mencionado, as instituições podem ser responsáveis por “parcela significativa do desenvolvimento da região, mas também pelo agravamento das desigualdades” (FURLANETTO, 2008, pg. 56) urge o reconhecimento de que suas atuações devem ser eficientes e democráticas. Ou seja, que favoreçam o desenvolvimento ao proporcionar múltiplas condições para o mesmo, e que sejam construídas com a participação da sociedade oferecendo oportunidades iguais (FURLANETTO, 2008). O IDENE tem buscado alcançar estes pressupostos através do PCPR, ainda que não esteja sendo tão bem sucedido como poderia. Falta-lhe tocar com cuidado e profundidade num ponto transversal à política que implementa e os benefícios que espera alcançar: a dotação do capital social. Conforme analisado por Peter Evans (*apud* MULLS, 2008, p.17) o problema em contextos do que ainda chama por Terceiro Mundo:

[...] não é a ausência de capital social no nível micro (comunidades locais), mas transformar (*scaling up*) os laços pessoais e comunitários em formas institucionais e organizacionais mais abrangentes, que facilitam uma boa governança e possam de fato ter uma escala econômica e política que favoreça o desenvolvimento. Para serem efetivos politicamente, tais arranjos devem ter um escopo regional, enfatizando as particularidades de um determinado contexto social e realçando os interesses comuns entre comunidades vizinhas. O papel do Estado ou dos agentes públicos é o de dar suporte a esta transformação das redes locais interpessoais em formas organizacionais mais abrangentes e desenvolvidas (*scaled-up organizations*).

Sendo assim, mais importante que a forma com que a instituição *espera ser* concebida é a função que está *realmente* exercendo, e, nisto, pondera a autocrítica para que seja *eficiente* na sua contribuição ao desenvolvimento. Ainda que existam questões de ordem física que empecilham a produtividade do Projeto, devido ao

ambiente que o circunscreve, as mesmas não devem servir de desculpa para o pouco êxito, mas sim ser deglutidas, consumidas, interiorizadas e transformadas em novos meios. Tal como fez a produtora de rapadura, que obtendo o malogro de produzir melaço salgado, transformou-o em sustância para o gado²⁴. Não se pretende aqui ser de um otimismo cético, pois se reconhece que é difícil conseguir o total aproveitamento em situações de adversidades. Contudo, apenas admitir as dificuldades sem pretender dobrá-las é sabidamente ineficaz. Conforme apregoa Putnan (1996) para que uma instituição tenha um *bom desempenho* é necessário que seja sensível à demanda da população e eficaz na utilização de recursos limitados. Embora *bom desempenho* seja uma variável muito flexível, importa a correlação entre **demanda da população e recursos limitados...** que são o porquê da existência do próprio PCPR.

Recurso abundante nestas comunidades, conforme fora visto, são os laços que existem entre seus habitantes e que tem como serem convertidos de seu modo latente e informal para meios formais adaptados às condições necessárias para reagir à pressão heterônoma que as reclusa à pobreza. Embora, na ação institucional, seja válido o estímulo à criação de associações, é importante lembrar, conforme Baquero (2003), que no Brasil não há uma tradição associativa e a que existe não proporciona as bases de produção de um capital social público, isto é, generalizado. Dessa forma, mesmo que existam no país centenas de associações que se organizem em torno de objetivos comuns, elas usualmente não geram uma rede associativa mais ampla porque os membros centram-se em questões particulares (BAQUERO, 2003).

Portanto, não é coerente que se espere que as associações formadas nos núcleos comunitários do Vale do Jequitinhonha busquem, por conta própria, ampliar a sua rede de relações na promoção de um capital social de ponte, formando uma rede de cooperação regional. Primeiro, graças às mesmas dificuldades físicas e deficiências financeiras que o PCPR reconhece e segundo porque, conforme já fora dito, embora haja confiança mútua e disposição para cooperação, a maioria das pessoas tende a não acreditar na mudança real e significativa de sua realidade a partir de um movimento endógeno. A descrença na ação endógena, vale ressaltar, não se deve a nenhum título de incompetência ou outras atribuições negativas a que muitos tendem a se referir quando retratam o Vale do Jequitinhonha, mas sim à herança de

²⁴ Caso ocorrido com um dos entrevistados que teve a rapadura estragada porque parte da cana colhida na sua propriedade era salgada. Diante da aparente perda total da produção, dissolveu o melaço em água para servir de alimento para o gado. Além de lembrar com prazer que a palha da cana tanto servia para alimentar as reses como aprendera a também utilizá-la para fertilizar o seu plantio de hortaliças e protegê-lo do sol.

corrosão ao espírito público da que gestores do Estado tantas vezes se utilizaram em benefício próprio, na atenção de seus interesses particulares, como fora anunciado nos capítulos I e II. Portanto, reclama-se que, além de instigar a formação de associações, o IDENE ofereça outros suportes para este capital social, pois como acredita Abramovay (2000), instituições podem sim enriquecer o tecido social de certa localidade.

Além disto, deve-se manter perene a atenção conquanto as práticas clientelistas, autoritárias e burocráticas Abramovay (2000). Não se deve omitir as lutas intersticiais pelo poder na nossa sociedade, pois, como ressalta Durston (2001), a análise das mesmas contribui para compreender a persistência da pobreza. Nesta conjuntura onde o capital social é arcabouço para mudanças significativas deve-se verificar como se dispõe o conflito em torno de recursos escassos, tal como foi verificado na crítica dos entrevistados sobre a disponibilidade das informações em torno do financiamento oferecido pelo IDENE. Portanto, conforme descreve Durston (2001), o desenho de instituições formais de associação, participação e capacitação não alcançará seus objetivos a menos que as instituições socioculturais informais de liderança, cooperação, confiança, prestígio, faccionismo e clientelismo sejam também temas da política pública. Elas são externalidades inerentes ao PCPR por fazer parte das relações estabelecidas entre os diferentes agentes envolvidos, portanto, para maior êxito na sua implementação, devem ser devidamente compreendidas.

Mais um elemento que se deve relevar é que, em comparação aos demais PCPR's a que se teve conhecimento durante esta pesquisa (PCPR Rio Grande do Norte, PCPR Ceará, PCPR Sergipe, PCPR Piauí, PCPR Pernambuco e PCPR Maranhão) o PCPR implantado no Vale do Jequitinhonha tem apresentado resultados significativos, mesmo com todas as deficiências relevadas. Algumas das principais dificuldades averiguadas no levantamento feito neste trabalho são compartilhadas pelos demais PCPR's estaduais (Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2002; KHAN e SILVA, 2005; MACÊDO *et al* 2011; SILVERA, 2009; PINHEIRO, *sd*). Deve-se recordar que o PCPR, embora seja implantado pelos governos interessados no combate à pobreza rural, é diretriz do Banco Mundial e que a experiência do PCPR do Vale foi posterior às experiências nos Estados nordestinos. O molde do PCPR, lembremos, é pré-estabelecido pelo Banco Mundial, e as experiências anteriores à do Vale do Jequitinhonha contribuíram à sua estruturação; inclusive configurando a Lista

Negativa (Anexo V) de subprojetos devido ao conhecimento prévio de sua inviabilidade de financiamento, segundo o coordenador do PCPR²⁵.

Segundo o sítio do IDENE²⁶, o PCPR mineiro foi tomado como referência do Banco Mundial para outros Estados brasileiros, demonstrando que é “possível gerar trabalho e renda em regiões historicamente excluídas, promovendo inclusão social”. Interessante é que alguns dos aspectos ressaltados no *Documento para Discussão* sobre a visão da equipe do Banco Mundial sobre os subprojetos produtivos do PCPR no Nordeste brasileiro (Anexo VI) são que:

- “Os PCPRs podem desempenhar papel fundamental na *organização e agregação das associações de produtores*, facilitando o acesso à assistência técnica e aos investimentos necessários para satisfazer as demandas e os padrões dos mercados.
- Os *subprojetos produtivos são intrinsecamente mais complexos*, de custos mais altos para sua preparação e análise; apresentam maiores riscos na implementação e requerem consideravelmente mais assistência técnica e comercial (às vezes altamente especializada) do que os subprojetos tradicionais de infra-estrutura. (*sic*) [...]
- O *agrupamento de associações* em torno de uma associação central tem sido a forma mais utilizada para *alcançar a escala* necessária para garantir quantidade e qualidade do produto e *aumentar o poder de negociação* nos mercados maiores.”²⁷

Além disto, o mesmo documento coloca que uma das ações promovidas pelo Banco Mundial em alguns Estados do nordeste foi o de buscar *ligar os participantes do PCPR aos agentes de mercado*. A ação concernia em informá-los sobre as demandas dos diferentes tipos de produtos, facilitando contatos entre compradores potenciais e os produtores, envolvendo apoio técnico do setor privado ao fortalecer parcerias com organizações como o SEBRAE e desenvolvendo parcerias com agências de microfinanciamento para trabalharem diretamente com as associações.

²⁵ Cabe colocar também que segundo o mesmo, a lista de subprojetos elegíveis aumentaram à medida em que as comunidades priorizaram suas demandas *in loco* levando a ter na atualidade, aproximadamente, 60 tipos. Entrevista concedida via e-mail em 23/08/2011.

²⁶ Notícia “Combate à pobreza rural é exemplo para outros Estados”, de 09 de dezembro de 2008. http://189.115.127.93/pcpr/pagina_noticia_consultar_cad.asp?CodNoticia=1. Acesso em 26 de setembro de 2011.

²⁷ Grifo meu.

No caso do Médio Vale do Jequitinhonha, além das parcerias com Prefeitura, EMATER e CMDRS verificou-se que não há outras relações promovidas pelo PCPR que fortaleçam a rede de contatos das associações comunitárias. Quando perguntados sobre a existência de encontros ou parcerias entre a comunidade e instituições públicas (além do IDENE, é claro) todos os entrevistados disseram não existir. Do mesmo modo todos entrevistados disseram que não são promovidas feiras ou encontros para criar redes de contatos/discussões entre os participantes do projeto com participantes de outros projetos semelhantes. Apenas quando perguntados sobre encontros da comunidade com outras comunidades que tivessem projetos semelhantes, que alguns dos entrevistados disseram haver. Todavia, tratar-se-ia de situação ocasional ocorrida nas feiras em que vão levar seus produtos, ou seja, informalmente; ou quando houve a instalação do seu subprojeto, em que alguns membros da comunidade foram convidados a verificar n'outras comunidades como se operava a produção. Sendo assim, as tais relações propostas pelo Banco Mundial aos PCPR's dos demais Estados **não** estão sendo operados no caso do Vale do Jequitinhonha. Mesmo que o caso do PCPR mineiro sirva de exemplo, o que constitui uma contradição.

Verificou-se, em realidade, que a estrutura que visa gerar renda aos moradores das comunidades rurais a partir de uma rede articulada de produtores de matéria-prima, processadores e consumidores está ainda em estágio primário e que estas relações não estão sendo devidamente estimuladas pelo PCPR. Se já é do conhecimento institucional a riqueza que se pode processar a partir da promoção de relações formais intercomunitárias e com outras institucionalidades, faz-se necessário que tome os procedimentos adequados o quanto antes.

Não se pretende aqui levantar dúvidas sobre a integridade das pessoas que atuam pela instituição. Mas, há de se questionar os motivos da inação ainda permanente em pontos tão pungentes. Quanto ao Banco Mundial, é sabido que não se trata de instituição neutra, mas sim amparada nos interesses da lógica financeira internacional. Mas, se o organismo está oferecendo a oportunidade de recursos para prover as regiões desfavorecidas socioeconomicamente de projetos que lhe angariem benefícios, as instituições dos Estados periféricos devem redobrar as atenções e ações para “abocanhar” o máximo possível da parte infinitesimal que se pode obter

dos recursos que outrora saíram de nossos próprios cofres²⁸ e enfatizar o trabalho por uma aplicação mais eficiente dos mesmos em prol dos que precisam.

Como coloca Furlanetto (2008), instituições são importantes para desenvolver as regiões, mas sabemos que se tratam de artefatos sociais construídos sob a interferência de diferentes coalizões. Caso o IDENE não procure tomar, em breve, as medidas necessárias para alcançar um desempenho mais eficiente/exitoso que as ações tópicas e localizadas que tem alcançado com o PCPR, aí sim, dever-se-á questionar a que interesses a instituição vem servindo: se à mudança real das condições das populações historicamente alijadas de uma melhoria substantiva da qualidade de vida, conforme propõe, ou se se envereda por um papel figurativo, com meios meramente paliativos de instituições renomadas. Em outras palavras, para alcançar maiores benefícios o IDENE deve buscar através do PCPR superar os as dificuldades encontradas na promoção do desenvolvimento de forma reflexiva e sistêmica.

4.3 – Procedimentos para reflexão

Kuan Tzu, sábio chinês do século VII a.C, disse que se desse um peixe a um homem, ele se alimentaria um dia, mas que se o ensinasse a pescar, comeria a vida inteira. Constantemente presente no âmbito das políticas sociais uma máxima parecida, se não lhe é produto, diz que mais importante que dar o peixe é ensinar a pescar. Como muitos levantam, o paradoxo é ainda mais complexo que o binômio aparente. Além do peixe, deve haver a vara e o lago para que as capacitações sejam úteis. E, mais que isto, ensinar a pescar não se trata apenas de dar a vara. A importância de se mencionar esta parábola surgiu de algumas conversas informais com os entrevistados, que levaram a reflexão sobre o que deve ser feito para que o PCPR tenha o êxito que se espera: combater a pobreza rural.

Segundo Durston (2001), o desafio dos desenhos de gestão de instituições formais estaria em trabalhar com os sistemas socioculturais para formar instituições produtivas eficientes e atores sociais capazes de gerar impactos positivos nos sistemas locais e regionais. Diante disto, esta seção relacionará dificuldades elencadas no campo à alguns procedimentos que, possivelmente, contribuiriam para

²⁸ Deve-se lembrar que os Estados Nacionais, e especialmente os periféricos, acabam sendo os pagadores do financiamento, dados os tantos recursos que são “perdidos” sob os interesses da lógica financeira internacional. Esvaídos com a finalidade de juros de dívidas infinitas.

fazer com que o projeto se torne um pouco mais complexo e, assim, seus resultados possam responder melhor às exigências que a realidade lhe impõe. Embora as possibilidades não sejam exauridas aqui, as propostas a seguir buscam contribuir na superação do ciclo vicioso visto na retroalimentação entre má infraestrutura e falta de recursos das comunidades abrangidas; para que por meio destes aportes elas tenham mais subsídios para deixar de depender do IDENE e responder autonomamente à pressão heterônoma a que são condicionadas.

4.3.1 – O amigo do pescador

Uma das principais reclamações dos beneficiários das comunidades trata da pouca participação do IDENE nas mesmas²⁹. Segundo os beneficiários, carece de que a instituição conheça mais a realidade local e que haja maior troca de informações entre as comunidades e a instituição; desta forma, é visto que esperam estabelecer uma relação mais sinérgica com o IDENE. Esta sinergia corresponde ao que Durston (2001) considera como sendo uma transformação das relações entre população pobre e agentes de desenvolvimento: implica em que os agentes identifiquem-se com a comunidade e sejam movidos por vocação para o trabalho. Simplesmente, na visão dos entrevistados, espera-se que a instituição esteja mais presente na realidade comunitária e que tome-a como sendo sua própria realidade, para que em conjunto alcancem o objetivo de superação das dificuldades socioeconômicas conforme se espera.

Pelo o que fora visto na realidade microrregional do Médio Jequitinhonha, os agentes institucionais do IDENE tem, como já fora mencionado, grande cuidado no trato com as pessoas das comunidades, atuando de forma empática, transparente e responsável conforme os entrevistados apontaram. Neste caso, foi verificado que o que tem impedido uma correlação de forças que atinja o nível de sinergia evocado concerne a dois pontos cruciais: o número de funcionários disponíveis para atuar no nível microrregional e sua rotatividade no IDENE.

Além do pessoal que trabalha no âmbito do escritório, existem, usualmente, apenas três agentes para atuar diretamente nas comunidades do Médio Jequitinhonha, disponibilizados da seguinte forma:

²⁹ Neste caso, segundo os entrevistados, mais presença e interação.

Agente I: Municípios de Araçuaí, José Gonçalves de Minas, Berilo, Jenipapo de Minas e Ponto dos Volantes.

Agente II: Municípios de Comercinho, Medina, Padre Paraíso, Caraí e Chapada do Norte.

Agente III: Municípios de Coronel Murta, Virgem da Lapa, Francisco Badaró, Itinga e Itaobim.

Portanto, seriam designados, cinco Municípios para cada agente institucional de campo³⁰. Suponhamos que cada Município tenha, no mínimo, dez comunidades rurais³¹, o que implicaria que o agente de campo teria de atuar em cinquenta comunidades: como então promover a sinergia em tal situação? Mesmo que não haja projetos em todas as comunidades de todos os Municípios, deve-se considerar que todas devem ter direitos iguais em concorrer aos recursos do PCPR.

Uma relação contígua através, por exemplo, da visitação às comunidades evitaria problemas relacionados ao acesso às informações, fossem ligados a níveis de CMDRS ou de outras “politicagens” locais conforme foram denunciadas nas comunidades. Mesmo com o interesse dos agentes institucionais da microrregião em estabelecer uma relação sinérgica com as comunidades, as dificuldades causadas pela baixa disponibilidade de agentes são enormes; pois, além da necessidade de acompanhar as comunidades, existe toda uma série de atribuições que lhes competem nos escritórios regionais dados vários outros programas. Carece-se, portanto, da contratação de mais consultores para que se possa redistribuir os Municípios e que se atue mais enfaticamente no interior das comunidades.

O segundo ponto dado é ainda mais importante. Ao se considerar que relações de confiança, reciprocidade e cooperação se estruturam com o tempo e que são necessários para auxiliar no desenvolvimento, eis que o IDENE acaba fragmentando continuamente estes laços entre os agentes institucionais de campo e as comunidades. Majoritariamente, a rotatividade dos consultores na instituição não se faz no âmbito intrainstitucional, como deveria ser – isto é, apenas mudando o consultor de área de abrangência para evitar a criação de laços personalistas – mas sim, principalmente, em nível de contratação. O tempo de contrato dos consultores varia de

³⁰ Deve-se relevar que no IDENE do Médio Jequitinhonha são, comumente, dois consultores e um técnico e que as demais agências microrregionais funcionam de forma semelhante. Além disto, em certas ocasiões os consultores devem intervir nos Municípios de responsabilidade dos técnicos por estes não terem a formação profissional apropriada.

³¹ Pressuposição apenas a título de ilustração. O município de Araçuaí, por exemplo, possui aproximadamente 40 comunidades rurais.

seis a doze meses, podendo ser prorrogado por mais um ano. E assim, depois de um relativo tempo de experiência para com as comunidades, quando os consultores já desenvolveram maior aptidão para o trabalho, conhecimentos sobre as realidades e laços de confiança, saem da instituição e tudo começa novamente com o novo contratado. Como, então, assegurar uma relação sinérgica com as comunidades? Em que os agentes institucionais tomem para si a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento das comunidades abrangidas pelo IDENE, se eles não são motivados a permanecer na instituição e nos seus postos de trabalho?

Estes dois aspectos são de suma importância, e da correção destas contrariedades dependem também as próximas propostas.

4.3.2 – A qualidade da vara

Como já foi levantado neste trabalho, não bastam determinações eminentemente técnicas, é necessário uma abordagem mais sistemática e complexa da realidade para que se possa superar as circunstâncias que retroalimentam a pobreza. Por isto, reclama-se aqui que o PCPR seja um pouco mais condimentado, que os subprojetos sejam ambientados, flexíveis e duradouros. Para tanto, requer-se que o diagnóstico local realizado pela instituição³² seja mais explorado em relação à escolha de subprojetos feita pelas comunidades. De forma mais clara: é preciso que se verifique com mais acuidade as limitações físicas que o meio infere ao desenvolvimento futuro da produção objetivada. Embora a escolha dos subprojetos sejam das comunidades, e devam continuar sendo para assegurar a participação e correspondência destes com a realidade local³³, é importante que sejam ressaltadas e esclarecidas situações que possam empecilhar o andamento dos seus trabalhos e em conjunto, instituição e associação, criar alternativas, pois algumas adversidades podem ser previstas e contornadas. Um exemplo marcante disto está na comunidade de Queimadão, que apesar de ter o seu subprojeto de fabriqueta de farinha

³² Apresentado no Anexo II.

³³ Segundo Durston (2001), como já mencionado, o diagnóstico participativo já é inventário dos programas antipobreza na América Latina, onde os usuários detectam o que oferece a agenda e ambos colaboram na comunhão entre as necessidades sentidas na comunidade como coincidente pela oferta elaborada pelas agências. Na opinião do autor, se o objetivo real da agência for possibilitar o auto-empoderamento dos atendidos é essencial que o diagnóstico seja gerado e assumido pela comunidade e os agentes freiem o impulso de impor seus critérios.

estabelecido há certo tempo, além dos problemas de rede elétrica, tem a falta de água como uma profunda restrição à produção.

Mesmo com as vastas esperanças e expectativas das comunidades para com os subprojetos, elas não podem se deixar ludibriar por propostas que não estejam ainda condizentes com sua realidade material e que influenciam diretamente o futuro andamento das atividades. Tanto o Relatório de Desempenho solicitado pela instituição (TECNOMETRICA/IDENE, 2010) quanto o Documento de Discussão do Banco Mundial (Anexo VI) reconhecem que o PCPR produtivo é mais complexo que o social e de infraestrutura, o que incorre em grandes problemáticas; sendo assim, urge que se complexifique também as circunstâncias de implementação do mesmo. Requer-se como solução, por exemplo, que o PCPR produtivo tenha aquilo que será aqui chamado como *Anexo de Estrutura*. O Anexo de estrutura seria uma atividade complementar, como se fosse um subprojeto institucional com fundos próprios, onde os recursos estejam à parte dos valores arrecadados e dispensados para as três categorias do PCPR. Ele movimentaria ações e recursos financeiros para solucionar as problemáticas encontradas na implementação dos subprojetos produtivos.

Os recursos do Anexo de Estrutura seriam solicitados toda vez que a realização de algum subprojeto produtivo tivesse empecilhos que fogem à contribuição física e financeira das comunidades à médio ou longo prazo. Para resolver a situação não seria necessário embargar a obra a ser implementada pelo PCPR produtivo até que se sanasse a questão, afinal os empecilhos podem ocorrer concomitantemente à implementação, bem como algumas dificuldades só podem ser resolvidas posteriormente à conclusão das obras. Em termos reais, suponhamos que uma comunidade sem eletrificação rural gostaria de colocar uma fabriqueta qualquer. O Anexo de Estrutura atuaria numa das seguintes formas:

- 1- Movimentaria ações em busca de parceria com outras institucionalidades; como, por exemplo, a CEMIG e o projeto Luz para Todos³⁴ para que fossem tomadas as devidas providências sobre a instalação de rede elétrica com a voltagem adequada.
- 2- Diante da impossibilidade de uma parceria, ou na protelação da resolução do inconveniente, forneceria financiamento da instalação da rede elétrica na

³⁴ Citamos aqui o Luz Para Todos porque segundo o sítio do Programa, uma de suas prioridades é atingir "Projetos que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado". http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acesso em 29/10/2011.

comunidade através de seu fundo próprio. Mas este recurso seria utilizado apenas em último caso.

Em outro caso como o da falta de água na comunidade, que é fator corrente no Vale do Jequitinhonha o caminho seria o mesmo. A resolução dos empecilhos se baseia principalmente no dever de responsabilidade da instituição em termos de ajudar a comunidade a buscar parcerias com outras institucionalidades, outros Programas, sejam de entidades públicas ou privadas e, mesmo, com as Prefeituras. Há mais facilidades para a instituição do que para as comunidades promover tais articulações dadas questões como de acesso a informações, comunicação e acessibilidade. Mas para que se proceda a realização completa da superação das adversidades deve existir, além da sinergia anteriormente evocada, o reconhecimento tanto do Governo do Estado quanto do próprio Banco Mundial em disponibilizar mais recursos financeiros. Deve-se ressaltar também que nem todas as comunidades exigirão acionar o Anexo de Estrutura. Como foi dito, o seu acionamento seria dado diante da constatação técnica e comunitária de que há algum empecilho a se resolver que foge ao poder da comunidade.

Existem alguns contratempos que o fundo do Anexo de Estrutura poderia sanar facilmente. Por exemplo, se o problema de uma comunidade concerne à voltagem de energia oferecida pelo gerador, normalmente a solução empreendida pelas comunidades é a de buscar o financiamento das prefeituras para sua troca. Neste caso, é sabido que algumas Prefeituras tendem a protelar a resolução dos problemas rurais que lhe chegam, o que pode acabar impedindo o início das atividades das fabriquetas. A solução possível seria: comprovada a protelação por, no mínimo, três meses, com testemunho em ata de votação dos beneficiários da comunidade, a associação acionaria o IDENE. O Instituto financiaria a compra do elemento estabelecendo um contrato de responsabilidade da prefeitura em devolver o valor gasto no empreendimento em determinado período de tempo. Os recursos, assim, voltariam a fazer parte dos fundos do Anexo, e não seriam utilizados senão para finalidades semelhantes.

É claro que esta proposta precisa ser mais elaborada, inclusive no que tange às possibilidades de punições às prefeituras no caso de descumprimento do período fixado. Mas o importante é que deve haver o reconhecimento da necessidade e a busca por mais recursos para sanar os aspectos que podem emperrar o desenvolvimento dos subprojetos. A parceria com outras institucionalidades, de nível federal, estadual, sejam públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, pode ser a

solução. A correlação de forças diz respeito a um critério técnico que se reflete na qualidade do PCPR.

4.3.3 – O caminho para o lago

Muito embora o Documento para Discussão mencione o papel fundamental que o PCPR pode ter na agregação das associações de produtores, que reconheça que o agrupamento de associações é uma forma mais bem sucedida para aumentar seu poder de negociação nos mercados e, ainda, que já existem experiências nas quais as ações do PCPR tem buscado ligar os beneficiários do PCPR aos agentes do mercado; acaba sendo pungente a elaboração deste subcapítulo. O motivo são alguns dos resultados obtidos nas entrevistas nas comunidades rurais, que retratam do seguinte:

1. Como já foi dito, não são promovidas feiras ou encontros para criar redes de contato ou discussão entre os participantes dos subprojetos com beneficiários de subprojetos semelhantes;
2. Não existem, na grande maioria dos casos, redes de encontros ou parcerias entre a comunidade e instituições públicas, mesmo que, ocasionalmente existam algumas relações mais frequentes com a EMATER e algumas organizações civis;
3. O IDENE não oferece às comunidades cursos de capacitação. Diante da dificuldade dos entrevistados em esclarecer sobre o mesmo, ficou registrado que o mais próximo que a instituição oferece é um curso de prestação de contas. Os cursos a que estas comunidades tem acesso são oferecidos ocasionalmente pela EMATER e outras institucionalidades, quando há estes vínculos, mas que nem sempre tem valor peremptório para as atividades dos subprojetos produtivos.

Estes são pontos os quais as lideranças comunitárias sentiram falta para ajudar a alavancar a tomada de atitude dos demais membros das comunidades. Mesmo que as pessoas destas comunidades se vejam como sujeitos importantes para o seu desenvolvimento, falta enfatizar a atuação conjunta como meio de resolução de seus problemas socioeconômicos, na constituição de um horizonte que supere a escala da sobrevivência comunitária. Falta-lhes estimular o associativismo para além de

questões pontuais de sua realidade e com vistas a enfrentar com maior respaldo as condições de pobreza. Fortalecer este aspecto está também no encaixe do PCPR.

Segundo Durston (2001), experiências indicam que as habilidades sociais institucionais, como liderança em gestão, trabalho em equipe, transparência social, prestação de contas, são formais e transmissíveis; logo, podem ser criados mediante agentes externos que use metodologias de capacitação de base. Através da afirmação de parcerias com outras instituições o IDENE tem como promover a capacitação das comunidades de forma razoável, a ponto de estimular-lhes a tomada de iniciativa. E não se trata de iniciativa exclusivamente das lideranças, mas da comunidade como um todo, pois, neste caso, não se pode considerar os indivíduos como insubstituíveis. Como também aponta Durston (2001), a capacitação coletiva tem ainda aspecto de conscientização, de modo que se todos são capacitados, nenhum líder é indispensável. Todos devem dar sua contribuição e a maioria deve estar devidamente preparada para suprir as atividades de um ou outro quando bem aprouver.

Não se pretende neste trabalho determinar a quais instituições o IDENE deve recorrer, mas sim relevar o quanto é útil a sua interferência no sentido de chamar parcerias e, também, atrair agentes de mercado como o Documento para Discussão se referiu sobre outros PCPR's. Tal como pontua Portes (2000), as redes sociais não são um fator natural, tendo que ser criadas a partir de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização da relação de grupo, que são úteis para acender a outros benefícios. Há necessidade, portanto, de outra ingerência institucional ao PCPR para que haja a maior agregação de forças pelo combate à pobreza rural; pois deve-se reconhecer, como faz Abramovay (2000), a importância de uma rede de atores para valorizar uma região, que nisto que se apoia o seu desenvolvimento. Tal ingerência institucional será considerada como "Anexo de Corrente" e visaria fortalecer os subprojetos produtivos nos seguintes moldes:

a) Capacitação para atividade produtiva

Por meio de parcerias com entidades públicas e privadas o sentido seria o de promover cursos de capacitação na área do desenvolvimento do produto a que se dirige o subprojeto produtivo nos aspectos de:

- Produção I: mostrando as possibilidades de se realizar uma atividade produtiva amparada numa lógica sustentável, com aproveitamento de recursos e reaproveitamento de resíduos³⁵.
- Produção II: ensinando a lidar com questões de aseamento durante a produção, embalagem e transporte para a melhor qualidade do produto.
- Mercado: abordando questões como procedimentos para estabelecimento de preços e mecanismos de encontrar/atender demandas de mercado.
- Legislação ambiental: mostrando procedimentos da legalização ambiental em que se sinalize os marcos legais que dizem respeito à pequena produção e à como utilizar dos mesmos em seu benefício³⁶.
- Trabalho em equipe: para além de ensinar como fazer prestação de contas, a capacitação em trabalho em equipe visa demarcar a necessidade das comunidades de ter uma agenda fixa de reuniões para discutir as suas problemáticas comuns e, através da reflexão conjunta, buscar a resolução dos problemas. Além disto, deve-se discutir modos de comércio conjunto que evite a concorrência intracomunitária no mercado, que pode vir a danificar o capital social comunitário.

O nível de capacitação requerido, como se pode perceber, não se trata de elementos que demande muito tempo ou esforço da instituição e suas parceiras. São ações que, embora pareçam tópicos, provavelmente terão seus efeitos multiplicados, pois as comunidades tendem a reagir bem às motivações institucionais, ainda mais em resposta à confiança que tem para com o IDENE e seu PCPR.

b) *Diálogo de redes*

A proposta é proporcionar meios para a formação de parcerias que estendam o capital social e fortaleçam seus subprojetos gerando multiplicadores. Diferente do tópico anterior, o diálogo de redes pressupõe uma atividade perene, e se assenta na estrutura de Redes Comunitárias proposto por Fugimoto e Sarmiento (2007). A ideia é que se realizem encontros com os seguintes enfoques:

³⁵ O CPCD, por exemplo, é uma organização civil que oferece este tipo de capacitação.

³⁶ Este aspecto surgiu das observações feitas por algumas pessoas das comunidades que reclamam sobre o desconhecimento dos marcos da legislação ambiental e temem a retaliação do órgão executivo por desconhecer como agir perante as mesmas, especialmente, em seu benefício, pois se é um dever, também é um direito.

- Encontros comunitários: para que as comunidades que tem o mesmo tipo de subprojetos troquem experiências discutindo problemáticas presentes nas produções, possíveis soluções e, até mesmo, sobre as possibilidades de se promover cooperativas de produção e venda para mercados maiores.
- Encontros institucionais: encontros ocasionais em que sejam convidadas, além das comunidades, entidades, como organizações civis e empresas, que possam ser parceiras das comunidades tanto no seu aspecto social como econômico. Assim como nas Redes Comunitárias descritas por Fugimoto e Sarmiento (2007), a proposta seria colocar as atividades e interesses dos presentes para que se estabeleçam possíveis ligações. A proposta seria a de estabelecer um ambiente que estimule a cooperação e conexão entre atores e em que se fortaleça a confiança para projetos e ações sociais (FUGIMOTO e SARMENTO, 2007).

A proposta dos encontros institucionais, inclusive, pode servir de grande auxiliar à capacitação almejada para a atividade produtiva. Fica claro que o Diálogo de Redes só tem como funcionar em parceria com as Prefeituras Municipais, para que se ofereça tanto o transporte dos viventes nas comunidades rurais, como um espaço público para a realização dos encontros. Além disto, é importante mencionar que diferentemente dos CMDRS's a ideia é que cada comunidade tenha presente os próprios representantes, e não representantes "regionais".

Este aspecto do programa leva a canalizar as formas latentes para contornos mais formais e convenientes para a superação da pobreza. Tal como coloca Muls (2008), articulação em rede é essencial para o desenvolvimento econômico local, pois se não libertam o território das pressões vindas de fora pelo menos busca redirecioná-las a seu favor.

4.3.4 – Últimas considerações

Deve-se relembrar as palavras de Durston (2001), que já foram acima pontuadas, segundo o qual, nem desenho de programas de capacitação, nem formação de equipes sinérgicas são suficientes para garantir impacto significativo e sustentável sobre um ciclo vicioso, porque os efeitos podem acabar se extinguindo. Por isto a importância das articulações em rede.

Outro ponto importante trata da crítica de Abramovay (2000), para quem enquanto for visto como base de produção agrícola o destino rural raramente vai diferenciar-se do esvaziamento político e cultural. Apenas se encarado como base de um conjunto diversificado de mercados potenciais, os horizontes do meio rural podem ser ampliados. O desafio estaria em dotar as populações de capital social, das prerrogativas para que sejam as protagonistas do desenvolvimento do território (ABRAMOVAY, 2000).

Nisto a análise aqui desdobrada compartilha da visão de Durston (2001), para quem as agências de desenvolvimento acabam ganhando a responsabilidade de gerar capacidade de negociação, de incutir atores sociais e servir de apoio de urgência as associações em momentos de crise externa e interna. Como lembra o autor, a estratégia é aplicar o capital social dos atores pobres na produção de um impacto sobre o sistema sociopolítico e econômico, provocando uma transição para um sistema mais equitativo. Sendo assim, vale que o IDENE faça uma profunda reflexão autocrítica sobre os efeitos reais que tem promovido através do PCPR, e, mais do que isto, e que continue a empenhar-se para que as reformas institucionais em que se insere não retratem apenas a lógica do “vinho velho em garrafas novas” (PUTNAN, 1996).



V. Considerações finais

O presente trabalho buscou fazer uma análise que permitisse a interação entre o contexto nacional e a realidade do Vale do Jequitinhonha, no intento de denotar como se deram os processos que influenciariam seu desenvolvimento socioeconômico amparado pelas políticas públicas.

Fora visto que a formação das políticas sociais tem por pressuposto inicial atender os desamparados socialmente, aqueles que estão à margem da sociedade devido às consequências do processo de modernização. Mais que isso, as políticas sociais devem servir de amparo a estes grupos diante dos males que promovem a ruptura com os modos de vida e produção tradicionais, pré-industriais. No caso brasileiro, a implementação das políticas sociais serviu como mecanismo de amansamento do vulcão social que emergia a partir das contradições sociais advindas de nosso processo histórico. Elas basearam-se essencialmente numa estrutura urbana-industrial e, tal como as demais políticas públicas do estado, emergiram num quadro de hipervalorização dos aspectos técnicos, que concebiam o desenvolvimento estritamente através do modelo produtivista.

Graças a esse modelo os interesses de grupos e setores de maior poder econômico e político foram amplamente privilegiados, usufruindo de largos investimentos destinados às políticas sociais e que acabaram por modelá-las mais orientadas para o crescimento econômico do que para o desenvolvimento social. Enquanto isso, regiões e populações sofriam os efeitos dessa lógica excludente de amplas camadas sociais. Primeiramente, sentiram pela inação do Estado, uma vez que não faziam parte da lógica urbana-industrial-produtivista. E, segundo, quando as políticas públicas chegaram às localidades remotas, mesmo que trouxessem algum benefício, muitas vezes foram introduzidas com desrespeito e prejuízos ao modo de vida tradicional, deixando estas populações à mercê de forças que estavam fora do controle doméstico. Isto se deu porque o desenvolvimento ambicionado não pressupunha apenas modificações estruturais físicas, mas também o apagamento do modo de vida tradicional considerado como atrasado. Sendo assim, as políticas sociais acabaram por reproduzir uma sociedade hierárquica e desigual, e cujas conquistas eram arbitradas por número reduzido influente nas esferas do poder.

Esta dinâmica explica o estado de coisas no Vale do Jequitinhonha, que carrega o estigma da miséria, mesmo sendo rico em aspectos ambientais e imateriais. Como no resto do país, a cidadania no Vale se fez através do sistema de estratificação

ocupacional; porém, deu-se mais tardiamente, visto que sua gente teve de esperar para que região tão ruralizada se beneficiasse com as políticas de proteção social ligadas ao trabalho no campo. Ainda hoje, mesmo com a proteção social, a falta de infraestrutura, serviço e a baixa renda, bem como os efeitos da pressão heterônoma, continuam estimulando a saída da gente da região, principalmente com a finalidade da migração sazonal. Uma constante que leva os trabalhadores a se submeter a atividades insalubres na tentativa de salvaguardar suas condições de vida nas localidades de origem.

No novo século, com o surgimento da proposta de uma cidadania ativa, pressupõe-se levar a participação social à gestão do Estado na expectativa de superar o formato tecnocrático de outrora, integrando diferentes agentes sociais. Neste novo modelo de gestão social, a participação atuaria a partir da esfera local, primeiro por ser o lócus onde as pessoas mais diretamente poderiam lutar por transparência e efetividade na gestão pública e, segundo, porque se exigiria que houvesse uma ação mais condizente entre as políticas públicas e a realidade local. Têm sido várias as tentativas de articular a participação social na gestão pública desde então, logo que tem aparecido tanto experiências bem sucedidas como de alcance superficial.

Nesse eito, que se propõe democrático-participativo, é que vem a surgir no Vale do Jequitinhonha o IDENE, com a proposta de gerir o PCPR como uma política pública que visa a ruptura com o modelo tecnocrático de outrora e busca o reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional da população que abrange. A pesquisa aqui desenvolvida levantou que, no intento de promover uma melhoria substancial da qualidade de vida de seus beneficiários, a instituição e o Projeto tem atuado por meio de contradições, carregando consigo aspectos positivos ao mesmo tempo em que deixa profundas lacunas. Em linhas gerais pode-se denotar que:

- a) Em consonância à proposta democrático-participativa, para a concepção do Projeto, a instituição exige a relação dos beneficiários com espaços formais de participação, tais como a formação e regularização das associações e a presença nos CMDRS's.
- b) Em tentativa de ruptura com o modelo tecnocrático de outrora, a instituição tenta valorizar o modo de vida dos beneficiários reconhecendo que empreendimentos de grande escala podem escamotear a relação tradicional de produção dos beneficiários, assim como sua identidade. Desta forma, em vez de financiar macroempreendimentos, como fora feito pelas agências de desenvolvimento no passado, o IDENE, através do

PCPR, arma o pequeno produtor com possibilidades técnicas para facilitar o seu trabalho e na expectativa de gerar-lhe emprego e renda.

- c) Também em diferença às relações entre Estado e sociedade no passado, a instituição evita relações clientelísticas/paternalistas com seus beneficiários dado que, segundo os entrevistados, embora os agentes institucionais da esfera microrregional sejam cuidadosos e empáticos, são também exigentes em transparência pública e não dão privilégios a municípios ou comunidades. Estes aspectos fazem com que a instituição seja bem quista e ganhe a confiança de seus beneficiários.

Por outro lado, algumas atitudes da instituição, mesmo com “boa vontade” em seus princípios, são insuficientes para o fim que se propõe. Uma das mais visíveis concerne na constante rotatividade dos agentes que atuam nas localidades. Embora o desligamento seja tomado como positivo, no que diz respeito à expectativa de romper com situações que engendrem paternalismo/clientelismo institucional, também faz romper com as raízes institucionais no espaço, que permitiriam melhor conhecer e partilhar da realidade destas comunidades. Outro ponto pungente diz respeito ao fato que, mesmo que os subprojetos produtivos pudessem servir de alternativa para a migração regional, pode-se dizer que todos estão inconclusos. Eles não trouxeram ainda os benefícios que se esperava: a renda gerada é pouca e falta toda uma série de articulações que fortaleçam a capacidade de autonomia e sustentabilidade produtiva para superar questões como baixa viabilidade técnica, dificuldades de origem ambiental e acessibilidade.

Conforme coloca Kliksberg (1999), no que tange aos melhores resultados advindos da gestão que contempla a participação, eles provêm de ações que trabalham com metas e suprametas que relacionam uso ótimo dos recursos, equidade, sustentabilidade e estímulo à capacitação, e nestes aspectos o PCPR tem deixado a desejar. O Projeto tem apresentado grandes hiatos entre a proposta e seus resultados, aspectos que devem ser sanados urgentemente se a pretensão é realmente provocar uma mudança na qualidade de vida dos beneficiários para a superação da pobreza. As principais falhas concernem aos seguintes aspectos:

- a) O reduzido número de técnicos atuando no nível microrregional os impõe um ritmo excessivo de trabalho, impedindo assegurar uma ação sinérgica entre os agentes e as comunidades. A rotatividade e falta de promoção de carreira dos mesmos também os desestimula conhecer mais a realidade das comunidades e tomá-la para si.

- b) A falta de maior interatividade entre instituição e beneficiários faz perdurar deficiências no acesso a informação por certas comunidades em relação aos recursos e outras questões técnicas às quais o IDENE poderia contribuir a solucionar; e os subprojetos acabam ficando a mercê da força dos interesses políticos de prefeituras e outras instituições.
- c) O diagnóstico feito nas comunidades não tem sido devidamente explorado para evitar que os projetos, depois de implantados, mantenham-se inconclusos, sem atender os fins que prescreve. Do mesmo modo, falta à instituição aceitar a complexidade dos subprojetos produtivos e complexificar o programa ao mesmo nível para atingir melhores resultados.
- d) Por fim, falta ao IDENE operacionalizar efetivamente o capital social, de modo a estimular as comunidades utilizarem seu potencial para além dos laços locais. Isto é, falta instigar a coletividade a superar a descrença no poder de cooperação, promovendo a organização e articulação de redes; aspectos que podem levar à agregação de associações, a se evitar a concorrência improdutiva intra e intercomunitárias e, mesmo, aumentar o poder de barganha em mercados maiores.

Até onde fora visto, o tipo de participação social promovido pelo Projeto, bem como o alcance dos seus resultados, denotam mais intenção que efetividade. Isto é, o desenvolvimento socioeconômico a partir da gestão participativa que o IDENE se propõe a estimular está muito aquém do que pode proporcionar. Para que a instituição supere o tecnocratismo do passado em busca de um status de agência empoderadora é necessária uma profunda crítica, pois a tentativa de fortalecimento das comunidades por meio do PCPR tem sido estrangulada por toda uma série de fatores aos quais o IDENE pode contribuir a solucionar. Assim, pode-se dizer que a instituição está oferecendo menos do que pode proporcionar e exigindo menos do que pode receber, tanto das instituições que lhe são parceiras quanto das próprias comunidades.

O IDENE tem o bônus de oferecer um suporte estrutural que outras instituições não fornecem para as comunidades, mas precisa de outros fatores para melhorar seus resultados. Não basta que se estabeleçam conformações técnicas, que se ofereça estruturação produtiva e gere empregos pontuais. Superar a pobreza não se resume a oferecer estrutura sem promover capacitação e autonomia, pois, como já foi dito, ela não se limita a questões de ordem física e financeira, mas também de capital humano e social. Do contrário, a instituição vai apenas cair na falácia do tecnocratismo de esquerda, que hipervaloriza o formato técnico de sua ação, supostamente

democrático-participativo, enquanto omite parte importante dos reais resultados alcançados.

Faz-se necessário gerar forças como estratégia de resistência à condição de pobreza e, neste sentido, a devida operacionalização do capital social, embora não seja a solução de todos os males, torna-se um recurso acessível diante de comunidades desprovidas de tantos outros ativos. Como já foi colocado, a falta de iniciativas de viés associativo reflete a corrosão do espírito público herdado pelo modo como se processaram as políticas públicas ao longo da história do Brasil, mas as comunidades têm formas latentes de capital social que aguardam para serem potencializadas com este propósito. Aguardam para serem canalizadas e redirecionadas para maior participação e responsividade, contribuindo para o estabelecimento de relações favoráveis à autonomia e sustentabilidade das comunidades. O estímulo ao capital social de ponte com outros atores microrregionais possibilitaria o fortalecimento da capacidade de negociação e incubaria atores sociais. Em longo prazo, tais ações podem auxiliar na tomada de iniciativa e promoção de relações em rede, através de sua cristalização nas ações comunitárias e institucionais, estimulando a ação crítica, autônoma, empoderada e mais cidadã.

Deve-se pontuar que o papel do IDENE enquanto agência de desenvolvimento deve ser o de favorecer o capital social ao possibilitar múltiplas condições para sua existência, construídas a partir da participação social. Portanto, é imprescindível que a instituição arranje meios de estimular a transformação dos laços pessoais e comunitários em formas mais abrangentes. Tal iniciativa pressupõe que as comunidades conseguirão alçar alternativas tanto no que tange a fontes de informação quanto na oportunidade de escolhas e tomadas de decisões. Até o momento, o IDENE tem tentado evitar o viés clientelista/paternalista das políticas públicas nacionais, porém, deve reconhecer que este tipo de relação está presente em outras instituições, e que compõe um quadro de externalidades que atrapalham o desempenho do PCPR. Assim, além da aceitação da situação, deve haver também o enfrentamento, que só poderá começar a acontecer através da negociação em situações de rede.

Como fora visto, embora o IDENE pretenda situar-se como agência empoderadora e apoiadora, ela tem estado apenas a meio passo acima do semiclientelismo introjetador e capacitador (vide quadro 1, seção 4.2.1.1): é como se a instituição estivesse aguardando promover o desenvolvimento apenas amenizando as condições que foram agravadas ao longo da história. O PCPR pode vir a se tornar mecanismo de promoção de um desenvolvimento social equitativo e que valorize as

potencialidades locais, mas desde que sejam feitas as adaptações necessárias, pois buscar apenas a geração de renda (que sequer tem sido meta atingida) é apenas meio de melhoria de qualidade de vida, e não um fim em si, como já foi exposto. Os subprojetos são frágeis diante das problemáticas existentes e, conseqüentemente, o Projeto tem-se apresentado limitado. Não basta o desenho de participação, se capacitação, laços de liderança, cooperação, combate ao clientelismo entre outras questões, não fizerem parte das reflexões e ações das políticas públicas.

No Vale, as pessoas continuam migrando, a mão de obra coletiva continua diminuindo e o capital social sendo depredado pela pressão heterônoma. A valorização do pequeno produtor é ainda recente e inexata, tanto quanto o modelo democrático-participativo. Fato é que as instituições são artefatos que se criam sob diferentes coalizões, e há grandes dificuldades em se promover mudanças efetivas; mas o comportamento de transparência e prestação de serviço dos agentes do IDENE faz crer que se possa esperar mais de sua ação. A realidade jequitinhonhesa não demanda mais de meios paliativos, mas, sim, de modificações estruturais que podem começar a ser alcançadas por meio da complexificação do PCPR. Atuando de forma complexa, o Projeto poderá contribuir na capacitação dos beneficiários, na comunhão de redes e, desta forma, na produção de uma transformação, mesmo que gradual, do sistema sociopolítico e econômico vivido no Vale. Embora não baste por si, visto que não se pode ignorar toda a série de fatores externos que se desdobram sobre as localidades, pelo menos poderá munir os atores locais com maiores possibilidades de reagirem autonomamente à pressão heterônoma na tentativa superar sua condição de pobreza.

Bibliografia:

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. In: *Economia Aplicada*. Nº2, vol. IV, Abr/Jun, 2000. p. 379-397.

AMARAL, Carlos; SILVEIRA, Caio Márcio. *O Programa Bolsa-Escola em Minas Gerais – concepção, implementação e desafios*. Sl. Sd. Mídia digital: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/O_programa_Bolsa-Escola_em_Minas_Gerais.pdf.
Último acesso 11/2011.

ANTUNES, Américo. *Um rio chamado Jequitinhonha*. In: *Revista Hoje em Dia*. Sl: 2004.

BAQUERO, Marcello. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. In: *Revista Sociologia Política*. Curitiba, 21. Nov.2003. p. 83-108

BARBOSA, Maria Lígia O; QUINTANEIRO, Tânia. *Max Weber*. In: **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *The forms of capital*. Greenwood Press, NY, 1986. Disponível em: <http://econ.tau.ac.il/papers/publicf/Zeltzer1.pdf>. Último acesso em 10/2011.

BRANDÃO, Elbe; WILDHAGEN, Cid. *Potencialidades e fragilidades de uma região carente de desenvolvimento*. In: BRANDÃO, Elbe (org.). **Redução das desigualdades: uma das faces do choque de gestão**. Belo Horizonte: SEDVAN/IDENE;Crisálida, 2009.

BÜHLER, Maíra S. *Desafios na compreensão dos efeitos locais das políticas de fomento ao artesanato no Jequitinhonha*. In: CUNHA, Manuela C. (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio imaterial e biodiversidade. Nº 32, 2005. p. 166-180.

CAREGNATO, Rita C.A. e MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. In: *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, Out-Dez, 2006. p.679-84.

CARVALHO, Ailton M. *Políticas públicas, globalização e poder local – Novas tendências*. In: *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte, v.9,n.13. Jul/1999. p.5-11.

____. *Políticas sociais: Afinal do que se trata?*. In: *Agenda Social*. Revista do PPGPS/UENF, Campos dos Goytacazes, v.1., n.3. Set-Dez/2007. p.73-86,

CARVALHO, José Murilo. **Desenvolvimento de la ciudadanía em Brasil**. El Colégio de México, Fideicomiso Historia de las Américas, Fondo de Cultura Econômica. México, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CICONELLO, Alexandre. *A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. SI: 2008. Disponível em: http://www.oxfam.org.uk/resources/downloads/FP2P/FP2P_Brazil_Social_participation_as_democracy_CS_PORTUGUESE.pdf . Último acesso 04/2011.

CMSMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O sistema de proteção social no Brasil**. Dissertação de mestrado. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Campinas: setembro, 1991.

DURSTON, John. *Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y Caribe*. CEPAL, Santiago, Chile, setembro, 2001.

FAGNANI, Eduardo. *Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92*. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, vol 8. Jun.1997. p. 183-238

FERNANDES, Florestan. *A sociologia como afirmação*. In: IANNI, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, Pedro. *Patrimônio ameaçado*. In: : *Revista Hoje em Dia*. SI: 2004.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. Curso de Gestão e Avaliação de Políticas Públicas. Material didático. Rio de Janeiro, 2010.

FREY, Klaus. *Capital social, comunidade e democracia*. In: *Política & Sociedade*. Nº2, Abr. 2003.

____. *Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa?* In: *Política e Sociedade*. Nº5. Out. 2004. p.119-138.

____. *Governança Urbana E Participação Pública*. In: RAC- Eletrônica, v.1, nº1. Jan/Abr 2007. p. 136-150.

FUGIMOTO, Gilberto; SARMENTO, Luiz Fernando. *Redes comunitárias: parcerias para formação de capital social*. In: Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ, 2007.

FURLANETTO, Egido Luiz. *Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social*. In: Revista Sociologia Política. Curitiba, v6. Nº suplementar. Ago. 2008. p.55-67,

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Nacional : São Paulo, 1979.

____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do livro. Sd.

____. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIFFONI, Marcelo. **Trilhos arrancados**. História da estrada de ferro Bahia e Minas (1978-1966). Tese de doutorado, PPGH, UFMG, 2006.

GOMES, Marília M.F.; GONZAGA, Marcos R.; UMBELINO, Glauco; FÍGOLI, Moema G.B.; RODRIGUES, Roberta N. *O 'sertão nordestino' mineiro: caracterização e projeção populacional das microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2000-2030*. Seminário Visões do Vale 4. Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, Mai. 2009.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria de Estado da Ação Social, Coordenadoria de Projetos Especiais, Projeto de Combate à Pobreza Rural. **A experiência do PCPR no Rio Grande do Norte**. Relatório de implementação (1997-2002). Projeto de Cooperação Técnica: IICA-RN. Natal, 2002.

GUERRERO, Patrícia. *Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes*. In: *Revista Discente Expressões Geográficas*. Nº5, ano V. Florianópolis, Mai. 2009. p.81-100.

HERMANY, Ricardo; COSTA, Dartagnan L. *A construção dialógica e paradigmática da governança solidária local como pressuposto de eficácia de uma cidadania ativa*. Sl: 2008.

Disponível

em:

<http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/673/459>. Último acesso 02/2011.

JARDIM, Maria Nelly L. **O vale e a vida**. Histórias do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.

JESUS, Geraldo A. **Agricultura camponesa/familiar e ação do Estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha-MG: o caso de Minas Novas**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2007.

KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lucia Maria R. *Capital social das comunidades beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/ Projeto São José –*

PSJ – *Estado do Ceará*. In: *RER*. Rio de Janeiro, vol.43, nº01. Jan-Mar/2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000100006. Último acesso 10/2011.

KLIKSBERG, Bernardo. *Seis tesis no convencionales sobre participacion*. Centro de documentacion em politicas sociales. Documentos/18. Buenos Aires, 1999. Disponível em http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/des_social/documentos/documentos/18.pdf.

LESSA, Simone N.; SOUZA, João V. A. (Org.). **PLANOMESO – Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2005.

LINHARES, Maria Y; SILVA, Francisco Carlos T. **Terra prometida**. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

MACÊDO, Ana Cristina S; GÓIS, Magaly N.; CRUZ, Marcelo G.; MORAES, Mayra M. *Avaliação de projetos sociais: a experiência do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR)* em Sergipe. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-06/painel_14-050_051.pdf. Último acesso em 09/2011.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARSHALL, Thomas H. **Política social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATA, Milton; CARVALHO, Eduardo W. R. de; CASTRO E SILVA, Maria Thereza L.L.. **Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos**. Rio de Janeiro, 1973.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In:____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Marcelo. *A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. IPEA, Brasília, Dez.2001. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0852.pdf . Último acesso em 03.11.2011.

MELO, Marcus André B.C. *Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na nova república*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1993. Vol.36, nº1.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Repensar a reforma/ reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOTTA, Vânia C. *Gerar capital social: tarefa da “educação periférica” segundo Banco Mundial*. SI, sd. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/vaniacardosodamotta.pdf>. Último acesso em 09/2010.

MULS, Leonardo Marco. *Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais*. In: *Revista EconomiA*. Jan/Abr. 2008.

NASCIMENTO, Claudemiro G. **Escola família agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural**. In: *Revista da UFG*, Vol. 7, No. 01, junho 2004. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html. Último acesso em 26/01/2012.

ORTEGA, Antônio C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas,SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese de doutorado. PPGG/UFU, 2007.

PESSÔA, Marcela de O. *Políticas públicas para o desenvolvimento: estudo do PCPR no Vale do Jequitinhonha-MG*. XXVIII Congresso Internacional da ALAS. Recife-Pe. Set. 2011. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/alas_GT07_Marcela_Pessoa.pdf

____. **Relações inter-regionais**: o trabalho sazonal de migrantes do Vale do Jequitinhonha-MG para o corte de cana em Campos dos Goytacazes-RJ. Monografia de Ciências Sociais. UENF. Novembro/2008. Mimeo.

PINEDA, Nery F. H. *¿Cómo hacer un diagnóstico en las comunidades rurales?*. Santa Ana, El Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.catolica.edu.sv/investiga/archivos/articulos/diagnostico.pdf>. Último acesso 02/2012.

PINHEIRO, Romel. *Capital social e as políticas de combate à pobreza rural*. Sl:sd. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/178.pdf. Último acesso 02/2012.

PORTES, Alejandro. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*. Nº33, 2000. Pp.133-158.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 23ª. ed. de 1994.

PUTNAN, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Tradução Albeto Monjardim.

_____. *Social capital: measurement and consequences*. Sl: Sd. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/25/6/1825848.pdf>. Último acesso 02/2012.

QUIROGA, Júnia; REZENDE, Sonaly. *A mortalidade infantil por causas de morte no Vale do Jequitinhonha-MG*. Diamantina, 2002. Mídia digital: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D55.PDF>. Último 11/2011.

RAMALHO, Juliana P.; DOULA, Sheila Maria. *O Jequitinhonha nas páginas do jornal Geraes: cultura e territorialidade*. In: *Contemporâneos*. Revista de artes e humanidades. Nº4. Mai/Out. 2009.

RIBEIRO, Aureo Eduardo M. **As estradas da vida**. História da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. Tese de doutorado. IFCH, Unicamp, 1997.

_____. *Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha*. In: _____. (org.) **Feiras do Jequitinhonha**. Mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza/Bando do Nordeste do Brasil/ Universidade Federal de Lavras, 2007.

RIBEIRO, Aureo Eduardo M.; GALIZONI, Flávia .M; SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana S.; ASSIS, Thiago Rodrigo. *Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha*. Diamantina, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A035.PDF>. Último acesso 09/2011.

RIBEIRO, Aureo Eduardo M.; GALIZONI, Flávia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana S.; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo B. *Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha*. In: *Revista Economia e Sociologia Rural*. Brasília, Out/Dez.2007. Vol.45 nº4.

RODRIGUES, L. *Formação econômica do Norte de Minas e o período recente*. In: OLIVEIRA, M.F.; RODRIGUES, L.(Orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

RUAS, Maria das Graças. *Módulo I: Estado, Governo e administração pública*. Disponível em: http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/programas_campanhas/estado-governo-adm%20publicamariagra%C3%A7asruas.pdf . Último acesso 02/2012.

SANTOS, Fabio F.S. **Capital social**: vários conceitos, um só problema. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2003.

SANTOS, Rafael S. **Vale do Jequitinhonha**. Temas e problemas. Belo Horizonte. Imprensa oficial, 1971.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979

SEMENSATO, Clarissa. **As conferências municipais de cultura como estratégia de descentralização e participação para as políticas culturais no Brasil**: o caso de Campos dos Goytacazes/RJ,2006. Dissertação de mestrado. Campos dos Goytacazes, UENF: 2010.

SEN, Gita. *Empowerment as an Approach to Poverty*. Working Paper Series. Nº 97.07. Dezembro, 1997. Disponível em: http://ieham.org/html/docs/Empowerment_as_an_approach_to_Poverty.pdf. Último acesso 02/2012.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Estado de Minas Gerais. **Ação integrada para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, sd. Mimeo.

SGRECIA, Alexandre; GADELHA, Edmar G. *Movimento rural,1979-85*. In: POMPERMAYER, Malori José (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

SILVA, Joaquim C.F. Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha: a difícil construção da nova cultura política regional. Santo André, SP: Alpharrabio; São Caetano do Sul, SP:Universidade IMES, 2005.

SILVA, José Domingos C. *A construção do PCPR no Maranhão*. São Luís, Ma, Ag.2005.Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Jos%C3%A9_Domingos_C_Silva151.pdf.

SILVA, Maria Aparecida M. *A terra no imaginário dos migrantes temporários*. São Paulo: 2008. Mídia digital: http://www.bibliotecaIDENE.org/arquivos/album/364/arg_2523.pdf. Último acesso 09/2011.

SILVERA, Alejo Lerzundi. **Manual de uso de bens e serviços nas associações comunitárias do PCPR**. O caso dos subprojetos de mecanização agrícola. Governo do Estado do Piauí, Secretaria do Planejamento/ SEPLAN, Projeto de Combate à Pobreza Rural II Fase II. Teresina, 2009.

SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana; RIBEIRO, Áureo Eduardo M. *Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas-MG*. XLIII Congresso da SOBER. Ribeirão Preto, 2005.

SOUZA, Marcelo L. **A prisão e a ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPING-ANDERSEN, G. *As três economias do Welfare State*. Lua Nova:1991. Nº24.

TECNOMETRICA/IDENE. **Estudo de desempenho físico**. Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/MG. Relatório Final. Campinas: Tecnometrica, 2010.

TEIXEIRA, Raquel O.S. **Dividir em comum**: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha – MG. Dissertação de mestrado. FFCH, UFMG, 2008.

TEIXEIRA, S.M. F. *A expansão da cidadania*. In: *VIII congresso internacional do CLAD sobre a reforma do Estado e da administração pública*. Lisboa, Portugal. Out, 2002.

TOMÁS, Maria Carolina; CAMBRAIA, Alexander; MOTA, Áurea Cristina; MIRANDA, Geralda Luiza; MOURÃO, Victor Luiz A.; CUNHA, Edita P. *Mapeando a vulnerabilidade social dos municípios de Minas Gerais: uma aplicação do método GoM*. Belo Horizonte, Maio de 2007. Mídia digital: <http://www.democraciaparticipativa.org/files/TomasetalMapeandoVulnerabilidade.pdf> . Último acesso 11/2011.

VEIGA, José E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WEBER, Max. *Ciência como vocação*. In: _____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1972.

Sítios:

CPCD. <http://www.cpcd.org.br>

EMBRAPA. <http://www.embrapa.br>

GEOMINAS. <http://geominasgeo.com.br>

IBGE. <http://www.ibge.gov.br>

IDENE. <http://www.minassistemas.com.br/IDENE>

INSTITUTO de Geociências Aplicadas. <http://www.iga.br>

LUZ Para Todos. <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp>

MDS. <http://www.mds.gov.br>

MINAS-GERAIS.net. http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=754

VISÃO Mundial. <http://www.visaomundial.org.br>

Anexos

Anexo I. Lista indicativa/sugestiva de subprojetos para o PCPR do IDENE

1) Subprojetos de infra-estrutura:

- Abastecimento de água, compreendendo:
 - ✓ construção de barragens;
 - ✓ perfuração de poços tubulares e instalação do sistema de adução e/ou distribuição;
 - ✓ captação de manancial de superfície e instalação do sistema e distribuição;
 - ✓ extensão de rede; e
 - ✓ construção de reservatórios e chafarizes;
- Tubulação para redes de esgotos;
- Implantação, reforma e/ou ampliação de redes de eletrificação rural;
- Construção de pequenas pontes;
- Construção de passagens molhadas; e
- Construção de unidades de abastecimento local (armazéns).

2) Subprojetos produtivos:

- Fabriqueta de farinha;
- Casa de doces e conservas;
- Casa de pães e biscoitos;
- Engenho de rapadura e outros derivados;
- Equipamentos para irrigação comunitária;
- Mecanização agrícola (trator e implementos);
- Oficina de costura e artesanato;
- Unidades de beneficiamento de grãos e cereais;
- Construção de matadouros e/ou abatedouros; e
- Apoio à piscicultura (construção de entrepostos).

3) Subprojetos sociais:

- Construção de creches;
- Reconstrução/reformas de moradias em regime de mutirão, priorizando as áreas de incidência da doença de Chagas;
- Reforma/ampliação de postos de saúde rurais;
- Construção de lavanderias comunitárias;
- Reforma/ampliação de escolas rurais;
- Construção de banheiros públicos;
- Construção de recinto para acomodação do professor;
- Aquisição de equipamentos para escolas rurais;
- Aquisição de equipamentos/medicamentos para postos de saúde;
- Construção de fossas comunitárias;
- Construção de centros sociais;
- Preservação do meio ambiente; e
- Capacitação/profissionalização em informática e inovação tecnológica.

Reprodução de documento obtido com a SEDVAN/IDENE Belo Horizonte via correio eletrônico.

Anexo II. Modelo de subprojeto**AMPLIAÇÃO DE FABRIQUETA DE FARINHA****Dados da Associação**

Nome:	Data Fundação:
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BORRACHUDO	
Endereço:	Número:
COMUNIDADE RURAL DE BORRACHUDO	0
Complemento:	CEP:
	39.340-000
Bairro:	Cidade:
	Coração de Jesus
Localidade:	Telefone:
VILA BORRACHUDO	() -

Objetivos da Associação

Promover, proporcionar, estimular, prestigiar e divulgar seus associados e dependentes, programas nas áreas sociais, culturais, econômicas, educacionais, saúde, esporte e lazer.

Promover atividades assistenciais direta e indiretamente de proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, através da distribuição de medicamentos, bem como o combate à fome e à pobreza, através da distribuição de mantimentos e roupas.

Dados da Associação em Funcionamento

Presidente:	
MANOEL RODRIGUES DO ANJOS	
Vice-Presidente:	Tesoureiro:
VIRGÍLIO MENDES OLIVEIRA	VALMIR FERREIRA NUNES
Nome da organização que está apoiando a apresentação desta proposta:	

Caracterização Sumária da Comunidade

Número de famílias existentes:	Número de casas:
70	70
Número de pessoas ativas comunidade:	Número de mulheres:

Número de jovens ativos da associação Distância aproximada da sede do município (km): 36

A Comunidade Possui

Escola:	Acomodação p/ professor:
Possui e funciona	Não possui
Sede Social	Posto de Saúde:
Não informado	Não possui
Cisterna:	Água encanada:
Não possui	Possui e funciona
Poço tubular / chafariz:	Quadra poliesportiva:
Possui e funciona	Não informado
Campo de futebol:	Igreja:
Não informado	Não informado
Energia elétrica trifásica:	Energia elétrica monofásica:
Não informado	Possui e funciona
Equipamento de irrigação:	Barragem, rios:
Não informado	Possui e funciona

Outras Informações

A comunidade já é dotada de infra-estrutura básica como água, energia e acesso normal a sede do município. Possui uma pequena fabriqueta de farinha, que não atende a demanda e ainda está necessitando de reforma para melhorar o atendimento dos associados. A comunidade está sendo beneficiada com equipamentos automatizados para a produção de farinha do programa minas sem fome e precisa ampliar o galpão existente para a montagem dos mesmos.

Fontes de renda da comunidade

A base econômica da comunidade é sustentada pelas atividades agropecuárias, distribuídas da seguinte forma: 5% exploram cana-de-açúcar para a produção de cachaça, 80% milho, feijão e mandioca, sendo a produção de farinha a principal atividade. Na pecuária, em torno de 10% exploram a bovinocultura de leite, a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e ovinos em sistema semi-intensivo.

Exploração de Culturas ou Pecuária

As culturas exploradas, o uso e condição de posse das terras, são diversificadas: mandioca 20% são em parceria e 80% na condição de proprietário/posseiro. Quanto as outras culturas (feijão, milho), trata-se de subsistência com venda do excedente. Na pecuária, 100% dos produtores rurais explorem na condição de proprietários.

Prestação de Serviços

Os produtores rurais, exploradores de menores parcelas de terra, em determinada época do ano acabam trocando o seu dia de serviço em sistema de mutirão, principalmente em período de colheita onde surge a maior demanda de mão de obra em outras regiões. Aquelas famílias numerosas e detentoras de áreas pequenas, acabam explorando áreas de terceiros no sistema de parceria.

Outras Fontes de Renda

Além da renda oriunda das atividades agropecuárias, a comunidade conta com outras fontes: como aposentadoria.

Tipo de Projeto

Produtivo

Dados do Projeto

Titulo:	Cidade
AMPLIAÇÃO DE FABRIQUETA DE FARINHA	Coração de Jesus
Localidade:	Prazo de execução previsto (meses):
VILA BORRACHUDO	3
Nº de famílias beneficiadas	
40	

Descrição sucinta

Construção de uma área complementar de 58,8m2 em alvenaria, com cobertura de amianto e piso de cimento liso

Situação atual

A comunidade de borrachudo já tem tradição na produção de farinha, sendo que a atual fabriqueta não atende a demanda dos agricultores.

Justificativa do dimensionamento

- Dotar a comunidade de máquinas e implementos que atendam a demanda dos agricultores;
- reduzir os custos de produção, melhorar qualidade e otimizar a comercialização;
- diminuir as perdas no processo produtivo e proporcionar ampliação da área produtiva;
- contribuir para o crescimento sócio-econômico da comunidade rural;

- fortalecer o associativismo.

Síntese do Orçamento

Discriminação	Custo do item projeto	Custo do item comunidade
Materiais	R\$ 11.539,34	R\$ 0,00
Placa alusiva	R\$ 160,00	R\$ 0,00
Mão de obra especializada	R\$ 2.340,00	R\$ 0,00
Mão de obra não especializada	R\$ 0,00	R\$ 1.590,66
Elaboração do projeto/assistência técnica	R\$ 276,57	R\$ 0,00
Total	R\$ 14.315,91	R\$ 1.590,66

Data do orçamento: 27/8/2007

Descrição da Participação da Comunidade no SubProjeto

A comunidade participará de forma efetiva, tanto na aquisição dos materiais como na construção e manutenção do galpão a ser construído, conforme exigências e determinações do programa, cujo valor da contrapartida será de R\$ 1.590,66 (hum mil quinhentos e noventa reais e sessenta e seis centavos), valor equivalente a 10% do total do subprojeto, sob a forma de mão de obra não especializada. O material para construção da fabriqueta será depositado na sede da associação no ato da liberação dos recursos financeiros pelo programa, cabendo a comunidade as devidas providências para a realização dos serviços.

Descrição de como será a Organização da Comunidade para a Execução do SubProjeto

A comunidade criará de forma democrática um comitê gestor com 3 membros efetivos e acompanhamento e fiscalização nas etapas de implantação do subprojeto, reunindo-se periodicamente com os beneficiários para informar sobre a execução do mesmo.

Descrição de como será a Organização da Comunidade para a Operação e Manutenção do SubProjeto

A associação apresenta um bom nível de organização, fazendo gestão coletiva de alguns bens da comunidade. Será constituído um regimento de funcionamento devendo estabelecer critérios que venham reservar os direitos e obrigações de todos com a assessoria da empresa projetista.

Planilha Orçamentária

Nº	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço
----	-----------	---------	------------	-------

Item				Unitário	Total
1	Cimento	Sc	110	R\$ 14,50	R\$ 1.595,00
2	areia lavada	Lt	1100	R\$ 0,90	R\$ 990,00
3	areia reboco	m3	22	R\$ 20,00	R\$ 440,00
4	brita 1	Lt	1000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
5	ferro 5/16	Unidade	30	R\$ 16,80	R\$ 504,00
6	tijolo furado	Unidade	4000	R\$ 0,33	R\$ 1.320,00
7	Telha amianto 183 x 110	Unidade	90	R\$ 17,21	R\$ 1.548,90
8	telha amianto 244 x 110	Unidade	8	R\$ 22,50	R\$ 180,40
9	madeira 16 x 6	M	125	R\$ 10,80	R\$ 1.350,00
10	portão 150 x 200	Unidade	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00
10	porta 210 x 0,80	Unidade	6	R\$ 75,51	R\$ 453,06
10	porta 210 x 0,70	Unidade	4	R\$ 76,16	R\$ 304,64
10	janelas 40 x 60	Unidade	6	R\$ 25,20	R\$ 151,20
10	janelas 120 x 100	Unidade	1	R\$ 52,99	R\$ 52,99
10	conjunto lavatório/vaso sanitário	Unidade	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00
10	caixa descarga	Unidade	2	R\$ 20,66	R\$ 41,32
10	caixa de água 500 l	Unidade	1	R\$ 127,83	R\$ 127,83
10	instalação elétrica	Verba	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
10	mão de obra especializada	Verba	1	R\$ 2.340,00	R\$ 2.340,00
10	placa alusiva	Verba	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
10	contrapartida da comunidade (mão de obra não especializada)	Verba	1	R\$ 1.590,66	R\$ 1.590,66
10	taxa elaboração e assistência técnica	Verba	1	R\$ 276,57	R\$ 276,57
SubTotal					R\$ 15.906,57

Dados da Imagem

Titulo:

FOTO AMPLIAÇÃO DE FABRIQUETA DE FARINHA

Imagem:



Titulo:

FOTO AMPLIAÇÃO DE FABRIQUETA DE FARINHA

Imagem:

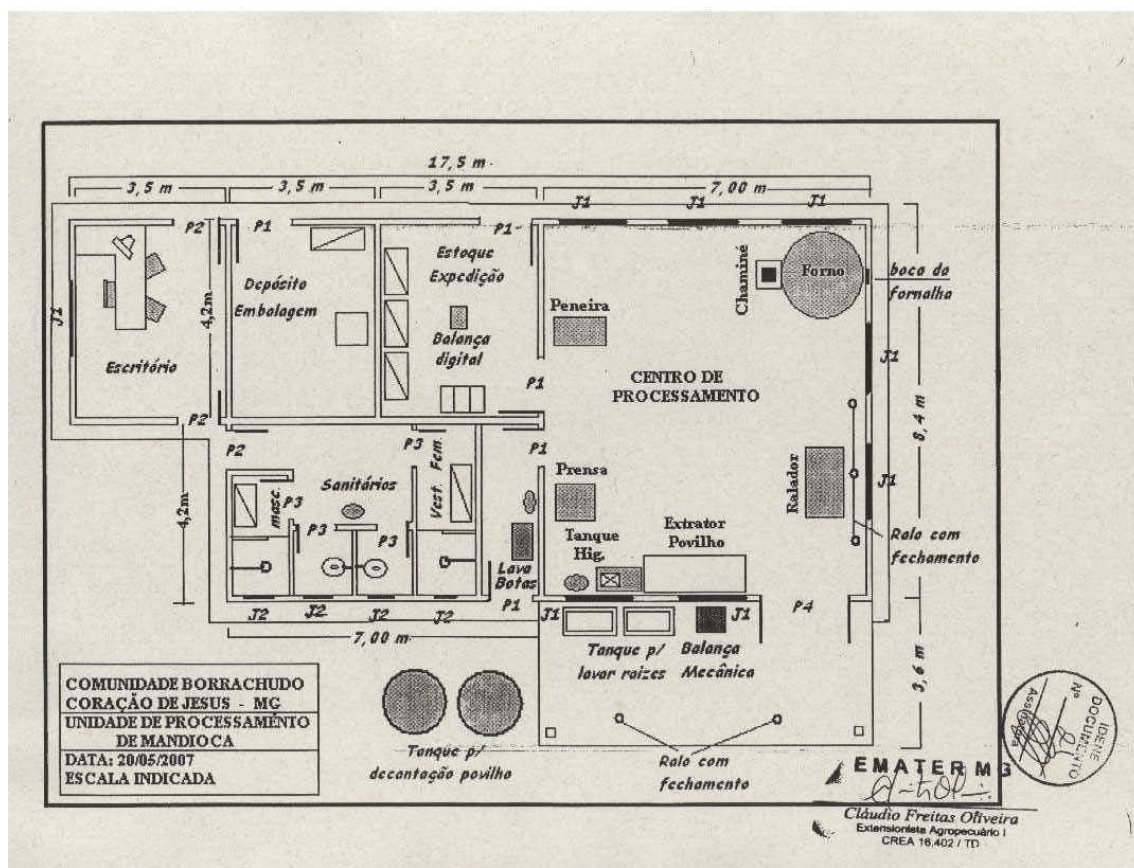


Dados da Planta

Título:

PLANTA AMPLIAÇÃO DE FABRIQUETA DE FARINHA

Imagem:



Reprodução de documento obtido via sítio da instituição em WWW.minassistemas.com.br/IDENE em agosto de 2011.

Anexo III. Modelo de checagem ambiental

LISTA DE CHECAGEM AMBIENTAL

Município: Januária	
Nome do Subprojeto: Fabriqueta de Farinha	
Localização do subprojeto (encosta, proximidade de rio, baixada, áreas alagáveis, plano): Em local plano distante de corpos d'água.	
Delimitação e configuração da área de intervenção. Relação com a microbacia hidrográfica onde se insere (para projetos tipos açudes e abastecimento de água): Não se aplica.	
Cobertura vegetal: características e estado atual: Cerrado em estado degradado.	
Presença de corpos d'água (como cursos d'água e mananciais): Não há.	
Problemas ambientais existentes – poluição, contaminação, áreas degradadas, erosão, assoreamento, inundação, outras formas de risco ambiental: Áreas degradadas e erosão.	
Inserção em Unidade de Conservação Ambiental / áreas de preservação permanente / áreas prioritárias para preservação e conservação ambiental: Localiza-se fora das áreas de preservação permanente, reserva legal e unidades de conservação.	
Nível de impacto: baixo	
Dimensão/Produção: 300 toneladas/mês	
Licenciamento: Não há.	
Impactos Ambientais Potenciais	Medidas Atenuantes
<ul style="list-style-type: none"> Desmatamento para implantação da cultura ou para extração de lenha, como fonte energética para os fornos; 	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar autorização para o desmatamento ao órgão competente; Não desmatar topos de morro,

	mata ciliar e vegetação próximas a nascentes;
<ul style="list-style-type: none"> Contaminação das águas superficiais pela manipueira; 	<ul style="list-style-type: none"> Usar tubos de PVC para coleta e transporte dos resíduos líquidos até o sumidouro, instalado em local distante de fontes d'água; Realizar o tratamento da manipueira para o aproveitamento como inseticida natural, adubação e ração animal;
<ul style="list-style-type: none"> Contaminação de águas subterrâneas pela percolação da manipueira no solo; 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de sumidouros impermeável para coleta dos resíduos oriundos da produção de mandioca;
<ul style="list-style-type: none"> Poluição do ar (gases/fumaça); e 	<ul style="list-style-type: none"> Instalar chaminés nos fornos;
<ul style="list-style-type: none"> Poluição sonora. 	<ul style="list-style-type: none"> Usar equipamentos de proteção individual por parte dos trabalhadores; Localizar a fabriqueta de farinha, preferencialmente, afastada de áreas residências, escolas e postos de saúde.
<ul style="list-style-type: none"> Outros 	<ul style="list-style-type: none"> Primar pela higienização no uso e manejo dos equipamentos;

REQUISICÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em função da dimensão do subprojeto em pauta, não haverá a necessidade de requerer nenhum tipo de Licença para a instalação deste empreendimento.

Haja vista, que o mesmo possui uma produção nominal em torno de 300 toneladas/mês, inferior ao parâmetro estabelecido pela Deliberação Normativa 74/04, que estabelece o mínimo de 500 toneladas/mês.

Portanto, as medidas mitigadoras e/ou preventivas serão suficientes para minimizar o impacto ambiental do subprojeto.

Data: ____/____/____

Local: _____

Responsável técnico pelo preenchimento da ficha

Assinatura

Reprodução de documento obtido via sítio da instituição em
WWW.minassistemas.com.br/IDENE em agosto de 2011.

Anexo IV. Roteiro de Entrevista

Bloco I = Caracterização do entrevistado:		
1 Comunidade:	2 Data:	
3 Entrevistado:		
4 Gênero:	5 Idade	6 Nível de escolaridade:
6 Papel que desempenha no subprojeto:		
7 Papel que desempenha na comunidade:		
BLOCO II = Caracterização do Vale do Jequitinhonha		
1- Como caracteriza o Vale do Jequitinhonha?		
2- Qual o sentimento em relação ao Vale?		
3- O que sustenta a região economicamente?		
4- O que acha da migração sazonal para a cultura canavieira/produção de laranja/construção civil, etc?		
BLOCO III = Caracterização da comunidade		
1- O que é uma comunidade?		
2- Qual a história desta comunidade?		
3- Quais os aspectos positivos da comunidade?		
4- Quais os aspectos negativos da comunidade?		
5- Descreva o meio ambiente da comunidade. (O que há de bom? O que não é muito bom?)		
6- Sobre as relações sociais na comunidade:		
a)O que há de positivo? b)O que há de negativo?		
7- Há relações de confiança na comunidade/As pessoas confiam umas nas outras? (sim/não) Porque?		
8- As pessoas retribuem as ações das outras?		
a)Caso sim, como/ exemplifique.		
9- As pessoas se preocupam com o bem estar da comunidade?		
10- Há ações cooperativas na comunidade para resolver um problema conjunto? Sim/Não. Exemplo.		
BLOCO IV = Caracterização das relações iniciais		
1- Como o entrevistado conheceu o IDENE?		

- 2- O que acha do Projeto de Combate a Pobreza Rural?
- 3- Qual a opinião do entrevistado sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável?

BLOCO V = Caracterização do subprojeto

- 1- Como surgiu a idéia de se construir o subprojeto do PCPR?
- 2- Porque selecionou x atividade para construção do projeto?
- 3- Como este projeto foi formulado/ como se deu a construção do projeto para ser enviado ao IDENE?
- 4- Quanto tempo levou para se criar o projeto? Porque x tempo?
- 5- Quantas famílias estiveram envolvidas no processo de criação do projeto?
- 6- Como se deu a indicação do(s) representante(s) da comunidade?
- 7- Quanto tempo levou entre a feitura do projeto e sua aprovação?
- 8- Quando aprovado, como as medidas foram sendo tomadas para a sua realização?(Como foi o processo de realização)
 - a) Foi transparente este processo?
- 9- Todos os que opinaram/participaram da construção do subprojeto atuam ou são beneficiados por ele?
- 10- Hoje quantas famílias atuam diretamente no projeto? (e nº de pessoas por família)
- 11- E quantas famílias são beneficiadas pelo projeto?
- 12- Como se organiza o subprojeto hoje?
- 13- O projeto tem recursos financeiros/humanos para investimentos e continuidade?
- 14- Quanto o projeto gera de renda por produtor aproximadamente?
- 15- Em quê a renda tida através do projeto é consumida?
- 16- A gerência/administração do projeto tem sido competente? (Sim, Não) Porquê?
- 17- Há algum tipo de prestação de contas?
 - a) Caso sim, como acontece?
- 18- A administração do projeto é transparente?
- 19- Há conflitos internos entre os participantes do projeto?
 - a) Caso sim, quais, e porquê?
- 20- Há reuniões informativas sobre o que acontece no projeto?
- 21- Mudou alguma coisa em relação ao que foi proposto para o IDENE?
- 22- Na sua opinião, houve efeitos do projeto para a comunidade

a) Caso sim, quais são e como se deram?

23- Após a introdução do projeto, modificou de alguma forma as relações sociais entre as pessoas na comunidade?

a) Caso sim, o que mudou?

24- O que há de positivo no projeto?

25- E o que há de negativo?

26- Sobre o projeto, o que deve ser feito para manter o que está bom e melhorá-lo?

BLOCO VI= Caracterização do IDENE junto à comunidade

1- Como foi a atuação do IDENE junto a comunidade durante a implantação do projeto?

2- O IDENE ofereceu algum curso?

a) Caso sim, qual?

b) Este curso foi relevante para o subprojeto?

c) Caso sim, como?

d) E para a comunidade?

e) Caso sim, como?

3- Houve algum tipo de problema com o IDENE durante a implantação do projeto? Caso sim, qual?

4- O IDENE dá algum suporte para o subprojeto hoje?

5- O IDENE se chama “Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas”. Para você, o que significa desenvolvimento?

6- Antes do IDENE, conheceu agências que visavam o desenvolvimento do Vale?

a) Caso sim, quais e como agiam?

b) Quais as diferenças/semelhanças entre estes agentes e o IDENE?

7- Na atualidade, existem outros agentes externos atuando na comunidade? (instituições, empresas, etc?)

a) Caso sim, que agentes são estes?

b) E qual o seu grau de importância? (fazer escala a partir de círculos concêntricos)

c) Quais as diferenças/semelhanças entre estes agentes e o IDENE?

8- Como avalia o desempenho do IDENE na promoção do Desenvolvimento? (é eficiente/não?) Porque?

9- Sobre a atuação do IDENE na região, o que se deve fazer para melhorar a atuação da instituição?

10- Confia no IDENE? Como e porquê?

BLOCO VII = Caracterização de arranjos socioeconômicos

- 1- Que tipos de associações existem na comunidade?
 - b) As pessoas que participam do projeto, participam de outros tipos de associações na comunidade?
 - c) Caso sim, porquê?
- 2- Como se dá o processo de disposição de informações na comunidade?
- 3- Considera que a comunidade tem uma boa rede de informações?
- 4- Existem encontros ou parcerias entre a comunidade e instituições públicas?
 - a) Caso sim, qual? Como isto acontece?
 - b) Caso não, o que acha da proposta?
- 5- Há encontros da comunidade com outras comunidades que tenham projetos semelhantes?
 - a) Caso sim, como isto acontece?
- 6- Há feiras ou encontros para criar redes de contato/discussão entre os participante do projeto com participantes de outros projetos semelhantes?
 - a) Caso sim, como isto acontece?
 - b) Caso não. O que acha da proposta?
- 7- O projeto levou as pessoas a participar/se engajar em programas para o desenvolvimento da comunidade?
 - a) Caso sim, quais e como se deu isto?

BLOCO VIII: Desenvolvimento e cidadania

- 1- Se vê como sujeito importante para o desenvolvimento da comunidade?
 - a) Caso sim, porquê?
- 2- O que é preciso para a comunidade se desenvolver?
- 3- Qual é o principal agente para o desenvolvimento:() a sociedade ()As instituições públicas()
Empresas ()Ambos() Porque?
- 4- Considera que a sociedade é muito dependente do governo?
 - a) Caso sim, porquê?
- 5- As pessoas da comunidade se preocupam com a política local? (no nível municipal ou regional)
- 6- Participam da política local?
- 7- Nos últimos 20 anos nas universidades e mesmo na órbita do governo tem-se falado sobre a participação da população para além do processo eleitoral, na administração dos negócios públicos, do governo, etc. O que acha da participação social na política?
- 8- O que entende com “ser cidadão”?

Anexo V. Lista de projetos inelegíveis

Apresenta-se a seguir, relação de ações / subprojetos que **não são passíveis de apoio** pelo PCPR II:

- a) Aquisição de terrenos;
- b) Aquisição de animais de porte para engorda;
- c) Aquisição de veículos em geral;
- d) Reforma e/ou recuperação de estradas vicinais;
- e) Investimentos em templos religiosos;
- f) Investimentos em prédios públicos de propriedade municipal, estadual e federal (exceção feita a escolas e postos de saúde do meio rural);
- g) Investimentos em sedes de partidos políticos;
- h) Investimentos em sedes de sindicatos;
- i) Investimentos para a construção de cemitérios;
- j) Investimentos para a produção de fumo e/ou bebidas alcoólicas;
- k) Investimentos em habitações individuais, exceção para as construídas sob regime de mutirão e/ou para as localizadas em áreas de incidência do barbeiro, com benefícios iguais para todos os atendidos;
- l) Investimentos de quaisquer natureza em sedes de municípios cuja população urbana seja maior que 7.500 habitantes; e
- m) Quaisquer outros investimentos que não estejam em conformidade com os objetivos do Projeto.

Reprodução de documento obtido com a SEDVAN/IDENE Belo Horizonte via correio eletrônico.

Anexo VI. Documento Para Discussão

A visão da equipe do Banco Mundial sobre os subprojetos produtivos no contexto dos Projetos de Combate à Pobreza Rural do Nordeste do Brasil

Antecedentes

Desde 1993, a estratégia de “orientação pela demanda”, também conhecida como “Community Driven Development – CDD”, para os projetos apoiados pelo Banco com os Governos do Nordeste vem sendo aplicada no Nordeste do Brasil. No decorrer deste período foram financiados cerca de 50.000 subprojetos comunitários, em atendimento às demandas de cerca de 37.600 Associações Comunitárias, localizadas em 1.500 municípios dos 8 Estados.

Historicamente as demandas comunitárias foram dominadas pela necessidade sentida de acesso a infra-estrutura básica, particularmente eletrificação e abastecimento de água. Com efeito, do total dos recursos dos financiamentos para os subprojetos comunitários, 75,2% foram aplicados em pequenas obras de infraestrutura, predominantemente em eletrificação e abastecimento de água das comunidades rurais. Estudos revelaram que estes investimentos têm impacto positivo sobre o bem-estar das populações beneficiadas e, no médio e longo prazos, na geração de renda.

Mais recentemente, tem-se verificado que as comunidades, uma vez satisfeitas as suas necessidades básicas de infra-estrutura, manifestam crescente interesse por investimentos produtivos, com o claro objetivo de melhoria da renda, ou seja, palmilhando um caminho mais curto para a superação da pobreza. Embora as demandas comunitárias por infraestrutura básica devam continuar, principalmente nos municípios com IDH mais baixo, o que se tem certo é que a demanda por investimentos produtivos tende a se intensificar nos atuais e nos futuros PCPRs.

A maioria dos subprojetos financiados produtivos tem sido direcionados para o atendimento do consumo da comunidade ou para o processamento de produtos para a venda na própria comunidade ou nas feiras locais. As casas de farinha representam o exemplo mais expressivo deste tipo de subprojeto. No entanto, em alguns Estados surgiram, quase que espontaneamente, experiências bem sucedidas com subprojetos produtivos que estão conectando os pequenos produtores e suas associações aos mercados mais sofisticados, de âmbito nacional e internacional. No processo de execução desses projetos foram desenvolvidos mecanismos específicos, ou “regras

do jogo” para análise e aprovação dos subprojetos. Foram desenvolvidas parcerias importantes com outros programas e instituições, tais como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco do Brasil (BB), o Banco do Nordeste (BNB) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), além de diversas ONGS.

O presente documento apresenta a visão da equipe do Banco Mundial sobre as estratégias que poderiam ser adotadas para que os subprojetos produtivos, sob o abrigo dos PCPRs, tendo com base as experiências vivenciadas no acompanhamento da execução destes projetos durante mais de uma década.

Lições aprendidas com os subprojetos produtivos financiados pelos PCPRs

Alguns Estados já acumulam alguma experiência com os subprojetos produtivos, voltados para o mercado e financiados pelos PCPRs. Algumas das experiências mais interessantes incluem a produção e exportação de castanha de caju e de mamão no Rio Grande do Norte, de mel no Piauí, rendas na Paraíba e produção de produtos orgânicos para cadeias de supermercado em Pernambuco.

As lições mais significativas resultantes dessas experiências, incluem:

- Há considerável espaço para a comercialização de produtos da agricultura familiar, de produtos agrícolas e não-agrícolas, desde que a oferta seja organizada, principalmente em termos de qualidade, escala e regularidade.
- Com adequado apoio, as comunidades rurais do Nordeste podem atender padrões de qualidade, de organização e de distribuição, propostas pelos mercados globais mais sofisticados.
- Os PCPRs podem desempenhar papel fundamental na organização e agregação das associações de produtores, facilitando o acesso à assistência técnica e aos investimentos necessários para satisfazer as demandas e os padrões dos mercados.
- Os subprojetos produtivos são intrinsicamente mais complexos, de custos mais altos para sua preparação e análise; apresentam maiores riscos na implementação e requerem consideravelmente mais assistência técnica e comercial (às vezes altamente especializada) do que os subprojetos tradicionais de infra-estrutura.

- Normalmente os subprojetos produtivos envolvem um número menor de beneficiários (consequentemente resultando em um custo por família mais alto), em geral um subconjunto dos membros de uma associação comunitária ou de uma comunidade.
- O insucesso dos subprojetos produtivos frequentemente resultou da falta de rigor nas análises prévias de viabilidade técnica, econômica e financeira dos investimentos propostos.
- O sucesso de alguns tipos de iniciativas produtivas se deve ao fato de são de baixo risco e operação simples (por exemplo as casas de farinha, processamento primário de grãos, produção de mel e de cajú). Um outro elemento-chave de sucesso parece ser os requerimentos pouco exigentes em termos de habilidade gerencial para o processamento e comercialização coletivos, que podem ser viabilizados com o pagamento da taxa de uso para a associação detentora e administradora dos subprojetos
-
- Subprojetos mistos (produção feita individualmente por famílias e comercialização feita coletivamente) tendem a funcionar melhor do que subprojetos inteiramente coletivos.
- Os PCPRs ao proporcionar, inicialmente, o dinheiro-semente (através de doações compartilhadas) demonstram a viabilidade comercial dos investimentos produtivos. O sucesso dessa fase inicial, em uma dada área, estimula a participação de outras famílias e as associações comunitárias que podem, daí em diante, continuar o negócio por conta própria, pois passam a ter mercado garantido e acesso ao microcrédito e outros serviços financeiros.
- O agrupamento de associações, em torno de uma associação central tem sido a forma mais utilizada para alcançar a escala necessária para garantir quantidade e qualidade do produto e aumentar o poder de negociação nos mercados maiores.
- Subprojetos com a produção exclusivamente voltada para o mercado insitucional (compras do Governo) apresentam elevados riscos de sustentabilidade.
- As parcerias com as agência de crédito (BB, BNB)e com entidades de fomento empresarial (SEBRAE) e ONGs têm sido cruciais na execução de atividades complementares imprescindíveis, e impossíveis de serem apoiadas pelos PCPRs.

- A assistência técnica, orientada para aspectos de gestão empresarial, comercialização e tecnologia, e específica para cada empreendimento, tem sido fundamental para garantir a adequação dos produtos ao mercado e o crescimento e sustentável do negócio.
- E, finalmente, talvez a mais importante das lições: todas experiências bem sucedidas se referem a um ou dois produtos que já são tradicionalmente explorados numa determinada região, onde as comunidades têm habilidades e vocação para aquele produto, faltando apenas a capacidade de se articular com os mercados.

Esstratégia para ligar pequenos produtores rurais aos mercados

Como dito anteriormente, as experiências com subprojetos produtivos nas fases anteriores dos PCPRs, constituíram-se de pequenas unidades processadoras, locais, administradas pelas associações comunitárias, primariamente orientadas para aumentar o consumo das famílias e das comunidades ou para vendas em mercados locais. Exemplos comuns destes empreendimentos: casas de farinha, bateadeiras de arroz e feijão, pequenas unidades processadoras de frutas, uso de trator comunal etc. Entretanto, empreendimentos com produção destinada aos mercados regionais, nacional e internacional tendiam a enfrentar muitas dificuldades, principalmente por falta de conhecimento das demandas reais do mercado, particularmente em termos de qualidade, requerimentos sanitários, embalagem e outros; insuficiência de volumes para atender as expectativas dos compradores; e falta de assistência técnica orientada para atender as citadas dificuldades..

Com base nesta experiência, durante os últimos 5 anos, o Banco Mundial e várias UTs dos Estados do Nordeste passaram a adotar uma estratégia que está provando ser bem sucedida e é semelhante à que está sendo utilizada para ligar os pequenos produtores aos mercados em outros países da América Latina e no Sul da Ásia (por exemplo Bolívia, Colômbia, Índia e Sri Lanka). A estratégia, no Nordeste, é implementada em dois níveis: (i) ligando os participantes dos PCPRs aos agentes de mercado e (ii) as formas de operação dentro do PCPRs propriamente ditos, ou seja no financiamento dos investimentos necessários.

(i) Ligando produtores rurais organizados aos mercados

- Contatando o mercado para melhor entender as demandas dos tipos de produtos e os seus requerimentos

- Facilitando contatos entre os compradores potenciais e os grupos de produtores com capacidade potencial de satisfazer os requerimentos do mercado
- Envolvendo o apoio técnico do setor privado, fortalecendo parcerias com organizações de assistência técnica pública, tais como o SEBRAE
- Desenvolvendo parcerias fortes com agências de micro-financiamento para que possam trabalhar diretamente com as associações de produtores.

Os elementos desta estratégia incluem:

(a) Contatando o mercado (por exemplo representantes de compradores potenciais, nacionais e internacionais) para melhor entender suas demandas de produtos e requerimentos. A demanda dos produtos oriundos do setor dos pequenos produtores dos países em desenvolvimento está crescendo a uma taxa de 25% ao ano na União Européia nos últimos 10 anos. Ao mesmo tempo, há uma crescente tendência no Brasil de firmas exportadoras e cadeias de supermercados demonstrarem interesse em produtos originários dos pequenos produtores rurais, incluindo produtos orgânicos e aqueles com impactos favoráveis sobre o meio ambiente. O mais importante nicho é conhecido como Comércio Justo e Solidário, formado por uma rede internacional de lojas especializadas na venda de produtos originários de pequenos produtores rurais dos países de baixa renda ou regiões mais pobres dos países de renda média em desenvolvimento (tal como o Nordeste do Brasil). Os participantes europeus desta rede, sozinhos, somam 2.700 lojas em 18 países, com vendas anuais de cerca de US\$900 milhões. Existem representantes da rede na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos e Japão, entre outros.

Passo 1 da estratégia do Projeto é convidar representantes destas organizações a visitar os projetos, explorar os tipos de produtos nos quais eles possam ter interesse, definir os volumes que eles potencialmente estariam interessados em adquirir e determinar os tipos de investimentos necessários em termos de produção, processamento e embalagem a fim de atender as exigências de qualidade do mercado. Isso já está acontecendo nalguns Estados do Nordeste

(b) Facilitando contatos entre compradores potenciais e grupos de produtores/associações comunitárias com capacidade atual ou potencial de satisfazer os requerimentos de mercado. Uma das vantagens (identificadas por ambos, compradores nacionais e internacionais) do PCPR em comparação com outros países, tem sido a escala. O fato de os PCPRs estarem e/ou terem estado trabalhando com quase 38 mil comunidades organizadas, envolvendo 11 milhões de pessoas, cria um pool muito significativo de ofertantes potenciais, membros das associações comunitárias e produzindo produtos específicos, que podem assegurar quantidade, qualidade e oferta comunitária, e isso confere uma vantagem que os compradores consideram difícil de encontrar

Passo 2 da estratégia do Projeto, então, é usar os sistemas de informações gerenciais dos PCPRs (MIS) para pré-identificar comunidades/regiões envolvidas em atividades produtivas que compradores tenham manifestado interesse geral e para facilitar os contatos entre compradores e grupos de produtores. Isto inclui o envolvimento tanto de associações comunitárias individuais no nível local como, onde

for apropriado, forjando alianças estratégicas e integrando grupos de associações numa mesma região , com os mesmos produtos, a fim de permitir uma escala maior e regular de produção.

(c) Envolvendo apoio técnico do setor privado; fortalecendo parcerias com organizações públicas de assistência técnica, como o SEBRAE, assim como ONGs, nacionais e internacionais

Passo 3 da estratégia do Projeto dedica-se a três conjuntos de necessidades de desenvolvimento institucional das associações comunitárias que estão no processo de ligação aos mercados ou já com ligações estabelecidas.

- Primeiro, em assuntos técnicos, em consulta com os compradores, profissionais têm sido identificados como candidatos a proporcionar assistência técnica às comunidades nas questões elaboração/desenho e em atingir os padrões de qualidade requeridos pelos mercados. Até agora, isso tem sido abordado na base caso a caso, mas, olhando à frente, será desenvolvido um inventário mais sistemático do profissionais que poderão prestar a assistência.
- Segundo, sobre vários aspectos da administração ou gerenciamento, alguns PCPRs têm trabalhado em parceria com o SEBRAE; Este arranjo está funcinando bem na Paraíba e está sendo discutido para ser adotado em outros Estados.
- Terceiro, ONGs nacionais e internacionais (por exemplo Visão Mundial, CONTAG através de suas ligações com ONGs internacionais) têm também participado de parcerias com alguns PCPRs, ajudando as comunidades a entender os procedimentos brasileiros para exportação e os de importação na Europa e outros países e regiões. Comunidades que estão apenas começando o processo de comércio internacional consideram fundamental este apoio; algumas daquelas que já conseguiram adquirir experiência, agora mantêm profissionais que desempenham este tipo de trabalho para firmas comerciais de exportação.

(d) Desenvolvendo ligações de parcerias mais fortes com organizações que operam microcrédito, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. As ligações com ambos os bancos nacionais estão sendo desenvolvidas e estão funcionando no nível local em todo o Nordeste. Em vários casos, representantes desses bancos participam das reuniões do conselhos municipais, nas quais podem identificar associações que já foram financiadas pelos PCPRs , com bons resultados com os subprojetos produtivos e, com isso, apresentam um potencial de expansão. Assim, estas associações agora se tornam visíveis e atrativas para receberem financiamento por parte destas organizações bancárias.

Passo 4 da estratégia do Projeto envolve a construção destas relações e busca de oportunidades para a ampliação e desenvolvimento de novas parcerias.. Tome-se, por exemplo, uma abordagem mais sofisticada que agora está sendo desenvolvida com a Vice Presidência para Responsabilidade Social do Banco do Brasil, através da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e também a Fundação Banco do Brasil para examinar e financiar conjuntamente

propostas para doações compartilhadas/crédito para grupos de associações comunitárias ligando-se aos mercados..

(ii) Adaptando as modalidades operacionais dentro dos PCPRs propriamente ditos

Finalmente, a estratégia do Projeto requer a adoção de **regras chaves para a seleção e aprovação dos subprojetos produtivos**. Até agora têm sido adotadas duas abordagens para a seleção e aprovação de subprojetos produtivos. A primeira – e a mais generalizada -- se aplica aos subprojetos produtivos destinados a aumentar o consumo das famílias e/ou destinar produtos à vendas locais ou comunidades vizinhas. A segunda – que representa o novo desafio dos PCPRs, -- se aplica a subprojetos produtivos que têm foco em mercados mais sofisticados, sejam estaduais, nacional ou internacional. Esta segunda categoria, por seu turno, inclui dois sub-grupos: aquelas associações que estão entrando pela primeira vez nos mercados mais sofisticados e aquelas que já começaram e estão expandindo a escala de suas operações..

Passo 5 da estratégia do Projeto envolve procedimentos de seleção e aprovação dos subprojetos produtivos no Manual de Operações do Projeto, que têm sido calibrados para satisfazer as necessidades das duas categorias diferentes de subprojetos produtivos.

- Para associações comunitárias produzindo para auto consumo e/ou para mercados locais, as regras para seleção e aprovação são semelhantes às aplicáveis aos outros subprojetos financiado pelo PCPR.
- Para associações comunitárias que têm sua primeira experiência com mercados mais sofisticados, as propostas de subprojetos produtivos têm que satisfazer os seguintes critérios: (i) apresentação de um plano de negócios, indicando o mercado que está sendo focalizado e compromissos razoavelmente firmes por parte dos compradores em adquirir a produção, desde que cumpridos prazos, volume e critérios de qualidade; (ii) o plano de negócios deve demonstrar que os arranjos organizacionais entre as associações de produtores são suficientemente robustos; (iii) os investimentos propostos devem satisfazer critérios de viabilidade técnica, econômica, financeira, ambiental e gerencial, e (iv) as propostas devem ser priorizadas pelos conselhos municipais envolvidos e avaliadas pelas UTs. Para estes subprojetos, o Projeto proporcionará doações compartilhadas para o investimento inicial, assistência técnica e treinamento.
- Para aquelas comunidades na segunda categoria, que já são experientes e estão aumentando a escala de suas ligações com os mercados, necessitam satisfazer os critérios dos agentes financeiros de microcrédito, com os quais o PCPR irá ajudar a conectar. Para estes subprojetos a maioria das atividades é financiada pelos bancos; entretanto, algumas atividades como assistência técnica, treinamento e infra-estrutura complementar poderão ser apoiadas pelo PCPR.

Reprodução de documento obtido com a SEDVAN/IDENE Belo Horizonte via correio eletrônico.

Anexo VII. Relação entre cidades, comunidades e subprojetos aprovados e liberados na fase PCPR I no Médio Vale do Jequitinhonha.

Município	Comunidade/Associação	Subprojeto	Valor	Tipo
Araçuaí	Machados / Assoc. Comunitária de Machados	Unidade de Resfriamento de Leite	32.141,04	P
ARAÇUAÍ	ALFREDO GRAÇA / ASSOC. COM. DOS TRABA. RURAIS DE ALFREDO GRAÇA	FABRIQUETA DE RAPADURA	57.944,47	P
Araçuaí	Curuto / Assoc. de Desenvolvimento Comunitário de Curuto	Abastecimento de Água - Barragem	42.500,00	I
Araçuaí	Córrego da Velha de Baixo / A.C. de Córrego da Velha de Baixo	Abastecimento de Água - Rede	49.998,42	I
Araçuaí	Varginha / Assoc. de Desenv. Comunitário de Varginha	Fabriqueta de Farinha	48.620,30	P
Araçuaí	Gravatá de Cima / Assoc. Comunitária de Gravatá de Cima	Granja Comunitária	17.784,44	P
Araçuaí	Lelivédia / Assoc. Comunitária M da C de Laurinda Ramalho de Campos	Abastecimento de Água - Cisternas	32.316,99	I
Araçuaí	Bom Jesus do Setúbal / Assoc. C Bom Jesus do Setúbal	Abastecimento de Água - Cisternas	56.370,00	I
Araçuaí	Tibuçu / Assoc. Comunitária Moradores do Tibuçu	Abastecimento de Água - Cisternas	48.799,00	I
Carai	Andorinhas (A.C.Andorinhas)	Telefone Comunitário	6.517,24	I
Carai	Córrego do Engano / Assoc. Com do Córrego do Engano	Telefone Comunitário	6.458,22	I
Carai	Córrego dos Coimbras (A.C. Coimbra)	Mecanização Agrícola	98.871,50	P
Carai	Córrego dos Rosas / Assoc. Com do Córrego dos Rosas	Melhoria Habitacional - Mód. Sanitários	68.453,42	S
Carai	Ponto do Maranhai / Creche Vó Ricardina	Creche Comunitária	27.708,58	S
Carai	Sede (A.A.Lar São Francisco).	Casa Assistencial	97.870,85	S
Carai	Vila Nova (A.C Vila Nova)	Creche Comunitária	85.147,97	S
Carai	Marambainha / Associação Comunitária de Marambainha	Mecanização Agrícola	84.227,27	P
Carai	Ferreiras / Conselho Comunitário dos Ferreiras	Abastecimento de Água - Rede	49.136,09	I
Carai	Boa Esperança / Conselho Comunitário de Boa Esperança	Fabriqueta de Ração	16.841,36	P
Carai	Ribeirão de Capivara / Assoc. Com. São José do Ribeirão de Capivara	Telefone Comunitário	7.381,66	I
Carai	Córrego do Onça / Assoc. Moradores do Córrego da Onça	Telefone Comunitário	6.521,11	I
Carai	Barra do Engano / Assoc. Comunitária da Barra do Engano	Telefone Comunitário	7.774,71	I
Carai	Córrego da Cava / Assoc. Comunitária de Cava	Telefone Comunitário	8.144,82	I
Carai	Maranhão / Conselho C da Comunidade do Maranhão	Telefone Comunitário	13.817,83	I
Carai	Córrego dos Gomes / Assoc. Comunitária do Córrego dos Gomes	Telefone Comunitário	7.909,31	I
Carai	Francelina / Associação Comunitária da Francelina	Fabriqueta de Farinha	22.223,33	I

Carai	Santo Antônio / Conselho Comunitário de Santo Antônio	Telefone Comunitário	8.887,38	I
Coronel Murta	São José / Cons. Com. de Desenvolv. Rural de São José	Mecanização Agrícola	98.827,16	P
Coronel Murta	Morro Redondo / Centro Com. Rural Irmãos Unidos do Morro Redondo	Mecanização Agrícola	99.923,00	P
Coronel Murta	Barra de Salinas / Assoc. Com. Povoado de Barra de Salinas	Melhoria Habitacional	49.439,50	P
Coronel Murta	Mutuca de Cima / Assoc. Com. da Mutuca de Cima	Passagem Molhada	82.000,00	P
Coronel Murta	Freire Cardoso / Assoc. C Desenvolvimento Rural de Freire Cardoso	Oficina de Roupas	11.482,21	P
Francisco Badaró	Mocó - Quilombola / Assoc. Comunitária Representativa Mocoense	Abastecimento de Água - Rede	50.738,11	I
Francisco Badaró	S. João de Cima / Conselho DC de São João de Cima	Apicultura	22.553,33	I
Francisco Badaró	Pachecos / CDC de Pachecos	Abastecimento de Água - Rede	48.035,30	I
Francisco Badaró	Tocoios / Conselho Representativo Tocoense	Feira	94.000,00	I
Francisco Badaró	Água Limpa de Trás / Assoc. C de Água Limpa de Trás	Centro Social Comunitário	51.380,57	I
Francisco Badaró	Cachoeira / Conselho de D Comunitário de Cachoeira	Abastecimento de Água - Barragem	30.344,82	I
ITAOBIM	QUEIMADÃO / ASSOC. COM. DE MORADORES DA COM. DE QUEIMADÃO	FABRIQUETA DE FARINHA	65.422,27	P
Itaobim	Povoado São João / Centro Comunitário Rural de São João	Galpão Multiuso	54.093,46	I
Itaobim	Escola Família Agrícola Bontempo / A. Esc. Fam. Agr. Médio e Baixo Jequit.	Bovinocultura Leiteira	24.166,67	P
Itaobim	São José / Assoc. dos Agric. Familiares do São José e Região	Abastecimento de Água - Rede	72.304,36	I
Itaobim	Sobrado / Conselho de Desenvolvimento de Sobrado	Apicultura	28.036,00	P
Itaobim	Sul América / Assoc. C de Moradores Boa Esperança	Unidade de Resfriamento de Leite	33.955,09	P
Itinga	Teixeirinha / Assoc. PPR do Córrego Teixeirinha	Melhoria Habitacional - Mód. Sanitários	45.656,30	S
Itinga	Jacaré / Assoc. da Escola Família Agrícola do Jacaré	Melhoria Habitacional - Mód. Sanitários	52.410,31	S
ITINGA	PIAÚÍ PEREIRA / ASSOC. COMUNITÁRIA PEREIRA	FABRIQUETA DE FARINHA	63.286,65	P
Itinga	Jenipapo Pintos / Assoc. Comunitária do Jenipapo	Granja Comunitária	17.324,61	P
Itinga	Pasmado Impedrado / A. C. Santa Frisiana	Melhoria Habitacional - Mód. Sanitários	54.583,34	S
Itinga	Povoado de Taquaral / Assoc. dos Amigos do Povoado de Taquaral	Centro Social Comunitário	62.665,45	S
Itinga	Jacaré / Assoc. da Escola Família Agrícola do Jacaré	Melhoria Habitacional	27.033,30	I
Jenipapo de Minas	Santana / Associação Comunitária de Santana	Mecanização Agrícola	98.661,46	P
Jenipapo de Minas	Muquém / Assoc. Comunitária de Muquém	Abastecimento de Água - Cisternas	39.616,40	I
Jenipapo de Minas	Sede / Assoc. Antônio Maria das Graças	Padaria	74.403,21	P

Jenipapo de Minas	Sto. Antônio do Bolas / Assoc. Comunitária Santo Antônio	Abastecimento de Água - Cisternas	81.561,11	I
Jenipapo de Minas	Estivas / Assoc. Comunitária da Estivas	Abastecimento de Água - Cisternas	50.516,72	I
Jenipapo de Minas	Minas Novas / Assoc. D Comunitário de Jenipapo	Centro Social Comunitário	82.190,53	S
Jenipapo de Minas	Cipó / Assoc. Comunitária de Cipó	Abastecimento de Água - Barragem	35.113,63	I
Jenipapo de Minas	Curtume / Associação Comunitária de Curtume	Centro Social Comunitário	35.808,83	S
Jenipapo de Minas	Ribeirão do Bosque / Assoc. Comunitária do Ribeirão do Bosque	Implementos Agrícolas	12.218,18	I
Jenipapo de Minas	Vila dos Martins / Assoc. Comunitária da Vila dos Martins	Implementos Agrícolas	12.218,18	I
José Gonçalves de Minas	Faz. Sul Brasil / Assoc. do Reassentamento União de Todos	Implementos Agrícolas - T. Animal	48.952,64	P
José Gonçalves de Minas	Faz. Dileta / Assoc. do Reassentamento da Com. Coração de Maria	Abastecimento de Água - Tanque	30.368,80	I
José Gonçalves de Minas	Buritiz / Centro de Desenvolvimento Comunitário de Buritiz	Mecanização Agrícola	98.800,00	P
José Gonçalves de Minas	Estiva / Assoc. Moradores e Amigos de Estiva	Fabriqueta de Rapadura	57.788,60	P
José Gonçalves de Minas	Samambaia / Assoc. Moradores e Amigos de Samambaia	Fabriqueta de Rapadura	57.788,60	P
José Gonçalves de Minas	Ijicatu / Centro de D Comunitário de Buriti	Fabriqueta de Farinha	29.518,80	P
José Gonçalves de Minas	Santa Rita / Assoc. D C Comunidade de Santa Rita	Centro Social Comunitário	72.777,00	S
Medina	Faz. Roça do Mato / A. C. Nossa Senhora Aparecida	Mecanização Agrícola	98.968,00	P
Medina	Timirim / Assoc. Com. Rural Santa Luzia	Melhoria Habitacional - Mód. Sanitários	76.708,11	S
Medina	Vereda / Assoc. Comunitária da Vereda	Melhoria Habitacional - Mód. Sanitários	88.400,00	S
Medina	Sapé / Assoc. Comunitária da Comunidade Sapé	Melhoria Habitacional - Mód. Sanitários	74.500,00	S
Medina	Faz. Tombo / Assoc. C C Tombo, Pedra do Bolo e Bidó	Fabriqueta de Farinha	77.000,00	P
Padre Paraíso	Córrego Comprido de Justino / A T do Córrego Comprido de Justino	Centro Social Comunitário	30.476,06	S
Padre Paraíso	Sobradinho / Assoc. Com. de Sobradinho	Centro Social Comunitário	30.476,06	S
Padre Paraíso	Sapucaia / Assoc. Apícola do Município de Padre Paraíso	Apicultura	44.882,82	S
Padre Paraíso	Bengo / Conselho de Desenv. Comunitário do Córrego do Bengo	Centro Social Comunitário	44.104,25	S
Padre Paraíso	São Joanico / C. D. C. da Cabeceira do São Joanico	Centro Social Comunitário	44.104,25	S
Padre Paraíso	Duas Barras / Conselho de Desenvolvimento C de Duas Barras	Centro Social Comunitário	69.071,36	S
Padre Paraíso	Córrego do Choro / Associação Comunitária do Córrego do Choro	Abastecimento de Água - Rede	61.754,92	I
Padre Paraíso	Encachoeirado e Coqueiro / Conselho M C do Encachoeirado	Abastecimento de Água - Rede	41.782,50	I
Ponto dos Volantes	Uruçu / Assoc. Com dos Moradores da Comunidade Uruçu e Região	Fabriqueta de Farinha	50.820,00	P

Ponto dos Volantes	Santana do Araguaí / Assoc. dos Moradores do Dist. de Santana do Araguaí	Fabriqueta de Farinha	50.820,00	P
PONTO DOS VOLANTES	PEDRA ALTA / ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PEDRA ALTA	FABRIQUETA DE FARINHA	50.820,00	P
Ponto dos Volantes	Boa Vista de Santana / A.D.C. de Boa Vista de Santana	Mecanização Agrícola	97.100,00	P
Ponto dos Volantes	Santana do Araguaí / Assoc. dos Artesãos de Santana do Araguaí	Oficina de Roupas e Artesanato	40.889,94	P
Ponto dos Volantes	Santana do Araguaí / Assoc. das Mulheres de Pontos dos Volantes	Oficina de Roupas e Artesanato	47.898,84	P
Ponto dos Volantes	Moraes / Conselho Com. de Moradores da Comunidade de Moraes	Oficina de Roupas e Artesanato	31.287,52	P
Ponto dos Volantes	São João Grande / A.C. de Morad. Córrego São João Grande	Centro Social Comunitário	29.094,76	S
Ponto dos Volantes	Santa Terezinha / Assoc. C Moradores de Santa Terezinha e Região	Fabriqueta de Farinha	74.039,35	P
Virgem da Lapa	São João do Vacaria / Assoc. Comunitária de São João do Vacaria	Mecanização Agrícola	100.000,00	P
Virgem da Lapa	Vaivi / Assoc. da Criança e Assistência Rural	Mecanização Agrícola	100.000,00	P
Virgem da Lapa	Barbosa do Meio / Assoc. R. Com. De Assistência ao Barbosa do Meio	Fabriqueta de Rapadura	58.745,67	P
Virgem da Lapa	Cardoso / Movimento Pró-Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha	Granja Comunitária	37.812,70	P
Virgem da Lapa	S. João do Vacaria / A. C. A. Libertar e Nortear Toda os Sãojoanense	Centro Social Comunitário	20.000,00	S
Virgem da Lapa	Fazenda Onça / Maranata Assoc. Com. De Promoção e Ação Social	Centro Social Comunitário	50.000,00	S
VIRGEM DA LAPA	PAREDÃO / CONSELHO DESENV. COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE PAREDÃO	FABRIQUETA DE RAPADURA	44.634,79	P
Virgem da Lapa	Santa Rita / Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rita	Abastecimento de Água - Rede	30.899,00	I
Virgem da Lapa	Tum Tum / Conselho de D.C da Comunidade de Tum Tum	Melhoria Habitacional - Reforma	44.400,00	I
Virgem da Lapa	Buriti / Assoc. C de Desenvolvimento de Buriti	Abastecimento de Água - Poço	19.005,84	I

Adaptação de documento obtido com a SEDVAN>IDENE Belo Horizonte via correio eletrônico.